

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLin)

PATRÍCIA SOUZA LEMOS

**A FUNDAÇÃO DA AUTORIA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO: O AUTOR (INTER)MEDIADO**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2022

PATRÍCIA SOUZA LEMOS

**A FUNDAÇÃO DA AUTORIA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO: O AUTOR (INTER)MEDIADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em nível de Doutorado Acadêmico, como requisito obrigatório para obtenção do título de doutora em Linguística.

Linha de Pesquisa: Texto, Sentido e Discurso

Orientadora: Profª Drª Márcia Helena de Melo Pereira.

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2022

L576f	Lemos, Patrícia Souza. A fundação da autoria no processo de produção de dissertação de mestrado: o autor (inter) mediado. / Patrícia Souza Lemos; orientadora: Márcia Helena de Melo Pereira. – Vitória da Conquista, 2022. 302f. Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022. Inclui referência F. 289– 302. 1. Dissertação de mestrado - Autoria. 2. Perspectiva bakhtiniana. 3. Autoria (Inter)Mediada. I. Pereira, Márcia Helena de Melo (orientadora). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. T. III. CDD: 469.1
-------	--

Catálogo na fonte: *Juliana Teixeira de Assunção — CRB 5/1890*
UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The foundation of authorship in the process of producing the master's thesis: the (inter)mediated author

Palavras-chave em inglês: Authorial instance. Master's thesis. Bakhtinian perspective. (Inter)mediated authorship.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre (Doutor) em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (UESB); Prof. Dr. Jorge Viana Santos (UESB); Prof. Dr. Francisco Alves Filho (UFPI); Prof. Dr. Manassés Moraes Xavier (UFCG)

Data da defesa: 29 de junho de 2022

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5282-5598>

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7640901348291598>

PATRÍCIA SOUZA LEMOS

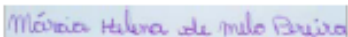
**A FUNDAÇÃO DA AUTORIA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÃO
DE MESTRADO: O AUTOR (INTER)MEDIADO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Data da aprovação: 29 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Márcia Helena de Melo
Pereira (Presidente-Orientadora)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira
Cortes
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Jorge Viana Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Francisco Alves Filho
Instituição: UFPI

Ass.: 

Prof. Dr. Manassés Moraes Xavier
Instituição: UFCG

Ass.: 

Dedico a você, leitor – interlocutor com quem dialogo e lugar para onde me desloco ao percorrer o caminho da (minha) autoria.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), instituição na qual cursei a graduação em Letras Vernáculas, o Mestrado em Linguística e, agora, o Doutorado em Linguística. Cada uma dessas etapas agregou conhecimentos, experiências e pessoas maravilhosas a minha história. Serei sempre grata!

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin/UESB), de modo especial à coordenação (Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e Profa. Dra. Vera Pacheco) e aos funcionários do colegiado (Vanêide Ribeiro e Luciana Ferraz). Também a todos os professores que fazem parte do quadro docente do programa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro, sem o qual eu não conseguiria realizar esta pesquisa com total dedicação.

À Profa. Dra. Márcia Helena de Melo Pereira, minha orientadora, por todo seu profissionalismo, competência, disciplina, compreensão, sensibilidade e carinho. Muito obrigada pela parceria e interlocução, desde o mestrado até o doutorado. Como assevera nosso querido Bakhtin (2017, p. 142), “A vida conhece dois centros de valores, diferentes por princípio, mas correlatos entre si: o eu e o outro, em torno destes dois centros se distribuem e se dispõem todos os momentos concretos do existir”. Agradeço muitíssimo por assumir junto comigo o processo investigativo que originou esta tese!

Aos membros da banca de qualificação: Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes e Prof. Dr. Francisco Alves Filho, por aceitarem participar do exame de qualificação e, principalmente, pelas contribuições fornecidas à pesquisa. De acordo com Bakhtin (2011c, p. 298), “[...] a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros [...]”. Suas vozes estão presentes ao longo do texto. Obrigada pelo importante diálogo!

Aos membros da banca de defesa: Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, Prof. Dr. Jorge Viana, Prof. Dr. Francisco Alves Filho e Prof. Dr. Manassés Morais Xavier, por atenderem ao convite para composição da banca de defesa, pela disponibilidade em ler esta tese, pelas observações, questionamentos e contribuições fornecidos, de modo profissional e com toda a competência. Gratidão!

A minha família: Zenildo e Maria do Carmo (meus pais); Josenildo, Cláudia, Danilo e Leonardo (meus irmãos). A vocês todo o meu agradecimento por uma vida inteira de amor, cuidados, ensinamentos, aprendizados, companheirismo e respeito. Assim como um bom

alicerce e colunas fortalecem uma construção, nossos familiares nos dão segurança, força, resistência, crescimento, enfim eles nos mantêm de pé. Gratidão e amor eterno a vocês!

À equipe de Estudos do Texto: Ana, Anne, Amanda, Dayana, Filipe, Marina, Sandy e Vinícius, por compartilharmos conhecimentos, vivências, admiração, respeito. Desejo a todos um futuro brilhante!

Por fim, mas sempre em primeiro lugar, minha gratidão ao Senhor Jesus, Filho do Altíssimo, “autor e consumidor da nossa fé” (Hebreus 12:2).

Da parte de um ser humano, é uma arrogância inadmissível, criminosa até, querer declarar que a existência de seu semelhante tem ou não sentido. É uma decisão que não cabe a nós, criaturas desnorteadas e impotentes, que rastejamos por este mundo. Jamais poderemos avaliar o significado de uma vida humana, significado extraordinário, até em sua mais profunda miséria – ou, talvez, exatamente devido a ela (SIMMEL, 1975, p. 5).

RESUMO

A figura autoral, seja na produção literária, escolar, acadêmica etc., muitas vezes, é confundida com a pessoa escrevente, concebida como um indivíduo dotado de criatividade e que busca expressar sua intenção. De fato, a existência do autor pressupõe que haja uma pessoa, entretanto não devemos confundir estas duas instâncias. Nesta pesquisa de doutorado, refletimos especificamente a respeito da autoria na produção de dissertação de mestrado, um gênero discursivo com produção e circulação no meio acadêmico, o qual requisita, em seu interior, diferentes vozes em diálogo: do mestrando-autor, do orientador, dos autores citados, dos professores de bancas de qualificação e defesa, por vezes do revisor de textos, entre outros. Nesse sentido, cremos tratar-se de uma *autoria (inter)mediada*, porquanto o autor, nesse gênero, deve assumir um papel ativo ao longo do processo, em interação com seus interlocutores. Nosso objetivo geral é caracterizar a instância autoral que emerge no processo de produção de uma dissertação de mestrado acadêmico, com base na gênese da escrita desse gênero discursivo, levando em consideração as exigências do gênero, a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico e a relação que o autor mantém com o conhecimento, neste caso as produções científicas, orientador, outros professores, revisor de textos etc. São objetivos específicos: refletir sobre o papel do orientador, bem como outros parceiros, no processo de produção da dissertação de mestrado, se se trata de colaboração na escrita ou se tende para um trabalho coautorial; discutir sobre os gêneros do discurso e, em especial, o gênero acadêmico dissertação de mestrado, sob a perspectiva bakhtiniana, buscando algum subsídio, também, nos Estudos Retóricos de Gêneros; analisar versões de um mesmo texto de dissertação de mestrado (documentos de processo) que permitam reconhecer a gênese do texto, mediante os movimentos de sua escritura, dos quais participam, junto com o candidato, orientador, professores que constituem as comissões de qualificação e defesa, revisor de textos, dentre outros – determinantes no processo de constituição da figura autoral. Em aspectos teóricos, fundamentamos esta pesquisa nas considerações do filósofo russo Mikhail Bakhtin quanto a sua concepção sobre a autoria, pois a define como uma posição de deslocamento em direção ao outro (outro como vozes, opiniões, discursos), além de ser responsável pelo orquestramento dessas vozes no interior de seu texto, e outros autores, como: Barros (1999), Marcuschi (2008), Faraco (2009), Motta-Roth e Hendges (2010), Amorin (2018), Sobral (2019), entre outros. Metodologicamente, com o auxílio da Crítica Genética, organizamos os dados coletados que compõem nosso *corpus*, quais sejam: arquivos digitais (em Word e PDF), arquivos impressos, mensagens de e-mail e conversas de WhatsApp (texto

e áudio). Constatamos, em nossas análises, que o orientador, coautor em alguns momentos, bem como professores componentes de bancas e profissional revisor de textos contribuem para a ampliação do letramento acadêmico do mestrando em direção à apreensão do gênero e, também, colaboram para a constituição da autoria, uma vez que o estudante, ao utilizar o gênero com liberdade e domínio, se posiciona sociodiscursivamente, administrando vozes teóricas no interior do gênero.

Palavras-chave

Instância autoral. Dissertação de mestrado. Perspectiva bakhtiniana. Autoria (Inter)Mediada.

ABSTRACT

The authorial figure, whether in literary, scholarly, academic production, etc., is often confused with the person who writes, conceived as a creative individual who seeks to express his intention. Indeed, the existence of the author presupposes that there is a person, however, we should not confuse these two instances. In this doctoral research, we reflect specifically on authorship in the production of a master's thesis, a discursive genre with production and circulation in the academic environment, which requires, within itself, different voices in a dialog: voices of the master's student-author, the advisor, the cited authors, the professors of qualification and defense boards, sometimes of the textual reviewer, among others. Therefore, we believe that it is an *(inter)mediated* authorship, since the author, in this genre, must assume an active role throughout the process, interacting with your interlocutors. Our general aim is to characterize the authorial instance that emerges in the process of producing the master's thesis, produced in the academic domain, based on the genesis of the writing of this discursive genre, taking into account the demands of the genre, the interaction that is established with the 'other' in the academic environment, and the author's relationship with knowledge, in this case, the scientific productions, the advisor, the other teachers, the textual reviewer, etc. The specific aims are: to reflect on the role of the advisor, as well as other partners, in the process of producing the master's thesis, whether it is collaborative writing or tends toward a co-authorial work; to discuss discursive genres and, in particular, the academic genre of the master's thesis, from a Bakhtinian perspective, seeking some subsidy, also, in Rhetorical Genre Studies; to analyze versions of the same master's thesis text (process documents) that allow recognizing the genesis of the text, through the movements of it writing, in which participate, along with the candidate, the advisor, professors who constitute the qualification and defense committees, the textual reviewer, among others – essential for the creational process of the authorial figure. Concerning the theoretical aspects, we base our research on the considerations of the Russian philosopher Mikhail Bakhtin in terms of his conception of authorship, since he defines it as a position of displacement toward the other (other as voices, opinions, discourses), besides being responsible for the orchestration of these voices within his text, and other authors, such as Barros (1999), Marcuschi (2008), Faraco (2009), Motta-Roth and Hendges (2010), Amorin (2018), Sobral (2019), among others. Methodologically, with the support from the Genetic Criticism, we organize the collected data that make up our *corpus*, namely: digital files (Word and PDF), printed files, e-mail messages, and WhatsApp conversations (text and audio). We verify, in our analyses, that the

advisor, co-author in some moments, as well as the professors who are part of the examining boards, and the professional textual reviewer contribute to the expansion of the master's student academic literacy towards the apprehension of the genre and, also, collaborate to the constitution of the authorship, once the student, by using the genre with freedom and mastery, positions himself socio-discursively, managing theoretical voices within the genre.

Keywords

Authorial instance. Master's thesis. Bakhtinian perspective. (Inter)mediated authorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conversa informal entre orientando e orientador	77
Figura 2 - Interação orientador-orientando a respeito de discussão teórica	100
Figura 3 - Interação orientando-orientador para “evitar a mesmice”	100
Figura 4 - Recorte de conversa entre professor e aluno por aplicativo	113
Figura 5 - Presença de “vozes” na dissertação	119
Figura 6 - Recorte de trecho da seção teórica da dissertação em processo de produção.....	126
Figura 7 - Esquema do processo de Autoria (Inter)mediada na produção de dissertação	134
Figura 8 - Reprodução do manuscrito original de A Hora da Estrela	143
Figura 9 - Trecho de dissertação em processo de edição	143
Figura 10 - Modelo de apresentação dos dados analisados	145
Figura 11 - Primeiro contato formal entre orientador e orientando.....	158
Figura 12 - Recorte da introdução do anteprojeto	160
Figura 13 - Recorte de pergunta de pesquisa em anteprojeto.....	160
Figura 14 - Recorte de fundamentação teórica em anteprojeto	160
Figura 15 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (caracterização).....	162
Figura 16 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução I)	162
Figura 17 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução II).....	163
Figura 18 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (objetivos I).....	164
Figura 19 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (objetivos II)	164
Figura 20 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução III).....	165
Figura 21 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução IV)	166
Figura 22 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução V).....	167
Figura 23 - Segunda versão do projeto para disciplina cursada pelo mestrando (introdução I)	168
Figura 24 - Segunda versão do projeto para disciplina cursada pelo mestrando (introdução II)	168
Figura 25 - Projeto de pesquisa para submissão ao CEP primeira versão (I).....	170
Figura 26 - Anteprojeto de pesquisa para submissão ao CEP primeira versão (II).....	171
Figura 27 - Projeto de pesquisa para submissão ao CEP primeira versão (III).....	172
Figura 28 - E-mail do orientador sobre primeira versão do projeto para submissão ao CEP	173
Figura 29 - Resposta do mestrando ao orientador sobre projeto para submissão ao CEP	175

Figura 30 - Comentário do orientador em segunda versão do projeto para submissão ao CEP	178
Figura 31 - Comentário do orientador em terceira versão do projeto para submissão ao CEP	180
Figura 32 - Mensagem de e-mail a respeito de primeira versão de artigo.....	185
Figura 33 - Primeira versão de artigo com muitas lacunas.....	186
Figura 34 - Primeira versão de artigo com falhas de continuidade	188
Figura 35 - Segunda versão do artigo com confusões	189
Figura 36 - Terceira versão do artigo com discussão incompleta	190
Figura 37 - Passo a passo para coleta de dados	191
Figura 38 - Conversa de WhatsApp entre orientador e orientando	192
Figura 39 - E-mail sobre envio do primeiro tópico teórico	194
Figura 40 - Primeira versão da primeira subseção teórica com falta de continuidade	195
Figura 41 - Primeira versão da primeira subseção teórica com equívocos	196
Figura 42 - Primeira versão da primeira subseção teórica com ações do orientador	197
Figura 43 - Segunda versão da primeira subseção com ajuste teórico	198
Figura 44 - Segunda versão da primeira subseção com resposta do aluno.....	199
Figura 45 - Terceira versão da primeira subseção com desvios graves na pontuação	200
Figura 46 - Quarta versão da primeira subseção teórica sobre configuração	201
Figura 47 - Primeira versão da segunda subseção com problemas de coesão.....	202
Figura 48 - Segunda versão da segunda subseção com ajustes do mestrando	203
Figura 49 - Conversa por aplicativo de mensagens sobre segunda subseção.....	203
Figura 50 - Terceira versão da segunda subseção com indicação de lacunas	204
Figura 51 - Terceira versão da segunda subseção com problema na pontuação	206
Figura 52 - Primeira versão da terceira subseção com reflexão do mestrando	207
Figura 53 - Primeira versão da terceira subseção com ideia do mestrando.....	208
Figura 54 - Segunda versão da terceira subseção com criação de fluxograma	209
Figura 55 - Terceira versão da terceira subseção conferência de advérbio	210
Figura 56 - Terceira versão da terceira subseção conferência de conjunção.....	210
Figura 57 - E-mail do mestrando para o orientador sobre quarta subseção	211
Figura 58 - Primeira versão da quarta subseção com imprecisão teórica.....	212
Figura 59 - Primeira versão da quarta subseção com necessidade de complementação	213
Figura 60 - Primeira versão da quarta subseção com necessidade de melhor explicação.....	214
Figura 61 - Segunda versão da quarta subseção sobre delimitação de assunto.....	215

Figura 62 - Segunda versão da quarta subseção com parágrafo confuso	216
Figura 63 - Segunda versão da quarta subseção com trechos confusos	217
Figura 64 - Segunda versão da quarta subseção com necessidade de revisão de análise	219
Figura 65 - Terceira versão da quarta subseção com comentário do mestrando	220
Figura 66 - Terceira versão da quarta subseção com resposta do mestrando	221
Figura 67 - Primeira versão de metodologia com questionamentos do orientador	223
Figura 68 - Primeira versão da metodologia com interação autor-orientador	225
Figura 69 - Primeira versão da metodologia com dúvidas do mestrando	225
Figura 70 - Primeira versão da análise de dados - direcionamento do orientador	226
Figura 71 - Primeira versão da análise de dados - perguntas e direcionamentos do orientador	228
Figura 72 - Primeira versão da análise de dados - questionamentos do orientador	229
Figura 73 - Primeira versão da análise de dados - “intenção” do autor	230
Figura 74 - Segunda versão da análise de dados “trazendo teoria do hipertexto”	231
Figura 75 - Terceira versão da análise de dados com ajuste de textualização pelo autor	232
Figura 76 - Terceira versão da análise de dados com interação mestrando-orientador	233
Figura 77 - Quarta versão da análise de dados – “faltando alguma teoria”	234
Figura 78 - Quarta versão da análise de dados - para “não confundir o leitor”	235
Figura 79 - Quarta versão da análise de dados – “problema de continuidade”	236
Figura 80 - Quinta versão da análise de dados com ajuste da falta de continuidade pelo autor	236
Figura 81 - Sexta versão da análise de dados com perguntas direcionadoras do orientador ..	237
Figura 82 - Sexta versão da análise de dados com interação mestrando-orientador	238
Figura 83 - Sexta versão da análise de dados – “conclusão das análises”	239
Figura 84 - Conversa por aplicativo entre orientador e orientando sobre revisão textual	242
Figura 85 - E-mail do profissional revisor de textos ao mestrando	243
Figura 86 - Revisão textual pré-qualificação - inclusão de referência	244
Figura 87 - Revisão textual pré-qualificação - ajuste em referenciação	244
Figura 88 - Revisão textual pré-qualificação - menção à autoria	245
Figura 89 - Revisão textual pré-qualificação – necessidade de fundamentação teórica	246
Figura 90 - Revisão textual pré-qualificação - ajustes em referências	247
Figura 91 - Prof. 1 qualificação - confusão teórica	249
Figura 92 - Prof. 1 qualificação - correção	250
Figura 93 - Prof. 1 qualificação – dúvida levantada	251

Figura 94 - Prof. 1 qualificação - sugestão para reflexão.....	251
Figura 95 - Exemplar do mestrando – defesa.....	251
Figura 96 - Prof. 2 qualificação – “mistura de autores”	253
Figura 97 - Exemplar do mestrando – qualificação.....	255
Figura 98 - Prof. 2 qualificação - paráfrase desnecessária	256
Figura 99 - Prof. 2 qualificação - desenvolvimento de conceitos	257
Figura 100 - Conversa entre orientador e orientando sobre ajustes pós-qualificação	259
Figura 101 - Prof. 1 defesa – questionamento	262
Figura 102 - Prof. 1 defesa – “objetivo geral ou pergunta de pesquisa?”	263
Figura 103 - Prof. 1 defesa - necessidade de explicação	264
Figura 104 - Prof. 1 defesa – sobre o leitor do blog	265
Figura 105 - Prof. 3 defesa - questionamento sobre aspecto teórico	267
Figura 106 - Prof. 3 defesa – respostas para perguntas suscitadas pelo autor da dissertação	268
Figura 107 - Prof. 3 defesa – pouca exploração de pontos relevantes.....	269
Figura 108 - Prof. 3 defesa - elogio à escrita.....	270
Figura 109 - Revisão textual pós-defesa com correções do revisor	271
Figura 110 - Revisão textual pós-defesa com ajustes do revisor.....	272
Figura 111 - Revisão textual pós-defesa com inserção do revisor	273
Figura 112 - Revisão textual pós-defesa com reflexão do revisor	273

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Texto situado em dois polos.....	116
Quadro 2 - Elementos compartilhados por trabalhos acadêmicos segundo a ABNT.....	130
Quadro 3 - Modelo CARS de Swales (1990)	132
Quadro 4 - Típica organização retórica de dissertação de mestrado	133
Quadro 5 - Prototexto de dissertação de mestrado	147
Quadro 6 - Estrutura da dissertação para qualificação	241

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A CRIAÇÃO DA AUTORIA: ASCENSÃO, ESMAECIMENTO, MORTE (RESSURREIÇÃO?).....	27
2.1 A invenção da escrita: um elo com a ascensão da autoria	27
2.2 Da ascensão ao esmaecimento: o percurso da autoria no campo da Literatura.....	34
2.3 Do esmaecimento ao bloqueio da autoria: crítica a sua polêmica morte e a função autor	46
3 A AUTORIA NA PERSPECTIVA DE MIKHAIL BAKHTIN: RESPONSABILIDADE, RESPONSIVIDADE, DISTANCIAMENTO E ATIVISMO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO	56
3.1 A filosofia de Mikhail Bakhtin: bases teóricas e proposições iniciais sobre a autoria.....	59
3.1.1 <i>Um sujeito para a instância autoral</i>	71
3.2 A autoria nas obras de Dostoiévski e na evolução do romance	77
3.3 A autoria na filosofia da linguagem	89
3.4 Indícios de autoria: pontos de contato com Bakhtin.....	93
4 O GÊNERO DISCURSIVO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: DE SUJEITO PESQUISADOR A AUTOR.....	108
4.1 Ao sujeito não há alibi no existir	109
4.2 Do texto ao enunciado: algumas reflexões.....	115
4.3 Produção do gênero dissertação de mestrado: a emergência do autor (inter)mediado	120
5 PERCURSO METODOLÓGICO	138
5.1 A Crítica Genética	140
6 FUNDAÇÃO DA AUTORIA EM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: A (INTER)MEDIACÃO COMO FATOR PREPONDERANTE	153
6.1 No início do processo encontra-se o sujeito responsável pelo ato	154
6.2 Descolamento do sujeito pesquisador da instância autoral na produção de dissertação de mestrado – um processo de letramento acadêmico	182
6.3 Produção das seções metodologia e análise da dissertação de mestrado: “só se aprende a fazer, fazendo”	222
6.4 Etapa de qualificação e realização de revisão textual: interações indispensáveis no âmbito institucional acadêmico	240

6.5 Etapa de defesa pública e realização de revisão textual: exigência institucional para aprovação da dissertação como reconhecimento do pesquisador/autor	259
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	275
REFERÊNCIAS	289

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem sua origem na discussão iniciada em 2016/2017, registrada na dissertação intitulada *Escrita acadêmica e revisão textual: a construção do sentido em teses de doutorado*. Nessa dissertação, o objetivo principal foi investigar se as intervenções do profissional revisor de textos interferem na produção de sentido, seja de forma positiva ou negativa, além de refletir sobre a interação entre autor e revisor, no processo de revisão do texto, nesse caso duas teses de doutorado. Defendemos, então, que o revisor, a fim de construir sentido(s) e negociá-lo(s) com o produtor do texto, funda-se na textualização, na ativação dos fatores de textualidade, mas a realização de ajustes ou não no texto depende especialmente da comunicação com o escrevente do texto, principalmente das decisões deste (LEMOS, 2017).

Ainda na pesquisa mencionada, de modo específico, pretendíamos, dentre outros objetivos, “verificar a possibilidade de as intervenções, questionamentos e sugestões do revisor apontarem para a presença da figura autoral em textos acadêmicos, nesse processo de revisão” (LEMOS, 2017, p. 22) – e, talvez, de coautoria –, com base em Possenti (2001, 2002). Constatamos, baseados nos indícios de autoria propostos por Possenti, a presença de autoria: dar voz a outros enunciadores, manter a distância do próprio texto e evitar a ‘mesmice’; negamos a coautoria no tocante à participação do revisor nessa etapa de produção do texto, a revisão, em razão de a tese ser encaminhada ao revisor “quase finalizada”, de não escreverem juntos, nem conceberem o projeto de pesquisa e escrita juntos, além de muitas das intervenções terem sido rejeitadas pelo autor. Entretanto, “o revisor, ainda que não seja coautor, acaba se tornando um colaborador importante para a instauração da autoria, uma vez que atua não sobre ‘o que’ diz o autor, mas, sim, sobre ‘como’ ele diz” (LEMOS, 2017, p. 199), conforme teoriza Possenti sobre os indícios de autoria (2001, 2002).

Ressaltamos, porém, que em 2017 descrevemos um caso de revisão em que o profissional revisor apresenta-se como coautor na produção de uma sinopse de livro de literatura ficcional (LEMOS; PEREIRA, 2017). O profissional havia feito a revisão do livro do qual originou-se a sinopse. Portanto, os dois, autor do livro e revisor, já conheciam a obra. Conforme Targino (2005), na escrita em coautoria um dos parceiros, quase sempre, se sobressai, desde que os dois deem contribuições significativas e participem de forma efetiva da obra em questão. Ademais, destacamos que, na produção da sinopse, “os escreventes expõem suas perspectivas, suas observações, avaliações, diferentes visões sobre os fatos mais

relevantes, sem fugir do enredo do livro”, trabalhando juntos na escrita do texto (LEMOS; PEREIRA, 2017, p. 6).

Assim, outras questões relacionadas à autoria na escrita foram surgindo, principalmente no âmbito da escrita acadêmica. Na pesquisa de mestrado, questionamo-nos, também, sobre a participação, além do revisor de textos, do orientador, da banca de qualificação, da banca examinadora, dentre outros, ou seja, se poderiam ser considerados coautores, em razão das ‘marcas’ deixadas no texto. Entretanto, não pudemos fazer maiores constatações quanto a esses interlocutores, pois estávamos de posse somente da versão em processo de revisão, de modo que não tínhamos condições de analisar suas participações ao longo da produção das teses. Assim, essa limitação encontrada na pesquisa de mestrado em relação ao *corpus* e o interesse em entender a autoria em seu percurso de constituição, situado em um domínio de produção e em sua relação com o gênero discursivo, instigaram-nos a um maior aprofundamento teórico, dando origem à pesquisa ora apresentada.

Decidimos, para esta pesquisa de doutoramento, trabalhar não mais com o gênero tese de doutorado como *corpus* e nem somente com o revisor como principal interlocutor no processo de escrita, mas optamos pelo gênero, também acadêmico, dissertação de mestrado e ampliamos a análise sobre a participação de mais interlocutores, tais como o orientador, professores de bancas de qualificação e defesa, revisor de textos. Essa escolha decorre do fato de crermos que o doutorando, em relação ao mestrando, possua mais independência, iniciativa, experiência, de modo que seu posicionamento como autor funcione de forma particular (e não menos interessante), no intuito de fornecer uma contribuição original para a área de estudo, ainda que também necessite da figura do orientador, uma participação estabelecida institucionalmente, e sua experiência acadêmica não esteja plenamente acabada; o mestrando, por sua vez, embora tenha passado pela experiência da graduação, encontra-se “no meio do caminho”, ou seja, é um iniciante no nível de pós-graduação e comprometido com seu aperfeiçoamento ao longo do processo, devendo, basicamente, analisar um *corpus* sob uma perspectiva teórica.

Observamos que a autoria, seja na produção literária, científica ou em outro tipo, como a de textos escolares, de que trata Possenti (2001, 2002), por exemplo, corresponde ao funcionamento de um discurso na sociedade como define Foucault, ou às relações dialógicas próprias da língua como em Bakhtin – para nós, com diferentes processos, a fim de constituir-se como tal. Em outras palavras, a figura do autor, para nós, una quanto ao seu funcionamento discursivo, como posição no interior do discurso, apresenta processos distintos de constituição, visto que, se pensarmos em um autor de romance, um autor de trabalho

científico, como uma dissertação de mestrado, e um autor de redação escolar, no caso de estudante da educação básica, podemos identificar particularidades quanto aos seguintes aspectos: temáticas abordadas, finalidades, público leitor, estilo de linguagem do gênero e do autor, colaboradores no processo de produção da obra, tipos de letramentos requisitados etc. Diante disso, justificamos a relevância desta pesquisa por sua contribuição teórica relativa à figura autoral na produção acadêmica, em especial para se pensar essa instância não como resultado de um talento nato (de um estudante/pesquisador ideal), mas com base em seu caráter processual constitutivo, com destaque para a relação intrínseca entre a construção da autoria e a apreensão do gênero, além da relação com o outro – o(s) interlocutor(es) –, no domínio acadêmico, em situação real de comunicação.

Definimos, assim, nosso problema de pesquisa: como se caracteriza a autoria na produção do gênero acadêmico dissertação de mestrado, levando-se em consideração o caráter processual de ambos – autoria e gênero discursivo – e a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico?

Nossa hipótese, nesta tese de doutorado, é a seguinte: a autoria em dissertação de mestrado se desenvolve à medida que o escrevente apreende o gênero acadêmico, mediante seu próprio processo de letramento acadêmico e na interação com seus interlocutores. Desse modo, a experiência do indivíduo, o mestrando/pesquisador, e a autoria acadêmica se desenvolvem ao longo do processo, sendo ele mesmo (o indivíduo responsivo e responsável) e um outro (a instância autoral acadêmica), ao mesmo tempo, estando submetido às exigências do gênero, do domínio discursivo e das relações que estabelece com o outro.

A respeito da interação do candidato com os interlocutores, vale lembrar que ao submeter-se ao processo de seleção, já inicia a escrita de seu texto ‘atravessado’ pela perspectiva teórica do seu suposto orientador, uma vez que seu projeto de pesquisa deve estar adequado a uma das linhas temáticas do programa de pós-graduação em questão, consoante à vaga pleiteada. Nesse sentido, o pós-graduando: abre-se à possibilidade de mudança ou alteração no projeto de pesquisa, embora não seja uma regra; após aprovação, realiza leituras sugeridas pelo orientador e demais professores; constrói sua fundamentação teórica com base em outros autores; conta com a orientação profissional de seu professor-orientador, da banca de qualificação, da banca de defesa; ademais, pode recorrer ao serviço de revisão profissional, visando não apenas ‘corrigir o português’, mas, sim, adequar o seu texto do ponto de vista linguístico-discursivo.

Portanto, ao refletirmos sobre o processo de instauração da autoria na produção de dissertação de mestrado, em ambiente acadêmico, com base principalmente na gênese do

texto, seu nascimento, propomos, nesta pesquisa, que ela – a autoria – se funda com base em um processo de (inter)mediação, pois, na produção/pesquisa/escrita do texto, o autor não se constitui sozinho, ocorre um trabalho colaborativo¹, a fim de que produza uma pesquisa, a dissertação, e esta seja posta em circulação, mediante sua aprovação. Além disso, (inter)mediada também porque o autor – neste caso o mestrando – não se caracteriza pela completa passividade, mas encontra-se ativo, visto que a dissertação, sendo uma obra científica, reclama “o nome próprio daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade da palavra” (CHARTIER, 2012, p. 52).

Vale lembrar que não é somente o autor de texto acadêmico que tem a participação e direcionamento de seu(s) interlocutor(es) no processo de produção de sua pesquisa e registro escrito desta, pois, na cadeia editorial, um escritor profissional também conta com alguns parceiros, tais como o editor, o revisor, por exemplo. No domínio jornalístico, no qual há naturalmente determinações comerciais (e políticas) que o diferenciam da produção acadêmica, o texto produzido por um jornalista também passa pelo crivo de um editor-chefe, patrocinador ou outros pares, a fim de que esteja adequado à pauta do jornal ou revista e seus objetivos ideológicos. Desse modo, cremos que para se tornar autor é necessário (talvez, obrigatório) ao indivíduo estar em interlocução com o outro, conforme veremos em nossa discussão, com base nos pressupostos bakhtinianos.

Nesta pesquisa, o objetivo geral é caracterizar a instância autoral que emerge no processo de produção de uma dissertação de mestrado acadêmico, com base na gênese da escrita desse gênero discursivo, levando em consideração as exigências do gênero, a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico e a relação que o autor mantém com o conhecimento, neste caso as produções científicas, orientador, outros professores, revisor de textos etc. São objetivos específicos: refletir sobre o papel do orientador, bem como outros

¹ Pinheiro (2011, p. 229), no artigo *A escrita colaborativa por meio do uso de ferramentas digitais: ressignificando a produção textual no contexto escolar*, trata da escrita colaborativa como um “empreendimento ativo e social” no qual destacam-se duas forças de atuação: o grupo e o indivíduo, de modo que cada um realiza tarefas, em diferentes fases, tais como esboço, rascunho, revisão, edição etc. Nesse processo, pode haver, portanto, a “[...] escrita de autor único do grupo (group single-author writing), escrita em sequência (sequential writing), escrita em paralelo (parallel writing) e escrita reativa (reactive writing)” (PINHEIRO, 2011, p. 229). Embora não estejamos caracterizando a produção de dissertação em questão como um processo de escrita colaborativa, chamamos de trabalho colaborativo a participação do orientador, dos professores componentes de banca de defesa e qualificação, profissional revisor de textos, entre outros, visto que esses indivíduos atuam em etapas de desenvolvimento do texto, os quais versam sobre questões de natureza teórica, linguístico-discursivas, gramaticais, de formatação etc. Entrevemos, nesse percurso, o fenômeno da coautoria por parte do orientador, pois participa ativamente da concepção de ideias e escrita da pesquisa.

parceiros, no processo de produção da dissertação de mestrado, se se trata de colaboração na escrita ou se tende para um trabalho coautorial; discutir sobre os gêneros do discurso e, em especial, o gênero acadêmico dissertação de mestrado, sob a perspectiva bakhtiniana, buscando algum subsídio, também, nos Estudos Retóricos de Gêneros; analisar versões de um mesmo texto de dissertação de mestrado (documentos de processo) que permitam reconhecer a gênese do texto, mediante os movimentos de sua escritura, dos quais participam, junto com candidato, o orientador, professores que constituem as comissões de qualificação e defesa, revisor de textos, dentre outros – determinantes no processo de constituição da figura autoral.

A fundamentação teórica desta tese centra-se principalmente na discussão sobre a instância autoral, de modo que iniciamos a investigação partindo da Antiguidade, quando ainda não havia a existência da noção de autor, propiciada somente a partir da invenção da escrita. Para contar essa história, baseamo-nos em Camara Jr. (1975), Higounet ([1955] 2003), Fischer (2009), Robinson (2016), entre outros. Verificamos, pois, seu surgimento na Idade Média e Renascimento em razão do desenvolvimento do campo cultural, exaltação da individualidade, necessidade de identificação de autores considerados hereges pela Igreja, além da instituição do direito legal sobre a obra, com base em autores como Chartier (1999, 2012), Cavalheiro (2008), Oliveira, (2016), entre outros.

Nesse percurso, para ressaltar a concepção de autor alimentada pela Estética Romântica, como um indivíduo com um dom para a escrita, fundamo-nos em Azize (2001), Chartier (2014), Compagnon (2001), Gagliardi (2010) e outros; chamamos atenção, também, para as críticas a esta concepção romântica de autor, iniciadas no final do século XIX e início do século XX, e fortemente combatida com o surgimento de correntes como o Formalismo russo, *New Criticism* americano e Estruturalismo francês, para tanto, fundamo-nos em autores como: Wimsatt e Beardsley (2002), Stempel (1983), Jakobson (1983), Cohen (2002), Kristeva (1969), Barthes (1984), entre outros. Citamos, ainda, o filósofo francês Michel Foucault (2002), ao rebater a tese da “morte do autor”, proposta por Roland Barthes (1984), ao tecer importantes críticas a essa postura e relevantes considerações a respeito da “função-autor”.

Para demarcar nosso posicionamento e pressupostos teóricos adotados no procedimento de análise, dedicamos uma seção teórica a importantes obras de Bakhtin quanto à sua concepção de autoria, partindo de diferentes fases do desenvolvimento de seu pensamento: inicialmente as bases filosóficas de seu pensamento (*prima filosofia*); depois, à luz da análise de Bakhtin da obra dostoiévskiana e no contexto da evolução do romance; em seguida, no interior da teoria social e filosófica da linguagem (BAKHTIN, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d, 2014, 2017, 2018; SOBRAL, 2019; FARACO, 2017). Também com base em

Bakhtin, dedicamos uma seção à descrição do gênero discursivo dissertação de mestrado, com base especialmente no ensaio *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2011c), além de nos apoiarmos teoricamente em Sobral (2019), Vieira e Faraco (2019), Amorim (2018), Barros (1999), Marcuschi (2008), entre outros, para a construção dessas duas seções.

Em aspecto metodológico, esta pesquisa caracteriza-se como do tipo descritiva, uma vez que procura expor as “[...] características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados” (PRODANOV; FREITAS, 2015, p. 127). Conforme Sampieri, Collado e Lucio (1998, p. 60) citando Dankhe (1986), os estudos descritivos têm a finalidade de apresentar propriedades de pessoas, grupos, comunidades, permitindo avaliar diversos aspectos de um fenômeno – neste caso, a fundação da autoria no processo de produção de uma dissertação de mestrado.

O *corpus* da pesquisa constitui-se das versões que compõem o processo de feitura da dissertação em análise, ou seja: projeto de pesquisa submetido quando da seleção para ingresso no curso de pós-graduação, versões das seções e subseções teórica, metodológica e de análise, texto produzido para qualificação digital e impresso, texto pós-qualificação digital e impresso, texto pós-qualificação para defesa, texto da defesa digital e impresso, texto em etapa de revisão, em suas diversas versões. Na organização de nossos dados, contamos com o auxílio da Crítica Genética, disciplina pertencente à área literária, focada nos estudos dos manuscritos de uma obra, a fim de descrever o seu percurso (SALLES, 2008). Essas produções possibilitaram acompanhar a gênese da dissertação, sendo os chamados “documentos de processo” de acordo com Salles (2017, p. 46), terminologia que procura resolver a problemática do termo “manuscrito”, quando se trata de “[...] documentos sob a forma de cadernos, anotações, diários, assim como ensaios teatrais, copiões, esboços etc., incluindo todo o potencial oferecido pelas mídias digitais” (SALLES, 2017, p. 46-47). Vale ressaltar, também, que a organização dos documentos, à luz da Crítica genética, conforme Pereira (2005), baseada em Biase (1997), implica: Estabelecimento da documentação, Especificação das peças, Classificação genética e Decifração e transcrição.

Desse modo, alguns trechos das versões dos textos que compõem a dissertação de mestrado analisada foram integrados a esta pesquisa por meio de prints (Ctrl+Prt Sc) da tela ou digitalização, no caso dos textos impressos e, em seguida, fizemos o recorte do trecho a ser analisado, com ampliação, quando necessário, de diálogos estabelecidos de forma interativa entre os parceiros, na discussão sobre o texto. Dessa maneira, os dados puderam ser ponderados e discutidos à luz dos pressupostos teóricos segundo a perspectiva sociointeracionista de Bakhtin.

Quanto à organização, esta tese possui seis seções. Assim, na primeira, *Introdução*, apresentamos sumariamente nossa problematização, justificativa, objetivos (geral e específicos), principais fundamentos teóricos e aspectos metodológicos, no intuito de contextualizar a pesquisa.

Na segunda seção, intitulada *A criação da autoria: ascensão, esmaecimento, morte (ressurreição?)*, expomos nossa investigação sobre a autoria em seu percurso histórico, ou seja, a partir de seu surgimento e com especial atenção para os movimentos surgidos entre o final do século XIX e meados do século XX. Inicialmente, abordamos a relação entre a criação da escrita e o surgimento da autoria, uma vez que era inexistente no Período Antigo, ainda na Idade Média passa a ganhar seus primeiros contornos, acentuados no Renascimento, sendo alimentada pela Estética Romântica, de modo que se origina uma concepção de autoria como “dom” para a escrita. Em seguida, em razão dessa concepção exageradamente subjetivista, tratamos das seguintes correntes: Formalismo russo, o *New Criticism* americano e o Estruturalismo francês, responsáveis pelo combate não só a essa concepção, mas à própria existência dessa instância, chegando a propor sua morte. Por conseguinte, abordamos a polêmica da “morte” do autor e os seus desdobramentos na segunda metade do século XX.

Na terceira seção, com o título *A autoria na perspectiva de Mikhail Bakhtin: responsabilidade, responsividade, distanciamento e ativismo no processo de criação*, apresentamos um epítome das proposições do filósofo russo Mikhail Bakhtin no que tange à autoria, com base em algumas de suas principais obras, quais sejam: *Para uma filosofia do ato responsável*, *O autor e a personagem na atividade estética*, *Problemas da poética de Dostoiévski*, *O discurso no romance*, *O problema do texto na linguística*, *na filologia e em outras ciências humanas*. Dessa forma, relacionamos a autoria em Bakhtin com as fases do desenvolvimento de sua teoria. Primeiro relacionada às bases filosóficas de seu pensamento (*prima filosofia*); depois, à luz da análise de Bakhtin da obra dostoiévskiana e no contexto da evolução do romance; em seguida, no interior da teoria social e filosófica da linguagem; por fim, tratamos dos indícios de autoria em Possenti, visto que se funda em Bakhtin, mencionando, ainda, outros estudos nessa linha de reflexão.

Na quarta seção, nomeada *O gênero discursivo dissertação de mestrado: de sujeito pesquisador a autor*, esboçamos nossas considerações sobre gêneros discursivos, com base nos postulados bakhtinianos. Ainda, para avançar um pouco mais, tratando especificamente do gênero acadêmico dissertação de mestrado, fundamo-nos, também, nos Estudos Retóricos de Gênero, tendo em vista ir além dos componentes linguísticos. Nessa seção, quisemos refletir sobre o gênero dentro de um todo, levando em consideração a interlocução, os

parceiros na situação de comunicação, o domínio discursivo no qual esse gênero é produzido, os propósitos comunicativos etc.

Na quinta seção, *Percurso metodológico*, descrevemos o caminho metodológico da pesquisa – os dados, sua coleta e tratamento. Com o subsídio da Crítica Genética, disciplina que tem como objeto de estudos o manuscrito, ou os documentos de processo, após coleta de nossos dados, pudemos organizar nosso *corpus* a fim de acompanhar o processo criativo de uma dissertação de mestrado, produzindo, assim, o prototexto, isto é, um documento que “conta a história” do texto.

Na sexta seção, *Fundação da autoria em processo de produção de dissertação de mestrado: a (inter)mediação como fator preponderante*, expomos as análises de nossos dados, ou seja, recortes de trechos relevantes dos documentos de processo que dão conta do percurso de produção da dissertação de mestrado, no intuito de caracterizar a fundação da autoria na produção de gênero discursivo acadêmico. Os documentos de processo que compõem nossos dados são: textos digitais em formato Word e PDF, textos impressos, mensagens de e-mail e conversas de WhatsApp, os quais receberam tratamento com auxílio da Crítica Genética, sendo analisados com base nos pressupostos teóricos principalmente.

Por fim, seguem as considerações gerais da pesquisa. Neste tópico, sintetizamos nossos achados, no intuito de caracterizar a autoria presente na produção de dissertação de mestrado analisada: um *autor (inter)mediado*, em interação com seus interlocutores, os quais atuam como mediadores em direção à apreensão do gênero e do conhecimento teórico, bem como coautor e, até mesmo, revisor no caso do professor orientador, requisitando do mestrando um posicionamento ativo, uma vez que o sujeito pesquisador e a figura autoral se constituem em um processo concomitante.

2 A CRIAÇÃO DA AUTORIA: ASCENSÃO, ESMAECIMENTO, MORTE (RESSURREIÇÃO?)

Nesta primeira seção teórica, apresentaremos um panorama inicial a respeito do surgimento/estabelecimento da instância autoral e de como tem sido abordada no decorrer de sua história. Dessa forma, este tópico divide-se em três subseções: na primeira, traçamos o percurso do surgimento da escrita, visto ser o aspecto propiciador da origem do autor, passando por momentos importantes com a Antiguidade, Idade Média e Renascença. Na segunda, trataremos da autoria no contexto principalmente das produções literárias, com destaque para três principais correntes: formalismo russo, *New Criticism* americano e estruturalismo francês, quando, na primeira metade do século XX, são intensificadas as críticas a uma concepção romântica de autor, dotado de intenção. Na terceira, discutiremos sobre a polêmica morte do autor e seu debate, conforme proposições de cunho filosófico e histórico em torno dessa figura que ainda gera calorosas discussões.

2.1 A invenção da escrita: um elo com a ascensão da autoria

Desde que se tem notícias do homem sobre a Terra, verifica-se que este passou a ser inventor de muitas coisas: ferramentas, moradia, escrita, artes etc., no entanto a relação entre o suposto inventor e sua descoberta nem sempre teve caráter autoral, como na Antiguidade, por exemplo. A autoria, por sua vez, atualmente e de modo geral, costuma ser definida como a origem de algo, inventor, descobridor, responsável pela fundação de algo, aquele que produz ou compõe obra literária, artística ou científica, e no campo jurídico como aquele que promove ação judicial contra outrem ou que pratica um delito².

Nesta pesquisa, deter-nos-emos somente na relação entre produção escrita e autoria. Partimos, então, do fato de ser o homem o único ser na Terra capaz de comunicar-se por meio de linguagem verbal. Esta, por seu turno, conforme ressalta Camara Jr. (1975), na condição de criação social, faz parte da vida humana como qualquer outra capacidade de natureza biológica – caminhar, por exemplo. Em virtude desse caráter “natural” da linguagem, em um primeiro momento da História não é possível verificar o seu estudo, dado o contexto dos povos primitivos. Entretanto, o autor destaca como importante fator favorecedor do estudo da

² Não nos deteremos nesta acepção jurídica de autoria, mas, sim, quanto à noção de direito autoral, principiada no início da Idade Média e regulamentada a partir do *copyright*, na Inglaterra, no começo do século XVIII (CHARTIER, 1999, 2012); no Brasil, pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

linguagem o surgimento da escrita em decorrência do nível de desenvolvimento e complexidade de uma sociedade (CAMARA JR., 1975).

Não temos a intenção de hierarquizar o falado e o escrito, dando prioridade a um em detrimento do outro, o que, para Kristeva (1969), não possui um sentido histórico, mas somente teórico; abordamos, aqui, a invenção da escrita porque ela “faz com que os homens percebam a existência de formas linguísticas, à medida em que eles tentam reduzir os sons da linguagem à modalidade escrita convencional. [...]” (CAMARA JR., 1975, p. 9). Ademais, frisamos que é com base nos textos escritos, assinados por aqueles que os escrevem/escreveram, que encontramos elementos que dão base e permitem discutir sobre essa instância – o autor.

No tocante ao surgimento da escrita, Camara Jr. em *História da Lingüística* (1975), Higounet em *História concisa da escrita* ([1955] 2003), Fischer em *História da escrita* (2009) e Robinson em *Escrita – uma breve introdução* (2016) convergem em uma mesma constatação: a escrita resulta de um processo de complexização da sociedade. Para o paleógrafo Charles Higounet, estudioso de escritas antigas, a história da humanidade poderia ser dividida em duas grandes eras: “antes e a partir da escrita” ([1955] 2003, p. 10). Conforme esse autor, é o fato social que se encontra na base da civilização, sendo a escrita representativa do avanço do espírito humano; assim, para que haja escrita, salienta Higounet com base em J. Février, é necessária a existência de um conjunto de sinais que façam sentido para uma comunidade e que esses sinais “permitam gravar e reproduzir uma frase falada”, com diferentes desenvolvimentos dependendo da mentalidade e língua em que operam (HIGOUNET, [1955] 2003, p. 11).

O homem primitivo, embora não possuísse uma escrita sistematizada, já realizava registros, no sentido de se comunicar. Robinson (2016, p. 12) cita, por exemplo, alguns sinais misteriosos registrados em uma caverna ao sul da França, os quais têm provavelmente vinte mil anos de idade, sendo pertencentes à última era glacial, o que chama de “‘protoescrita’: marcas visíveis e permanentes capazes de comunicar algo parcialmente ou de modo especializado”. Ele classifica também como protoescrita, primeiras formas de escrita, os petroglifos pré-históricos (pinturas rupestres), os pictogramas, as cordas com nós do império inca, que registravam os movimentos dos deuses, mas reconhece que nem todos os estudiosos seguem essa mesma classificação. Fischer (2009, p. 15) assevera que a humanidade utilizou muitos símbolos gráficos e mnemônicos de vários tipos, a fim de reunir informações; nesse sentido, menciona a utilização, no passado, dos registros com nós, os pictográficos, os ossos

ou paus entalhados, os bastões ou tábuas com mensagens, os jogos de cordas para cantos, os seixos coloridos, os quais ligavam objetos físicos à fala.

Ainda de acordo com Robinson (2016), até o século XVIII era difundida a ideia sobre a escrita ter uma criação de origem divina, entretanto, com o Iluminismo, essa concepção foi irrompida. Dessa forma, atualmente, há estudiosos que concordam que a escrita teve início com base na contabilidade, visto que, “No Oriente Médio Antigo, cerca de seis mil anos atrás, a sociedade suméria em expansão tinha de administrar suas riquezas naturais, trabalhadores, impostos, plantações, taxas, estoques da coroa e do templo, salários e gastos” (ROBINSON, 2016, p. 23); enfim, “A complexidade do comércio e da administração atingiu um ponto que ultrapassou o poder da memória entre a elite governante” (FISCHER, 2009, p. 17).

Em Higounet ([1955] 2003), observamos seu destaque para uma espécie de “especialização” da escrita, ou seja, em linhas gerais, ele faz distinção entre três etapas desde as investidas primitivas até nosso sistema alfabético: escritas sintéticas, analíticas e fonéticas. À primeira etapa, das escritas sintéticas, correspondem as primeiras tentativas de representação gráfica, em que um sinal ou grupo de sinais representariam uma frase ou ideias presentes nela; na segunda etapa, das escritas analíticas, ocorre uma “decomposição da frase em seus elementos” (p. 14), sendo considerada uma das fases mais complexas, à qual relaciona as escritas suméria, egípcia e chinesa; já a terceira etapa, da escrita fonética, ao passar da notação das palavras à dos sons, é chamada por Higounet silábica ou alfabética, havendo a distinção entre vogais e consoantes dentro das sílabas, o que levou ao alfabeto consonantal fenício, ancestral do alfabeto grego.

Os Sumérios, por exemplo, considerados pelos historiadores o primeiro povo a desenvolver um processo civilizatório (técnicas agrícolas, arquitetura, cidades-estado etc.), “[...] serviam-se de uma escrita que representava grupos de cunhas. [...]”; os escribas realizavam um trabalho de ciência, pois necessitavam conhecer o processo de inscrição, além da sistematização da língua conforme categorias semânticas (KRISTEVA, 1969, p. 79). Entre os fenícios, por sua vez, verifica-se uma notação fonética da língua mediante certo número de signos, atenção à sílaba (ou as consoantes), o que se diferencia bastante da escrita egípcia ou chinesa. “Geralmente considera-se a escrita fenícia como antepassada do alfabetismo moderno” (KRISTEVA, 1969, p. 104).

Higounet trata, no primeiro capítulo de sua obra, a respeito dos materiais utilizados para registro dos primeiros escritos, seus suportes, gravados por meio de estiletos ou produtos colorantes (HIGOUNET, [1955] 2003). Desse modo, cita a pedra, a folha de palmeira, o papiro (Antiguidade), o pergaminho (Idade Média), o papel (de origem chinesa, introduzido

no Ocidente pelos árabes – século XI). O estudioso de escritas antigas trata também da invenção da prensa gutenberguiana, no século XV, como mencionaremos adiante.

Dessa forma, tomamos a invenção da escrita como principal propiciadora dos estudos sobre a autoria, seja para tentar defini-la ou para “acompanhar” e descrever seu processo de instauração, como no caso desta pesquisa de doutorado, intitulada *A fundação da autoria no processo de produção de dissertação de mestrado: o autor (inter)mediado*.

Ao tratarmos da temática autoria, pensamos, na maioria das vezes, quase automaticamente, em literatura, certamente em virtude da tradição dos estudos literários e, ainda, de uma noção romântica herdada de originalidade. De acordo com o professor e crítico em literatura Antoine Compagnon (2001, p. 47), “O ponto mais controvertido dos estudos literários é o lugar que cabe ao autor”. cremos que essa controvérsia não seja somente do ponto de vista literário, mas, também, histórico, filosófico, linguístico, visto que a sociedade e suas relações sofrem intensas modificações com o passar do tempo.

No percurso de ascensão da instância autoral, podemos identificar três momentos históricos importantes para sua constituição: Antiguidade, Renascença e Idade Média. Na Antiguidade, conforme vimos no percurso do surgimento da escrita, não havia existência de uma relação entre uma obra, fosse ela de qualquer natureza, e seu suposto “criador”, especialmente por tratar-se de um período de tradição oral, com as canções, recitações; assim os textos dessa época sofriam constantes modificações, adaptações. Ainda que o homem utilizasse sinais para registrar algo ou para comunicar-se (FISCHER, 2009; ROBINSON, 2016), não existia maior preocupação em identificar seu produtor, sendo um período marcado pela contação de histórias, transmitidas pelos contadores, que acrescentavam ou modificavam essas histórias conforme sua vontade (CAVALHEIRO, 2008). Para Cavalheiro e Guerreiro (2016, p. 234), “[...] na Antiguidade, o que se sabe sobre a figura do autor é que a criação e publicação de um texto não conferia reconhecimento ao seu nome e, bem menos, o direito como proprietário de seu trabalho”.

O período Renascentista, situado entre os séculos XIV e XVII, com surgimento na Itália, é marcado especialmente pela ‘invenção e exaltação do indivíduo’, como menciona Cavalheiro (2008), principalmente no tocante às artes, como a pintura, a escultura. Peter Burke, no artigo intitulado *A invenção da biografia e o individualismo renascentista*, trata a respeito do gênero biografia, produzido nesse período, com destaque à “[...] sensação de estranhamento, um desconforto gerado pela frustração de nossas expectativas [...]”, uma vez

que essas biografias não correspondem ao sentido que atribuímos ao termo³, estando carregadas de anedotas (BURKE, 1997, p. 84). No entanto, o historiador inglês considera o pensamento sobre forma e função da biografia para aqueles que as produziram, a fim de “captar a condição do outro”, tendo em vista as diferenças entre o passado e o presente.

O que nos chama a atenção nas considerações de Burke (1997, p. 87) é o fato de que, ao final do século XV, “[...] era frequente que as vidas dos escritores [além de governantes, filósofos e generais] fossem escritas e publicadas como prefácios de suas obras”, conferindo, desse modo, maior destaque à figura do indivíduo, sendo um traço da própria Renascença, em decorrência “[...] de distintos fatores sociais, políticos e econômicos [...]” (CAVALEIRO, 2008, p. 68). Conforme o historiador, as biografias renascentistas eram convencionadas de acordo com seu contexto: a morte de uma pessoa era ocasião para uma oração fúnebre, posteriormente publicada; no caso dos escritores, eram produzidas biografias que figuravam como prefácio de sua obra. Nas palavras de Burke (1997, p. 88, destaque nosso),

Esta questão do contexto da publicação não é trivial. Ela ilustra a ascensão do conceito da *individualidade da autoria*, o pressuposto de que as informações sobre um escritor nos ajudam a entender suas obras. Quase no mesmo momento, como que para sublinhar este ponto, tornou-se comum incluir o retrato dos autores nas suas obras, geralmente como frontispício, como nos casos de Ariosto (1532), Erasmo (1533), Petrarca (1536), Ronsard (1552), Vasari (1568) e Shakespeare (1623).

Esta centralidade na figura do autor, no indivíduo, em sua história, como se apontassem para o sentido a ser “encontrado” em sua(s) obra(s), deu força para a concepção de autor como origem, em uma perspectiva romântica, sendo o sentido resultado da intenção daquele que escreve; vale mencionar que esta concepção foi fortemente combatida pelos críticos literários, no século XX, conforme discutiremos adiante (COMPAGNON, 2001).

Nesse movimento histórico, cultural e intelectual, é importante que nos situemos: demarcamos a Antiguidade como o momento em que não há a presença da autoria, porém, ao

³ A biografia é considerada um gênero literário e também uma fonte historiográfica. Para Carino (1999), “Biografar é, pois, descrever a trajetória única de um ser único, original e irrepetível; é traçar-lhe a identidade refletida em atos e palavras; é cunhar-lhe a vida pelo testemunho de outrem; é interpretá-lo, reconstruí-lo, quase sempre revivê-lo. O mistério do singular é, também, fortíssimo como elemento constitutivo do imaginário cultural de qualquer sociedade ou mesmo civilização” (p. 154). Quanto aos sentidos atribuídos ao longo dos tempos, “As biografias adquirem certas características do paradigma a que correspondem, fazendo com que os relatos de vidas ressaltem este ou aquele aspecto, em que o estilo de narração seja tal ou qual, em que a forma do relato obedeça a determinados padrões, abandonando outros” (CARINO, 1999, p. 158). Portanto, a biografia, hoje, “[...] trata do individual, da trajetória de uma dada vida, específica, concreta” (CARINO, 1999, p. 169).

tratar da Renascença e Idade Média, vislumbramos muito mais um processo para o estabelecimento dessa figura, seu “desenho” e reconhecimento, não fazendo uma divisão cronológica desses dois períodos, pois se interpenetram na sucessão de acontecimentos, como no caso da invenção da imprensa, por Johanes Gensfleisch von Gutenberg, no século XV, que promoveu, também, mudanças que se estenderam à Idade Moderna (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007).

Ribeiro, Chagas e Pinto (2007, p. 30) salientam que a invenção da tipografia proporcionou mudanças na velocidade e quantidade de informações escritas em circulação na sociedade, favorecendo o rompimento da estrutura social, com o surgimento de uma classe média intelectual. De acordo com esses autores, “A tecnologia da impressão desencadeou uma revolução nas comunicações, alargando consideravelmente a circulação da informação, alterando os modos de pensar e as interações sociais” (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007, p. 31). Ademais, o invento da imprensa provocou mudanças na religião (surgimento do protestantismo, com a disseminação dos protestos de Lutero); na educação, via alfabetização e ampliação da propagação do saber, antes restrito a poucos, conforme relatam os autores, fundando-se em Chaves (2005).

Os autores supracitados informam que na Idade Média era comum a existência dos manuscritos “[...] a partir do período dos primeiros conventos, com o trabalho de escrita, pelos copistas, e até a invenção da imprensa” (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007, p. 32). Portanto, eram copiadas obras que tinham o aval da Igreja, dotadas de uma ortodoxia; segundo Barros (2010), ao tratar sobre as heresias na Idade Média, a ortodoxia refere-se a um “‘caminho reto’ associado a um pensamento fundador original, no caso do Cristianismo a um pretenso pensamento que derivaria do Cristo e de seus apóstolos, bem como dos textos bíblicos naquelas de suas interpretações que se queriam considerar as únicas corretas” (BARROS, 2010, p. 4).

Nesse sentido, tudo aquilo que fosse contrário ao pensamento eclesiástico era considerado herético, ainda que ambos acreditassem ser os “[...] verdadeiros defensores da verdade da fé”, no caso de católicos *versus* protestantes (BARROS, 2010, p. 4). Conforme o autor, este ponto caracteriza um fenômeno histórico e social.

Na verdade, depois de um período em que se destacou com alguma evidência por ocasião do Império Carolíngio, ainda com um significado relacionado ao “desvio do pensamento teológico correto”, e depois de um período em que não ocupou mais uma centralidade no pensamento religioso, a noção de “heresia” tendeu a se referir em meados do século XII principalmente a um desvio ou rompimento em relação à Igreja enquanto

Instituição concretamente estabelecida, ao seu projeto universal, à sua legitimidade como único guia da religiosidade na cristandade ocidental (BARROS, 2010, p. 6).

Dessa forma, Barros assevera que em 1277 a Escolástica – doutrina que unia razão e fé – sofreu um “[...] forte abalo com a condenação de alguns textos que tradicionalmente constituíam o corpo canônico do qual os filósofos e teólogos deveriam extrair a matéria de seus problemas acadêmicos”, além disso essa condenação atingiu também “[...] alguns textos aristotélicos e as posições mais racionalistas, constituindo na verdade a expressão de divisões internas que acabaram opondo aos filósofos escolásticos os teólogos escolásticos mais conservadores” (BARROS, 2010, p. 31).

Portanto, a autoria passa a ser identificada e estabelecida no início da Idade Média, visando punir os transgressores; esses livros eram censurados, em razão de serem considerados heréticos, e então queimados (CHARTIER, 1999). Em seguida, o *copyright* – direito sobre a obra –, na condição de processo judicial, principalmente o que “se passou na Inglaterra a partir do começo do século XVIII, depois que o Estatuto da Rainha Ana, votado pelo Parlamento em 1709, transformou profundamente as práticas de publicação dos textos”, também se revela de extrema importância para a invenção do “autor proprietário de sua obra” (CHARTIER, 2012, p. 42, 44).

Observamos, assim, que é na Idade Média que a autoria começa a ganhar forma. Entretanto, no âmbito da Crítica literária, Roland Barthes afirma que “o *autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida pela nossa sociedade, na medida em que [...] ela [a sociedade] descobriu o prestígio pessoal do indivíduo, ou como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’” (BARTHES, 1984, p. 49); para ele, a figura do autor é uma criação capitalista, de onde resulta o Positivismo, marcado pelo cientificismo e consequente reconhecimento daquele que escreve. Acreditamos que a figura autoral tenha sido marcada por todos esses fatos, ao longo do percurso de seu estabelecimento, os quais contribuíram tanto para o seu estabelecimento quanto para os pontos criticados, sendo condicionada por um processo.

O também crítico literário Ian Watt, no livro *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding* (1993), ao discorrer sobre a formação do público leitor e surgimento do romance no século XVIII, menciona, no cenário literário, o predomínio de indivíduos empenhados em produzir e distribuir produtos da imprensa. Segundo Watt (1993, p. 49), no momento em que o patrocínio da corte e da nobreza cessaram, criou-se um vazio entre o autor e seus leitores, o qual fora ocupado pelos chamados livreiros, “[...] que

ocupavam uma posição estratégica entre o escritor e o impressor e entre estes e o público”. No começo do século XVIII, os livreiros “[...] haviam conquistado uma posição financeira, um destaque social e uma importância literária [...]” – que somente seriam ‘balanceados’ com o estabelecimento do *copyright*.

Nesse contexto, vale frisar que a invenção da prensa gutemberguiana, no século XV, também foi decisiva ao longo da chamada Idade Moderna (entre os séculos XV e XVIII), visto que operou o surgimento de duas questões importantes: instrumental e de mudança conceitual. A primeira relacionada à composição de um grande acervo de obras, sem os erros dos copistas e com uma reprodução ilimitada. A segunda trata-se de “uma nova compreensão da distinção conceitual entre o dado, encontrado nos textos ou na natureza, e as percepções e interpretações subjetivas do leitor” (OLIVEIRA, 2016, p. 32).

Trataremos, pois, na subseção seguinte, dessa figura que começa a ganhar seus contornos a partir da Idade Média e Renascimento, com o favorecimento para sua ascensão advindo especialmente do campo da Literatura.

2.2 Da ascensão ao esmaecimento: o percurso da autoria no campo da Literatura

Conforme dissemos, na subseção anterior, ao longo da história, o homem inventou ferramentas, moradia, escrita, artes, produziu técnicas/tecnologias etc., mas, durante muito tempo, não obteve reconhecimento por sua ‘inventividade’, principalmente no período da Antiguidade. Entretanto, a partir da Idade Média e no período conhecido como Renascimento, teve início um movimento de responsabilização do indivíduo, de ‘exaltação da individualidade’, de valorização da criatividade, culminando, desse modo, na criação/estabelecimento da figura autoral (CAVALHEIRO, 2008; CHARTIER, 1999).

Ressaltamos que a autoria, especialmente a partir do Renascimento, esteve vinculada à criação, como fruto do intelecto humano, seja na música, pintura, escultura, literatura, dentre outras áreas, entretanto, nesta pesquisa, nosso foco principal é o processo de instauração da autoria na escrita, em ambiente acadêmico especificamente. Assim sendo, concentrar-nos-emos, nesta subseção, no percurso da autoria na produção escrita literária, visto ser este o âmbito em que mais se discutiu sobre a temática, em especial no século XX, quando, na

tentativa de combater a figura do autor como gênio criador, fonte da criação, origem do sentido, buscou-se retirar o indivíduo do centro, chegando ao extremo de “assassiná-lo”⁴.

É interessante mencionar, também e especialmente, que, além dessa “liberdade individual criativa” celebrada pela poética romântica (AZIZE, 2013, p. 21), a temática “intenção” também representa um dos pontos de divergência entre os críticos da literatura em relação à figura do autor: se até a entrada do século XX acreditava-se que para interpretar um texto literário era necessário recorrer àquilo que o autor “quis dizer” – sua intenção –, daí em diante passa-se a combater fortemente essa ideia, com o argumento de que sua intenção não pode ser acessada e nem deve ser considerada como requisito para julgamento do êxito (ou não) de uma obra (WIMSATT; BEARDSLEY, 2002, p. 641).

Retomaremos a querela sobre a intenção mais adiante. Antes disso, a respeito desse termo ‘literário’, Esteves (2015) esclarece-nos que a discussão sobre o que seja literário ou extraliterário em um texto, até hoje, não é consenso entre os estudiosos da teoria literária moderna⁵; para o autor, não há dificuldade, do ponto de vista do empirismo, em distinguir um poema de uma bula de remédio, mas, quando se trata de uma definição precisa sobre o caráter literário de um texto, alguns entraves se apresentam. Porém, assim como o autor, não é nosso intuito problematizar sobre o conceito de texto literário, mas, sim, partir do pressuposto de que há textos literários e de que é neste contexto de produção que se apresenta com mais firmeza a discussão sobre a figura do autor.

Após a invenção, apropriação e adaptação da escrita pelo homem, ao longo do tempo, deu-se início a uma vasta produção de documentos escritos, sendo-nos possível verificar a existência de textos antigos, considerados literários, vinculados àqueles que os produziram, seus autores. Em consonância com o doutor em Letras Clássicas,

Quando tratamos dos textos antigos – e por antigos me refiro a um grande conjunto de textos que vai da *Ilíada*, no século VIII AEC, até a antiguidade tardia, com, por exemplo, Amiano Marcelino, Símaco e Ausônio, todos no século IV EC – as tendências filológicas mais recentes têm tendência a incluir no conceito de “literatura” quaisquer textos transmitidos pela tradição dos manuscritos (ESTEVES, 2015, p. 201).

⁴ Sobre a tese da morte do autor, defendida por Roland Barthes, trataremos na subseção 2.3, intitulada: *Do esmaecimento ao bloqueio da autoria: crítica a sua polêmica morte e a função autor*.

⁵ Em consonância com Azize (2013, p. 22, destaque do autor), “A literatura – ou o uso dito literário da linguagem – tal como a modernidade a codificou nasce como um espaço crítico que se oferece ao sujeito autônomo inventado por Montaigne, mas também ao instituir como valor central certa ideia [sic] de *autenticidade*”.

Interessante mencionar a respeito dos manuscritos, porém por volta do século XVIII, conforme destaca Chartier (2014, p. 142, destaque nosso), que “O manuscrito assinado tornou-se, assim, o signo exterior e visível do *gênio interior e invisível do escritor* para todos aqueles que não eram capazes de conhecê-lo”. Ademais, Chartier se refere ao pensamento da época, ao discutir sobre propriedade literária, citando o filósofo Diderot⁶, para quem “[...] toda obra é propriedade legítima de seu autor porque uma composição literária é a *expressão irreduzivelmente singular dos pensamentos e sentimentos do autor*” (CHARTIER, 2014, p. 140, destaque nosso). Isso mostra que, se hoje consideramos dúbio relacionar o(s) sentido(s) de uma obra aos sentimentos e intenções do autor, antes parecia perfeitamente normal crer que a intenção – para nós discursiva – se tratasse da expressão da subjetividade de um indivíduo, uma vez que o foco estava no homem principalmente.

No contexto da discussão sobre os direitos do autor, Chartier (2014, p. 139) afirma que a preservação desses manuscritos literários serviu para composição de arquivos que, juntamente com produções de natureza filosófica, estética e jurídica, “[...] definiam um novo regime para composição, publicação e apropriação de textos [...]”. Desse modo, em 1710, na Inglaterra, com o estatuto da Rainha Ana, seguiram-se processos legais que favoreceram noções, tais como: autoria individual, originalidade estética e propriedade literária, de acordo com o autor⁷.

Até o início do século XVIII, os livreiros detinham grande poder sobre as obras então produzidas, uma vez que as comercializavam como qualquer outro produto, porém, após essa nova legislação, seus direitos tradicionais foram minando, no sentido de que ao autor cabia um direito “imprescritível, mas transmissível” (WATT, 1993; CHARTIER, 2014, p. 139), pois o autor, como criador da obra, tinha poder sobre esta, a fim de negociá-la com base em seus direitos legais. Vemos, assim, no campo da legislação, naquele período, a mobilização de concepções, em defesa do autor, que o apontavam e afirmavam como indivíduo dotado de genialidade, de prestígio, de uma capacidade de expressão de sentimentos e pensamentos,

⁶ Denis Diderot, nascido em 5 de outubro de 1713, em Langres, na França, foi uma das mais importantes figuras do Século das Luzes, ao lado de Voltaire e Rousseau. “[...] sua obra e suas ideias [...] encontram-se na base do movimento de Racionalismo francês ilustrado, como do processo de toda a modernidade filosófica, política, científica, literária e artística” (GUINSBURG, 1990, p. 123). A *Encyclopédie* (Enciclopédia) é a obra de sua vida (1750-1772). Como filósofo, seu principal critério em tudo o que produziu e viveu era a naturalidade, especialmente a natureza do homem, sua condição, os problemas morais e o sentido do destino (GUINSBURG, 1990).

⁷ Refere-se ao *copyright* – direito sobre a obra –, ou seja, processo judicial que “se passou na Inglaterra a partir do começo do século XVIII, depois que o Estatuto da Rainha Ana, votado pelo Parlamento em 1709, transformou profundamente as práticas de publicação dos textos” (CHARTIER, 2012, p. 42).

enfim um sujeito com intenções, sendo possível buscar em sua história de vida a explicação de sua obra, em decorrência de um biografismo e psicologismo exacerbados (COMPAGNON, 2001).

Durante muito tempo, vigorou essa noção de autor como gênio, representativo das concepções de uma época, como “sujeito intencional”, fonte de todo o sentido e “dono de seu dizer”, até surgirem as primeiras correntes empenhadas em combatê-la. Segundo Azize (2013, p. 21), a poética romântica foi a principal responsável por “[...] celebrar a liberdade individual criativa [...]” baseando-se na “[...] crença na capacidade da arte para exprimir estados interiores (mentais) objetivos do indivíduo”. Desse modo, o autor-gênio passa a se caracterizar como um indivíduo dotado de “dons naturais” direcionados à produção artística, que retira de seus próprios pensamentos, sentimentos e ideias a “inspiração” para sua criatividade, de modo que a interpretação de sua obra só poderá ser revelada através do “conhecimento” do próprio indivíduo-autor, ou seja, o sentido da obra resulta daquilo que ele “quis dizer”. Nessa direção,

O “gênio” romântico teria consubstanciado a ideia de autor que, até então, mais longe teria levado a aposta na natureza, por assim dizer, genitiva das suas produções linguísticas; noções como autenticidade e sinceridade ganharam estatuto de pedras de toque na valoração artística, ou mesmo na própria legitimidade literária de certo uso da linguagem (i.e, o uso saturado de “literariedade”) [...] (AZIZE, 2013, p. 22).

Logo, para o autor, o “expressivismo romântico” funda uma literatura considerada “autêntica”, assentada sobre um “mentalismo introspectivo”, de maneira que o jogo de linguagem da literatura passa a “corresponder à realidade interior”, não dependendo de nenhum outro fator (AZIZE, 2013, p. 22). É na vida do autor, ou melhor, do indivíduo que se encontra a chave para a interpretação da obra.

Evocamos também as ponderações de Volóchinov (2018), pois denuncia como uma das tendências do pensamento filosófico-linguístico o subjetivismo individualista, ligado ao romantismo. De acordo com o integrante do Círculo de Bakhtin, os estudiosos da língua representantes do subjetivismo individualista buscavam realizar um estudo filológico a partir de dentro, do ponto de vista do falante, sendo, para eles, o enunciado considerado monológico; desse modo, ainda que a tendência romântica se caracterizasse como “[...] uma reação à palavra alheia e às categorias do pensamento [...]” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 201), tomar o enunciado como monológico rompe com o princípio dialógico, com a interação discursiva, lançando luz somente sobre o locutor/autor em detrimento ao ouvinte/leitor.

Nas palavras de Valentin Volóchinov (2018, p. 202), “O que seria então o enunciado monológico do ponto de vista do subjetivismo individualista? – Como observamos, ele é um ato puramente individual, uma expressão da consciência individual, dos seus propósitos, intenções, impulsos criativos, gostos e assim por diante”. Em razão de considerar o enunciado somente pelo prisma do locutor/autor, como produto de suas intenções, segue-se que o processo de compreensão também é comprometido, porquanto o sentido está na mente de quem enuncia, sendo veiculado pela linguagem e quando necessário deve-se fazer um retorno ao autor para compreender o que porventura tenha ficado obscurecido na linguagem, no falado ou escrito.

Então, no combate a essa concepção romântica, Gagliardi (2010, p. 285) assim informa: “A contrapelo de uma crítica do fenômeno literário que procura na psicologia, na biografia e/ou na sociologia do indivíduo fatores determinantes do texto, a maior parte das correntes críticas surgidas no século XX relega ao autor um papel meramente contingente ao fazer literário”. Dentre essas correntes, podemos destacar o formalismo russo, o *New Criticism* americano e o estruturalismo francês, conforme trataremos adiante, sendo a tese da morte do autor uma das posturas mais radicais observadas, que discutiremos na subseção seguinte (COMPAGNON, 2001; GAGLIARDI, 2010; BARTHES, 1984).

Assim, no início do século XX, ganhava contornos o formalismo, com base principalmente na produção do futurismo russo⁸, tendo em vista uma nova reflexão a respeito da constituição verbal da poesia, fugindo das perspectivas românticas, até então vigentes; “O que vale notar neste contexto não é apenas uma estreita correlação entre a *práxis* poética e o programa teórico, mas também a atividade filológica simultânea de toda uma série de poetas russos do começo do século XX [...]” (STEMPEL, 1983, p. 390) – tudo isto visando à discussão sobre o *status* da poesia. Wolf-Dieter Stempel (1983), linguista alemão, menciona,

⁸ Segundo Maia (2008, p. 1), o termo futurismo “[...] seria utilizado na Rússia pela primeira vez por um artista ao intitular a proposta à qual se pretende desenvolver seu ofício. [...] O futurismo russo, diferentemente do movimento homônimo italiano lançado por Marinetti em 1909, era heterogêneo”. Ao contrário do movimento italiano, cujas produções eram expostas ao exame de Marinetti, os futuristas russos defendiam uma postura autônoma. Em 1912, compunham esse movimento dois grupos: o Hiléia, que propunha o desenvolvimento de uma nova linguagem e aversão ao que chamava de linguagem “estagnada”; e os ego-futuristas, que apresentavam como pontos orientadores “[...] a glorificação do ego, do egoísmo, do individualismo; e o valor da instituição e do misticismo como experiências transcendentais, indispensáveis à vida humana” (MAIA, 2008, p. 3). No ano de 1914, Marinetti, ao visitar a Rússia, encontrou por parte dos futuristas “indiferença, boicote e hostilidade”, chegando, então, a “[...] proclamar: ‘os russos são falsos futuristas, que distorcem o verdadeiro significado da grande religião que busca a renovação do mundo pelo Futurismo’ (GRAY, 1971:94)”, porém, depois, afirmou que os futuristas russos, embora distantes de seus ideais, tinham potencial para se desenvolverem (MAIA, 2008, p. 7).

ainda, o antibiografismo característico de alguns futuristas russos, o qual “[...] constitui a sanção externa de uma concepção artística que, ao se questionar a si mesma, se atribui, ao mesmo tempo, a tarefa de determinação da arte e da poesia em absoluto” (STEMPEL, 1983, p. 392).

Nesse sentido, na constituição desse movimento, foi assim formulado o problema para os formalistas: “[...] definição do conceito de poesia (ou de literatura) e pesquisa de sua articulação e organização linguísticas do ponto de vista da percepção, *eliminação das considerações tanto biográficas como produtivo-psicológicas* [...]”, sendo pertinente a Jakobson apenas a “literariedade” como o único objetivo da pesquisa (STEMPEL, 1983, p. 392, destaque nosso). Segundo Gagliardi (2010, p. 286), a noção de autoria não representa para os formalistas um objeto de interesse. Assim, chama-nos atenção, portanto, essa ‘eliminação’ de biografismos e psicologismos como ponto relevante do formalismo, uma vez que denota o desejo de apagar a instância autoral, com destaque único e exclusivamente para a linguagem, neste caso a linguagem poética.

Como dissemos anteriormente, há dificuldade em se definir o que seja um texto literário, não sendo também nossa intenção promover esta discussão, entretanto, Jakobson (1919), em *A nova poesia russa*, conforme cita Gagliardi (2010), afirma que a literariedade – conjunto de procedimentos que tornam um texto literário – estaria presente na linguagem e não na intenção do autor, ou seja, a própria palavra, na poesia, encontra-se imbuída de significado, não se tratando, portanto, de veiculação de emoções e ideias de um indivíduo. A proposta de Jakobson leva-nos a pensar em um sujeito completamente assujeitado, “tomado” pela língua, sem nenhum “poder”, porém, conforme a posição por nós adotada, é possível pensar em intenção como uma resposta que se dá ao outro, em uma perspectiva sociodiscursiva bakhtiniana (BAKHTIN, 2014).

As pesquisas formalistas, nas palavras de Roman Jakobson (1983, p. 485), passaram, inicialmente, por três estágios, quais sejam: “(1) análise dos aspectos fônicos do trabalho literário; (2) os problemas de significado no interior da trama poética; e (3) integração de som e sentido num todo inseparável”⁹. Podemos destacar que o formalismo russo centrou-se nos estudos sobre a poesia e sua linguagem, sobre a criação poética, a fim de fornecer contribuições à crítica literária e servindo como influência a outras correntes, ao partilharem,

⁹ Para maiores detalhes, consultar: STEMPEL, Wolf-Dieter. Sobre a teoria formalista da linguagem poética. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 387-435.

dentre outras teorizações, do ‘abafamento’ do indivíduo nos estudos sobre a linguagem, bem como da supressão da figura autoral na constituição de uma obra.

Outra corrente – ou movimento, como prefere chamar Keith Cohen – que despontou no princípio do século XX, foi o *New Criticism*, ou a Nova Crítica. De acordo com Cohen (2002), professor de literatura, seu surgimento data dos anos 30, no Sul dos Estados Unidos, ocupando papel de grande relevância literária entre 1940-1950. No interior desse movimento, “[...] eram abolidos nítida e deliberadamente os traços das abordagens ‘extrínsecas’, históricas, biográficas e sociológicas [...]” (COHEN, 2002, p. 553), com abordagem central apenas do objeto literário, o que significa, principalmente para nossa abordagem, que no trabalho dos *New Critics*, bem como para os formalistas russos, também não havia lugar para a autoria, em decorrência das abordagens herdadas do Romantismo, em que a vida do autor e o contexto histórico eram preponderantes para a recepção e interpretação de uma obra.

Foram nomes importantes nesse período T. S. Eliot e I. A. Richards, por exemplo, dentre outros – com destaque para William K. Wimsatt (importante teórico anti-intencionalista) já no final do movimento. Cohen (2002, p. 554) menciona que “[...] a tendência antibiográfica deve, certamente, sua origem a Eliot que escreveu: ‘A crítica honesta e a sensibilidade literária não se interessam pelo poeta, e sim pela poesia’”. Já Richards tinha um ponto de vista “[...] fundado sobre a análise das reações do leitor individual ante o objeto literário [...]” (COHEN, 2002, p. 555) – o que, parece-nos, vai ao encontro da perspectiva de Barthes (1984), ao dar relevância ao leitor como lugar onde o texto encontra seu sentido.

Um dos principais debates contrários à autoria concentra-se sobre a importância da intencionalidade para a interpretação da obra literária, conforme encontra-se no ensaio *The Intentional Fallacy*, de William Kurtz Wimsatt e Monroe C. Beardsley, publicado em 1946, na *The Sewanee Review*. Nesse ensaio, Wimsatt e Beardsley (1946, 2002) defendem, conforme já mencionamos, a impossibilidade de acesso à intenção do autor, além de não representar, também, um critério para análise literária. Para os autores, “Não é tanto uma afirmativa histórica quanto uma definição dizer que a falácia intencional é romântica” (WIMSATT; BEARDSLEY, 2002, p. 643), ou seja, esse culto ao espírito humano é herança do Romantismo, do quadro filosófico de um período específico, ora posto em questionamento.

Wimsatt e Beardsley (1946, 2002), em seu ensaio, mencionam que, até então (início do século XX), era aceita a máxima de que para se interpretar/julgar a realização de um poeta era preciso ‘conhecer’ sua intenção, seus planos, “[...] a atitude do autor quanto à sua obra, o modo como sentia, o que o fez escrever” (2002, p. 641). Evidenciam, ainda, uma série de

proposições em voga à época, tais como: um poema não surge do nada, mas de uma cabeça; por meio do poema, o crítico deverá chegar ao que pretendia o autor; “Julgar um poema é como julgar um pudim ou uma máquina. Exige-se que ele funcione. Só inferimos a intenção do artesão porque seu produto funciona”; em um poema o significado pode ser a expressão da personalidade; o autor, ao revisar seu texto, “[...] pode melhor captar sua intenção original” (2002, p. 642). Essas proposições encontram-se fortemente fundadas na intencionalidade, sendo uma intenção de cunho psicológico.

Diante disso, os autores se posicionam totalmente contrários à perspectiva intencional, para eles uma falácia:

Nossa opinião é contudo diferente. O poema não pertence nem ao crítico, nem ao autor (desliga-se do autor ao nascer e percorre o mundo subtraindo-se ao poder ou ao controle do criador sobre ele). O poema pertence ao público. Corporifica-se na linguagem, posse peculiar do público, e trata do ser humano, objeto de conhecimento público (WIMSATT; BEARDSLEY, 2002, p. 643).

Como podemos observar, os *New Critics* empenharam-se não só em retirar do autor os ‘grandes holofotes’ há muito centrados naquilo que ele “quis dizer”, mas ignorá-lo completamente, tendo em vista, segundo Cohen (2002), o ajuste das técnicas poéticas da análise literária.

Nesse contexto, no tocante às pesquisas mais recentes, vale citar a contribuição de João Augusto Máttar Neto. Em seu artigo, intitulado *Teorias Literárias Pragmatistas: a função do autor* (2000), apresenta cinco correntes que considera bastante proveitosas em relação ao autor na interpretação literária, denominando-as: a) A morte do autor, b) O que é um autor?, c) Direitos autorais, d) Intenção do autor e e) Autor-eletrônico; ademais, considera pragmáticas as correntes que se fundam na intenção, ao interpretar textos literários, afirmando serem elas extremamente simplistas. Interessa-nos, aqui, particularmente, a corrente Intenção do autor, ao verificar que Máttar Neto funda-se no debate de Wimsatt e Beardsley, em *The Intentional Fallacy* (1946), sustentando o mesmo posicionamento, em defesa da independência do texto em relação ao autor. Acreditamos que tal postura, radical, transforma o texto em um artefato e ignora o caráter interativo, comunicativo do texto como enunciado (BAKHTIN, 2011c).

Em suas críticas às Teorias Literárias Pragmatistas, afirma que o principal equívoco dessas teorias é a suposição de criação, visto que o “[...] próprio texto, quando começa a ser desenvolvido, vai definindo as direções que podem ser seguidas, gerando novas

possibilidades de combinações, e destruindo outras”, e mais: “O texto vai aos poucos criando vida própria, e a partir de um certo momento passa a resistir às intromissões do autor” (MATTAR NETO, 2000, p. 68). Para nós, parece que o texto (neste caso, o escrito) é considerado, dessa forma, um artefato a ser consultado e a linguagem uma “instância superior” que independe da existência do homem para estar em funcionamento. Neste caso, parece-nos que a língua/linguagem não serve à comunicação humana, à interação entre indivíduos, possuindo um caráter superior ao próprio homem, existindo independente deste.

Dessa forma, registramos, aqui, a posição de Rafael Lopes Azize, então mestre em Teoria Literária, no artigo *A falácia do antiintencionalismo* (2013), em resposta a Máttar Neto (2000, p. 75), quando este conclui seu raciocínio destacando que “[...] a polissemia implica complexidade, e para ser pragmático, tudo deve ser simples”. Para aquele, os teóricos literários formalistas pressupõem que “[...] a literatura é um jogo de linguagem semanticamente à parte dos demais jogos, na medida em que seria particularmente polissêmico” (AZIZE, 2013, p. 19). (Perguntamo-nos, então, se não haveria lugar nesse jogo polissêmico para um sentido que derivasse da intenção, não pessoal, íntima de um indivíduo, mas decorrente de um “propósito comunicativo”?) De acordo com Azize (2013), Máttar Neto rejeita a ideia de intenção como possibilidade dos significados do texto, sem apresentar um argumento para tal, além disso praticamente confessa a possibilidade da intenção, ao tratar sobre linguagem e atos de fala, porém afirma que esta – a intenção – não interessa para a discussão sobre o autor de ficção (MÁTTAR NETO, 2000, p. 71; AZIZE, 2013, p. 19).

Dessa maneira, concordamos com o Professor Azize, ao finalizar seu texto *A falácia do antiintencionalismo* (2013), ou seja:

É fundamental, finalmente, sublinhar este último ponto: não se trata aqui de sugerir que os significados devam ser submetidos a uma correspondência a intenções vividas, como se estas fossem os fundamentos semanticamente estabilizadores daqueles, ou as suas origens puras (estaríamos fazendo tábua rasa das investigações wittgensteinianas sobre a *gramática* e as “significações secundárias”). A ordem das condições é aliás precisamente inversa e deve priorizar a gramática: invalidando absolutamente a aplicabilidade da noção de intencionalidade embutida na gramática dos verbos de comunicação em nome de imperativos formalistas ou da “dupla significação” poética, perde-se de vista a gramática do significado ordinário destes verbos, bem como o de “significado”. Este artigo, em todo o caso, não tratou da intenção em práticas interpretativas, mas tão-somente de uma aplicabilidade mais básica da noção de intenção, ou seja, da presença conceptual desta noção embutida nos significados dos termos que usamos quando falamos de atividades comunicativas (AZIZE, 2013, p. 26-27, destaques do autor).

Significa dizer que os então chamados Pragmatistas não sem razão recorrem à intenção, pois o fazem tendo em vista situações de comunicação e não a análise de estruturas “soltas”. Com base na citação, esclarecemos, primeiro, que não estamos defendendo que se busque somente o significado em uma “intenção pessoal”; segundo, deve-se ter cuidado a fim de não confundir a instância autoral com sujeito psicológico; terceiro, em uma abordagem fundada na linguagem como interação pode haver lugar para a intencionalidade como propósito comunicativo, para o planejamento, desde que colocadas em situações reais de comunicação.

Vale mencionar, ainda, com base em Cohen (2002), que por volta de 1950 teve início o declínio do *New Criticism*, marcado por acusações, como, por exemplo, a de terem eliminado do cânone o romance popular, considerado um gênero “subliterário”, em razão da herança romântica por eles rechaçada; de certo “esnobismo” literário por eles propagado etc. Ademais, o *New Criticism* tinha bases antipositivistas, ou seja, reagia contra ‘as pretensões científicas marxistas’; para os *New Critics*, importava manter separadas a análise literária da ideologia política, algo, no entanto, impossível, causando contradições quanto ao que expressavam e suas posturas (COHEN, 2002, p. 575), sendo mais um motivo para serem alvo de críticas.

O estruturalismo francês, por sua vez, também contribuiu para o esmaecimento do autor, como sinaliza Barthes (1984, p. 51), partindo do ponto de vista literário: “Enfim, de fora da própria literatura [...], a linguística acaba de fornecer à destruição do Autor um instrumento analítico precioso, ao mostrar que a enunciação é inteiramente um processo vazio que funciona na perfeição sem precisar ser preenchido pela pessoa dos interlocutores [...]”.

Nesse sentido, inicialmente, em consonância com Julia Kristeva, destacamos que a linguagem tem sido objeto de investigações há muitos séculos, já a ciência linguística¹⁰ pode ser considerada recente. Dessa forma, “[...] essa linguagem, agora mais do que em outro momento da história, é isolada e como que colocada à distância [...], susceptível de nos dar acesso não apenas às leis do seu próprio funcionamento, mas também a tudo que resulta da ordem do social” (KRISTEVA, 1969, p. 13). Nesse sentido, como salienta Kristeva, a relação entre sujeito falante e linguagem passou por duas etapas (sendo a segunda a definidora de nosso tempo): primeiro, no intuito de explicar a prática da linguagem, foram criados mitos e

¹⁰ Conforme Kristeva (1969, p. 14), “[...] a palavra linguística é atestada pela primeira vez em 1833, mas o termo linguista já se encontra em 1816 em Raynouard, em *Choix des poésies des troubadours* [...]”.

crenças; depois, houve a ampliação do conhecimento científico da linguagem sobre a prática social.

Talvez possamos dizer que, se o Renascimento substituiu o culto do Deus medieval pelo do Homem com letra maiúscula, a nossa época, apagando qualquer culto, traz uma revolução não menos importante, visto que substituiu o último, o do Homem, por um *sistema* acessível à análise científica: a linguagem. O homem como linguagem, a linguagem no lugar do homem, será o gesto desmistificador por excelência, que introduz a ciência na zona complexa e imprecisa do humano, no ponto onde se instalam (habitualmente) as ideologias e as religiões. É a *linguística* que parece ser a alavanca dessa desmistificação; é ela que supõe a linguagem como objecto da ciência, e que nos ensina as leis do seu funcionamento (KRISTEVA, 1969, p. 14, destaques da autora).

Desse modo, observamos que a linguística rompe com a noção de homem como centralidade, em voga no período Renascentista, ao pôr em seu lugar o próprio sistema; portanto, substituiu-se o homem, um ser complexo, pela linguagem, passível de ser analisada cientificamente. É neste sentido que Barthes crê que a Linguística contribui para a destruição do autor: ao retirar do centro o sujeito, mostrando que a enunciação funciona perfeitamente como um ‘lugar vazio’.

Em seus primórdios, a Linguística passou por três fases, até que se estabelecesse o seu objeto de estudo: Gramática – inaugurada pelos gregos, buscava formular regras para distinção entre o certo e errado; Filologia – iniciada na Alexandria, visava fixar, interpretar, comentar os textos; Filologia Comparativa ou “Gramática Comparada” – tem início com os estudos de Franz Bopp, ao estudar as relações que unem o sânscrito ao germânico, no intuito de assinalar afinidades e “parentesco” entre línguas (SAUSSURE, 2012). Até então, a linguística desenvolveu-se como linguística histórica, fornecendo importantes subsídios teóricos, mais tarde, incorporados por Saussure, o qual, com base em um conjunto de princípios, estabeleceu suas dicotomias (MARCUSCHI, 2008).

No *Curso de Linguística Geral*, livro publicado postumamente por seus alunos, em 1916, Saussure inaugura um novo modo de fazer linguística, definindo a língua como seu principal objeto, ou seja, para o mestre genebrino, “[...] ela [a língua] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias [...]” (SAUSSURE, 2012, p. 41). Para ele, no campo individual encontrava-se a

fala, porém, em razão de seu recorte, ficaram de fora dos seus estudos “[...] o sujeito¹¹, a sociedade, a história, a cognição e o funcionamento discursivo da língua [...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 30).

No capítulo *Estruturalismo e crítica literária*, do livro *Teoria da literatura em suas fontes*¹², segundo volume, Luiz Costa Lima (2002) assevera que um dos primeiros frutos do pensamento estruturalista, formulado a partir do *Curso de Linguística Geral*, pode ser observado na linguística, precisamente na fonologia, nos estudos do Círculo Linguísticos de Praga, formado por russos e tchecos, como Trubetzkoy, Jakobson, Mathesius, Mukarovsky, dentre outros. Importante mencionar que, até então, para Jakobson, o Círculo de Praga representava a continuação de um pensamento ainda enraizado na poética (LIMA, 2002, p. 779). A adesão ao estruturalismo no campo dos estudos literários, por volta de meados do século XX, representou uma empreitada bastante controversa, na verdade polêmica; “[...] a palavra ‘Estruturalismo’ serviu para nomear várias correntes afinadas ou mesmo contraditórias, todas elas interessadas em aquilatar a obra literária pela observação da parte formal (assemelhando-se ao formalismo russo) ou pela sua abstração rumo a um nível pretensamente elevado” (CAVALCANTE, 2012, p. 38).

O antropólogo Claude Lévi-Strauss representa a fonte de inspiração de ‘estruturalistas’ como: Tzvetan Todorov, Roland Barthes, dentre outros. De acordo com Lima (2002), o estruturalismo na Antropologia, bem como na Literatura, atacava a história, em razão de sua pouca objetividade ao partir de determinado ponto de vista, e a hermenêutica como forma adequada para se interpretar textos, no caso desta principalmente em virtude dos procedimentos empíricos de crítica literária, aparentemente de cunho “advinhatório”. Vale mencionar que, naquele período, Lévi-Strauss, no campo da antropologia, baseou-se na noção de ‘estrutura’ para “[...] pensar o inconsciente fora dos parâmetros de uma biografia pessoal”, mas, sim, no interior dos fenômenos sociais (LIMA, 2002, p. 787); semelhantemente, Todorov, no campo da literatura, projeta sua ‘estrutura’ na narrativa “[...] fora do real empírico, isto é, fora do texto” (CAVALCANTE, 2012, p. 39). Barthes, por sua vez, ainda que fosse considerado estruturalista, demonstrava inconstância e mesmo contradição, visto que o estruturalismo combatia a hermenêutica, mas seu procedimento era basicamente

¹¹ Não é nosso objetivo, aqui, discutir detalhadamente a respeito dos postulados saussurianos, nem afirmar que Saussure negou a existência do sujeito, mas, sim, esclarecer que o sujeito em Saussure é social.

¹² Publicado originalmente em 1975. Em sua segunda edição (1983), a obra foi ampliada, resultando em dois grandes volumes, os quais tratam de questões de literatura relacionadas a outras áreas, tais como: história, psicanálise, filosofia etc.

hermenêutico – sobre isto trataremos mais detalhadamente na subseção seguinte (COMPAGNON, 2001; CAVALCANTE, 2012).

O advento do estruturalismo, segundo Lima (2002, p. 787), chamou a atenção para a “precariedade dos métodos de abordagem do literário”, no entanto a falta de teorizações que dessem conta de preencher essas lacunas levou o próprio estruturalismo ao esquecimento. Ou seja, os próprios estruturalistas foram responsáveis pela “morte do estruturalismo” (CAVALCANTE, 2012, p. 39).

Assim sendo, seja no formalismo, no *New Criticism* ou no interior da própria linguística, anteriormente a 1960, quando surgem teorias de cunho mais pragmático, tem-se a impressão, mesmo que se justifique por questões metodológicas, de práxis, de que há um esvaziamento do sujeito em detrimento da linguagem, que funciona sozinha, utilizando o ser humano como uma espécie de receptáculo, sendo “possuído” pela linguagem verbal, que o toma, quando esta, na verdade, deveria servir à comunicação, faculdade que pertence ao homem. Não parece que se justifique apagar completamente a figura do autor, na tentativa de corrigir excessos do passado, negando seu papel na criação da obra.

Na seção seguinte, também teórica, abordaremos brevemente as perspectivas linguísticas surgidas a partir de 1960, em especial a Linguística textual, à qual nos filiamos, buscando dialogar com a noção de autoria consoante Mikhail Bakhtin, em que nos baseamos para propor nossas considerações a respeito da autoria em âmbito acadêmico – especificamente na produção de dissertação de mestrado. Na subseção 2.3, a seguir, passaremos a tratar da autoria concentrando-nos especialmente nas principais discussões empreendidas a partir da segunda metade do século XX em diante, seja no campo da literatura ou filosófico, uma vez que, até então, já estava em curso o “apagamento” do autor e também o plano para seu “assassínio”.

2.3 Do esmaecimento ao bloqueio da autoria: crítica a sua polêmica morte e a função autor

Como dissemos anteriormente, nos tempos antigos não havia o reconhecimento da figura do autor, ainda que o homem criasse as ferramentas de que necessitasse em seu convívio social; no Renascimento e na Idade Média, pelo contrário, diante da centralidade do indivíduo, seja nas ciências, nas artes plásticas, na pintura ou na escrita, começa-se a delinear esta instância. No século XVIII, de especial modo na literatura, o autor passa a ser caracterizado com base na exaltação individual, na criatividade, tornando-se, assim, fonte da

criação, origem do sentido, ou seja, um indivíduo dotado de intenção, como vimos. Na produção escrita, especialmente, a vida do autor passa a constituir um dos principais elementos para interpretação da obra – entender aquilo que o indivíduo desejou transmitir –, sendo uma postura baseada excessivamente na intencionalidade. Contrariamente, vemos surgir, na segunda metade do século XX, uma outra postura, inovadora, porém bastante radical: a supressão do autor.

Nesta perspectiva, em *A morte do autor*, texto publicado pelo escritor e crítico literário Roland Barthes em inglês no periódico norte-americano *Aspen*, em 1967, a dimensão que adquire maior visibilidade refere-se a uma teoria que pretendia ser, à época, nova e revolucionária. Barthes (1984), então, afirma que o autor é uma figura moderna, propondo a tese de uma total desvinculação deste em relação à obra, uma vez que acredita que a própria linguagem seja suficiente para o ato da escrita e que é no leitor, e não no autor, que o sentido de uma obra se constitui. Importa ressaltar que não é sem razão esta postura de Barthes. É justamente contra a noção romântica de autor como origem, como gênio criador que ele se posiciona. De acordo com o crítico, se o Autor, como se acreditava, era anterior ao texto, onde se podia buscar a explicação para o sentido da obra, em tempos modernos o *escriptor* tem origem juntamente com o texto, sua existência restringe-se ao momento da escrita, uma vez que “[...] a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, vazio fora da própria enunciação que o define [...]” (BARTHES, 1984, p. 51). Observamos, portanto, que Roland Barthes segue uma orientação estruturalista no tocante à língua, especialmente uma abordagem enunciativa.

Entretanto, vale mencionar, aqui, a polêmica entre Barthes e Raymond Picard¹³, seu contemporâneo, nos anos sessenta, conforme menciona Compagnon (2001). Ou seja, ainda em 1963, Barthes publicou *Sur Racine*¹⁴ [*Sobre Racine*]; nesse texto, tratou a obra de Racine como um todo, tendo em vista a apreensão de “[...] uma estrutura profunda unificadora naquele que chamava de ‘homem raciniano’, expressão ambígua que designa a criatura raciniana, mas também, através de sua criatura, o próprio criador como consciência profunda ou como intencionalidade” (COMPAGNON, 2001, p. 66). O estruturalismo, como discutimos na subseção anterior, tem bases antropológica e psicanalítica, opondo-se ao subjetivismo histórico e à hermenêutica, uma vez que foca somente na estrutura linguística, negando,

¹³ Nascido em Paris, o escritor, crítico literário e professor Raymond Picard cursou a Faculdade de Letras de Paris. Tornou-se professor da Faculdade de Letras de Lyon em 1954 e a partir de 1970 atuou na Universidade de Paris-Sorbonne.

¹⁴ Jean Baptiste Racine (1639-1699) foi um grande poeta trágico da França, além de dramaturgo, matemático e historiador.

assim, interpretações empíricas. Diante disso, Picard, no texto *Nouvelle Critique ou Nouvelle Imposture* [*Nova Crítica ou Nova Impostura*], de 1965, critica exatamente essa contradição em Barthes: ser um estruturalista à procura de estruturas não literárias, mas psicológicas, sociológicas, metafísicas (COMPAGNON, 2001).

Em 1966, Barthes apresenta sua réplica em *Crítica e Verdade*, porém não defende *Sobre Racine*; segundo Compagnon ele torna ainda mais radical sua postura, ao substituir o homem pela linguagem – até, finalmente, “matar” o autor.

Assim, nas palavras de Barthes (1984, p. 52), “Uma vez o autor afastado, a pretensão de ‘decifrar’ um texto torna-se totalmente inútil. Dar um Autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita. [...]”. Diante disso, tece críticas à própria Crítica literária de então, visto que buscava encontrar no autor explicações para o texto, o qual, na perspectiva do crítico francês, é um “tecido de citações”, constituído por palavras de duplo sentido que só podem ser compreendidas por um único ser: o leitor – “[...] é apenas esse *alguém* que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito. [...]” (BARTHES, 1984, p. 53). Trata-se, então, de um leitor ideal instaurado pela própria linguagem? Há que se pensar.

Outra questão que merece nossa atenção refere-se ao fato de que Barthes defende haver uma semelhança entre o escritor e os copistas, uma vez que, para ele, o texto não transporta uma mensagem de um “Autor-Deus”, teológica, mas representa o “[...] espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 1984, p. 52). Sabemos que Barthes dizia-se estruturalista, embora de maneira controversa. Suas análises concentravam-se sobre textos literários especificamente, e não todos os gêneros de textos, na condição de artefato. Diante disso, não visava principalmente à função comunicativa/interacional da língua, mas é importante ressaltar que Barthes toca em um aspecto importante para nós: “escritas variadas”, “tecido de citações”, ou seja, vozes discursivas (BAKHTIN, 2014).

O crítico ainda acrescenta que

[...] o seu único poder [do escritor] é o de misturar as escritas, de as contrariar umas às outras, de modo a nunca se apoiar em nenhuma delas; se quisesse exprimir-se, pelo menos deveria saber que a “coisa” interior que tem a pretensão de “traduzir” não passa de um dicionário totalmente composto, cujas palavras só podem explicar-se através de outras palavras, e isso indefinidamente [...] (BARTHES, 1984, p. 52).

Notemos que nesse “único poder de misturar escritas”, mencionado por Barthes, reside um importante aspecto apontado por Bakhtin como caracterizador da autoria: o “orquestramento” de vozes, não copiadas com base no dicionário, mas administradas no interior do discurso, por um sujeito sócio-histórico, responsivo e responsável por seus dizeres, sem álibi em seu existir, ideológico porquanto encontra-se inserido em um complexo contexto sociocultural (BAKHTIN, 2017). Com o pensador russo, conforme veremos na seção seguinte, a língua é intrinsecamente dialógica, “Todo falante é por si só um respondente em maior ou menor grau [...]” e os enunciados proferidos (falados ou escritos) por indivíduos representam elos na cadeia complexa de enunciados, de modo que a criação estética, o romance representa um exemplo produtivo de um tipo de relação humana – dialógica (BAKHTIN, 2011c, p. 272).

Ao concluir seu raciocínio, o autor sugere que “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor” (BARTHES, 1984, p. 53). Vale mencionar que, por isso, foi bastante criticado. Compagnon (2001), por exemplo, ao discorrer a respeito da “intenção” atribuída à figura do autor, questiona duas posturas relativamente extremas, uma antiga e uma moderna. A primeira, “identificava o sentido da obra à intenção do autor”, estando vinculada especialmente à filologia, ao positivismo e ao historicismo; a segunda, “denuncia a pertinência da intenção do autor para determinar ou descrever a significação da obra” (COMPAGNON, 2001, p. 47), sendo endossada pelo formalismo russo, pelos críticos americanos e pelo estruturalismo francês.

Para Compagnon (2001), essas duas opiniões são extremas e radicais, por isso mesmo não defende a intencionalidade nem denuncia a importância atribuída à intenção do autor. Além disso, identifica uma terceira opinião: a do total afastamento do autor, da qual Barthes é partidário. De acordo com Compagnon (2001, p. 50), “Ao autor como princípio produtor e explicativo da literatura, Barthes substitui a linguagem, impessoal e anônima [...]”, uma vez que considera o autor, como vimos anteriormente, uma personagem moderna, fruto do capitalismo e prestígio individual conferido pela sociedade, que goza apenas de um *status* que, na verdade, não lhe pertence.

A teoria que denunciava o lugar excessivo conferido ao autor nos estudos literários tradicionais tinha uma ampla aprovação. Mas ao afirmar que autor é indiferente no que se refere à significação do texto, a teoria não teria levado longe demais a lógica, e sacrificado a razão pelo prazer de uma bela antítese? E, sobretudo, não teria ela se enganado de alvo? Na realidade, interpretar um texto não é sempre fazer conjecturas sobre uma intenção humana em ato? (COMPAGNON, 2001, p. 49).

Neste ponto, adotamos tais questionamentos de Compagnon como nossos também, pois não cremos que um texto se constitua somente de intenções daquele que escreve ou que não haja no texto intenção alguma, uma intenção discursiva¹⁵ e não psicológica obviamente.

Uma das mais importantes discussões sobre a figura autoral é feita pelo filósofo Michel Foucault, na conferência intitulada *O que é um autor?*, pronunciada em fevereiro de 1969. A obra em questão, um ensaio reflexivo, inacabado, representa uma retomada de questões abordadas em *Les Mots et le Choses (As Palavras e as Coisas)* publicado em 1966, visto ter sido criticado ao reunir nomes como os de Buffon, Curvier, Ricardo “inocentemente”, permitindo “[...] que estes nomes funcionassem com uma ambiguidade muito embaraçante” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 31). Além disso, nessa conferência, tece críticas em resposta à tendência moderna de apagamento da obra em detrimento da escrita e bloqueio do autor – da qual Barthes é o principal representante. De acordo com Gagliardes (2010, p. 288), as reflexões de Foucault em *O que é um autor* ocorrem em um período em que se nota a passagem do estruturalismo para o pós-estruturalismo, isto é, “[...] para um conjunto de reflexões de caráter crítico-teórico em que a recusa do autor é alargada para a recusa do significado, e, no limite, do próprio texto”.

Desse modo, se em *As Palavras e as coisas* Foucault se concentra nas regras de formação de conceitos, teorias, no intuito de investigar “[...] as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas” ([1969] 2002, p. 32), citando, para isto, nomes de autores sem descrevê-los ou classificá-los, sendo criticado em decorrência disto, em *O que é um autor?* Foucault centra suas ponderações na nova questão que se apresenta: o autor e sua relação com a obra, uma vez que esta aponta para essa figura considerada exterior e anterior, aparentemente. Para ele, “A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências” (p. 33).

O filósofo constata na escrita então contemporânea certa *indiferença* quanto àquele que fala/escreve, em decorrência de duas razões em voga na crítica literária: a escrita ter se libertado do tema da expressão, ao desprender-se da expressão de uma interioridade, identificando-se com a exterioridade – neste caso, há uma tendência ao desaparecimento do sujeito que escreve; e a relação entre a escrita e suposta morte do sujeito escrevente, visto que

¹⁵ Discutiremos sobre intenção discursiva com base em Bakhtin.

quem fala é a própria linguagem, não o autor (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 37; BARTHES, 1984).

Na concepção de Foucault, decorrem desses posicionamentos algumas problemáticas a serem consideradas, como a noção de obra e a noção de escrita, por exemplo. Em relação à noção de obra, acreditava-se que não era tarefa da crítica se ocupar das “[...] relações da obra com o autor, nem reconstituir através dos textos um pensamento ou uma experiência [...]”, no entanto “Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa por autor?” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 39). Quanto à noção de escrita, interpretava-se esse apagamento/morte do autor como uma tentativa de libertação, como destaca Barthes (1984, p. 51-52), de “[...] um sentido único de certo modo teológico (que seria a mensagem do Autor-Deus) [...]”, entretanto,

[...] pensar a escrita como ausência não será muito simplesmente repetir em termos transcendentais o princípio religioso da tradição, simultaneamente inalterável e nunca preenchida, e o princípio estético da sobrevivência da obra, da sua manutenção para além da morte e do seu excesso enigmático relativamente ao autor? (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 39).

Como vemos, estas problemáticas ressaltadas pelo filósofo impedem um total bloqueio da figura do autor, na verdade levam-nos justamente a sua perscrutação. Nessa conferência, portanto, Foucault ([1969] 2002) censura o posicionamento dos críticos literários, seja ao focar somente na obra, em sua estrutura e relações internas, seja ao apagar a obra em detrimento da escrita. No caso de apagar a obra e trabalhar com a noção de escrita, separando o autor do texto, ele rebate, de forma contundente, a perspectiva de Barthes, ao “matar” o autor.

Assim, ao refletir sobre o lugar deixado vazio pelo desaparecimento do autor, Foucault sugere iniciar pelos problemas postos pelo uso do nome de autor, fazendo distinção entre o nome próprio e o nome de autor, os quais se encontram “[...] situados entre os polos da descrição e da designação [...]”, funcionando de maneiras diferentes. Em outras palavras, um nome próprio designa um indivíduo, já um nome de autor “[...] exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome de autor faz com que os textos se relacionem entre si [...]” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 44-45).

Para o filósofo,

Em suma, o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso [...] indica que esse discurso não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 45).

Foucault ([1969] 2002, p. 46) observa que em nossa sociedade alguns discursos são providos de uma *função autor*, e outros não. Desse modo, a essa função autor credita quatro características fundamentais, assim resumidas:

[...] a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 56-57).

Para Foucault, a *função autor* é considerada com base em um funcionamento discursivo e não em uma existência individual. Em suas palavras: “A função autor é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 46) – é a função autor que permite o agrupamento de alguns textos sob um *nome de autor*, o qual se diferencia do *nome próprio*, que aponta para alguém no mundo; assim, o filósofo enuncia que os textos começaram a ter, de fato, um autor na mesma proporção em que esta instância se tornou suscetível à punição, “[...] na medida em que os discursos se tornaram transgressores” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 47), ou seja, o discurso, considerado um ato, e não algo material, como uma obra, era situado entre dois polos: sagrado e profano, lícito e ilícito, religioso e blasfemo.

Ainda na conferência, Michel Foucault relembra que há tipos de autores que não podemos confundir com os ‘grandes’ autores da Literatura, nem com autores de textos religiosos canônicos ou mesmo com os fundadores de ciências, aos quais chama “fundadores de discursividades” – além de serem produtores de suas obras, elaboraram algo mais, ou seja, “a possibilidade e regra de formação de outros textos” ([1969] 2002, p. 58). De acordo com Foucault ([1969] 2002), para se conceber o Autor, algumas questões devem ser consideradas: primeiro, ao nome de autor deve estar vinculada uma obra e esta, por sua vez, estar em circulação; além disso, outra característica importante é o fato de ser reconhecido, ainda,

como fundador de uma discursividade, como, por exemplo, Marx e Freud, visto que deram espaço para o surgimento de coisas diferentes, mas pertencentes àquilo que fundaram. Ao finalizar suas reflexões, o autor põe em questão o aparecimento do sujeito nos discursos, sendo o autor somente uma das possibilidades de especificação da função sujeito. Como vemos na abordagem de Possenti (2001, 2002), essa proposta de Foucault limita bastante quem pode ou não ser autor, quais textos são ou não dotados de autoria.

Foucault, ao tratar do caráter transgressor do discurso como um ato e do regime de propriedade para os textos, com o estabelecimento de regras, leis escritas sobre o direito do autor, situa esse acontecimento no final do século XVIII e início do século XIX, entretanto, Roger Chartier (2012), ao retomar a discussão de Foucault em *O que é um autor?*, revisa algumas das informações, como, por exemplo, a cronologia em que situa o surgimento da figura do autor moderno. O historiador francês alerta que, embora não fosse objetivo de Foucault estabelecer uma linha cronológica dos mecanismos propiciadores da autoria, é importante esclarecer que Foucault acaba trabalhando com uma noção burguesa de indivíduo e propriedade, uma vez que o dispositivo da censura encontra seu principal momento na Idade Média, por volta dos séculos XVI ou XVII (CHARTIER, 2012, p. 37).

Chartier defende, ainda, que a propriedade literária deve ser situada no início do século XVIII e não no fim. Dessa maneira, trata a respeito do *copyright* – o direito sobre a obra –, ou seja, do conjunto de prerrogativas estabelecidas para se conferir o direito do autor resultante do processo judicial que “[...] se passou na Inglaterra a partir do começo do século XVIII, depois que o Estatuto da Rainha Ana, votado pelo Parlamento em 1709, [o qual] transformou profundamente as práticas de publicação dos textos”; é no interior desse processo que se forja o “autor proprietário de sua obra”, com base, por um lado, na teoria do direito natural e, por outro, em uma justificativa de ordem estética, fundamentada na categoria da originalidade, conforme mencionamos na subseção anterior (CHARTIER, 2012, p. 42 e 44).

Ademais, de acordo com Chartier (2012), Foucault, ao discutir sobre a autoria no âmbito dos textos ditos científicos, os situa em um regime de anonimato, quando, na verdade,

[...] a validade de uma experiência, a credibilidade de uma proposição, a garantia de uma descoberta, a autenticação de uma narrativa de descoberta ou de experiência reclamam o emprego do nome próprio, não necessariamente o nome próprio do erudito, do técnico ou do profissional, mas o nome próprio daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade da palavra (CHARTIER, 2012, p. 52).

Foucault ([1969] 2002, p. 49) assinala, em relação aos textos científicos, que “[...] é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu”. Para ele, no contexto da produção científica, os textos “[...] eram recebidos na Idade Média como portadores de valor de verdade apenas na condição de serem assinalados com um nome de autor” (FOUCAULT, [1969] 2002, p. 48-49). “No século XVII ou no XVIII produziu-se um quiasma [...]”, uma inversão, tem-se um apagamento da figura do autor, seu nome serve somente para batizar uma teoria, uma proposição, uma patologia etc., diferentemente dos discursos literários, recebidos apenas se dotados de uma função autor, uma vez que, de acordo com Foucault, o anonimato literário só é aceito em caráter de enigma (p. 49-50).

É importante mencionar que esse quiasma observado por Foucault aplica-se somente se tomados os séculos XVII ou XVIII, quando cresce o interesse pela autoria de textos literários, tendo em vista que na Idade Média já se notava a importância de que os textos científicos fossem assinados com um nome de autor, conforme citação do filósofo no parágrafo anterior (CHARTIER, 2012). No tocante aos textos científicos – caso do gênero discursivo dissertação de mestrado analisado nesta tese –, aspecto que nos interessa mais de perto, Chartier (2012, p. 53) assim assevera:

Esse modelo de validação – que é um modelo de validação aristocrático, já que aqueles que têm o poder de dizer a verdade são os príncipes, os ministros, os poderosos – vai construir e validar a posição do autor nos discursos de saber, mesmo quando o erudito não se tratar de um aristocrata. A apresentação de si como um autor desinteressado, que não mantém uma relação de propriedade com os seus enunciados – condição que era necessária para que a palavra do grande ou do príncipe fosse tomada como verdadeira – será aquela no interior da qual se molda a autoria, no duplo sentido da palavra, tanto como autor quanto como autoridade do erudito, do sábio, distante das práticas mercenárias do comércio dos textos.

O autor destaca, ainda, que nos textos literários também pode-se notar esse “desinteresse” em muitos prefácios, prólogos e dedicatórias. Dessa maneira, observa que a função autor encontra-se presente nesses textos, “[...] mas se constrói com base em valores aristocráticos e não em valores de mercado” (CHARTIER, 2012, p. 54). Estas observações são valiosas para nós, na medida em que endossam a pressuposição do funcionamento da instância autoral em textos de natureza científica, bem como literária, sendo uma operação que resulta de um posicionamento frente a valores – valor de verdade de uma proposição –, semelhante ao que Bakhtin nomeia como componente axiológico.

Nesta seção teórica, nosso intuito principal foi apresentar um breve percurso da autoria, desde sua origem à tentativa de seu apagamento, para realizar uma contextualização histórica necessária à compreensão dessa instância e fornecer ao leitor informações que acreditamos serem relevantes. A primeira subseção (2.1), principalmente, cumpriu esse papel de historicização do surgimento dessa instância, com importantes apontamentos contextualizadores da temática abordada, mas sem a necessidade de retomada nas análises. Os dois subtópicos subsequentes (2.2 e 2.3), no entanto, contêm pontos que serão considerados em nosso tópico analítico, seja para refutar ou para concordar com eles.

Em consonância com a discussão travada na subseção 2.2 *Da ascensão ao esmaecimento: o percurso da autoria no campo da Literatura*, consideramos, em nossas análises, que a autoria não decorre de biografismo e psicologismo acentuados, prova disso é o fato de não recorrermos a entrevistas ou investigação sobre a vida do autor de dissertação de mestrado a fim de caracterizá-la, como veremos adiante. A respeito da questão da intenção do autor, reconhecemos a dificuldade de acessá-la, especialmente quando pensada como intenção individual, o que “quis dizer” o autor na condição de pessoa; entretanto, nesta pesquisa, pensamos a intenção em uma perspectiva sociodiscursiva, no que concerne à produção de sentido inerente ao ato comunicativo (BAKHTIN, 2014).

Quanto à subseção 2.3 *Do esmaecimento ao bloqueio da autoria: crítica a sua polêmica morte e a função autor*, assim como o filósofo Michel Foucault, não consideramos produtivo negligenciar a figura autoral, a ponto de “matá-la”, na tentativa de evitar biografismos, psicologismos, ou se creditar à intenção do indivíduo o(s) sentido(s) de um texto. Ainda, com base na discussão realizada nesta seção teórica, acreditamos ser possível aplicar, em parte, o conceito de autoria de Foucault à autoria de dissertação de mestrado em nossas análises – ter uma obra em circulação com seu nome –, conforme veremos.

Na seção seguinte, damos continuidade às nossas reflexões a respeito da autoria, fundando-nos principalmente nos pressupostos bakhtinianos, perspectiva que adotamos para caracterizar a constituição autoral na produção do gênero discursivo dissertação de mestrado.

3 A AUTORIA NA PERSPECTIVA DE MIKHAIL BAKHTIN: RESPONSABILIDADE, RESPONSIVIDADE, DISTANCIAMENTO E ATIVISMO NO PROCESSO DE CRIAÇÃO

[...] As ciências humanas são as ciências do homem em sua especificidade, e não uma coisa muda ou um fenômeno natural. O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto [...]. Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste, já não se trata de ciências humanas [...]. (BAKHTIN, 2011b, p. 312).

Nesta seção, objetivamos tratar sobre a autoria em uma perspectiva bakhtiniana (à qual nos vinculamos), isto é, no contexto das ciências humanas, tendo como central não somente o estudo da linguagem, mas a linguagem como o mais importante elo social entre os homens. Conforme a epígrafe que abre esta seção, verificamos que em Bakhtin, visto ser um filósofo, não se admite um estudo da linguagem desvinculado do homem, fundado primordialmente na estrutura da língua, mas sim que leve em consideração as relações sócio-histórico-discursivas que se estabelecem entre estes, de modo que compreender os fatores que possibilitam o diálogo representa uma das principais características do seu pensamento (CLARK; HOLQUIST, 2008).

Na seção teórica anterior, traçamos o percurso de surgimento, destaque, críticas, discussões, apagamento e até mesmo uma tentativa de total supressão da figura autoral, especialmente no contexto da produção literária, uma vez que, de modo geral, o formalismo russo tinha em vista uma linguagem poética autônoma, o *New Criticism* americano rechaçava toda e qualquer intenção individual e o estruturalismo francês operou uma substituição do homem pela linguagem como objeto científico (BARTHES, 1984; STEMPEL, 1983; COHEN, 2002; WIMSATT; BEARDSLEY, 2002; KRISTEVA, 1969). Essas correntes e posicionamentos vigoraram até pouco mais da metade do século XX, quando começaram a surgir novas tendências, tais como a Linguística Textual, a Pragmática, a Sociolinguística, a Análise do discurso etc., que fugiam da hegemonia estruturalista, caracterizadas como “[...] linhas de trabalho que buscavam observar a linguagem em seus usos efetivos” (MARCUSCHI, 2008, p. 39).

Como salientamos também anteriormente, a questão da autoria foi bastante disputada entre o início e meados do século XX, quando as principais correntes de pensamento passaram a se contrapor à ideia então corrente de autor como gênio, herdada do Renascimento e fortalecida pelo Romantismo, de que a pessoa humana possuiria um “dom” para a produção artística (AZIZE, 2013; CHARTIER, 2014). Destacamos, então, que, nesse período, as obras

de Bakhtin ainda não eram conhecidas pelo restante do mundo, no entanto o filósofo russo já refletia também sobre esta questão, ou seja, a relação entre autor, obra e linguagem, dentre tantas outras questões. Embora suas reflexões tenham sido desenvolvidas principalmente na área literária, extrapolam esse campo, podendo ser estendidas ao campo acadêmico, à produção científica, conforme nossas pretensões nesta tese de doutorado.

O encontro inicial entre os leitores de Bakhtin e seus textos foi marcado por uma descoberta tardia e desconexa, e isto se explica pelos contornos sócio-políticos da Rússia, antiga União Soviética¹⁶ – um país que abandonara o regime czarista e fundara novas bases sobre manifestações revolucionárias, vindo a tornar-se um terreno hostil a partir da década de 1920, após a morte de Lenin e ascensão de Stalin (ARÁN, 2014, p. 8-9). O livro intitulado *Mikhail Bakhtin*, de Katerina Clark e Michael Holquist (2008), publicado em 1984, ajuda-nos a compreender o conturbado contexto de produção e recepção dos textos de Bakhtin na Rússia e no resto do mundo, uma vez que suas produções tornaram-se conhecidas tardiamente e desconectadas umas das outras. Essa produção é considerada a obra biográfica mais completa do pensador, dando conta de sua vasta produção e vivências.

Bakhtin viveu entre 1895-1975. Entre 1918 e 1924 o pensador russo iniciou a escrita de sua produção intelectual, trabalhando em, pelo menos, seis textos, dentre eles *Arte e Responsabilidade* (1919) e *O Problema do Conteúdo, Material e Forma na Criação Verbal Artística* (1924); conforme Clark e Holquist (2008), esses títulos e projetos da estética e filosofia moral aparentemente seriam incompatíveis, no entanto representam distintas maneiras de tratar de um mesmo conjunto de problemas. Embora, hoje, o autor russo seja reconhecido como um dos principais pensadores do século XX, nos anos de 1920 era conhecido somente entre um grupo de amigos e admiradores; na primeira metade de 1930 esteve em exílio político no Cazaquistão; entre 1936 e 1937 atuou em uma faculdade na Mordóvia, de onde se retirou no período das depurações stalinistas, retornando somente após a Segunda Guerra Mundial, onde se aposentou, em 1961 (CLARK; HOLQUIST, 2008).

Somente em 1963 chama a atenção do público a produção de Mikhail Bakhtin, em especial a segunda edição de seu livro sobre Dostoiévski, *Problemas da poética de Dostoiévski*, 34 anos depois, visto que sua primeira edição data de 1929, despertando interesse

¹⁶ Vale mencionar, a título de exemplo, que o livro *Para uma filosofia do ato responsável* foi escrito na década de 1920, porém veio a público pela primeira vez em 1986 (FARACO, 2017); a obra *Problemas da poética de Dostoiévski* teve sua primeira edição em 1929, acompanhada do exílio e ostracismo vividos pelo autor, sendo (re)descoberto somente em 1963, com uma segunda edição; sua produção a respeito de Rabelais data de 1940, período em que a Rússia czarista atingia o máximo de controle e repressão, tornando-se conhecida somente em 1965; a coletânea intitulada *Estética da criação verbal* corresponde a uma obra póstuma do autor (CLARK; HOLQUIST, 2008).

principalmente nos estudiosos da literatura. “[...] O reaparecimento deste trabalho, seguido em 1965 do livro sobre Rabelais, o colocou rapidamente em evidência. Bakhtin pôde então mudar-se para Moscou e uma primeira amostra de sua produção no desterro [...] foi editada em 1975, ano de sua morte” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 22).

A temática autoria perpassa toda a produção de Bakhtin em diferentes obras e momentos, com maior intensidade em umas do que em outras, fundamentada em um caráter essencialmente filosófico, sendo basilar a relação axiológica, valorativa, estabelecida com o herói e seu mundo, isto é, trata-se de um posicionamento valorativo, seja de aquiescência ou não, de aplauso ou sarcasmo, de reverência ou crítica (FARACO, 2009), fundado no aspecto da alteridade, levando-se em consideração o ser-existir e, especialmente, o outro.

No intuito de examinar a abordagem bakhtiniana referente à autoria, visitamos, nesta seção, algumas de suas obras em que ocorre uma discussão mais aprofundada, seguindo um percurso cronológico de desenvolvimento dessas produções quanto à noção ao longo do pensamento do filósofo, além de levar em consideração o que Clark e Holquist (2008, p. 31) chamam de as fases de evolução do pensamento de Bakhtin, isto é, “Houve uma fase filosófica entre 1918 e 1924 aproximadamente, quando, sob pesada influência do neokantismo e da fenomenologia, tentou pensar cabalmente uma compreensiva filosofia própria”. Mais tarde, “Entre 1925 e 1929, começou a afastar-se da metafísica e entrar em diálogo com movimentos intelectuais então em curso, como o freudismo¹⁷, o marxismo soviético, o formalismo, a linguística e até a fisiologia” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 31). Nos anos de 1930, “[...] procurou uma poética histórica na evolução do romance. E, finalmente, nas décadas de 1960 e 1970, retornou à metafísica a partir de uma nova perspectiva da teoria social e da filosofia da linguagem” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 31).

Não iremos nos deter em descrever cada uma dessas fases, mas tomá-las-emos como base, a fim de, nas subseções seguintes, tratarmos do desenrolar da teoria do filósofo quanto à noção de autoria, com a qual iremos desenvolver nossas reflexões. Para tanto, fundamo-nos nas seguintes obras: *Para uma filosofia do ato responsável* (2017), *O autor e a personagem na atividade estética* (2011), *Problemas da poética de Dostoiévski* (2018), *O discurso no romance* (2014), *O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências*

¹⁷ Quanto ao movimento intelectual referente ao freudismo, é de extrema relevância destacar as discussões travadas entre Bakhtin e o Círculo, posto que discutiam assuntos do interesse do grupo; chamamos atenção, porém, para a figura de Valentin Volóchinov, pois, afastada a discussão sobre a autoria de alguns textos, hoje, sabemos que o livro *Marxismo e filosofia da linguagem* foi escrito por ele (MOURA-VIEIRA, 2016).

humanas (2011), além de trabalhos de importantes pesquisadores responsáveis por difundir a produção de Bakhtin no Brasil e em outros países.

Assim sendo, nas subseções seguintes, discutiremos sobre a abordagem bakhtiniana a respeito da autoria relacionando-a inicialmente às suas bases filosóficas, pensando também na ideia de sujeito concebida pelo pensador russo, depois à luz da análise de Bakhtin da obra dostoiévskiana e no contexto da evolução do romance, em seguida sob a perspectiva da teoria social e filosófica da linguagem, por fim discutiremos sobre a teorização a respeito dos indícios de autoria, de Sírío Possenti, que possui vínculo com os pressupostos bakhtinianos e serve também de apoio a nossa investigação.

3.1 A filosofia de Mikhail Bakhtin: bases teóricas e proposições iniciais sobre a autoria

Um dos textos mais conhecidos de Mikhail Bakhtin é o seu famoso ensaio intitulado *Os gêneros do discurso*, produzido entre 1951 e 1953 e publicado em 1979, no qual trata especialmente da *real unidade* da comunicação discursiva, ou seja, o enunciado, e da sua estabilização em gêneros discursivos (BAKHTIN, 2011c). Para alguns estudantes/pesquisadores, este costuma ser o primeiro texto de Bakhtin a ser lido/estudado (caso desta pesquisadora); nele notam-se traços de um estudo linguístico e especialmente filosófico da linguagem que reclama dois movimentos do investigador: um em direção ao que os estudiosos de Bakhtin produziram, pois colaboram para a diminuição da dificuldade de compreensão de seus escritos, bastante complexos; outro em direção às obras do autor, a fim de obter sua própria experiência de leitura e conhecer a ‘fonte’ da teoria. Esta tarefa não é fácil.

Nesta pesquisa, tendo em vista uma investigação sobre a autoria fundada nos pressupostos bakhtinianos, foi necessário operar esses dois movimentos: tentar compreender Bakhtin, dialogicamente, por meio de suas obras e, também, mediante a relação estabelecida entre elas e com os autores estudiosos de sua teoria filosófica da linguagem, que serão citados ao longo do texto. Como dissemos anteriormente, adotamos uma ordem cronológica de suas produções que tratam da autoria e consideramos algumas das fases pelas quais passou a evolução do pensamento de Bakhtin, segundo mencionam Clark e Holquist (2008).

Assim sendo, iniciamos pela obra *Para uma filosofia do ato responsável*, escrita em 1920, mas que se tornou conhecida pelo público somente em 1986, conforme alude Carlos Alberto Faraco, no posfácio da obra em questão. Segundo este autor, o livro

[...] causou certa perplexidade entre os leitores de Bakhtin: a linguagem ocupava lugar pequeno no texto, a grande metáfora do diálogo não era mencionada, não havia igualmente qualquer referência ao riso e à cultura carnavalesca e o único exemplo de texto era um poema lírico que, segundo o entendimento de alguns, era desprezado por Bakhtin [...] Aparentemente era um outro Bakhtin o autor do texto. Era um filósofo que se mostrava; e não o crítico da literatura e da cultura, o estudioso de Dostoiévski e Rabelais ou o teórico do romance com quem seus leitores estavam acostumados (FARACO, 2017, p. 147).

Observamos, pois, um Bakhtin “polifônico”, com várias faces, de forma que, como destacam Clark e Holquist (2008, p. 31), torna-se difícil precisar um Bakhtin definitivo, porque sua evolução passou por diferentes períodos, conforme citamos anteriormente: uma fase filosófica entre 1918 e 1924, sob a influência do neokantismo e da fenomenologia, ao pensar uma filosofia própria; entre 1925 e 1929 afasta-se da metafísica, e entra em contato com o freudismo, o marxismo soviético, o formalismo, a linguística e mesmo a fisiologia; por volta de 1930 dedica-se a uma poética histórica na evolução do romance; de 1960 a 1970 retorna à metafísica, no contexto da teoria social e da filosofia da linguagem. Portanto, o pensador russo dedicou-se “[...] a uma profusão de assuntos, ideias, vocabulários, períodos e disfarces autorais” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 31).

Desse modo, entre 1920 e 1924, Bakhtin inicia o desenvolvimento de seu pensamento ao produzir *Para uma filosofia do ato responsável* (2017), obra bastante complexa e de difícil compreensão, mas que guarda, segundo Faraco (2017, p. 148), “[...] as coordenadas que sustentarão boa parte do edifício posterior [...]”. Segundo comentam Martins, Leite e Pontes (2012, p. 125), esta produção inicial de Bakhtin mostrou-se complexa por algumas razões, especialmente porque: foi produzida pelo autor entre os 24 e 26 anos, sem que tivesse atingido plena maturidade intelectual; havia um desconhecimento relativo às obras lidas por Bakhtin; por conta do regime político de seu país, seus leitores e interlocutores formavam um grupo restrito, muitas vezes oriundos de outras áreas e não do campo filosófico.

Independentemente de qualquer dificuldade, os autores não negam o aspecto seminal da obra, ao revelar problemas para os quais buscaria respostas ao longo de sua carreira intelectual (MARTINS; LEITE; PONTES, 2012). Como relata Amorim (2018), *Para uma filosofia...*¹⁸ faz parte de um conjunto de manuscritos guardados por Bakhtin em um esconderijo em Saransk por receio de perseguição política, revelados por ele somente na década de 1970; para a autora, essa obra representa a matriz filosófica de tudo o que o

¹⁸ Nesta seção, ao mencionar os títulos das obras de Mikhail Bakhtin, alguns deles mais longos, optamos por sua abreviação nas retomadas de seus registros, daí a explicação para as reticências.

pensador russo viria a produzir depois (AMORIM, 2018). Hoje, sabe-se que Bakhtin tomou como referência, direta ou indiretamente: Kant, Hegel, Kierkegaard, Husserl, Rickert, Spengler, Bergson, Dilthey, Simmel, Schopenhauer, Nietzsche, Cohen, Cassirer, conforme relata Augusto Ponzio, na introdução de *Para uma filosofia...* (PONZIO, 2017).

É relevante aludir, segundo sinalizam Clark e Holquist (2008), que a escola filosófica denominada neokantismo¹⁹ dominou a Alemanha entre 1870 e 1920, e também a Rússia. Esta escola abrangia diversas outras filosofias que tinham Kant²⁰ como base, porém com enfoques distintos. O centro do pensamento de Kant “Era a sua formulação da relação da mente com o mundo, que estava no coração de todo o seu sistema”, com ênfase especialmente na interação entre os dois, ao argumentar que o pensamento representa a “[...] síntese de duas fontes de conhecimento, a sensibilidade e o entendimento [...]”; para os empiristas a sensibilidade referia-se ao “reino das sensações”, já o entendimento seria segundo os racionalistas o “reino dos conceitos” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 84). O juízo, por sua vez, era o que Kant definia como pensamento, decorrente da relação simultânea entre sensibilidade e entendimento.

Embora Bakhtin mantenha o diálogo com as formulações de Kant, questiona suas considerações especialmente porque, como destaca Sobral (2019, p. 40), “[...] a ‘validade teórica do juízo’ não considera o componente individual-histórico, a transformação do juízo em ato responsável [...] que envolve a responsabilidade individual de cada sujeito”. Assim, o dever em Kant, o agir do indivíduo, caracteriza-se como um dever formal, teorizado, submetido a leis universais, de acordo com as quais agem todos os sujeitos igualmente, sem que se leve em consideração a individualidade do ser e do próprio evento (BAKHTIN, 2017;

¹⁹ O neokantismo, segundo Clark e Holquist (2008), constitui um fenômeno que se espalhou especialmente pela Alemanha e Rússia na época em que Bakhtin desenvolvia seus postulados, abrigando filosofias com distintos pontos de reflexão. Conforme Martins, Leite e Pontes (2012, p. 136-137), Rickert é considerado o líder da escola dos neokantianos, a escola de Freiburg, para quem “[...] a cognição opera avaliativamente, através de um conhecimento prévio do que é valor, o que Bakhtin não admite para o campo da cognição teórica ou da intuição estética, uma vez que um ato ético é uma ação histórica real do mundo da vida, diferente dos produtos (conteúdo-sentido) dos campos do mundo da cultura [...]”.

²⁰ Immanuel Kant (1724-1804) nasceu na cidade de Königsberg (atual Kaliningrado), sendo pertencente a uma família de origem humilde. Em razão de suas qualidades intelectuais, ganhava a vida como preceptor de famílias nobres. “[...] obteve o título de professor ordinário da Universidade Königsberg com sua célebre dissertação *Sobre a forma e os princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*” em 1770, e obteve seu título de doutor em 1775 (SALGADO; MELLO, 2013, p. 392). De acordo com os autores mencionados, é na obra *Crítica da razão pura* que tem origem a filosofia de Kant, na qual surge o conceito de ideia e a ideia de liberdade; “Ademais, a crítica que Kant faz ao uso da razão permitiu que ela fosse preparada para seu uso correto não somente na esfera do conhecimento, como também na esfera do agir” (SALGADO; MELLO, 2013, p. 393).

SOBRAL, 2019). Segundo Bakhtin (2017), a ética formal aborda o dever como uma categoria teórica, com isso perde de vista o componente individual.

Em *Para uma filosofia...*, o autor russo inicia afirmando que “Também a atividade estética não consegue ligar-se a esta característica do existir que consiste na sua contingência e no seu caráter de evento aberto [...]”, de modo que podemos entender, em consonância com Sobral (2019), que tanto a atividade estética quanto a teorização (operada por Kant e pelos neokantianos) não dão conta da apreensão do componente da vida, pois uma e outra atividade realizam uma separação entre “[...] o conteúdo-sentido de um determinado ato-atividade e a realidade histórica de seu existir [...]”, visto que “Somente na *sua totalidade* tal ato²¹ é verdadeiramente real [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 42, destaque do autor).

Salientamos, então, que Bakhtin propõe uma filosofia própria, chamada *filosofia do ato*, baseada na busca de uma *prima filosofia* – termo advindo de Aristóteles (CLARK; HOLQUIST, 2008; SOBRAL, 2019); trata-se, pois, como sintetiza Sobral (2019, p. 23), da combinação de “[...] elementos repetíveis e irrepetíveis dos atos humanos, uma filosofia que envolve uma epistemologia (teoria do conhecimento), uma gnosiologia (teoria da validade do conhecimento para o sujeito cognoscente), uma axiologia (teoria do valor) e uma ontologia (teoria dos entes e dos seres)”. Com isso, a intenção do filósofo russo era fornecer

[...] uma descrição da arquitetônica real concreta do mundo dos valores realmente vivenciados, não governado por um fundamento analítico, mas com um centro de origem realmente concreto, seja espacial ou temporal, de valorações reais, de afirmações, de ações, e cujos participantes sejam objetos efetivamente reais, unidos por relações concretas de eventos no evento singular do existir (aqui as relações lógicas não são mais que um momento ao lado dos momentos espaciais, temporais e emotivo-volitivos concretos) (BAKHTIN, 2017, p. 123-124).

Conforme Bakhtin (2017), a filosofia contemporânea a ele, principalmente o neokantismo, tornou-se altamente desenvolvida ao elaborar métodos científicos de análise, entretanto não pode ser considerada mais que uma filosofia especializada nos domínios da cultura, de natureza estritamente teórica. O ato, para o pensador russo, somente em sua totalidade pode ser considerado real, assim, quando teorizado, ou quando apenas tomado no plano estético, é separado de sua existência, opera-se, então, uma separação; em suas palavras, “[...] dois mundos se confrontam, dois mundos absolutamente incomunicáveis e mutuamente impenetráveis: o mundo da cultura e o mundo da vida” (BAKHTIN, 2017, p.

²¹ Ato, para Bakhtin, não se define como uma ação física, mecânica simplesmente, mas especialmente como “[...] ato realizado de maneira intencional, um modo de agir no mundo” (SOBRAL, 2019, p. 23).

43). Desse modo, o autor russo distingue, por um lado, a indiferença do teórico ao excluir a “irrepetibilidade do ato individual singular” e desconsiderar o aspecto moral, e a “incapacidade do estético de constituir um plano uno para os atos”; por outro lado, a “[...] não-indiferença, de uma filosofia que considere também o ato individual em sua unidade, que une o repetível da ação em si e o irrepetível do ato singular [...]” (SOBRAL, 2019, p. 39).

Para Bakhtin (2017), portanto, tanto o aspecto teórico quanto o estético compreendem componentes dos atos humanos. Ao integrá-los à unidade do ato, o pensador busca fazê-lo na unidade do ser-evento, de modo que, conforme Sobral (2019, p. 39-40), “Os elementos repetíveis do ato estão no plano da responsabilidade especial [do conteúdo] e, o ser-evento, no da responsabilidade moral (ética)”. Em consonância com Bakhtin (2017), a respeito dos dois mundos cindidos, o da cultura e o da vida, um é aquele onde se objetiva o ato da atividade humana e o outro é aquele onde se vive, onde o ato ocorre irrepetivelmente, em tempo e espaço definidos, assim essa união dos dois planos, esse *Jano bifronte*, que segue em direções opostas, compreende a filosofia primeira de Bakhtin, ou seja, ele procura “[...] dar conta da unidade entre esses planos, e precisamente a partir de um plano uno que não os separe [...]” (SOBRAL, 2019, p. 40).

Dessa forma, Bakhtin propõe a união entre os aspectos teórico e estético, entre os planos cultural e da vida, de modo que essas duas faces se relacionem criando uma unidade única, e ressalta que “Somente o evento singular do existir no seu efetuar-se pode constituir esta unidade única; tudo que é teórico ou estético deve ser determinado como momento do evento singular do existir, embora não mais, é claro, em termos teóricos e estéticos” (BAKHTIN, 2017, p. 43). O autor assevera que o ato deve situar-se em um plano unitário para refletir-se em uma e outra direção, fundando-se em uma responsabilidade bidirecional: quanto ao conteúdo (especial) e quanto ao existir (moral), mas a responsabilidade especial deve representar um momento “[...] de uma única e unitária responsabilidade moral [ética]” (BAKHTIN, 2017, p. 43-44).

Observamos aqui um ponto de fundamental importância na filosofia primeira desse filósofo: a relevância do indivíduo verdadeiramente encarnado, do ser vivente, diferentemente de um sujeito teórico, pois a validade teórica do juízo não comporta o componente individual. Somente de seu lugar único (do meu lugar único) é possível agir de maneira singular (BAKHTIN, 2017); “[...] eu sozinho, e nenhum outro em meu lugar, devo responsabilmente fazer, de maneira não formal, não farisaica, não como uma impostura” (PONZIO, 2017, p. 15). Assim, conforme salienta Sobral (2019), não é a validade teórica que torna imperativo o ato, mas a sua realização responsável pelo sujeito, desse modo “[...] é necessário,

evidentemente, assumir o ato não como um fato contemplado ou teoricamente pensado, do exterior, mas assumido do interior, na sua responsabilidade” (BAKHTIN, 2017, p. 80).

Segundo Bakhtin (2017, p. 96), “Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. A singularidade do existir presente é irrevogavelmente obrigatória [...]”, porque o indivíduo participa do existir de forma única e irrepetível, insubstituível, sem desculpas para o seu existir, isto é, “Este fato do meu *não-álibi* no existir [...], que está na base do dever concreto e singular do ato, não é algo que eu aprendo e do qual tenho conhecimento, mas algo que eu *reconheço e afirmo de um modo singular e único*” (BAKHTIN, 2017, p. 96, destaques do autor). Como vemos, o ato responsável implica reconhecer, assumir, afirmar algo do lugar próprio do indivíduo, uma vez que, conforme Bakhtin (2017, p. 99), “[...] ser realmente na vida significa agir, é ser não indiferente ao todo na sua singularidade”.

Nesse sentido, “Não é o conteúdo da obrigação escrita que me obriga, mas a minha assinatura colocada no final, o fato de eu ter, mais uma vez, reconhecido e subscrito tal obrigação” (BAKHTIN, 2017, p. 94). Vale informar que não se trata pura e simplesmente do ato de assinar, mas também e principalmente de assumir e afirmar determinada postura, ser ativo e comprometer-se como consciência responsável (ARÁN, 2014) – não se assina um contrato, por exemplo, sem lê-lo primeiro, a fim de acordar ou não uma questão, mas, antes, lê-se o documento e assina-se somente ao concordar com todas as cláusulas, e é esta concordância, ou não, que se caracteriza como reconhecimento, como afirmação, e somente o indivíduo, de seu lugar, pode realizar.

Bakhtin (2017) assegura que o ato responsável baseia-se, precisamente, no reconhecimento desta singularidade obrigatória, entretanto deixa entrever a possibilidade de se viver de forma passiva, ignorando a atividade e sendo um impostor, ao não assumir uma postura, não reconhecer e afirmar o ato de seu lugar próprio. Nesse aspecto, o autor indica que “Orientar o ato na totalidade do existir-evento singular não significa, de modo algum, traduzi-lo na língua dos valores mais altos como se aquele evento participativo concreto e real, no qual o ato se orienta diretamente, fosse apenas uma representação ou um reflexo de tais valores” (BAKHTIN, 2017, p. 112); ou seja, o ato responsável não significa a representação de valores universais, mas a sua atualização, e isso só pode ocorrer mediante o ato concreto do indivíduo, sua participação pessoal. Conforme esclarece Sobral (2019, p. 105), “As marcas de sua presença em seus atos lhe tiram em todos os casos o álbi: mesmo que recuse a responsabilidade, o sujeito é responsabilizável, uma vez que deixa em todos os seus atos sua assinatura”. Podemos pensar aqui, por exemplo, em um político filiado a determinado partido,

mas que, pessoalmente, não concorde com as orientações políticas de seu partido e, mesmo assim, vote medidas em consonância com elas; ainda que não concorde, ao votá-las, tanto as reconhece como afirma. Assim, quando tenta negá-las, dizer que não era sua opção pessoal, ainda que tenha reconhecido e afirmado (votado) segundo essas orientações, não está fazendo mais do que procurar álibis para si, agindo como impostor.

Quanto à autoria na produção de dissertação de mestrado, considerada por nós uma posição discursiva²² assumida e expressada pelo indivíduo como ato responsável individual e também requerido sócio-histórico-culturalmente nos campos de utilização da língua, escrita principalmente, em condições de produção mais complexas neste caso, adotamos, nesta pesquisa, o conceito “postura autoral” para denominar esse posicionamento que comporta a adoção de um ponto de vista, de uma opinião e sua afirmação mediante a escrita/apreensão do gênero discursivo em questão (e sua assinatura), ato que só pode e deve ser realizado por aquele que assume tal empreitada – ainda que possa contar com a participação de coautor e/ou outros interlocutores.

Em relação ao valor do ato, moral/ético, vale mencionar que não é a validade teórica do juízo que lhe determina, de forma imperativa, mas a própria realização pelo sujeito, assumindo-o em seu íntimo, ao reconhecer a verdade do dever (SOBRAL, 2019), e isto só faz sentido enquanto o indivíduo vive, existe, não de forma abstrata, mas em correlação com seu lugar singular individual, no qual cada indivíduo participa de momentos de valor do existir (BAKHTIN, 2017). Ainda de acordo com o autor russo, “[...] naturalmente, o sentido emotivo-volitivo da minha morte, da morte do outro, do meu próximo, do fato da morte de cada ser humano real, varia profundamente caso a caso, já que são todos momentos diferentes do existir-evento singular” (BAKHTIN, 2017, p. 106); verificamos nesta citação que Bakhtin desenvolve sua reflexão tendo em vista um indivíduo real, situado em um espaço e tempo, e que é também mortal, ou seja, sua vida possui limites, “E é o fato de esses limites existirem que [...] ‘cria a coloração emotivo-volitiva do transcurso do tempo de uma vida limitada’. A mortalidade é o que confere uma escala de referência ao tempo e ao espaço [...] no curso da vida humana” (SOBRAL, 2019, p. 130).

²² Adotamos a expressão “posição discursiva” com base nos pressupostos bakhtinianos: “Assim, a nova posição artística do autor em relação ao herói no romance polifônico de Dostoiévski é uma *posição dialógica seriamente aplicada e concretizada até o fim [...]*” (BAKHTIN, 2018, p. 71, destaque do autor). Aqui, portanto, não em relação à criação do herói e seu mundo, mas a criação de uma “situação/realidade teórica” na qual ocorre o orquestramento de vozes sociais teóricas citadas na pesquisa (citação de autores), dialogicamente.

Em *Para uma filosofia...*, Mikhail Bakhtin, baseado em princípios filosóficos kantianos, ao refletir a respeito da relação entre a mente e o mundo, entre o homem e o mundo, procura fazê-lo evitando separar vida e cultura, singular e universal, irrepetível e repetível, estético e teórico, a fim de estabelecer uma filosofia própria, uma filosofia moral que dê conta de um mundo no qual o ato seja orientado pela participação singular no existir (BAKHTIN, 2017). De acordo com o pensador,

[...] estes mundos concretos-individuais, irrepetíveis, de consciências que realmente agem [...] tem alguns componentes comuns: não no sentido de conceitos ou leis gerais, mas no sentido de momentos comuns das suas arquitetônicas concretas. É esta arquitetura do mundo real do ato que a filosofia moral deve descrever [...] os momentos concretos fundamentais da sua construção e da sua disposição recíproca. Estes momentos fundamentais são: eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científicos, estéticos, políticos (incluídos também os éticos e sociais) e, finalmente, religiosos. Todos os valores e as relações espaço-temporais e de conteúdo-sentido tendem a esses momentos emotivo-volitivos centrais, eu, o outro, e eu-para-o-outro (BAKHTIN, 2017, p. 114-115).

Observamos, então, que Bakhtin encontra na literatura a possibilidade de compreensão da arquitetura de sua filosofia moral, na qual o centro de valor é o ser humano, situado em uma relação de alteridade, de um eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro, em torno de aspectos fundamentais, tais como os valores de natureza científica, estética, política, religiosa, sobre os quais pensam e agem os indivíduos, a partir de um ponto de vista extralocalizado, exotópico. Para Ponzio (2017, p. 31), “Trata-se exatamente do relacionamento autor e herói no âmbito do texto literário”.

O filósofo russo analisa o poema lírico de Pushkin, intitulado *Separação*, no intuito de descrever a arquitetura do mundo real na condição de vivido e não pensado; em sua análise, Bakhtin (2017, p. 115) propõe tratar da atividade estética como ação “[...] do ponto de vista do autor como participante responsável [...]”. Conforme enuncia Sobral (2019), o autor-criador, embora seja aquele que afirma, nunca trata sobre si mesmo, mas dos outros, pois sua participação na obra é operada de forma exotópica; na poesia analisada por Bakhtin, há dois pontos de vista: do herói lírico e da mulher (que da Rússia volta para a Itália), os quais encontram-se envolvidos “[...] pelo contexto estético unificante e que afirma os valores, do autor-artista e contemplador, o qual se acha colocado fora da arquitetura da visão de mundo da obra [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 131). Desse modo, assevera o autor, “O lugar singular do

sujeito estético (do autor, do contemplador) no existir, o ponto de irradiação de sua atividade estética [...] tem uma só definição: a sua exotopia” (BAKHTIN, 2017, p. 132).

Portanto, o autor-criador, como instância que participa responsabilmente da obra, não se confunde com o indivíduo empírico, com a pessoa física, pois o autor-artista ocupa um lugar único, o lugar de sujeito estético por meio de uma posição exotópica, não fala de si, ou a partir de si mesmo, mas reflete o ponto de vista de um outro. Sobral assim sintetiza:

Por [mais] paradoxal que pareça, a condição para o autor-criador ver o herói ou conteúdo a partir de dentro, isto é, do ponto de vista desse herói ou conteúdo, é o distanciamento exotópico: para ver por dentro o que constitui o âmago da obra, o criador precisa vê-la a partir de fora, como autor-criador, sem estar envolvido como objeto da empatia e da visão, mas como contemplador (SOBRAL, 2019, p. 133).

Para uma filosofia do ato responsável representa o grande tratado de filosofia moral e estética de Bakhtin com base na análise do mundo da visão estética, pois o mundo da arte para Bakhtin, segundo afirma Faraco (2017), embora se encontre entre os mundos culturalmente abstratos, aproxima-se mais do mundo da vida, em virtude de seus tons emotivo-volitivos, o sentir e o agir humanos (BAKHTIN, 2017).

Enquadramos também nesta primeira subseção a produção *O autor e a personagem na atividade estética*, escrita por Bakhtin entre os anos de 1924-1927, que se encontra na coletânea intitulada *Estética da criação verbal*, com sua primeira publicação em 1979 – obra póstuma do pensador russo –, pois permite-nos observar uma continuidade da reflexão sobre a relação entre autor e herói, entre o criador e os seres/mundos por ele criados. Sobre essa relação, na criação estética, Tzvetan Todorov, no prefácio à edição francesa da coletânea, assim destaca:

Em linhas gerais, ela consiste em dizer que uma vida ganha sentido, e com isso se torna um ingrediente possível da construção estética, somente se é vista do exterior, como um todo; ela deve estar completamente englobada no horizonte de alguma outra pessoa; e, para a personagem, essa alguma outra pessoa é, claro, o autor: é o que Bakhtin chama “exotopia” deste último. A criação estética é, pois, um exemplo particularmente bem sucedido de um tipo de relação humana: aquela em que uma das duas pessoas engloba inteiramente a outra e por isso mesmo a completa e dota de sentido (TODOROV, 1970 apud BAKHTIN, 2011, XIX).

Conforme mencionamos, anteriormente, de acordo com Ponzio (2017), isto se trata especificamente da relação autor e herói na literatura. Ao tomar o ato estético como

representativo do ato ético, como um ingrediente, a criação da personagem, do seu mundo, os acontecimentos e suas ações representam uma resposta do autor, do mesmo modo “[...] como na vida nós respondemos axiologicamente a cada manifestação daqueles que nos rodeiam” (BAKHTIN, 2011a, p. 3); entretanto, conforme o pensador, na vida as respostas são dadas a manifestações particulares, não ao homem como um todo, já na obra de arte essa resposta corresponde ao todo da personagem, em virtude do acabamento dado pelo autor. Verificamos, aqui, a respeito dessa atitude responsiva o elemento constitutivo da linguagem em Bakhtin: o dialogismo.

Em o autor e a personagem..., Bakhtin (2011a) discorre sobre a figura do autor na atividade estética como uma instância criativa que ultrapassa a própria obra. Em suas palavras: “Autor: é o agente da unidade tensamente ativa do todo acabado, do todo da personagem e do todo da obra, e este é transgrediente a cada elemento particular desta” (BAKHTIN, 2011a, p. 10) e não deve ser confundido com a pessoa do autor, o autor-pessoa, componente do acontecimento ético e social da vida.

De acordo com Bakhtin (2011a), o autor-criador não se confunde com o autor-pessoa, uma vez que como instância autoral precisa operar de maneira exotópica; caso contrário, se ele reflete suas próprias confissões, já não se trata do autor-criador, mas do indivíduo que expressa a si mesmo. Conforme Faraco (2018, p. 38), “Ele [o autor criador] é entendido fundamentalmente como uma posição estético-formal cuja característica básica está em materializar uma certa relação axiológica com o herói e seu mundo [...]”, seja por meio da simpatia ou antipatia, elogio ou crítica; dessa forma, esse posicionamento axiológico, valorativo fornece ao autor o impulso para construção do todo estético, ou seja, do herói e seu mundo (FARACO, 2009).

Bakhtin (2011a) tece críticas a enfoques que procuram comparar as biografias do autor e da personagem, a fim de explicar a obra por meio do escritor, conforme também criticam os formalistas, os *New Critics* e os estruturalistas, como vimos na seção teórica anterior, visto que aqueles se fundam “[...] na confusão do autor-criador, elemento da obra, com o autor-pessoa, elemento do acontecimento ético e social da vida, e na incompreensão do princípio criador da relação do autor com a personagem [...]” (BAKHTIN, 2011a, p. 9). O autor, portanto, é transgrediente a cada elemento da obra, está para além dela, pois é ele, como consciência criadora, que enxerga e conhece tudo o que as personagens conhecem e mais ainda, pois é ele quem guia a consciência da personagem, de modo que “O interesse vital (ético-cognitivo) pelo acontecimento da personagem é abarcado pelo interesse artístico do autor” (BAKHTIN, 2011a, p. 11).

Nesse sentido é que se opera a relação considerada basilar pelo pensador russo entre autor-criador e personagem, ou seja, “[...] uma tensa distância do autor em relação a todos os elementos da personagem, de uma distância no espaço, no tempo, nos valores e nos sentidos, que permite abarcar integralmente a personagem [...]” (BAKHTIN, 2011a, p. 11), que é apreendida em um contexto axiológico distinto daquele vivido pelo autor, pois um acabamento determinado pela sua própria consciência pode enfraquecer os elementos da personagem e seu mundo. Em *O autor e a personagem...*, Bakhtin (2011a, p. 18) já menciona o tipo de personagem dostoievskiana, autossuficiente e acabada de maneira segura, em contraponto às personagens românticas, que refletem o ponto de vista do autor, ainda que tentem disfarçar.

Para o filósofo russo, ao se contemplar um indivíduo situado fora e diante de nós, verifica-se que “[...] nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem [...]”, dessa forma, cada um, de sua posição, terá uma visão, um excedente de visão, o qual depende da singularidade e insubstitutibilidade de seu lugar no mundo, de forma responsável (BAKHTIN, 2011a, p. 21; BAKHTIN, 2017). Bakhtin comenta que esse excedente de visão é o “broto” onde se encontra a forma e de onde “desabrocha”, mas para que isso ocorra é preciso que esse excedente de visão “[...] complete o horizonte do indivíduo contemplado, sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo de dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele [...]”, após isto, já em “[...] meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento” (BAKHTIN, 2011a, p. 23). Eis a relação do autor com a personagem, exotópica, axiológica, transgrediente, isto é, opera-se de forma extralocalizada, baseia-se em valores morais/éticos, estando o autor para além da obra, ainda que participe dela, pois sempre sabe e conhece mais que as personagens.

Compreendemos, em Bakhtin (2011a, p. 51), que o juízo de valor só se torna possível a partir da relação com o outro, porque, como afirma, “Eu mesmo não posso ser o autor do meu próprio valor, da mesma forma que não posso levantar-me pelos cabelos”. De acordo com Clark e Holquist (2008), a ética não se constitui com base em princípios abstratos, mas sim baseada em atos reais, no decurso da vida, de modo que *meu selfs* responde a outros *selves* e ao mundo a partir de lugar e tempo únicos na existência. Conforme comentam os autores citados:

A arquitetônica avulta amplamente no trabalho ulterior de Bakhtin, por causa de sua ênfase na ação, movimento, energia e *performance*. A vida, enquanto acontecimento, pressupõe *selves* que são “performadores”. Para ser bem-sucedida, a relação entre mim e o outro precisa ser moldada em *performance* coerente e, assim sendo, a atividade arquitetônica da autoria, que é a construção de um texto, corre em paralelo com a atividade da existência humana, que é a construção de um *self* (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 90, destaques dos autores).

Entendemos, então, que o *eu*, na condição de *performance*, constitui-se fundamentado na *outridade*, sendo o diálogo o elemento que permite as trocas e a distinção *self/outro* baseada nas diferenças, uma vez que a vivência axiológica real e concreta de cada indivíduo possui dupla natureza, “[...] *eu* e os *outros* nos movimentamos em diferentes planos de *visão* e *juízo de valor* (um juízo de valor real, concreto e não abstrato) e, para que sejamos transferidos para um plano único e singular, eu devo estar axiologicamente fora da minha vida e me aceitar como outro entre outros [...]” (BAKHTIN, 2011a, p. 54, destaques do autor). Vale mencionar que, para Bakhtin, o *self* nunca é completo e acabado, já que sua existência está condicionada ao dialogismo (CLARK; HOLQUIST, 2008; BAKHTIN, 2011a).

Bakhtin, então, em *O autor e a personagem...*, sinaliza que o autor, na atividade estética, pode ser definido como participante do acontecimento artístico, em razão do caráter dialógico que atravessa não só a obra, como também a própria vida, e viver, completa o filósofo, implica ocupar uma posição axiológica em cada momento, o que só se realiza entre duas consciências. Mas somente o outro, como centro axiológico, pode tornar-se o herói de uma obra, afirma Bakhtin (2011a, p. 174), “[...] só ele pode ser essencialmente enformado e concluído, pois todos os elementos do acabamento axiológico – do espaço, do tempo, do sentido – são axiologicamente transgredientes à autoconsciência ativa [...]” do autor, o qual deve assumir uma posição de distância, representando para o leitor não uma pessoa, uma personagem, mas uma instância responsável e autorizada a orientá-lo, um *princípio* a ser seguido. Se saímos desse contexto, passamos à atitude de individuação do homem, confundindo o autor-criador com o autor-pessoa.

No subtópico seguinte, estabeleceremos algumas discussões sobre a noção de sujeito nas ciências humanas, a fim de compreendê-lo nos postulados de Bakhtin e delinear a perspectiva por nós adotada.

3.1.1 Um sujeito para a instância autoral

Conforme discutimos na seção teórica anterior, a respeito do surgimento da noção de autoria (na escrita e em decorrência desta), vimos no período denominado Antiguidade a sua total inexistência, ainda que os homens utilizassem sinais para fazer registros ou para se comunicar (FISCHER, 2009; ROBINSON, 2016). Entretanto, ainda que não houvesse autoria – em termos de uma posição discursiva –, os homens já estavam presentes no mundo, estabelecendo contato uns com os outros, não sendo simplesmente uma espécie de “veículo” para a linguagem verbal, mas sujeitos que iam se constituindo dada a complexidade das sociedades.

Vale lembrar que o período Renascentista, entre os séculos XIV e XVII, propiciou um movimento de “exaltação individual”, principalmente nas artes, pintura, escultura, fomentando aquela que seria a concepção romântica de autor como “gênio criador”, como indivíduo dotado de um “dom”, neste caso para a escrita (CAVALHEIRO, 2008); ademais, na Idade Média, período ao qual se imbricou o Renascimento, alguns fatores apontaram para essa figura, tais como o forte desenvolvimento do campo cultural, a criação da prensa gutemberguiana, a maior difusão da cultura escrita (literatura e ciência), o domínio da Igreja Católica no sentido de classificar obras como heréticas, identificar esses hereges para punição e, ainda, o estabelecimento do *copyright* (direito sobre a obra), entre outras questões (HIGOUNET, 2003; FISCHER, 2009; HOBINSON, 2016; CAVALHEIRO; GUERREIRO, 2016; CHARTIER, 2012).

Observamos, então, que, por muito tempo, autoria e pessoa se confundiram, de modo que havia destaque para a relação entre o criador de uma obra e sua biografia, como se a interpretação, baseada na contemplação daquilo que fora criado, dependesse desse movimento de perscrutação da vida do artista, buscando nela aspectos significativos. Para Roland Barthes (1984, p. 49), o autor, considerado uma personagem moderna, nasce do prestígio adquirido pelo indivíduo, tendo sido “[...] o positivismo²³, resumo e desfecho da ideologia capitalista, a

²³ O Positivismo é uma corrente teórica fundada pelo filósofo francês Augusto Comte, o qual, preocupado com crises sociais e políticas, propunha uma nova organização social baseada no conhecimento científico, sendo o primeiro a mencionar o termo sociologia. Para ele, o conhecimento humano passa por três estágios: teológico – os fenômenos resultam de uma vontade livre; metafísico – os fenômenos são consequências de abstrações; positivo – neste caso, substituindo os estágios anteriores, os fenômenos podem ser explicados por leis científicas (SILVINO, 2007). Assim, “cultuou” quase religiosamente a centralidade da ciência como única via para explicação de todas as coisas; desse lado não se encontrava o proletariado, mas, sim, a burguesia, as figuras importantes, enfim aqueles que poderiam contribuir para o desenvolvimento da sociedade; no campo da história, na

conceder a maior importância à ‘pessoa’ do autor”. Entretanto, se autoria e pessoa não se confundem, conforme acreditamos, a problemática encontra-se muito mais na confusão feita entre um e outro (autor e pessoa biográfica) do que em supor que a autoria seja uma ilusão ou resultado da supervalorização e vaidade de alguns indivíduos.

De acordo com Ágoas (2017, p. 466), ao discorrer a respeito da abordagem historiográfica, no decorrer do século XX, “[...] é consensual afirmar que foi por oposição a uma história política e fundamentalmente centrada nas acções de indivíduos que se foram impondo os principais movimentos de renovação da disciplina a partir da década de 1920”, especialmente com a Escola dos *Annales*²⁴. Observamos, assim, que o século XX foi marcado por movimentos questionadores da centralidade do indivíduo em diversas áreas, pois concomitantemente a isto, como discutimos no primeiro capítulo teórico, algumas correntes, tais como a crítica literária, o formalismo russo e o estruturalismo francês, buscavam afastar o sujeito (e, portanto, o autor) de suas proposições.

Segundo Cordeiro (2014), ao refletirmos sobre o homem vivendo em sociedade, em perspectiva filosófica, podemos ser norteados por dois diferentes domínios: o da imanência e o da transcendência. A autora segue sob o domínio da imanência, no qual situa o pensamento de Michel Foucault a respeito do sujeito, de modo que “Ao invés de buscar as origens em um sujeito, a filosofia da imanência desliza pela história, traçando as relações que se dispuseram em torno de um objeto, para que assim houvesse emergência [de] um campo de saber, circunscrito por diagramas de poder” (CORDEIRO, 2014, p. 118).

Ao seguirmos pelo domínio da transcendência na filosofia, segundo destaca a mesma autora, baseamo-nos em pensadores que tratam de fenômenos relativos ao sujeito partindo de um mundo exterior ou de uma verdade interna ao sujeito, como do ponto de vista platônico, por exemplo. De acordo com Ponzio, na introdução de *Para uma filosofia do ato responsável*, “[...] em Bakhtin o sentido não é conferido [...] pela consciência intencional, por um sujeito transcendental, mas pela ação responsável que exprime a unicidade do ser no mundo sem álíbi” (PONZIO, 2017, p. 24). Assim, compreendemos que em uma linha bakhtiniana o

perspectiva positivista, os acontecimentos eram estudados tendo em vista os grandes feitos individuais, com foco nos chefes de Estado e figuras consideradas importantes.

²⁴ “A escola dos *Annales* tinha suas origens naquilo que Heri Berr, na década de 1980, entendeu ser o mal causado pela inadequação da historiografia em relação à Era Moderna. Era um tempo que clamava por uma disciplina de caráter científico que pudesse elaborar generalizações sobre as relações entre as vidas e os acontecimentos individuais, englobar toda a vida, não apenas os assuntos e os homens de Estado, e explicar ou dar sentido sem que se precisasse recorrer à filosofia transcendente ou a elementos teológicos. A fundação, por Henri Berr, da *Revue de Synthèse Historique* deu início, na França, à busca por uma nova história, que passasse a discordar da histórica acadêmica que prevalecia” (BREISACH, 2013, p. 368).

sujeito não está posto de forma transcendental, mas social e dotado de singularidade a partir de seu lugar.

Na subseção anterior, ao tratarmos das bases do pensamento filosófico de Mikhail Bakhtin, sua *prima filosofia*, mencionamos que a especificidade das Ciências Humanas é o estudo do homem, o qual se exprime (fala), cria texto, conforme assevera o pensador russo (BAKHTIN, 2011b). Para ele, a separação operada pela corrente filosófica de sua época entre mundo da cultura e mundo da vida, a fim de se refletir sobre o homem, propiciou a invenção de “[...] um sujeito puramente teórico, historicamente inexistente, uma consciência geral, uma consciência científica, um sujeito gnosiológico” (BAKHTIN, 2017, p. 48).

Consoante Souza e Albuquerque (2012, p. 110), a reflexão sobre a constituição de uma epistemologia das ciências humanas, em perspectiva bakhtiniana, exige do pesquisador o enfrentamento de um desafio inicial, ou seja, “[...] a caracterização do que é conhecer um objeto, e o que é conhecer um indivíduo, outro sujeito cognoscente”, uma outra consciência, uma vez que “O objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*” (BAKHTIN, 2011e, p. 395, destaque do autor). Dessa forma, para abrir-se ao conhecimento do outro, deve-se manter certo distanciamento, uma vez que estar aberto ao outro significa, de alguma forma, estar voltado também para si.

Segundo afirma Bakhtin (2011a), deve-se ter em vista a distinção entre o que ele chama autor-pessoa (o indivíduo) e autor-criador (a instância criativa), os quais não se confundem, ainda que a existência de um pressuponha o outro; o pensador russo destaca que o autor encontra-se presente no todo da obra e não em algum de seus elementos, como acreditava a crítica literária de então, procurando no conteúdo a figura do autor-homem, o qual pertencia a uma época, tinha uma biografia, possuía uma visão de mundo (BAKHTIN, 2011e). Para o autor, a estética literária representava esse terreno propício à reflexão sobre o indivíduo, não como coisa, mas como sujeito, “[...] porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico*” (BAKHTIN, 2011e, p. 400, destaque do autor).

Souza e Albuquerque (2012, p. 111) ressaltam como premissa da epistemologia das ciências humanas de Bakhtin uma intensa problematização a respeito do positivismo no pensamento ocidental moderno, isto é, “[...] de que o conhecimento que os homens podem ter do mundo natural é diferente do conhecimento que os homens podem ter de si mesmos, sobre sua natureza, suas criações e formas de vida”. Afastando-se da centralidade de um indivíduo gnosiológico, origem do conhecimento, passa-se a considerar que o conhecimento resulta do

encontro com o outro, em um processo dialógico e alteritário, sendo estes conceitos inseparáveis no interior do pensamento bakhtiniano (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012).

Medeiros (2006), ao tratar sobre o sujeito na construção de uma epistemologia das ciências humanas em Bakhtin, afirma que o homem é considerado para este um ser social e que só pode ser conhecido por meio de seus textos, de modo que “No plano da responsividade o homem é um ser de resposta” (MEDEIROS, 2006, p. 3). Nas palavras do próprio filósofo,

Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição *definida* em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2011c, p. 297).

Portanto, o sujeito, para Bakhtin, como um ser, deve encarnar-se em um ser humano real dotado de singularidade, pois somente de seu lugar único pode assumir sua posição no interior do ato (responsável e responsivo), uma vez que para o sujeito não há alibi no existir. Ademais, como ser social, o sujeito constitui-se na interação e, conforme Bakhtin (2011b, p. 328), “Só o enunciado tem relação imediata com a realidade e com a pessoa viva falante (o sujeito)”, de modo que o enunciado não é determinado apenas por sua relação com o objeto e com o “sujeito-autor falante”, mas principalmente por sua relação com outros enunciados – em resposta uns aos outros.

Pensando nesse ser real, encarnado, em nossa pesquisa, dialogamos, ainda, com as proposições do analista do discurso Patrick Charaudeau, visto que em sua proposta de refletir sobre o Discurso e os protagonistas dos atos de linguagem, no interior da sua Teoria Semiolinguística²⁵, procura refletir a respeito do sujeito na condição de falante confrontado todos os dias com diferentes atos de comunicação e não como um sujeito puramente assujeitado, pré-determinado pela própria linguagem. Trata-se de dialogar com perspectivas contemporâneas a nós, estabelecendo, desse modo, um diálogo com as proposições de Bakhtin, enriquecendo ainda mais o debate.

²⁵ A Teoria Semiolinguística do analista do discurso Patrick Charaudeau encontra-se no interior dos estudos discursivos, tendo como objeto de estudo o “fenômeno languageiro”, resultante de uma dupla dimensão: implícita e explícita. Assim, o “[...] discurso em uma problemática que estabelece uma ligação entre os fatos da linguagem e certos fenômenos psicológicos e sociais, tais como a ação e a influência, sendo, portanto, uma teoria interdisciplinar” (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 3).

Para Charaudeau (2016, p. 7), conforme indica no prefácio da obra *Linguagem e Discurso: modos de organização*, “A linguagem é própria dos homens. [...] A linguagem é um poder, talvez o primeiro poder de um homem. [...] Mas esse poder não cai do céu. São os homens que o constroem, que o amoldam através de suas trocas [...]”.

Na produção de uma dissertação de mestrado, conforme analisaremos, tendo em vista refletir sobre a instância autoral que se constitui nesse processo de produção, em diálogo com seus interlocutores, em diversas situações comunicativas (por meio de encontros pessoais, de mensagens de e-mail, de aplicativo de mensagens, de reuniões formais para qualificação e defesa etc.), destacamos que antes de constituir-se autor o mestrando encontra-se no lugar de sujeito, que é social, que se relaciona com seus pares, que se apropria desse poder concedido pela linguagem, como assevera Charaudeau (2016).

Segundo o analista do discurso, algumas teorias linguísticas e semióticas permitem entrever diferentes posicionamentos sobre a linguagem: como um objeto transparente ou como um objeto não transparente. Ao considerarmos o segundo posicionamento, a linguagem como objeto não transparente, devemos ter em vista que “[...] o processo de comunicação não é o resultado de uma única intencionalidade, já que é preciso levar em consideração não somente [...] as intenções declaradas do emissor, mas também o que diz o ato de linguagem²⁶ a respeito da relação particular que une o emissor e o receptor” (CHARAUDEAU, 2016, p. 17), ou seja, deve-se considerar os interlocutores e, também, o contexto comunicativo, as relações que se estabelecem entre os interlocutores. Ademais, é importante reconhecer que todo ato de linguagem constitui-se não só daquilo que é manifestado (Explícito), mas ainda de sentidos múltiplos que dependem de aspectos circunstanciais da comunicação (Implícitos), conforme sinaliza Charaudeau (2016)²⁷.

O autor utiliza como exemplo para a compreensão do explícito e do implícito a frase “Fecha a porta”. Do ponto de vista do que está explícito, o significado de “porta”, como objeto que permite a passagem de um indivíduo para dentro ou fora de um recinto, é partilhado entre as pessoas, o termo opõe-se à “janela”, pode ser combinado de diversas

²⁶ Definido pelo autor como um “encontro dialético” entre os sujeitos da linguagem, baseado em um processo de produção e interpretação, um ato interenunciativo.

²⁷ Segundo Charaudeau (2016), o “fenômeno linguageiro”, com base no implícito, explícito e suas interações, pode ser definido em um duplo movimento: exocêntrico e endocêntrico. O primeiro, exocêntrico, é movido por uma força centrífuga que leva o ato de linguagem a significar em uma intertextualidade; o segundo, endocêntrico, é movido por uma força centrípeta que leva o ato de linguagem a significar em um ato de referência e de simbolização. Vale lembrar que Bakhtin aborda, em *O discurso no romance*, as duas forças em jogo na linguagem: as forças centrípetas e as forças centrífugas, responsáveis pela unificação e desunificação, respectivamente. Embora não cite Bakhtin, vemos em Charaudeau (2016) uma proximidade com o pensamento do autor russo.

maneiras com outros signos (“abra uma porta”, “abra a porta”, “fecha aquela porta” etc.). Quanto ao implícito, “Fecha a porta”, levando-se em consideração a intenção do sujeito, segundo Charaudeau (2016), pode comunicar outra(s) coisa(s), tais como: “estou com frio”, “vou contar-lhe um segredo”, “o barulho do corredor está incomodando” etc.

Vale ressaltar, com base no autor, que “O ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita. Este explícito significa outra coisa além de seu próprio significado, algo que é relativo ao contexto sócio-histórico” (CHARAUDEAU, 2016, p. 17). Além disso, “os seres de fala não são desencarnados já que são definidos em suas diferenças. O emissor é diferente do receptor pelo fato de que este último pode construir um sentido não previsto pelo emissor”. Ainda nas palavras de Charaudeau, “A competência desses falantes é múltipla. [...] não reside unicamente na aptidão para representar o mundo por um explícito linguageiro, mas na aptidão para significar o mundo como uma totalidade [...]” e isto “[...] inclui o contexto sócio-histórico e as relações que se estabelecem entre emissor e receptor” (CHARAUDEAU, 2016, p. 17).

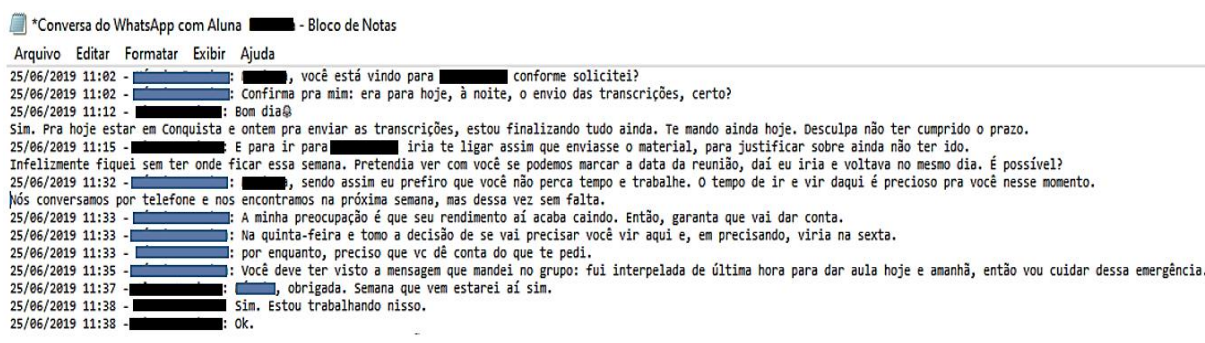
No campo da Semiolinguística, conforme Charaudeau (2016), a linguagem acaba sendo marcada pela discordância e pela concordância, de modo que a discordância institui o sujeito falante na condição de sujeito individual e a concordância na condição de sujeito coletivo. Nesse sentido, “O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação” (p. 20). Logo, são os sujeitos da linguagem que extraem de uma possível intertextualidade possíveis significantes de um texto. Fazemos, aqui, ainda, um paralelo entre as discussões de Bakhtin e Charaudeau, quanto ao indivíduo, o sujeito: o primeiro propõe contornar a separação decorrente do teorismo entre mundo da cultura e mundo da vida, que dá conta de duas dimensões do sujeito, coletiva e individual; o segundo, ao teorizar sobre a discordância e concordância que marcam a linguagem, aborda essas duas dimensões do sujeito, individual e coletiva.

Vemos, então, que a abordagem de Patrick Charaudeau, em nosso tempo, aponta para um sujeito atravessado por questões de ordem sócio-histórica, um indivíduo real, que possui uma dimensão singular e uma dimensão coletiva e marcado pela relação com o outro, portanto um ser social. Observamos, aqui, um estreito diálogo com os pressupostos bakhtinianos, porém não sendo nosso intuito traçar semelhanças entre o pensador russo e o analista de discurso, mas dialogar com teorias que, contemporaneamente, sirvam de base para o delineamento do sujeito no estudo do texto, enriquecendo, assim, a pesquisa.

Para a nossa investigação, ressaltamos a relevância dos postulados de Patrick Charaudeau, porquanto o autor, em suas análises, toma como objeto de estudo o “ato

linguageiro” praticado não necessariamente por um autor, mas pelos indivíduos na relação que se estabelece na comunicação cotidiana. Especificamente, referimo-nos aqui ao seguinte: nosso *corpus* compõe-se não somente de textos da dissertação, mas de trechos de conversas por meio de comentários interativos no interior dos textos, além de e-mails e conversas informais mediante aplicativo de mensagens, como exemplificado na Figura 1, adiante.

Figura 1 - Conversa informal entre orientando e orientador



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Dessa forma, podemos discutir sobre a instauração da autoria na produção do gênero discursivo acadêmico dissertação de mestrado com respaldo em Bakhtin, a quem nos filiamos teórica e principalmente, dando conta de situações nas quais quem fala não é o autor, mas o sujeito. Neste caso, também para nós, não uma pessoa “inscrita sob determinado número de CPF”, sobre a qual tenhamos que conhecer a biografia ou percurso escolar/acadêmico, mas um sujeito sócio-histórico, alteritário, responsivo, responsável, dotado de certo “poder” construído nas trocas, como o é para Bakhtin e Charaudeau.

Na subseção seguinte, trataremos da autoria com base na análise de Bakhtin da obra dostoievskiana e no contexto da evolução do romance, dando destaque para conceitos como polifonia, extralocalização, plurilinguismo, entre outras questões, relevantes para a compreensão de seu pensamento no que tange à figura autoral.

3.2 A autoria nas obras de Dostoiévski e na evolução do romance

Por mais que as obras de Mikhail Bakhtin tenham se tornado conhecidas de maneira tardia e aparentemente desconexa, elas se correlacionam na medida em que fazem parte do projeto do filósofo de criar uma translinguística, ou seja, uma análise para além do caráter linguístico, filológico ou crítico-literário, mas que transcura nas fronteiras destas mesmas disciplinas, onde elas se cruzam e se unem (BAKHTIN, 2011b). Assim, para Clark e Holquist

(2008, p. 260), Bakhtin e Dostoiévski “[...] erigiram uma translinguística capaz de revelar a significação da autoria em um mundo onde o significado só pode surgir em diálogo”. E é a respeito dessa relação entre o crítico e o autor que versaremos especialmente, nesta subseção, fundando-nos na obra *Problemas da poética de Dostoiévski*.

A obra em questão marca, conforme Clark e Holquist (2008), dois momentos da produção de Bakhtin: com sua primeira edição em 1929, o autor tem sua primeira publicação sob sua assinatura bem-sucedida, até seu ostracismo, mergulhado no exílio e na obscuridade; sua segunda edição, em 1963, representou o resgate do pensador, “[...] pois o seu lançamento anunciou a reemergência deste escritor na cena editorial soviética e seu ascenso à proeminência internacional” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 257). De acordo com os autores, essa produção salvou a vida de Bakhtin duas vezes: da morte física, ao ser condenado ao trabalho forçado em Solóvki, em razão de crimes políticos (fato também experimentado por Fiodor Dostoiévski); e da morte literária, em decorrência de negligência de seus contemporâneos (CLARK; HOLQUIST, 2008).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin procura “[...] definir a peculiaridade fundamental da obra de Dostoiévski”, ou seja, ocupa-se dos procedimentos utilizados pelo autor de *Os irmãos Karamazov* a fim de seus personagens falarem com voz própria, com “relativa liberdade e independência” (BAKHTIN, 2018, p. 52; CLARK; HOLQUIST, 2008). Inicialmente, o crítico russo destaca que quando nos deparamos com os escritos de Fiódor Dostoiévski causam-nos a impressão de que não se trata de um autor e artista, mas de uma série de discursos de vários autores e pensadores, de modo que o herói pode ser considerado independente em relação ao autor, tendo sua própria concepção filosófica, uma vez que “[...] Dostoiévski não cria escravos mudos [...], mas pessoas livres, capazes de colocar-se lado a lado com seu criador, de discordar dele e até de rebelar-se contra ele” (BAKHTIN, 2018, p. 4).

Verificamos, então, que a maior peculiaridade da obra de Dostoiévski, conforme assevera Bakhtin (2018, p. 4), é essa presença de vozes independentes que não se misturam e a “polifonia de vozes plenivalentes”, que possuem valor pleno quanto às outras vozes do discurso, estando no mesmo nível de igualdade, sem que uma seja melhor do que a outra, ou uma exclua a outra. Portanto, “Dostoiévski é o criador do romance polifônico” (BAKHTIN, 2018, p. 5).

Não iremos detalhar o primeiro capítulo de *Problemas da poética de Dostoiévski*, mas vale mencionar que nele o autor apresenta uma extensa e aprofundada revisão de literatura citando estudiosos da obra dostoiévskiana, de modo que “O livro abre-se com uma

demonstração de dialogismo em trabalho” (CLARK; HOLQUIST, 2008, p. 259), isto é, Bakhtin aborda as perspectivas de diversos autores, por meio de suas próprias vozes, em um procedimento semelhante ao do autor de *Crime e Castigo*. Assim, Bakhtin sustenta, como afirmam Clark e Holquist (2008), que essa polifonia apresentada pela crítica é testemunha da polifonia presente em Dostoiévski. Entretanto, essa mesma crítica não capta os princípios artísticos da combinação de vozes, “Cada um interpreta a seu modo a última palavra de Dostoiévski, mas todos a interpretam como *uma* palavra, *uma* voz, *uma* ênfase, e nisso reside justamente um erro fundamental” (BAKHTIN, 2018, p. 51).

Em *Problemas da poética...*, a imagem do herói, na obra de Dostoiévski, não se confunde com a do autor, não é resultado da consciência deste, mas

Suas obras marcam o surgimento de um herói cuja voz se estrutura do mesmo modo como se estrutura a voz do próprio autor no romance comum. A voz do herói sobre si mesmo e sobre o mundo é tão plena como a palavra comum do autor; não está subordinada à imagem objetificada do herói como uma de suas características, tampouco serve de intérprete da voz do autor [...] é como se soasse ao lado da palavra do autor, coadunando-se de modo especial com ela e com as vozes plenivalentes de outros heróis (BAKHTIN, 2018, p. 5).

Observamos que para Bakhtin, assim como já discutia em *O autor e a personagem...*, em *Problemas da poética de Dostoiévski* a instância autoral está intrinsecamente relacionada à personagem (o herói) e à organização da obra, a disposição dos discursos, de modo que esses discursos não estão submetidos a sua palavra, mas encontram-se em um mesmo nível de relevância, em igualdade no interior do diálogo, uma vez que se trata de um mundo onde o significado resulta do encontro de duas consciências, resulta do diálogo (CLARK; HOLQUIST, 2008).

Bakhtin (2018, p. 52, destaque do autor) salienta que Dostoiévski não se interessa pela personagem como um “fenômeno da realidade”, com traços indicativos de ‘quem ela é’, mas “[...] como *ponto de vista específico sobre o mundo e sobre si mesma*, como posição racional e valorativa do homem em relação a si mesmo e à realidade circundante”; assim, mais importante do que quem ela possa ser é o que o mundo é para ela e o que ela é para si mesma. O autor realista Gustave Flaubert, em *Madame Bovary*, por exemplo, descreve a personagem e seu mundo com extrema profundidade psicológica, mostrando-nos quem ela é, de modo que impera principalmente a visão do autor sobre uma personagem já predestinada a seu futuro, uma personagem de tal modo definida, que seu acabamento culmina com sua morte; Dostoiévski, diferentemente, não está preocupado com descrições de cunho psicológico, mas

suas personagens, como ponto de vista, requerem “[...] métodos absolutamente específicos de revelação e caracterização artística” (BAKHTIN, 2018, p. 53).

Dessa maneira, ao proceder no sentido de que suas personagens ganhem autonomia em seu falar, Dostoiévski cria um novo gênero, conforme já dissemos, o romance polifônico (BAKHTIN, 2018; CLARK; HOLQUIST, 2008). Nesse contexto, o autor de *Memórias do subsolo* busca revelar e caracterizar a consciência e autoconsciência da personagem, ou seja, “[...] a última palavra da personagem sobre si mesma e sobre seu mundo” (BAKHTIN, 2018, p. 53, destaque do autor). Portanto, a personagem se constitui não com base em traços da realidade, mas, sim, no valor desses traços para ela, para sua autoconsciência, “[...] a própria função dessa autoconsciência é o que constitui o objeto na visão e representação do autor” (BAKHTIN, 2018, p. 53). Segundo Bakhtin, Dostoiévski-autor não incute na personagem a sua ótica pessoal, ainda que esta possa estar presente na obra, e sim a introduz em seu campo de visão, seu ponto de vista passa a ser considerado pelo herói, como objeto de visão e representação do autor.

Vemos, então, em consonância com Bakhtin, que o autor (Dostoiévski) realizou uma reviravolta importante: se em outros autores, como Gógol²⁸, por exemplo, o herói é dado a conhecer, é retratado pelo próprio autor, Dostoiévski, por sua vez, transfere para campo de visão do herói os pontos de vista do autor e do narrador, transformando a “realidade integral acabada” matéria dessa autoconsciência da personagem (BAKHTIN, 2018, p. 54). A personagem dostoiévskiana é, portanto, um ser tomando consciência de si mesma e do mundo, uma consciência que só existe em coexistência com outras consciências isônomas a ela, de modo que não se confunde com o autor, nem representa a voz deste; nas palavras do pensador russo, “Se não estiver cortado o cordão umbilical que une a personagem ao seu autor, então não estaremos diante de uma obra de arte, mas de um documento pessoal” (BAKHTIN, 2018, p. 57-58).

²⁸ Nikolai Gógol representa um marco na literatura russa, por seu aspecto inovador no plano da linguagem, estilo e gêneros narrativos, com enredos recheados de personagens inusitados marcados pela atmosfera do trágico, do cômico, do fantástico, além da presença, em suas histórias, do discurso popular, carnavalesco e irreverente, rico em lirismo poético. Em uma de suas narrativas mais conhecidas, *O capote*, vemos que a personagem, o funcionário público Akáki Akákievitch, nos é apresentado pelo narrador: “[...] Pois bem, num departamento trabalhava um funcionário. Não se pode dizer que esse funcionário fosse lá essas coisas: baixote, tinha umas marcas de bexiga no rosto, era um pouco arruivado, com miopia um pouco pronunciada, uma pequena calvície nas fronteiras, ambas as faces enrugadas e o semblante com uma daquelas cores a que se pode chamar de hemorroidas... Mas o que se pode fazer?! A culpa é de Petesburgo. [...] No departamento ele não era objeto de nenhum respeito” (GÓGOL, 2015, p. 7, 9).

Bakhtin menciona que no plano dos romances monológicos a personagem é fechada, ela é determinada pelo próprio autor e possui acabamento, conclusão; Dostoiévski rejeita tais procedimentos, assim, no romance polifônico, suas personagens possuem relativa liberdade e independência, além de inconclusibilidade (BAKHTIN, 2018), essa liberdade e independência são relativas porque, de qualquer modo, em *Memórias do subsolo* a personagem é criação do autor. A respeito do “homem do subsolo”, analisa Bakhtin (2018):

O herói do subsolo dá ouvido a cada palavra dos outros sobre si mesmo, olha-se aparentemente em todos os espelhos das consciências dos outros, conhece todas as possíveis refrações de sua imagem nessas consciências; conhece até a sua definição objetiva, neutra tanto em relação à consciência alheia quanto à sua própria autoconsciência, leva em conta o ponto de vista de um “terceiro”. Mas sabe também que todas essas definições, sejam parciais ou objetivas, estão em suas mãos e não lhe concluem a imagem justamente porque ele está consciente delas; pode ultrapassar-lhes os limites e torná-las inadequadas. Sabe que lhe cabe a *última palavra* e procura a qualquer custo manter essa última palavra, sobre si mesmo, essa palavra da sua autoconsciência, para nela não ser mais aquilo que é. A sua autoconsciência vive de sua inconclusibilidade, de seu caráter não fechado e de sua insolubilidade (BAKHTIN, 2018, p. 59-60).

Logo, a personagem não é dada a conhecer de antemão pelo autor, como descrição de cunho psicológico, mas, mediante métodos específicos, revela-se como autoconsciência, sobre si e sobre o mundo, “captando” as palavras dos outros a seu respeito, dialogicamente, sem que estas definam quem verdadeiramente é, uma vez que o homem, para Dostoiévski, é um ser inacabado, em construção, não um produto, mas um processo. Um exemplo dessa inconclusibilidade da personagem podemos observar também em *Crime e Castigo*, porquanto o herói, Raskólnikov, no início do capítulo final do livro, condenado a prisão após o crime de homicídio, encontra-se preso, pensativo sobre si mesmo e sobre o que os outros pensam a seu respeito, sem fé, sem arrependimento, parece condenado à desgraça final (a morte no desterro):

HÁ MUITO TEMPO que estava doente, mas nem os horrores da vida do presídio, nem os trabalhos, nem o rancho, nem a cabeça raspada, nem as roupas miseráveis conseguiram abatê-lo. Oh, que importavam a ele todos esses tormentos e mortificações! Pelo contrário, o trabalho lhe proporcionava até uma alegria. Esgotado pelo trabalho físico, conseguiu pelo menos algumas horas de sono tranquilo. E o que significava para ele a comida... aquelas simples sopas de couve com baratas? Na sua vida anterior, quando era estudante, muitas vezes nem isso tinha. As suas roupas eram adequadas ao seu gênero de vida. Mal sentia as correntes. Teria de se envergonhar da cabeça raspada e de usar casaco de duas cores? Perante

quem? Perante Sônia? Sônia o temia e, diante dela, não tinha por que se envergonhar.

Embora no fim das contas... também se envergonhasse diante de Sônia, a qual fazia sofrer com a sua conduta depreciativa e grosseira. [...] E que importava que dentro de oito anos ele tivesse apenas trinta e dois anos e pudesse recomeçar a sua vida? Para que viver? A que aspirar? Para que se esforçar? Viver só por viver? [...]

Se o destino ao menos tivesse lhe enviado o arrependimento... um arrependimento lancinante que lhe devorasse o coração e lhe retirasse o sono, um arrependimento desses perante cujos espantosos sofrimentos uma pessoa pensa em se enforcar ou se atirar na água, oh, como teria se alegrado! (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 582-583).

Entretanto, ao final do último capítulo, revela-se que não está predestinado ao fim, como única possibilidade, podendo ele, se desejar, alcançar sua redenção:

Tinha o Evangelho debaixo da almofada. Pegou-o maquinalmente. Aquele livro era dela, pois era o mesmo em que lera o trecho da ressurreição de Lázaro. Nos primeiros tempos do presídio pensava que ela iria importuná-lo com a religião e que se poria a falar do Evangelho e a aborrecê-lo como livreco. Mas, para o seu maior assombro, nem uma só vez ela lhe falou nisso, nem uma vez sequer lhe propôs o Evangelho. Foi ele quem lhe pediu, um pouco antes de ter adoecido, e ela o levou em silêncio. Até então ele nem sequer o abria. E também não o abriu naquele momento, mas ocorreu-lhe um pensamento: “A crença dela não poderia, naquele momento, ser a dele também? Pelo menos os seus sentimentos, as suas aspirações...” [...]. Sete anos, só sete anos! No princípio da sua felicidade, houve alguns momentos em que estiveram dispostos a considerar aqueles sete anos como sete dias. Ele nem sequer sabia que a vida nova não lhe seria dada de graça, mas que ainda teria que pagar muito caro por ela, pagar por ela com uma grande façanha no futuro...

Mas aqui já começa uma nova história, a história da gradual renovação de um homem, a história da sua transição progressiva de um mundo para outro, do seu contato com uma nova realidade, completamente ignorada até então. Isto poderia ser o tema de uma nova narrativa... mas a presente narrativa termina aqui (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 590).

Notamos, com base nos trechos supracitados, que o autor de que trata Bakhtin cria personagens dotados de consciência, uma autoconsciência sobre si e sobre o mundo, não estando submetidas à predeterminação da consciência autoral, fechadas e limitadas a uma vida em forma de ciclo, com princípio, meio e fim, mas em processo. Embora Dostoiévski trabalhe a temática da morte em seus romances, esta encontra-se marginal, uma vez que a consciência/autoconsciência só permanece naquele que vive; ademais, a personagem, em Dostoiévski, não representa um indivíduo simplesmente, mas “[...] um discurso pleno, uma voz *pura* [...]”, plenivalente, que não sobrepuja nem se submete à(s) outra(s) consciência(s), isonôma(s) a ela (BAKHTIN, 2018, p. 60).

Nesse sentido, destacamos em relação à autoria, com base em Bakhtin, que esta instância, no novo tipo de romance, polifônico, ao adotar a autoconsciência como dominante artístico na construção do herói revela uma “[...] *posição radical do autor* em relação ao indivíduo representado [...]” (BAKHTIN, 2018, p. 65), isto é, trata-se da descoberta do “homem no homem”. Em suas palavras: “*No homem sempre há algo, algo que só ele mesmo pode descobrir no ato livre da autoconsciência e do discurso, algo que não está sujeito a uma definição à revelia, exteriorizante*” (BAKHTIN, 2018, p. 66, destaque do autor), assim os heróis de Dostoiévski lutam contra as definições impostas pelos outros a fim de definir sua personalidade, tentando destruir os fundamentos “das *palavras dos outros* sobre si”; e mais: “A vida autêntica do indivíduo só é acessível a um enfoque *dialógico*²⁹, diante do qual ele responde *por si mesmo* e se revela livremente” (BAKHTIN, 2018, p. 67, destaques do autor).

Diante disso, ressaltamos o seguinte: Dostoiévski não se considerava um psicólogo e sim um realista, e acreditava que para “retratar as profundezas da alma humana”, conforme sua própria asserção, era necessário um “realismo pleno”, ou seja, essas profundezas deveriam ser vistas “[...] *fora* de si, nas almas dos *outros* [...]” (BAKHTIN, 2018, p. 69), combatendo a suposta “coisificação” da alma do homem, que o desvaloriza e despreza sua liberdade (BAKHTIN, 2018). Aqui chegamos à nova posição artística do autor conforme o crítico russo:

Assim, a nova posição artística do autor em relação ao herói no romance polifônico de Dostoiévski é uma *posição dialógica seriamente aplicada e concretizada até o fim*, que afirma a autonomia, a liberdade interna, a falta de acabamento e de solução do herói. Para o autor, o herói não é um “ele” nem um “eu”, mas um “tu” plenivalente, isto é, o plenivalente “eu” de um outro (um “tu és”). O herói é o sujeito de um tratamento dialógico profundamente sério, *presente*, não retoricamente *simulado* ou literalmente *convencional*. E esse diálogo – o “grande diálogo” do romance na sua totalidade – realiza-se não no passado mas neste momento, ou seja, no presente do processo artístico. [...] Em Dostoiévski, esse grande diálogo é artisticamente organizado como *todo não fechado* da própria vida situada no *limiar* (BAKHTIN, 2018, p. 71-72).

Como dissemos anteriormente, em consonância com Clark e Holquist (2008), na relação entre Bakhtin e Dostoiévski vemos surgir uma noção de autoria em um mundo no qual o significado se revela somente por meio do diálogo, de modo que polifonia implica

²⁹ A respeito do dialogismo, pretendemos retomá-lo com uma discussão mais aprofundada na seção seguinte, ao tratarmos do gênero discursivo dissertação de mestrado. No entanto, indicamos aqui, em consonância com Barros (1999) que o princípio dialógico atravessa a concepção de linguagem de Bakhtin, que a opõe ao monologismo presente na modernidade, além de representar relevante condição para o estabelecimento do sentido, de forma dialogal, interativa.

dialogismo, ou seja, o romance polifônico caracteriza-se pela mobilização e orquestramento de uma variedade de vozes sociais, uma vez que, conforme afirma Bakhtin em *O discurso no romance*, “A orientação dialógica é naturalmente fenômeno próprio a todo discurso” (BAKHTIN, 2014, p. 88). Assim, a personagem não é alguém de quem o autor fala e sim alguém com quem fala, um “tu plenivalente”.

Vale mencionar que Bakhtin, desde seus primeiros escritos, no intuito de refletir a respeito da relação entre o homem e o mundo, procura estabelecer uma filosofia moral, tendo em vista um mundo em que o ato fosse orientado pela participação singular no existir (BAKHTIN, 2017) e, segundo Ponzio (2017), é na literatura, especificamente na obra dostoievskiana, que ele encontra o centro da arquitetônica desse mundo: o relacionamento entre autor e herói. Na arquitetônica dessa filosofia moral instaura-se “[...] uma relação que permite a manutenção da alteridade do centro de valor de tal arquitetônica, que é considerado um ponto de vista transgrediente, extralocalizado, exotópico, por sua vez único e outro” (PONZIO, 2017, p. 31). É, pois, no romance polifônico de Dostoiévski que Bakhtin encontra sua filosofia moral, fundada no princípio dialógico, ao considerar o herói não um objeto, mas “um centro ‘outro’, segundo o qual se organiza o seu mundo” (PONZIO, 2017, p. 32).

Nessa perspectiva, destacamos a noção de exotopia, também já debatida pelo pensador russo em *O autor e a personagem na atividade estética*, como aspecto de extrema relevância na relação autor e personagem, tendo em vista que marca o posicionamento artístico do autor-criador, ou seja, sua posição dialógica, que considera o outro não como objeto a ser descrito, teorizado, mas o outro como um “tu” com o qual é possível falar. Nessa relação, a alteridade torna-se o centro da arquitetônica do mundo criado, ao passo que permite contrastar e definir aquilo que é próprio de um e de outro indivíduo³⁰, a “verdade”, digamos, de cada um, o que só pode ser feito de fora, colocando-se no lugar do outro (PONZIO, 2017).

Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, ressalta que, apesar da aparente independência da consciência da personagem no romance polifônico, deve-se enfatizar a posição ativa do autor, porque este não necessita renunciar a si mesmo e a sua consciência, mas realizar “[...] uma ampliação incomum, o aprofundamento e a reconstrução dessa consciência (em certo sentido, é verdade) para que ele possa abranger as consciências plenivalentes dos outros” (2018, p. 78). Entendemos, assim, que, discursivamente, como posição criativa, o autor-criador não pode se furtar à participação no mundo criado principalmente porque sua posição é dialógica, exige o pleno diálogo com essa

³⁰ Indivíduo como consciência que se desenvolve socialmente, na interação, dialogicamente (BAKHTIN, 2011d).

autoconsciência do herói. Nas palavras do pensador, “Ele [Dostoiévski] procura revelar e desenvolver todas as possibilidades semânticas jacentes naquele ponto de vista [...]. E essa atividade, que aprofunda o pensamento alheio, só é possível à base de um tratamento dialógico da consciência do outro, do ponto de vista do outro” (BAKHTIN, 2018, p. 78), sem a necessidade de impor sua opinião, seu ponto de vista.

Portanto, Bakhtin problematiza a instância autoral, com base no romance polifônico criado por Dostoiévski, como organizador e participante de um grande diálogo, refletindo “[...] em sua obra a natureza dialógica da própria vida e do próprio pensamento humano” (2018, p. 82-83), de modo que não reserva para si o excedente de visão principal, mas encontra-se em igualdade no diálogo com suas personagens – conscientes e autoconscientes de si e de seu mundo.

No caso da dissertação de mestrado, diferentemente de uma obra literária, o autor do texto científico não cria personagens e seu mundo, embora organize e participe, também, de um grande diálogo; para nós, mediante sua proposta de investigação de um fenômeno cria uma espécie de “situação teórica/mundo teórico”³¹ em que insere determinado objeto de pesquisa, questionamentos, objetivos, contextualiza seu estudo no interior de uma área de estudos, dentre outras ações. Segundo Bakhtin (2017, p. 58), “O mundo como conteúdo do pensamento científico é um mundo particular, autônomo, mas não separado, e sim integrado no evento singular e único do existir através de uma consciência responsável em um ato-ação-real”. Na obra literária as vozes com as quais o autor dialoga, em um relativo nível de igualdade, são as das personagens criadas; na produção da dissertação de mestrado, bem como outros gêneros acadêmicos, as vozes com as quais o autor, então pesquisador-mestrando, interage pertencem aos autores que menciona, direta ou indiretamente, em seu texto, por meio de citações, que conferem autoridade e credibilidade à sua enunciação (SERRANO, 2011; CHARTIER, 2012; LEMOS, 2017).

Esta citação de autores na produção acadêmica, esta presença de vozes de forma explícita (LEMOS, 2017), além das vozes do orientador, professores componentes de bancas de qualificação e defesa, revisor, entre outros, discretamente, mais que uma “posição artística”, representa uma característica e exigência do próprio gênero discursivo, pois, no domínio acadêmico, “Estamos sempre em situações de interação verbal com nossos pares, com os diversos teóricos, nos momentos de estudos, na prática da pesquisa científica e na construção do conhecimento”, assevera Cortes (2009, p. 7). Para esta autora, a citação

³¹ Em analogia à criação das personagens e seu mundo na estética literária.

representa mais que “um nome e uma data”, isto é, significa “[...] uma prática que representa trocas de relações e traz uma carga de reputação do autor e periódico citados, bem como carrega as interpretações dos cientistas citantes”. Nesse sentido, trata-se de vozes com as quais o autor, na dissertação de mestrado, por exemplo, dialoga, não alguém de quem se fala, mas com quem se fala.

Até então, com a publicação de *Problemas da poética de Dostoiévski*, em 1929, Bakhtin defendia o novo tipo de romance criado por Dostoiévski como algo extremamente singular, porém, em período posterior, com o romance sendo o centro de suas investigações, observa que o próprio gênero já continha desde a sua origem a assimilação de todas as linguagens (CLARK; HOLQUIST, 2008; BAKHTIN, 2014). Durante seu exílio em Kustanai, entre 1934-1935, Bakhtin produziu a obra *O discurso no romance*, presente em *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*, na qual teoriza a respeito da origem e evolução do gênero romanesco.

Para Bakhtin (2014), até o século XX, o gênero romance fora relegado a um lugar marginal nas investigações literárias. O formalismo utilizava em suas análises procedimentos próprios aplicáveis especialmente à linguagem poética, de modo que havia pouco interesse pela prosa literária, considerada um discurso desprovido de elaboração artística. Assim, seguindo um percurso diferente, rumo em direção a uma “antipoética”, ao exaltar os gêneros antes desprezados, elegendo o romance o principal deles, por sua capacidade de retratar uma visão de mundo específica quanto a conceitos situados em um determinado tempo e estratificação social (CLARK; HOLQUIST, 2008).

Conforme teoriza Bakhtin (2014, p. 73), o discurso romanesco, em seu todo, caracteriza-se como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngua e plurivocal, apresentando as seguintes unidades estilísticas: 1. A narrativa direta e literária do autor; 2. Diversas formas da narrativa tradicional oral; 3. Formas da narrativa escrita semiliterária tradicional (cartas, diários etc.); 4. Formas literárias que se encontram fora do discurso literário do autor (escritos científicos, filosóficos, descrições etnográficas etc.); 5. Discursos das personagens estilisticamente individualizados. Como podemos observar, o autor russo, ao tomar o discurso romanesco como objeto de sua investigação, demonstra que a presença de variadas vozes sociais não é somente uma característica do romance polifônico de Dostoiévski, mas uma característica do próprio gênero romanesco.

Portanto, assinala: “O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais” (BAKHTIN, 2014, p. 74), afirmando que o romance é um gênero literário, possui um discurso poético, mas não na

acepção tradicional, segundo os formalistas, focados na constituição verbal da poesia. Bakhtin menciona que a filosofia da linguagem, a linguística e a estilística “[...] postulam uma relação simples e espontânea do locutor em relação à ‘sua própria’ linguagem, única e singular [...]”, reconhecendo somente dois polos da vida do discurso: “[...] o sistema da linguagem única e o indivíduo que fala nesta linguagem” (BAKHTIN, 2014, p. 80, destaque do autor), o que podemos correlacionar com o que já defendia em *Para uma filosofia do ato responsável*, no tocante ao mundo da cultura e o mundo da vida, respectivamente, quanto ao geral e o particular, ao propor um sujeito teórico, desprovido de singularidade. Essa posição dá conta de sanar problemas metodológicos de abordagem da língua, do sujeito, mas ignora aspectos de ordem sócio-histórica relevantes.

Bakhtin destaca, então, duas forças que estão em jogo na vida da linguagem: as forças centrípetas e as forças centrífugas. As forças centrípetas dão conta de processos históricos de unificação e centralização linguística, ou seja, uma língua única é estabelecida em oposição à diversidade tendo em vista uma máxima compreensão mútua em todas as esferas ideológicas; a instituição de uma gramática normativa, por exemplo, exerce essa força. As forças centrífugas, por sua vez, que atuam junto com as forças centrípetas, dão conta dos processos de descentralização e desunificação, isto é, trata-se das estratificações da língua em dialetos linguísticos e socioideológicos – as variedades, a língua do dia a dia, da época, de um gênero, de uma tendência. Assim, “Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação seja das forças centrípetas, como das forças centrífugas” (BAKHTIN, 2014, p. 82), mas é o plurilinguismo, dialogizado, o verdadeiro meio da enunciação, afirma Bakhtin (2014).

Conforme dissemos, anteriormente, ao se concentrar no gênero romanesco Bakhtin sinalizou que nele já continha a assimilação de todas as linguagens desde a sua origem (CLARK; HOLQUIST, 2008), que remonta à Antiguidade, sendo o autor participante e organizador da obra, responsável pelo orquestramento dessas vozes (BAKHTIN, 2018). Quanto ao autor, em *O discurso no romance*, podemos verificar uma diferenciação realizada pelo pensador russo entre o poeta e o prosador, ou seja, o poeta “Para aclarar o mundo de outrem [...] jamais se vale da linguagem de outrem como sendo a mais adequada para este mundo. O prosador [...] tenta dizer inclusive aquilo que lhe é próprio na linguagem de outrem [...]” (BAKHTIN, 2014, p. 95). No primeiro caso, quem fala é o sistema da língua, por isso considera-se que não há autor; no segundo caso, o prosador organiza essas vozes.

Ademais, comenta o autor, “A poesia despersonifica os dias na sua linguagem, já a prosa, como veremos, desarticula-os frequente e propositadamente, dá-lhes representantes em

carne e osso e confronta-os dialogicamente em diálogos romanescos irreversíveis” (BAKHTIN, 2014, p. 95). Desse modo, todas essas linguagens do plurilinguismo representam pontos de vista que coexistem na consciência das pessoas e principalmente do romancista, que as invoca a fim de “[...] orquestrar os seus temas e refratar (indiretamente) as expressões das suas intenções e julgamentos de valor” (BAKHTIN, 2014, p. 99). Importante comentar sobre esta intenção que não se trata, aqui, de uma intenção individual do indivíduo rechaçado pelos formalistas, pela Nova Crítica, pelos linguistas e pelo próprio Bakhtin, mas uma intenção baseada em uma atividade responsiva, em resposta dada ao todo da personagem na atividade estética (BAKHTIN, 2011a).

Entretanto, Bakhtin estabelece ainda outra diferenciação: entre o prosador-romancista e o autor-criador, ou seja, o primeiro “abraça” em seu discurso as intenções de outrem, conserva o plurilinguismo social que transparece nas palavras e formas da linguagem, utilizando estes discursos a serviço de suas “intenções”, de um ponto de vista principal, ele toma a linguagem alheia, mas, ao mesmo tempo, “obriga-a a servir às suas intenções” (caso dos romances monológicos); enquanto o autor-criador, por seu turno, “[...] não se solidariza totalmente com esses discursos e os acentua de uma maneira particular, humorística, irônica, paródica [...]” (BAKHTIN, 2014, p. 105). Em outras palavras, o prosador utiliza a linguagem para servir à sua intenção, enquanto o autor fala através da linguagem, porém afastada de seus lábios. Desse modo, procurar a “intenção” do autor anula sua figura, uma vez que se caracteriza pelo afastamento, ele orchestra diferentes vozes situado de fora, extralocalizado.

Esta subseção contribui com as nossas reflexões no intuito de compreender a autoria como uma posição discursiva dialogizada caracterizada pela mobilização e orquestramento de uma variedade de vozes sociais; no caso da criação literária, responsável pela criação das personagens e de seu mundo. Em nossa pesquisa, reolocamos a questão da seguinte maneira, a fim de realizar as análises: por meio de sua investigação, o autor de dissertação de mestrado cria uma espécie de “mundo teórico”, no qual põe em diálogo as vozes teóricas dos autores citados, discutindo, assim, sobre um objeto de pesquisa, com objetivos a atingir.

Na subseção seguinte, passamos a tratar da abordagem bakhtiniana da autoria na perspectiva da filosofia da linguagem, em que Bakhtin enfatiza o estudo do texto na condição de enunciado, como unidade concreta da comunicação verbal humana.

3.3 A autoria na filosofia da linguagem

Em consonância com Faraco (2018), em *O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas*, um manuscrito inacabado produzido entre 1959-1961, que se encontra no adendo da coletânea *Estética da criação verbal* (2011), Bakhtin retoma a distinção autor-pessoa/autor criador em uma nova chave conceitual: sustentada na filosofia da linguagem que desenvolveu no ensaio *O discurso no romance*, sendo “[...] a língua concebida como heteroglossia³², como um conjunto múltiplo e heterogêneo de vozes ou línguas sociais, isto é, um conjunto de formações verbo-axiológicas” (FARACO, 2018, p. 40).

Ainda no ensaio *O problema do texto...* retoma seu interesse teórico metodológico por um estudo *translinguístico*³³, ou seja, propõe uma análise não de caráter linguístico, filológico ou crítico-literário, mas uma análise denominada filosófica, que transcorre “[...] nas fronteiras de todas as referidas disciplinas, em seus cruzamentos e junções” (BAKHTIN, 2011b, p. 307). Vale relembrar que o pensador, ao longo de suas obras, adota uma postura bastante crítica em relação ao Formalismo (russo), à Crítica literária, à Linguística, principalmente, na obra em questão, em razão do modo como o texto era estudado, como um dado material e repetível, sob a autonomia da própria linguagem, sem vínculo com questões sócio-históricas, com o indivíduo falante, ainda que se trate de disciplinas da área de Ciências Humanas.

No tocante ao texto para as disciplinas supracitadas, em *O problema do texto...*, Bakhtin (2011b) destaca que, seja oral ou escrito, ele é considerado um dado primário a ser pesquisado, sem se levar em consideração a sua função comunicativa, de modo que representa, em síntese, um conjunto coerente de signos, com a presença de somente um sujeito (falante), pode ser considerado, em sua função, um artefato a ser pesquisado, sendo repetível e reproduzível, além de seu sentido ser de natureza linguística, decorrente da relação entre os próprios signos. Conforme citamos na subseção 2.2 da seção teórica anterior,

³² Entre 2015 e 2019 foram lançados no Brasil, pela Editora 34, com tradução de Paulo Bezerra, três volumes organizados na versão russa por Serguei Botcharov e Vadim Kójinov (*Teoria do romance I – A estilística* (o discurso no romance); *Teoria do romance II – As formas do tempo e do cronotopo*; *Teoria do romance III – o romance como gênero literário*) que dão conta de textos presentes em *Questões de Literatura e de Estética – A teoria do romance*, porém com correções de Bakhtin, trechos anteriormente cortados e títulos em consonância com os originais. Destacamos que nessa nova tradução Paulo Bezerra o termo “heteroglossia” é-nos apresentado como “heterodiscurso”, ou seja, “[...] produto da estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, falares de grupos, jargões profissionais, compreende toda a diversidade de vozes e discursos que povoam a vida social”, segundo a nota do tradutor (BAKHTIN, 2019, p. 22-23). Nós, porém, trabalhamos nesta seção com a obra *Questões de Literatura e de Estética – A teoria do romance* (2014), em sua 7ª edição.

³³ Ou metalinguístico conforme algumas traduções.

Kristeva (1969) menciona que a segunda etapa pela qual passou a relação entre sujeito falante e linguagem operou no campo da ciência a substituição do Homem por um sistema, a linguagem, “[...] que nos ensina as leis do seu funcionamento” (KRISTEVA, 1969, p. 14), o que justifica a abordagem do texto como dado, como artefato de pesquisa.

Entretanto, Bakhtin propõe que se estude o texto sob outra perspectiva: a do enunciado. Nesse sentido, o texto como enunciado apresenta dois elementos determinantes, ou seja, “[...] a sua ideia (intenção) e a realização dessa intenção. [...]” (BAKHTIN, 2011b, p. 308), tendo como aspectos importantes a interação entre interlocutores, a estabilização em gêneros discursivos com base em sua função social, o fato de ser um ato individual, único e singular, em que o sentido se dá no ato discursivo, dialogal. Destaca-se, neste ponto, uma questão que perpassa a teoria bakhtiniana: o dialogismo, intrínseco à própria linguagem.

Como vimos na seção teórica anterior, essas disciplinas, principalmente na primeira metade do século XX, estavam focadas na língua(gem) como centro, pensada como uma estrutura, um conjunto de signos verbais, em perspectiva saussuriana, separada dos atos humanos. No caso do Formalismo, por exemplo, importava refletir sobre a constituição verbal da poesia do ponto de vista da articulação e organização linguística, eliminando tudo aquilo que tivesse traços de psicologismo, biografismo (GAGLIARDI, 2010; STEMPEL, 1983), de modo que a autoria passou a ser questionada e até combatida.

A crítica literária especialmente foi responsável por desacreditar a figura do autor, em virtude da maneira como se interpretavam as obras, por volta do final do século XIX e início do século XX (senão até hoje), isto é, com base naquilo que o autor “quis dizer”, com base em sua intenção pessoal, a qual, para muitos, não era possível ser acessada, além de não ser considerada requisito para qualificação de uma obra como literária ou não (WIMSAAT; BEARDSLEY, 2002, p. 641). Conforme Bakhtin (2011b), porém, tanto a intenção como a sua realização, em aspecto discursivo, como posicionamento, são elementos essenciais ao texto, na condição de enunciado e não de dado material simplesmente, de maneira que a linguagem verbal humana deve ser considerada comunicação, um ato interacional, intencional, e não uma simples transmissão de informações. E mais: “O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto [...]. Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste, já não se trata de ciências humanas” (BAKHTIN, 2011b, p. 312).

No tocante ao que Bakhtin nomeia intenção, é importante visitar seu famoso ensaio intitulado *Os gêneros do discurso*, produzido entre 1951-1953, especialmente em sua segunda

parte, ao tratar do enunciado como unidade da comunicação discursiva³⁴. Nessa segunda parte, Bakhtin inicialmente tece críticas à linguística do século XIX em razão de situar a função comunicativa da linguagem em segundo plano, em detrimento à função da formação do pensamento (BAKHTIN, 2011c). Nesse contexto, o autor menciona que o tipo de falante requisitado não mantém uma “[...] relação necessária com os outros participantes da comunicação discursiva [...]” (BAKHTIN, 2011c, p. 270), ressaltando ainda os esquemas fictícios das linguísticas gerais, que não correspondem às reais situações de comunicação, uma vez que se apresentam como uma abstração e não como ato concreto e real da unidade comunicativa discursiva, o enunciado. Esses esquemas costumam se relacionar com o texto como dado, retirado de seu contexto de produção, sem que haja relação entre interlocutores, mas a presença de um único sujeito, o falante fictício que exprime a língua, um pensamento, sem se comunicar com o outro, também discursivo.

Pensando nessa relação com o outro na atividade discursiva, vale lembrar que, para Bakhtin (2011c, p. 275), é pela alternância dos sujeitos do discurso que se definem os limites de cada enunciado: “[...] O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva. [...]”, mas ainda que o outro permaneça em silêncio em sua compreensão, isto também pode ser considerado uma resposta – neste caso, o sentido, como dissemos anteriormente, se dá no ato discursivo, depende do dialogismo inerente à própria linguagem. No interior dessa alternância dos sujeitos do discurso, além da relação estabelecida entre os enunciados, outro aspecto importante é a sua conclusibilidade específica, que permite o ato de resposta, ao verificar que “[...] o falante disse (ou escreveu) *tudo* o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições”. [...] (BAKHTIN, 2011b, p. 280, destaque do autor), lembrando que esse “tudo” de que fala o autor não significa esgotar tudo o que pode ser dito sobre determinado assunto, mas refere-se especialmente ao projeto ou vontade de discurso do falante, em outros termos: a uma intenção discursiva.

Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção discursiva* de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. Imaginamos o que o falante *quer* dizer, e com essa ideia verbalizada, essa vontade verbalizada (como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado (BAKHTIN, 2011c, p. 281, destaque do autor).

³⁴ Iremos retomar o ensaio *Os gêneros do discurso* mais adiante, a fim de delinear o gênero dissertação de mestrado, visto constituir o *corpus* de nossa pesquisa.

Portanto, no interior de uma filosofia da linguagem pautada em atos humanos, uma vez que a linguagem verbal serve principalmente (senão unicamente) à comunicação humana, e não o homem para ser portador de uma linguagem que independa deste, verificamos que o sujeito, caracterizado pela alteridade em Bakhtin, possui intenção que pode ser pessoal e/ou discursiva, seja na produção de enunciados cotidianos mais simples, como no diálogo, em seu dia a dia, ou em situações de comunicação mais complexas, como na produção de uma dissertação de mestrado, por exemplo, ressaltando que Bakhtin, em *O autor e a personagem na atividade estética*, escrito entre 1924-1927, já distinguia o autor-pessoa do autor-criador, conforme discutimos anteriormente (BAKHTIN, 2011a; 2011b).

Portanto, em *O problema do texto...* Bakhtin retoma a questão do autor-criador, tendo em vista que o texto tomado como enunciado e não como objeto de estudo reclama um autor, em razão de ser um ato único, irrepetível e criativo, especialmente no ato artístico. Para Bakhtin (2011b, p. 315), “Toda voz autenticamente criadora sempre pode ser apenas uma segunda voz no discurso”, de modo que no ato artístico ocorre um jogo de deslocamentos de variadas línguas sociais, as quais o escritor direciona para outras vozes, inclusive direciona o acabamento artístico para uma voz específica, a do autor-criador, que representa uma voz *segunda*, posto que “[...] o discurso do autor-criador não é a voz direta do escritor, mas um ato de apropriação refratada de uma voz social qualquer de modo a poder ordenar um todo estético” (FARACO, 2018, p. 40).

Bakhtin (2011b) salienta que ver e compreender o autor implica a visualização e compreensão de outra consciência, até porque ele cria a obra (enunciado) a partir de enunciados considerados, em certa medida, também alheios ao operar de forma extralocalizada, baseada na relação com o outro e em seus valores e no encontro entre os valores desse outro e os seus (BAKHTIN, 2018). Nesse contexto, os discursos do autor e das personagens se cruzam em virtude das relações dialógicas aí estabelecidas, as quais pressupõem linguagem, mas não no sistema da língua, e sim, como assevera o pensador russo, no campo da comunicação discursiva, sociointeracional (BAKHTIN, 2011b; 2011c).

Em suma, justificamos a adoção dos postulados bakhtinianos nesta tese de doutorado, como caminho teórico para nossas análises, por acreditarmos, em consonância com as palavras de Alves Filho (2005), ser o autor “[...] uma instância de caráter sócio-interativo construído histórica e discursivamente na interação entre o autor e os seus interlocutores, mas conservando ainda uma crença na força expressiva do seu trabalho enunciativo individual”. Nesse sentido, a reflexão realizada nesta subseção fornece-nos subsídios teóricos que nos permitem considerar o texto na condição de enunciado vivo e não apenas como dado

analisável, estático, de modo que o gênero discursivo dissertação de mestrado representa um processo comunicativo interacional, composto por uma intenção discursiva e sua realização, em que a autoria, embora seja uma posição discursiva dialogizada, possui algo de individual, único e singular em seu ato de criação.

Na subseção que se segue, apresentamos um levantamento de estudos que derivam do posicionamento teórico de Bakhtin, tendo em vista descrever essas propostas e apresentar reflexões que possam contribuir para a investigação sobre a instância autoral no contexto de produções acadêmicas, tais como a dissertação de mestrado.

3.4 Indícios de autoria: pontos de contato com Bakhtin

Na seção introdutória desta tese, mencionamos que nosso interesse pela figura autoral, principalmente na produção acadêmica, nasceu ainda na pesquisa de mestrado, quando nosso interesse era investigar se o revisor de textos poderia ser, em alguma medida, considerado coautor do texto revisado, tendo em vista a profundidade de suas intervenções, o que não se confirmou no estudo em questão (LEMOS, 2017). Nessa pesquisa, fundamo-nos nos indícios de autoria propostos pelo professor doutor e pesquisador Sírío Possenti, especificamente os textos *Enunciação, autoria e estilo*, publicado na Revista da FAEEBA, em 2001; *Indícios de autoria*, publicado na Revista Perspectiva, em 2002; e *Notas sobre a questão da autoria*, publicado na Revista Matraga, em 2013.

Nesta subseção, não realizaremos um levantamento exaustivo das produções que dialogam com a proposta de Possenti, mas abordaremos algumas dessas pesquisas, a fim de dar ênfase à importância da reflexão sobre a instância autoral em produções que não sejam somente livros de escritores notáveis, mas também outras produções, como as de escolares e de acadêmicos, por exemplo. Em *Enunciação, autoria e estilo*, Possenti (2001) procura mostrar que os conceitos enunciação, autoria e estilo podem conviver no interior de uma teoria, nesse caso a Análise do Discurso, sem, com isso, causar nenhum tipo de “violência teórica”, conforme interpreta.

Segundo Possenti (2001, p. 15), para dar conta dessa proposta, é necessário, primeiro, que o estilo seja retirado do domínio do romantismo e, segundo, que a autoria seja redefinida, ou seja, é imprescindível considerá-la não apenas em termos de personalidades “[...] para que não funcione apenas em determinada relação de autor-obra, por um lado, e que não seja concebido apenas como idiossincrasia, por outro [...]”; por fim, há que se considerar uma concepção de enunciação que leve em consideração “[...] a produção do discurso a partir de

uma posição (institucional, por exemplo) e como acontecimento irrepetível, marcado eventualmente por algum traço ‘pessoal’, a ser tratado possivelmente no domínio que se tem chamado, em mais de um lugar, de singularidade” (POSSENTI, 2001, p. 15).

Observamos, portanto, sua sinalização para as contribuições de Bakhtin, especialmente quando sugere que o enunciado deva ser tratado na produção discursiva pelo prisma de um acontecimento irrepetível marcado por alguma pessoalidade. Como discutimos no primeiro subtópico desta seção, ao tratar das bases do pensamento bakhtiniano, especificamente em *Para uma filosofia do ato responsável*, observamos que o filósofo russo tece importantes críticas às correntes filosóficas contemporâneas a ele em virtude, principalmente, de abordarem a relação entre mente e mundo de forma primordialmente teorizada, ao levar em consideração somente aspectos universais, repetíveis, desconsiderando, assim, a singularidade, o irrepetível, visto que apenas em sua totalidade o ato pode ser apreendido como real, na correlação entre o mundo da cultura e o mundo da vida (BAKHTIN, 2017).

Quanto ao estilo, no texto em questão, Possenti ressalta que se encontra, quase sempre, ligado a uma noção romântica que o considera resultado de “desvio” ou “escolha” de um autor que decide sozinho quais palavras usar, quais as construções mais adequadas para dar conta de uma língua uniforme. Assim, para solucionar a problemática da escolha como gesto de um autor onisciente e livre de amarras institucionais, o autor propõe recolocar a noção de escolha no interior de uma concepção de língua, de enunciado e de gênero conforme a perspectiva bakhtiniana, em “[...] que a escolha é um efeito da multiplicidade dos recursos, que competem entre si a todo o instante” (POSSENTI, 2001, p. 16). Dessa maneira, a escolha pode ser entendida como decorrente das múltiplas alternativas linguísticas, não sendo puramente um ato de liberdade do indivíduo, mas o “efeito de uma inscrição” genérica, social, discursiva (POSSENTI, 2001).

No que se refere à autoria, fugindo também da noção romântica de “gênio criador”, Possenti menciona a polêmica morte do autor enunciada por Roland Barthes e as contribuições de Michel Foucault, pois, conforme este último, como poderia, apesar de sua morte, encontrar-se ainda em funcionamento? Segundo Foucault ([1969] 2002), um autor é definido por ser fundador de discursividade e por ter uma obra com seu nome em circulação, mas Possenti considera, então, situações “[...] quando se trata de outros espaços que não sejam os de uma obra ou de uma discursividade. [...] ‘quais seriam e como poderiam ser organizados os indícios de autoria em textos de escolares?’”, questiona o professor e pesquisador. Em suas palavras:

Os elementos fundamentais para repensar a noção, imagino, são os seguintes: por um lado, deve-se reconhecer que, tipicamente, quando se fala de autoria, pensa-se em alguma manifestação peculiar relacionada à escrita; em segundo lugar, não se pode imaginar que alguém seja autor, se seus textos não se inscreverem em discursos, ou seja, em domínios de “memória” que façam sentido; por fim, creio que nem vale a pena tratar de autoria sem enfrentar o desafio de imaginar verdadeira a hipótese de uma certa pessoalidade, de alguma singularidade. Ou seja, se se aceita que tudo se resume apenas a uma inscrição de sujeitos em posições prévias, a assujeitamento, então, a noção de autor deve ser resolvida a navalhadas [...] (POSSENTI, 2001, p. 17).

Como vemos, com Possenti podemos pensar a noção de autoria para além do que propunha Foucault, sem correr o risco de confundir singularidade com uma pessoa em particular que fala/escreve e que goza de prestígio individual, pois ser autor, na escrita especialmente, implica estar inscrito em discursos, em domínios de memória, o que não se opera de forma passiva, assujeitada, mas ativa, porquanto o enunciado possui caráter universal e repetível e também singular e irrepetível, reclama do sujeito um compromisso com o coletivo social de que faz parte e sua responsabilidade individual (POSSENTI, 2002; BAKHTIN, 2017).

Sobre o enunciado, por sua vez, Sírío Possenti sugere, também, que seja feita uma recolocação da questão, considerando-o não de forma pragmática, como faz Benveniste, ou como uma posição/função desprovida de pessoalidade, como verificamos em Foucault e no interior da própria Análise do Discurso. Dessa maneira, o autor propõe que se verifique cada caso, “[...] em cada gênero, em cada instituição, de que tipo de estilo, de enunciação e de autoria se trata [...]” (POSSENTI, 2001, p. 18); a respeito disso, concordamos com o autor no sentido de considerarmos que a instância autoral naquilo que possui de universal e repetível possa ser considerada una³⁵, como uma posição no interior do discurso, entretanto apresenta processos distintos de constituição (una no mundo da cultura e distinta no mundo da vida), visto que, se pensarmos, por exemplo, em um autor de romance, um autor de trabalho científico, como uma dissertação de mestrado, e um autor de redação escolar, no caso de estudante da educação básica, podemos identificar particularidades quanto às temáticas abordadas, finalidades, público leitor, estilo de linguagem do gênero e do autor, colaboradores no processo de produção da obra, contexto de produção, entre outras questões.

Para Possenti (2001, p. 18),

³⁵ Una em sua condição de instância discursiva no interior do discurso, pois a autoria pode ser pensada na perspectiva de tipos de autoria (literária, escolar, acadêmica, jornalística etc.) na relação estabelecida com o domínio discursivo, função social, gênero discursivo, objetivos pretendidos etc.

[...] trata-se de não desprezar o próprio processo de inscrição do sujeito, naquilo que ele tem efetivamente de processo (como, por exemplo, o processo de escolarização), ou, ainda, trata-se de não deixar de analisar, como se se tratasse de uma questão menor, o fato de que alguém que escreve (ou tenta escrever) é homem ou mulher (menino ou menina, no caso da escolarização), é mais ou menos conservador, pobre ou negro, é marcado por um sotaque e não por outro (o que interfere na aquisição de aspectos da escrita), já foi ou não perseguido pela polícia ou pertence ou não a uma família de alguma forma desajustada, sonha ou não ser jogador de futebol ou pagodeiro, pelas milhares de razões que levam alguém a vislumbrar essas e não outras saídas, etc.

Apesar da importância de se considerar as questões mencionadas por Possenti, há que se ter cuidado com tais particularidades a fim de não incorrer na confusão entre a pessoa e a instância autoral, evitando, também, sacralizar a figura do autor, como indica também o professor e pesquisador em produção posterior (POSSENTI, 2002); por isso, nós, nesta tese, não consideramos esses aspectos, de certa forma, biográficos, embora possam se refletir no estilo de escrita do participante da pesquisa, neste caso o mestrando que cedeu os textos que compõem o processo de produção de sua dissertação.

Em *Enunciação, autoria e estilo*, Possenti, então, enfatiza os possíveis indícios de autoria presentes em textos de escolares, que indicam “um modo de enunciar e de enunciar de certa forma”. Vale lembrar que ele menciona inicialmente uma matéria exibida no jornal O Estado de São Paulo que deixa entrever as seguintes avaliações sobre a implantação do sistema de ciclos nas escolas estaduais do estado em questão, com base na análise de redações escolares: os estudantes não sabem o que dizem; não aprenderam as normas da língua (de prestígio social); pelo pouco aprendizado em língua portuguesa, não aprendem as outras disciplinas; não sabem se comunicar na modalidade escrita; não têm opiniões nem ideias próprias (POSSENTI, 2001).

Embora não iremos detalhar a análise feita pelo autor, ressaltamos que Possenti chama atenção para a imprecisão da avaliação apresentada, pois os especialistas fundam-se em aspectos gramaticais e pontuação para fazer afirmações superficiais, que desconsideram o lugar de onde os estudantes falam. Vale notar, conforme Possenti, que os estudantes tratam em suas redações sobre assuntos cotidianos relevantes à sociedade, portanto enunciam de um lugar social definido; há autoria nos textos, uma vez que as produções dos escolares não são do tipo “lugar comum”, mas “[...] têm valor equivalente ao das reportagens, no mínimo [...]”; quanto ao estilo, talvez seja o mais menos claro, mas que merece uma observação mais cuidadosa (POSSENTI, 2001, p. 20).

Para Possenti, houve um tempo, especialmente no âmbito escolar, em que o principal a se avaliar nas produções dos alunos era o conteúdo – o *o quê*; assim, pensar em autoria em seus textos parecia algo mais distante ainda, principalmente se pensarmos nessa figura nos termos apresentados por Foucault (fundador de discursividade ou que tenha uma obra em circulação), de modo que duas opções se apresentam: abandonar a discussão ou considerar a possibilidade de autoria também em outras produções. O professor e pesquisador opta pela segunda alternativa.

Assim, no artigo *Indícios de autoria*, Possenti (2002) especifica como indícios de autoria duas categorias discursivas: “dar voz ao outro” e “manter a distância”. Nesse sentido, pensa a noção de autoria relacionada à singularidade e também em aproximação com o estilo, de modo que um texto para ser avaliado como bom deve ser considerado do ponto de vista discursivo, levando-se em conta a subjetividade e sua inserção num quadro histórico. Logo, a singularidade deve ser pensada como tomada de posição (POSSENTI, 2002).

Conforme sua perspectiva, é possível evitar que se compreenda o sujeito como a pessoa que escreve, como alguém que tem o dom da escrita; e “[...] ao mesmo tempo, pode mostrar como, assumindo uma posição que é histórica, que representa uma ideologia, um sujeito pode não obstante ser ele mesmo, ou seja, não ser igual a outro que esteja na mesma posição – sendo que o que os distingue é exatamente da ordem do *como*”. Vemos, assim, que não basta focar no “o quê”, mas também no “como” se diz, de modo que se relacionam autoria e estilo, este fundado na escolha como efeito da multiplicidade dos recursos concorrentes entre si a todo momento (POSSENTI, 2001, 2002).

No intuito de identificar textos com e sem autoria, o autor funda-se no paradigma indiciário de Ginzburg, e apresenta as seguintes considerações, no intuito de especificá-los: a) Não basta que um texto satisfaça exigências de ordem gramatical; b) Não basta que um texto satisfaça as exigências de ordem textual; c) As verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática. Quanto a essa terceira consideração, é, para nós, um tanto discutível, especialmente porque estamos versando sobre uma instância discursiva que se revela/é constatada no texto escrito (ainda que se possa analisar sua presença em textos orais, desde que gravados e/ou transcritos). Assim, ainda que dominar as regras gramaticais não seja o elemento principal da constituição textual, hierarquizar texto e discurso provoca uma compreensão equivocada de que texto e gramática sejam uma mesma coisa, além de ignorar que a língua se materialize textualmente, seja de forma oral ou escrita.

Consoante Orlandi (2012, p. 103), ao tratar da relação do sujeito com o texto que produz, no contexto da escola, quanto ao ensino da escrita, “[...] o autor é a função que o eu

assume enquanto produtor de linguagem. [...] ela está mais submetida às regras das instituições”; desse modo, há, conforme a autora, um maior “apagamento” do sujeito em razão de uma maneira de dizer que está submetida à padronização e institucionalização em que se inscreve a responsabilidade do sujeito pelo que diz. Por conseguinte, cabe à escola favorecer a passagem do aluno de enunciador a autor à medida que este consiga apreender importantes mecanismos: “a) Mecanismos do domínio do processo discursivo, no qual ele se constitui como autor. b) Mecanismos do domínio dos processos textuais nos quais ele marca sua prática de autor” (ORLANDI, 2012, p. 108).

Se reconhecemos que a escola se constitui como a principal instituição responsável pelo ensino da leitura e escrita às crianças, pela propiciação da instauração da autoria, devemos reconhecer que a apreensão da chamada norma culta da língua seja um reflexo da padronização e institucionalização em que se inscreve o “modo de dizer autoral”. Daí decorre nossa consideração de que um texto autoral requer também um mínimo de controle desses mecanismos do domínio dos processos textuais (ORLANDI, 2012), especialmente porque os indícios de autoria se efetivam e são observados nas escolhas lexicais, nas construções gramaticais, na adequação ao gênero, ou como detalha a autora:

[...] do autor se exige: coerência, respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais; explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, “unidade”, “não contradição”, “progressão” e “duração” do seu discurso (ORLANDI, 2012, p. 105).

Ademais, a partir de Possenti fazemos uma leitura sobre esse aspecto da padronização e institucionalização como necessários à autoria em especial no artigo *Enunciação, autoria e estilo*, pois, ao apresentar exemplos de duas redações de escolares conforme publicadas seguidas de sua transcrição, apoia-se em “[...] uma versão, digamos, padrão (de minha responsabilidade)” (POSSENTI, 2001, p. 19). Para nós, quando o professor utiliza uma versão que ele mesmo reescreve e, adiante, destaca a atividade de reescrita como alternativa aos problemas encontrados nos textos dos alunos revela que ainda que as verdadeiras marcas de autoria sejam, para ele, da ordem do discurso, conhecer e saber utilizar os mecanismos do domínio dos processos textuais (e também as regras da gramática) é característico da instância autoral.

No interior de sua proposta, para ampliar os indícios, Possenti afirma: “Pode-se dizer provavelmente que alguém se torna autor quando assume (sabendo ou não) fundamentalmente duas atitudes: *dar voz a outros enunciadores e manter distância em relação ao próprio texto*”

(POSSENTI, 2002, p. 113-114, destaques do autor). Por meio de exemplos³⁶, permite-nos entender que “dar voz aos outros” implica levar em consideração outro(s) ponto(s) de vista, o que vai ao encontro da proposição bakhtiniana de autoria como posição extralocalizada, exotópica em relação a um outro, uma outra consciência, nesse caso outra opinião (POSSENTI, 2002; BAKHTIN, 2017). No caso do texto dissertativo, a título de exemplo, as citações de autores, a “voz oculta” do orientador, professores componentes das bancas de qualificação e defesa, do revisor etc. se referem a esse indício.

Sobre “manter a distância”, Possenti (2002) caracteriza como marcar sua posição em relação ao que dizem e em relação a seus interlocutores. “Trata-se, a rigor, de uma exigência do próprio discurso, decorrente do fato de que o sujeito sempre enuncia de uma posição, mas a língua não é um código que sirva a cada posição de forma transparente” (POSSENTI, 2002, p. 114). Vale mencionar que “manter a distância” do próprio texto é um aspecto que se verifica no nível textual, de modo que o domínio das convenções da língua e observância das exigências do domínio discursivo quanto à variedade utilizada fazem parte da constituição da autoria. Desse modo, parece-nos que Possenti se contradiz, ao rejeitar o domínio de aspectos textuais e gramaticais para a constituição da autoria e, ao mesmo tempo, tratar de questões da ordem do “como”, ou seja, o modo como se enuncia, em relação ao texto escrito. Diante disso, concordamos com Orlandi (2012) sobre ser uma das atribuições da autoria exercida pelo produtor de linguagem ter um mínimo de controle dos mecanismos de processos textuais, inclusive em razão de exigências institucionais às quais se submete.

No caso da dissertação, por exemplo, observamos que o autor faz levantamento bibliográfico, dialoga com autores/pontos de vista e também com seu orientador, de modo que se torna possível distinguir sua opinião das dos outros, conforme exemplifica a Figura 2, adiante, contendo um balão interativo relativo à orientação do sujeito professor e resposta do sujeito orientando, ambos participantes da situação comunicativa.

³⁶ Possenti (2002) utiliza em seu artigo, nas análises, trechos de texto retirado de livro didático, texto produzido por vestibulando, texto retirado de jornal, variando nos gêneros discursivos, dando conta também dessa distinção do processo de produção e constituição da autoria.

Figura 2 - Interação orientador-orientando a respeito de discussão teórica

Relacionada também à coerência está a situacionalidade em dois sentidos que podem ser entendidos: o primeiro, referente ao contexto imediato de situação ou o entorno social da produção/recepção do texto” e de como “o produtor do texto se relaciona com suas experiências, crenças (...)”, etc., (KOCH, 1990, p. 100).

A situacionalidade coopera para um melhor entendimento do texto.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Comentários

 [Redacted] junho 30, 2019

Não é também; você vai falar agora sobre a coerência e tem que deixar isso marcado. Acima discutiu a coesão, agora vai discutir a coerência. Delimite claramente os assuntos.

 [Redacted] julho 03, 2019

Eu já falei sobre a coerência no parágrafo anterior. Nesse parágrafo estou falando da situacionalidade.

Eu início falando que a situacionalidade está relacionada à coerência. Fiz algumas mudanças, acredito que agora ficou melhor.

Possenti (2002) acrescenta, com base em Bakhtin, que muito do que dizemos são palavras de outrem. Assim, torna-se necessário um acréscimo ao indício “dar voz aos outros”, ou seja, o “como” fazer isto: “evitando a mesmice”, variando no modo de empregar as palavras, por exemplo. Na Figura 3, a seguir, observamos que o orientador, na dissertação analisada, indica que o orientando deve “dizer com suas palavras as palavras de Marcuschi. Não cabe citação direta”.

Figura 3 - Interação orientando-orientador para “evitar a mesmice”

Concerne à teoria bakhtiniana dos gêneros discursivos está a ideia de gêneros textuais. A respeito da natureza do gênero textual Marcuschi afirma que ainda que os gêneros sejam parte fundamental das atividades rotineiras do homem – o que permite uma previsão e compreensão das ações diárias – não são os gêneros

Instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita (MARCUSCHI, 2004, p. 35).

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Área de Marcação

 [Redacted]

Aqui você tem que dizer com suas palavras as palavras de Marcuschi. Não cabe citação direta.

Podemos inferir que se trata de dizer de outra maneira, variar no uso das palavras de outrem, evitando longas citações em relação a questões que poderiam ser parafraseadas, mostrando que houve compreensão da temática em discussão. No caso do gênero acadêmico dissertação de mestrado, a paráfrase corresponde em grande parte à constituição da autoria, principalmente em razão da expectativa de que o autor do texto se aproprie da voz alheia, por meio da investigação teórica, enunciando, por sua vez, a partir do seu ponto de vista, ao compreender e sintetizar conceitos, sendo capaz de se posicionar em relação aos seus próprios dados de pesquisa, os quais representam uma outra realidade de pesquisa.

Possenti (2002) sintetiza que os indícios de autoria podem ser constatados quando os recursos da língua são “agenciados mais ou menos pessoalmente”, o que poderia indicar um

saber pessoal ou critério de gosto, porém, ao mesmo tempo, recorrer a esses recursos “só produz efeitos de autoria quando agenciados a partir de condicionamentos históricos, pois só então fazem sentido” (POSSENTI, 2002, p. 121). Salientamos que não faz sentido tratar de autoria sem considerar a existência humana, sem a presença de um sujeito teorizado, mas também encarnado em ser pensante, como propõe Bakhtin (2017).

Lembramos ainda que Possenti (2013), no artigo intitulado *Notas sobre a questão da autoria*, retoma essa discussão no que tange às noções de estilo e de escrita na escola. De acordo com o pesquisador e professor, a abordagem sobre a autoria no Brasil possui um movimento peculiar, pois não deriva da exigência foucaultiana (ser fundador de discursividade e possuir obra em circulação), mas, sim, da relação entre o escrevente e o texto produzido (POSSENTE, 2013). Em outras palavras, se para Foucault há uma correlação entre autor e obra, para alguns autores brasileiros, como Orlandi (1988), “[...] são autores os que escrevem textos adequados” (POSSENTI, 2013, p. 240).

Para Orlandi (1988, p. 77), há que se pensar na função autor junto às outras funções e na seguinte ordem: locutor, enunciador e autor, de modo que esta última encontra-se mais “[...] afetada pelo contato social e suas coerções”. A respeito dessa relação entre escrevente e texto, Possenti (2013) salienta que escrever uma boa redação do ponto de vista gramatical faz do estudante um bom aluno, e não necessariamente um autor, visto que a autoria está relacionada especialmente ao estilo, a uma manifestação singular na escrita. Vale destacar que nesse artigo – *Notas sobre a questão da autoria* – Possenti (2013) menciona o aspecto responsabilidade, que não seria atribuída ao autor e sim ao locutor (de Ducrot); conforme discutimos na primeira subseção deste tópico, Bakhtin salienta que a responsabilidade é inerente ao indivíduo, pois é no campo da singularidade que realiza o ato, não tendo desculpas em seu existir (BAKHTIN, 2017).

Nessa perspectiva de pensar a autoria como alguma manifestação de personalidade, como uma manifestação peculiar na escrita, como demonstração de singularidade de um sujeito que é social e não subjetivado, observamos que os indícios de autoria propostos por Sírío Possenti mostram-se bastante frutíferos para se pensar e pressupor sua constituição (na condição de processo) e sua suposta presença em textos literários, de escolares, de universitários etc. Assim sendo, abordaremos, adiante, algumas pesquisas que tomam como base as contribuições de Possenti, expandindo as reflexões para outros gêneros discursivos.

Santos (2009) analisa dois textos de natureza erótica levando em consideração os indícios de autoria de Possenti como marcas da singularidade de estilo nesses textos, tendo em vista que se trata da articulação entre “já ditos” que, ao serem ressignificados, apresentam-

se como “novos”, na atualização do discurso, visto que, conforme afirma Possenti (2002), os efeitos de autoria só ocorrem quando são agenciados mediante condicionamentos históricos. Vale mencionar que Santos (2009) adota uma perspectiva foucaultiana de autoria, pois seleciona textos publicados em obra posta em circulação produzidos por indivíduos que possuem *status* de escritor, diferentemente de escolares; isso mostra que a adoção dos indícios de autoria pode ser estendida para verificação se há ou não autoria em textos produzidos em diferentes contextos – literários, escolares, científicos, jornalísticos etc.

Ainda segundo Santos (2008), em uma abordagem discursiva da autoria, em textos eróticos nesse caso, as marcas de autoria podem ser percebidas nas figuras de estilo, na habilidade ao escolher as palavras, “[...] habilidade com que manipula as palavras para projetar os efeitos pretendidos, a saber: chocar, impactar, sacudir o pudor do leitor através da ‘confissão’ despudorada da actante dessa narrativa [...]” (SANTOS, 2008, p. 6). Essa escolha, lembramos, não é resultado da ação de um sujeito que escolhe a seu gosto, mas seleciona recursos disponíveis na língua que competem entre si, como explica Possenti (2001).

Também no contexto da produção literária, investigamos marcas autorais, com base em Possenti, na escrita de uma sinopse de livro, estendendo essas marcas ao profissional revisor de textos, o qual revisa o livro de ficção inicialmente; em seguida, na cadeia de atividades editoriais, é solicitado pelo autor da obra para que revise também a sinopse. Trata-se, nesse estudo, de adotar os indícios de autoria para mostrar se o revisor pode ou não ser considerado coautor junto com o autor do livro na produção da sinopse da obra – um gênero discursivo “[...] tendo como função enunciativa apresentar uma obra de literatura de ficção [no caso em questão], de forma objetiva, clara, interessante e breve” (LE MOS; PEREIRA, 2017, p. 4).

Conforme nossas reflexões sobre a produção da sinopse, a respeito do contexto de produção, tanto o autor quanto o revisor tomaram o livro como “ponto de partida” e este realizou, pelo menos, três leituras do livro, ainda que o autor o tenha escrito, de modo que os dois compartilhavam conhecimentos suficientes para dividir o trabalho de confecção da sinopse. Em nossas análises, mostramos que o revisor se posiciona como coautor ao dar contribuições importantes, por exemplo a seleção de recursos como vocábulos, que permitem o aprimoramento da sinopse principalmente por meio da interação que estabelece com o autor do livro.

Sabemos que há gêneros discursivos nos quais parece mais difícil identificar uma autoria, se pensarmos nesta somente como a manifestação de algum traço de individualidade, os quais são menos flexíveis à aparição da singularidade do indivíduo, como uma bula de

medicamento, por exemplo, pois instrui de forma técnica a respeito de uma substância e sua posologia, sendo-nos possível observar que há ali um predomínio do estilo do próprio gênero (BAKHTIN, 2011c). Vale mencionar, aqui, que não se trata de pensar em textos com ou sem autoria, mas em tipos de autoria, que assume a responsabilidade pelo enunciado (ALVES FILHO, 2006).

Ainda em relação aos estudos que tratam sobre os indícios de autoria, Mendes (2013), em sua dissertação de mestrado, analisa textos de opinião escolares escritos por alunos do 6º ano do ensino fundamental à procura de marcas de singularidade que indiquem movimento autoral, tendo em vista que durante muito tempo a avaliação de textos escolares operou-se apenas no nível gramatical e não discursivo.

A pesquisadora recorre a noções de aquisição da linguagem sociointeracionista consoante De Lemos (2002), para quem as mudanças na fala/escrita da criança ocorrem em relação à fala/escrita do Outro, à língua e a sua própria fala/escrita (MENDES, 2013). Conforme a autora, a cópia e a repetição denotam a relação do sujeito com a língua, em que “ele é, por vezes, falado pelo Outro” (p. 6), produz (ou tenta produzir) aquilo que é esperado pelo professor; nos textos que analisou, Mendes (2013) observa a grande presença de argumentos, seja na seleção de palavras ou de expressões, ao analisá-los do ponto de vista discursivo, ainda que considerando também as questões gramaticais, pois é também papel da escola o seu ensino.

Furlanetto e Ribeiro (2016), por meio de sua pesquisa, também buscam por marcas de autoria em textos de estudantes, porém do ensino médio, especificamente resenhas produzidas por estudantes do 2º e 3º ano, assumido uma perspectiva sociointeracionista bakhtiniana, ou seja, de que “A autoria tem um espectro dialógico que funda toda a existência” (FURLANETTO; RIBEIRO, 2016, p. 783). Segundo os autores, “O trabalho autoral, efetivamente, busca o efeito de que algo, em certas condições, foi apresentado como uma peça unitária que produza sentido para outrem” (p. 785). Assim, esse efeito resulta de escolhas condicionadas por múltiplos recursos ofertados pela língua, sendo os traços de estilo característicos de uma autoria.

Os estudantes, nas resenhas analisadas, se posicionam, avaliam, comparam, fazem escolhas vocabulares, enfim revelam indícios, marcas que permitem caracterizá-los como autores, até porque, como salientam os autores, o próprio gênero favorece a constituição da autoria. Em uma perspectiva dialógica, os autores ressaltam que a sala de aula é o lugar onde deve-se privilegiar o diálogo, com “[...] respeito aos alunos, a seu contexto e [com] o favorecimento de sua produção autoral [...]” (FURLANETTO; RIBEIRO, 2016, p. 802).

Vieira (2011) ressalta que estilo e autoria não se constituem características da pessoa, mas na interação entre os sujeitos.

Ao relacionar o conceito de autoria conforme Bakhtin e Possenti e responsabilidade enunciativa, Oliveira, Queiroz e Barbosa (2017) analisam diários de leitura de estudantes de Ensino Médio; os autores ressaltam que a inserção de vozes alheias e o distanciamento são traços característicos da autoria. O diário de leitura é considerado um subtipo do diário íntimo, com um conteúdo temático repleto de impressões pessoais, que, ao ser utilizado no âmbito escolar, torna-se lugar de reflexão e criticidade, além de favorecer o exercício da autonomia na construção do próprio conhecimento e a construção da autoria (OLIVEIRA; QUEIROZ; BARBOSA, 2017).

Os autores mencionam, conforme a discussão de Possenti, que um texto exige mais que gramaticalidade para ser considerado autoral, pois esta instância “[...] decorre do discurso, o que implica considerar a historicidade e o sentido daquilo que escrevemos” (OLIVEIRA; QUEIROZ; BARBOSA, 2017, p. 156). Assim, a responsabilidade, para os autores, com base em Adam (2011), significa ter um ponto de vista (do autor, de outros textos/autores que corroborem seu pensamento, ou outros que sejam refutados etc.), isto é, “[...] a orquestração de vozes faz parte da escrita autoral [...]” (OLIVEIRA; QUEIROZ; BARBOSA, 2017, p. 158), realizada com estilo, como puderam verificar em suas análises.

Diferentemente da produção escolar, Pereira e Lopes (2015), por sua vez, no artigo *Autoria em causos contados por Milton Neves sobre futebol*, procuram averiguar em quatro causos publicados na Revista Placar se há indícios que possam caracterizar o comentarista como autor – Milton Neves é considerado uma figura polêmica no meio futebolístico em razão de suas opiniões. Para tanto, fundam-se nos postulados de Foucault e nas concepções de Possenti e delineiam o gênero discursivo caso com base em Bakhtin. Em suas análises, Pereira e Lopes (2015) destacam a necessidade de fugir da noção romântica de autoria, articulando, assim, o individual e o social-histórico, de modo que o autor possa se caracterizar como aquele capaz de dar voz ao outro, manter a distância, evitando ainda a mesmice.

As autoras, portanto, verificam nos causos de Milton Neves a presença de autoria, visto que ele narra histórias já contadas por outros, mas de uma maneira singular, ou seja, “[...] ele tem como estilo a capacidade de distanciamento, de olhar de fora, que se traduz textualmente por uma postura humorada, a qual autoriza a autoria, em seu caso” (PEREIRA; LOPES, 2015, p. 215).

Conforme pudemos observar nesta subseção, os indícios de autoria propostos por Possenti (2001, 2002, 2013) – dar voz aos outros, manter a distância do próprio texto e evitar

a mesmice – mostram-se fecundos na consideração sobre a *existência ou não* de autoria em produções de diferentes locutores (estudantes de ensino fundamental, médio e superior, bem como literatos e/ou revisores de textos), em gêneros discursivos distintos (redações escolares, contos eróticos, artigos de opinião, causos, sinopse), como vimos nesta subseção, ao fugir de uma suposta exigência de publicação como pré-requisito para sua existência em muitos deles. Ao ponderar sobre estas pistas e considerar a autoria uma tomada de posição operada sociodiscursivamente, podemos estender as reflexões a nossa pesquisa, adotando-as como um recurso a mais e de grande contribuição para esta tese.

No entanto, para além de pensarmos se há ou não autoria em alguns textos, creditando sua existência ou não aos indícios de autoria, às marcas de alguma pessoalidade no texto unicamente, importa refletirmos sobre a existência de tipos de autoria³⁷, conforme mencionamos anteriormente, especialmente porque existem textos que aparentam não ter autoria, porém foram escritos por alguém, em um dado gênero discursivo, tendo em vista atingir algum propósito comunicativo. Nesse sentido, observando que em Possenti é possível constatar que a autoria se trata de uma característica ausente/presente no texto, Alves Filho (2005) propõe a formulação de

[...] uma noção de autoria mais estrita, e que tenha ligação com os mecanismos de textualização individual, com a apropriação por um sujeito do dizer dos outros e com os modos de singularização da produção de linguagem. Do nosso ponto de vista, um modo de objetivar minimamente o estudo da autoria é observá-la também em função dos gêneros do discurso, de tal forma que se possa “mapear” formas diferentes de responsabilidade enunciativa (coletiva, institucional, profissional, pessoal) e se possa distinguir diferentes “posturas de autoria” tal como semiotizadas nos gêneros (ALVES FILHO, 2005, p. 53).

Nessa direção, a autoria se localiza no ponto onde a dimensão verbal se cruza com a dimensão social. O autor propunha a apresentação de explicações relativas aos “modos de funcionamento da autoria” (colunista, cronista e articulista) em textos opinativos do campo jornalístico (coluna, crônica e artigo), os quais recebem uma “assinatura institucional”, tendo como ferramenta teórica a noção de gênero do discurso bakhtiniana, concepção que comporta a ideia de interação, nesse caso entre autor e ouvinte/leitor. Alves Filho (2005, p. 101) reflete que o autor, conforme essa noção de gênero, encontra-se entre a relatividade e a estabilidade,

³⁷ Alves Filho (2005) menciona, por exemplo, a autoria anônima, a autoria institucional e a autoria individual como manifestações de responsabilidade enunciativa. Do ponto de vista da “fabricação” pela sociedade ou pela época histórica, podemos verificar o “autor demiurgo”, o “autor porta-voz” e o “autor-morto” (ALVES FILHO, 2005).

ou seja, realiza escolhas das quais decorre seu estilo individual, mas também se funda em uma “[...] instância social e histórica que lhe possibilita interagir e ser compreendido pelos parceiros da comunicação verbal”, de modo que há uma correlação entre autoria e gênero.

Conforme seu conceito:

O autor é a instância humana e/ou institucional, designada comumente por um nome próprio, sócio-histórica e culturalmente pré-construída mas, ao mesmo tempo, parcialmente reconstruída a cada ato interacional de produção de sentidos, presumida nos gêneros do discurso e tomada como macro-responsável pelo acabamento, pelo intuito discursivo e pelo estilo de um produto simbólico (ALVES FILHO, 2005, p. 93).

O conceito de autoria proposto por Alves Filho é bastante proveitoso para nossa pesquisa, resguardadas as particularidades do gênero pesquisado, da esfera de atividade, dos parceiros envolvidos, dos objetivos comunicativos, porquanto permite-nos refletir sobre a relação entre autoria e gênero discursivo levando em consideração o caráter interacional e o modo como essa interação reflete na reconstrução dessa instância presumida nos gêneros. Em sua reflexão, Alves Filho menciona dois perfis opostos de autores: um menos experiente e outro mais experiente, o primeiro aprendendo a utilizar determinado gênero e o segundo que já o utiliza com alguma frequência de modo que, em razão de sua segurança e fluência, seja capaz de dar outra dimensão para as funções e estruturas dos gêneros. Nas colunas de opinião analisadas, por exemplo, ele observa “situações em que os colunistas mobilizam estruturas e estilo de outros gêneros e os superpõem às funções e estilo das colunas de opinião já relativamente estabilizadas na esfera jornalística” (ALVES FILHO, 2006, p. 80).

Em nossa investigação, pensamos que a situação de produção de dissertação de mestrado costuma ser vivenciada por autores mais experientes ou menos experientes com gêneros acadêmicos, pois cursar o mestrado e produzir a dissertação costuma ser uma experiência única para a maioria dos pesquisadores, não se repete várias vezes. Trata-se de um gênero menos flexível às mobilizações do escrevente. Destacamos o fato de que se trata de um gênero que possui como exigência a orientação de um professor doutor, a avaliação de professores das bancas de qualificação e defesa e sua aprovação (ou não), representando vozes que “atestam”, referendam a autoria do mestrando-pesquisador; assim, para nós, a expressão da autoria na dissertação de mestrado mantém uma relação de interação e dependência de seus interlocutores, mediadores no tocante à produção/apreensão do gênero.

Diante de tudo o que discutimos até aqui, assumimos a autoria como uma tomada de posição sociodiscursiva, que deriva da responsabilidade individual humana (sem se confundir

com o sujeito inscrito sob um número de CPF) e da intenção discursiva de um sujeito responsivo e, portanto, interacional, posição que se sujeita e que reage às exigências do domínio discursivo, às conformações do gênero e às expectativas de seus interlocutores, com os quais constrói os sentidos.

A seguir, passamos a refletir sobre o gênero discursivo dissertação de mestrado, com base especialmente nas considerações de Bakhtin e enfatizando o todo, a arquitetônica de sua produção, o domínio discursivo onde circula, os interlocutores etc., adotando, ainda, as contribuições dos Estudos Retóricos de Gêneros.

4 O GÊNERO DISCURSIVO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: DE SUJEITO PESQUISADOR A AUTOR

No intuito de discutir a respeito da instauração da autoria no processo de produção de dissertação de mestrado, apropriamo-nos de um gênero discursivo, a tese de doutorado, bem como para uma conversa informal, por exemplo, apropriar-nos-íamos do diálogo. Assim, em cada esfera de nossas atividades, utilizamos a linguagem para enunciar, para nos comunicar, para interagir com o outro, e o fazemos sempre por meio de um gênero discursivo³⁸ (BAKHTIN, 2011c; MARCUSCHI, 2008; RIBEIRO; 2010; MACHADO, 2018).

Diferente de um rápido diálogo que ocorre ao encontrarmos, por acaso, um amigo pelas ruas da cidade, produzir um gênero discursivo tal como uma dissertação de mestrado demanda bem mais que um encontro fortuito e inesperado e o prazer do encontro, mas exige um complexo processo que envolve aspectos e atitudes bastante característicos e etapas de sua feitura, de modo que questionamos: quem produz uma dissertação de mestrado? Para que produz? Para quem (qual interlocutor)? Quais etapas (ritual) deve seguir? Como se caracteriza esse sujeito-escrevente? Como se torna (ou não) autor? Antes disso, pode ser considerado autor? Estas perguntas ajudam-nos a tecer considerações que permitem situar nosso sujeito – escrevente, pesquisador, mestrando, orientando – em direção ao processo de tornar-se autor.

Pretendemos, nesta seção, tratar a respeito da produção textual não como um artefato, como produto do trabalho de um escrevente, mas em seu caráter de enunciado, refletindo sobre a responsabilidade do sujeito, sobre a interação que estabelece com seus interlocutores, sobre o domínio discursivo onde é produzido e onde circula, a fim de delinear o gênero acadêmico dissertação de mestrado. Além disso, tomaremos como base, também, os Estudos Retóricos de Gêneros (SWALES, 1990), no intuito de expandir nossas considerações sobre o gênero em questão, ao abordar uma teoria contemporânea e bastante produtiva na área.

Dessa forma, na subseção seguinte, passamos a refletir sobre este “todo” no qual o indivíduo encontra-se inserido e de onde enuncia, dando origem a um complexo gênero discursivo que se materializa no domínio acadêmico – principal ambiente de produção e circulação.

³⁸ Em consonância com Bakhtin (2011c), os gêneros discursivos correspondem aos tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados conforme cada esfera de uso da língua, os quais possuem uma natureza particular ao serem produzidos por um indivíduo, mas também universal em razão de forças sócio-históricas que atuam sobre eles.

4.1 Ao sujeito não há álibi no existir

A produção de um gênero discursivo tal como a dissertação de mestrado exige de seu produtor algumas prerrogativas, pois ninguém acorda em uma manhã de segunda-feira e decide: “irei escrever uma dissertação de mestrado”. Há, na verdade, um planejamento, etapas a se seguir. Assim, é preciso estar inserido em um contexto que lhe exija esta atitude, ou seja, para que um indivíduo produza esse tipo de trabalho acadêmico, no Brasil especificamente, deve, primeiro, possuir um diploma de curso superior, ter formação acadêmica que lhe permita concorrer à vaga pleiteada; segundo, para ingressar em programa de pós-graduação necessita submeter-se a processo seletivo, de modo que siga as seguintes etapas, de modo geral, mas que podem variar: inscrição, homologação de inscrição decorrente da apresentação de documentos (dentre estes um projeto/plano de pesquisa), realização de prova de conhecimentos gerais na área, prova de língua estrangeira e entrevista.

Como vemos, não é qualquer pessoa e em qualquer momento que pode submeter-se a um processo seletivo para curso de mestrado. O candidato necessita aguardar o lançamento de edital pela instituição de ensino superior, que ocorre em determinados períodos, a cada ano, e estar apto ao papel de concorrente à vaga, ou seja, ter curso superior completo, compilar e apresentar documentação exigida, desenvolver proposta de pesquisa em consonância com determinada linha de pesquisa. Destacamos que o fato de ter cursado o ensino superior já instrumentaliza esse indivíduo à escrita posterior da sua dissertação, pois ao longo da graduação pressupomos que este adquira algum conhecimento quanto à produção de gêneros acadêmicos, uma vez que passa a ter contato com resumos, resenhas, fichamentos, artigos, monografias, TCC, bem como teses e dissertações, ou parte delas, livros, dentre outros, no caso dos gêneros escritos, além de ler e produzir trabalhos acadêmicos que constituem ou não exigência para conclusão do curso superior.

Insistimos, assim, que a dissertação de mestrado caracteriza-se como um gênero cujo autor necessita se submeter às normas institucionais, neste caso uma instituição reconhecidamente acadêmica, de modo que todos os gêneros produzidos nesse domínio encontram-se subordinados ao aspecto institucional. Além disso, o falante/escrevente submete-se às convenções acadêmicas e disciplinares, a fim de adquirir uma identidade institucional e, ao mesmo tempo, apresentar um estilo próprio. A autoria, por sua vez, se constrói, também, com base na identidade adquirida no trabalho com o gênero, pela credibilidade científica, contando com o aval da comunidade científica (representada pela banca e o cumprimento de todo o ritual) e pelo aval da instituição, que concede o diploma.

Nesse sentido, inicialmente, ao produzir um projeto/plano de pesquisa, visando seu ingresso na pós-graduação, em nível de mestrado, observamos que o candidato apropria-se de um gênero: o projeto de pesquisa, o qual implica um planejamento (BRAGA, 2005; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010; CRESWELL, 2014; SOUSA, 2020). Fazem parte, portanto, desse planejamento a definição de ações a serem executadas, isto é, “Traçar objetivos, prever os passos necessários à realização das ações que nos levarão a alcançar os objetivos, decidir a ordem preferível em que esses passos devem ser desenvolvidos e identificar objetos e pessoas necessários à realização das ações [...]” (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 51). Essas decisões, no entanto, não serão fixas, elas podem sofrer alterações ao longo da pesquisa; em consonância com John W. Creswell (2014, p. 51), ao tratar da pesquisa qualitativa, é importante considerar que “[...] o plano inicial para a pesquisa não pode ser rigorosamente prescrito e que todas as fases do processo podem mudar [...], as perguntas podem mudar, as formas de coleta de dados podem ser alteradas [...]”, de modo que o plano/projeto inicial para pesquisa deve ser flexível, aberto a modificações, adaptações.

Para Braga (2005, p. 291), o mais importante, ao iniciar o desenvolvimento da investigação, o projeto de pesquisa, é ter uma questão inicial, “prefigurar um problema de pesquisa”, para, em seguida, escrever tudo o que o pesquisador já sabe sobre o tema, além das “sacações”, *insights*, lampejos e, especialmente, as leituras realizadas. O autor salienta que há, na origem do processo, uma produção textual que “[...] não é ainda o seu projeto. É apenas um documento preparatório, uma peça para ficar nos bastidores e que não irá à cena” (BRAGA, 2005, p. 292), uma espécie de rascunho.

Acreditamos que nesse percurso inicial é que ocorra a “assunção autoral”, ou seja, a aparição, demonstração inicial da autoria, revelada por meio de uma intenção discursiva, de uma ideia (de pesquisa), a fim de refletir sobre um fenômeno, problematizar uma questão e dar uma possível resposta para ela através de um processo investigativo que demanda diálogo com a teoria; revelada também mediante a apreensão do gênero, neste caso o então pesquisador parte de um rascunho, o qual ganha contornos de um projeto de pesquisa, transformando-se, depois, em uma dissertação de mestrado. Isso exige um ato criador por parte do autor-pesquisador: conceber uma proposta de pesquisa e sistematizá-la em um gênero discursivo, tendo como principais interlocutores no processo seletivo uma comissão de professores responsáveis por avaliá-lo.

Já a estruturação do projeto de pesquisa, como propõem manuais ou teóricos que tratam desse gênero discursivo, organiza-se da seguinte maneira, conforme detalha Sousa (2020, p. 175-176), com algumas variações próprias dos cursos e objetivos pretendidos:

1. Identificação ou dados do projeto (título, área de pesquisa etc.) e do seu autor (nome, instituição etc.); 2. Tema e título (Prodanov e Freitas, 2013); 3. Problemas, hipóteses e perguntas; 4. Justificativa; 5. Objetivos geral e específicos; 6. Síntese da literatura relevante; 7. Metodologia (recursos materiais e procedimentos); 8. Resultados e/ou impactos esperados; 9. Cronograma; 10. Referências bibliográficas.

Entretanto, também consoante Sousa (2020), não devemos nos guiar somente pela organização técnica dos elementos presentes em um gênero discursivo, tal como o projeto de pesquisa. É relevante, portanto, considerarmos o estudo do gênero na perspectiva de enunciado firmado sobre estilo, conteúdo e composição (BAKHTIN, 2011c), e avançarmos um pouco mais, seguindo tendências mais recentes de estudo dos gêneros, como os Estudos Retóricos de Gêneros, por exemplo, conforme discutiremos mais adiante.

Após a produção, submissão e aprovação do plano/projeto de pesquisa, o candidato adentra no curso reconhecendo que deve, impreterivelmente, construir um texto que dê conta da pesquisa desenvolvida durante o prazo de duração do mestrado.

Assim sendo, ao assumir este compromisso e responsabilidade, o sujeito que deseja receber o título de mestre não pode deixar de cumprir este requisito, não pode apresentar desculpas para sua não realização³⁹, o que atesta, para nós, o seu *não álibi* no existir, como destaca Bakhtin. Aqui ressaltamos, em conformidade com o pensador russo, o aspecto individual do sujeito na realização do ato responsável, uma vez que “[...] ser realmente na vida significa agir, é ser não indiferente ao todo na sua singularidade” (BAKHTIN, 2017, p. 99). De acordo com o autor, tudo aquilo que pode ser realizado pelo indivíduo nunca poderá ser feito por outro, nunca, sendo a singularidade “irrevogável e obrigatória” (BAKHTIN, 2017, p. 96). Segundo Amorim (2018, p. 23), o sujeito torna-se completamente responsável por seu pensamento, mais do que isso: “[...] é, de certo modo, convocado a pensá-lo” a partir de seu lugar. Nesse sentido, Ribeiro (2006, p. 84) adota uma perspectiva de autoria como responsabilidade, decorrente “[...] da tomada de posição do sujeito inscrito num determinado gênero discursivo”, de modo que a autoria encontra-se ligada à produção do gênero discursivo, como também acreditamos.

Portanto, cabe ao então mestrando a responsabilidade, sob sua assinatura, como forma de comprometimento, assumindo e afirmando sua postura, de produzir a dissertação de mestrado. Discutimos, na seção anterior, que somente o ato de inserir a assinatura em um

³⁹ Somente em caso de desistência ou morte o indivíduo poderá não produzir e apresentar sua dissertação de mestrado ao programa de pós-graduação. Em caso de doença, por exemplo, poderá solicitar, formalmente, a prorrogação de prazos, pois a desistência no caso de aluno bolsista implica a devolução dos valores acumulados com a bolsa de estudos.

documento não garante o comprometimento do indivíduo, mas, sim, o fato de assumir e afirmar sua postura, de comprometer-se ativa e responsavelmente com sua própria consciência (BAKHTIN, 2017; ARÁN, 2014; SOBRAL, 2019), disso decorre o reconhecimento (ético) por parte do candidato de que não poderá confiar a terceiros a produção de seu texto, nem incorrer no risco de cometimento de plágio⁴⁰, ainda que possa contar com a participação de seus pares nessa empreitada, isto é, orientador, membros de banca de qualificação e defesa, revisor de texto, dentre outros, sendo a orientação de um professor doutor e a avaliação pelos professores componentes das bancas um requisito obrigatório nesse contexto de produção, de maneira que o *outro*, nesse tipo de produção, não é somente uma consciência captada pelo autor do texto, mas sujeitos com os quais interage.

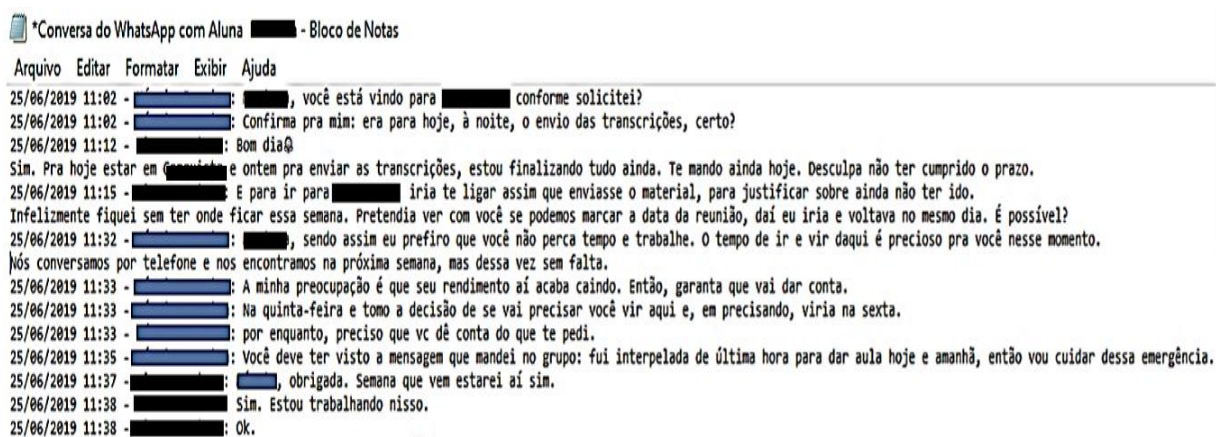
Embora reconheçamos que o sujeito falante e a instância autoral não se confundem, reconhecemos também que para a existência do autor é necessária a existência do sujeito, de um sujeito que se encontra em constante interação com outros sujeitos, sendo seres encarnados em humanos reais, dotados de singularidade (BAKHTIN, 2011b, 2017). Na subseção 3.1.1, intitulada *Um sujeito para a instância autoral*, discutimos sobre o sujeito e ressaltamos ser necessário arrazoar sobre este em razão de, no processo de produção da dissertação de mestrado, o escrevente, em alguns de nossos dados, enunciar na condição de mestrando, pesquisador, sujeito falante na interação, de modo que acompanhamos o processo de construção do texto, de constituição do sujeito pesquisador e a concomitante assunção da autoria, baseada não em um “dom” ou talento nato, mas como resultado de um trabalho gradual, tendo o auxílio de indivíduos aptos e autorizados à ação de direcionamento. Nesse sentido, defendemos que, diferente da criação literária, onde há maior liberdade para a manifestação individual e, portanto, algum talento por parte do escrevente, na escrita acadêmica há amarras institucionais e um “fazer acadêmico” que nos distancia desse aspecto, sendo, também, menos relevante na constituição da autoria.

A Figura 4, adiante, exemplifica dados de nossa pesquisa referentes às mensagens de aplicativo WhatsApp trocadas entre o mestrando e seu orientador, no processo de produção da

⁴⁰ No artigo *Revisão textual e produção de dissertação de mestrado: uma reflexão sobre o risco de plágio*, nosso objetivo foi verificar se o revisor, em sua atividade profissional, especialmente no trabalho com textos acadêmicos, se atenta ao risco de cometimento de plágio e quais critérios utiliza para isto. Ao verificarmos que o profissional se atém à questão do plágio, observamos que os critérios adotados para as informações que merecem ser referenciadas foram: procedimento metodológico, dados biográficos, discussão teórica e acontecimentos históricos. Ressaltamos, nesse sentido, “que o processo de revisão de textos possa representar mais uma ferramenta – eficaz – na identificação e prevenção do plágio em textos acadêmicos, uma vez que esta acaba sendo uma preocupação somente delegada ao professor orientador, à banca examinadora e aos comitês editoriais” (PEREIRA; LEMOS, 2020, p. 395-396).

dissertação de mestrado. Nesses momentos, especificamente, não podemos dizer que quem fala é a instância autoral⁴¹, mas, sim, o indivíduo, na condição de sujeito responsivo, marcado pela relação com o outro (BAKHTIN, 2011b; CHARAUDEAU, 2016). Ainda que o diálogo estabelecido entre os interlocutores pareça-nos, à primeira vista, bastante trivial, permite-nos vislumbrar questões relativas à pesquisa, tais como etapa de transcrição de dados, envio de material para orientador, cumprimento de prazo, encontro presencial para orientação, risco de queda no rendimento da pesquisa, aspectos que não apontam para a vida pessoal, mas especialmente acadêmica desses sujeitos.

Figura 4 - Recorte de conversa entre professor e aluno por aplicativo



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse ponto, especificamente, concordamos com as correntes formalista, nova crítica e estruturalista quando repelem subjetivismos e psicologismos nas considerações sobre a figura do autor (WIMSAAT; BEARDSLEY, 2002; STEMPEL, 1983; JAKOBSON, 1983; COHEN, 2002; KRISTEVA, 1969), em razão de não termos a necessidade de buscar conhecer a trajetória pessoal do então mestrando que cedeu seus textos para realização desta pesquisa de doutorado (LEMO; PEREIRA, 2021a), ainda mais porque para desenvolver uma pesquisa científica torna-se imprescindível realizar um trabalho de investigação, no qual a leitura e escrita caminham juntas, uma alimentando a outra, sem que sejam levados em

⁴¹ Não queremos dizer, com isso, que não haja autoria quando se trata de interação oral. Nas contações de história ou nos poemas épicos passados oralmente à posteridade, por exemplo, pode ser constatada a presença de autoria nos textos, utilizando-se os critérios de análise adequados, porém no caso em análise, em algumas conversas que não tratam objetivamente da dissertação, mas ações do dia a dia, defendemos a ausência de uma posição autoral e sim do sujeito.

consideração aspectos como a criatividade e inspiração do produtor do texto, mas um “investimento” intelectual⁴², em nossa opinião.

Nosso sujeito falante/escrevente, nos momentos em que verificamos mais a aparição do indivíduo do que a manifestação da autoria, nas interações com seus interlocutores principalmente, pode ser, assim, definido como o autor-pessoa de que trata Bakhtin (2011a), um componente da vida, um sujeito e não uma coisa. Como tal, segundo assevera Medeiros (2006), este sujeito dialógico só pode ser identificado através de seus textos, enunciados considerados por Bakhtin, antes de qualquer coisa, respostas a enunciados anteriores. Nesse sentido, questionamo-nos: a que pergunta deseja esse sujeito responder? Quem lhe pergunta? Como dissemos, o indivíduo que se aventura na produção de uma dissertação de mestrado é, necessariamente, alguém que já se encontrava inserido no ambiente acadêmico, visto possuir formação em curso superior. Com o avanço na pós-graduação, supomos que deseje avançar em sua qualificação; caso seja professor, busca investigar uma situação relativa à sua profissão, ao ambiente de trabalho, à realidade do sistema educacional (como profissional de outra área também poderá ter motivações semelhantes), assim contribuirá com as discussões travadas em ambiente acadêmico, as quais poderão ter aplicabilidade social, alcançando a comunidade.

Nesse percurso de desenvolvimento de sua pesquisa, seus interlocutores serão principalmente os indivíduos com os quais divide projetos, objetivos e vivências afins. Sabemos que como sujeito social relaciona-se, no dia a dia, em vários ambientes, com seus familiares, amigos, patrões, empregados, médico etc., mas na esfera acadêmica, em especial no círculo que compõe o curso de pós-graduação, interage com colegas também mestrando, com professores, em especial seu orientador, com outros profissionais do meio acadêmico nos eventos dos quais participa, no intuito de dar resposta a uma problemática ou lacuna no conhecimento.

Uma vez que obtém aprovação e ingressa em um curso de mestrado, o indivíduo, embora já venha de uma experiência acadêmica anterior, na graduação, vivencia uma experiência relativamente nova, a começar pelo tempo de permanência no curso: graduação com duração máxima de oito semestres regulares (quatro anos), por exemplo, como é o caso de muitos cursos em Instituições de Ensino Superior (IES) no país, e apresentação, ao final do curso, de TCC ou monografia; mestrado com duração máxima de 24 meses (dois anos) e

⁴² Esse “investimento” intelectual, como um empenhar-se em dar uma resposta, cremos estar relacionado ao letramento acadêmico, ou seja, às práticas sociais de uso da leitura e da escrita em seus contextos práticos específicos (KLEIMAN, 2005), sobre o qual discutiremos adiante.

apresentação, ao final do curso, de dissertação de mestrado, além do cumprimento de disciplinas, participação em eventos, publicação de trabalhos/artigos, estágio em ensino superior, defesa pública, depósito de texto final⁴³.

Importante mencionar sobre o ambiente acadêmico que este constitui um campo/domínio da atividade humana (BAKHTIN, 2011c; BEZERRA, 2006). Conforme reforça Marcuschi (2008, p. 155), trata-se mesmo de uma esfera da atividade humana e indica “instâncias discursivas”, tais como o discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso, de forma que não abarca “[...] um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados” (MARCUSCHI, 2008, p. 155). Assim sendo, podemos afirmar que no âmbito acadêmico, nesse domínio ou esfera, há gêneros discursivos que nascem e circulam especificamente no meio acadêmico, tais como as monografias, TCCs, dissertações de mestrado, teses de doutorado, por exemplo, específicos das atividades comunicativas institucionalizadas nesse espaço. Bezerra (2006) informa que “O ambiente acadêmico em geral, como um dos muitos domínios da atividade humana, evidentemente abrange e produz incontáveis gêneros, [...]” integrados a sistemas de gêneros e de atividades sociodiscursivas.

Agora que o sujeito responsivo encontra-se no papel de mestrando, no interior da esfera acadêmica, teceremos algumas reflexões sobre o estudo do texto/enunciado, na subseção seguinte, as quais são relevantes para avançar na descrição do gênero discursivo aqui abordado.

4.2 Do texto ao enunciado: algumas reflexões

Nesta tese de doutorado, assumimos uma perspectiva interdisciplinar quanto ao estudo do texto, fundando-nos na Linguística Textual⁴⁴ (LT) e, mais precisamente, nos estudos dialógicos da linguagem do Círculo de Bakhtin. Assim, vale mencionar que da década de 1980 em diante, como informa Koch (2018), o texto passa a ser considerado não do ponto de vista sintático simplesmente, como produto da comunicação verbal, mas seu conceito passa

⁴³ Descrevemos estas particularidades com base na experiência acadêmica das pesquisadoras apenas a título de ilustração.

⁴⁴ Disciplina de estudos interdisciplinares que surgiu na década de 1960, com foco nas investigações sobre o texto. Passou por três importantes fases: análise transfrástica, gramáticas textuais e pragmático-discursiva (KOCH, 2018). De acordo com Koch (2006, p. 14), citando Heinemann (1982), “os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, [...] passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante [escrevente]”.

por um intenso alargamento que dá conta de sua dimensão na condição de processo, no qual estão envolvidos fatores de natureza linguística, cognitiva, sociocultural e interacional. O fato é que a LT afasta-se, de certo modo, da Linguística Estruturalista saussuriana, visto que esta considera a língua um sistema autônomo, que pode ser estudado em si e por si mesmo (SAUSSURE, 2012; KRISTEVA, 1969), e passa abordar aspectos pragmáticos e contextuais como relevantes aos seus estudos.

Bakhtin (2011b), em *O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas*, trata do estudo do texto e questiona os vieses especialmente da Crítica literária, da Filologia e da Linguística: a Crítica literária por refletir somente sobre a constituição verbal da poesia, do ponto de vista da articulação e organização linguística; a Filologia (ciência eminentemente histórica) por ocupar-se do estudo de povos antigos por meio da observação de textos escritos deixados por eles, a fim de interpretá-los, comentá-los, esclarecendo ao leitor o processo de transmissão textual; a Linguística saussuriana por transformar o texto em um dado, um artefato a ser pesquisado, independente do sujeito e do contexto de sua produção.

Nesse sentido, Bakhtin (2011b) destaca que, seja oral ou escrito, o texto é considerado um dado primário a ser pesquisado por essas disciplinas, e não representa o ato enunciativo em seu acontecimento único e irrepetível. Dessa forma, o pensador russo propõe uma análise filosófica do texto, mediante uma “[...] pesquisa [que] transcorre em campos limítrofes, isto é, nas fronteiras de todas as referidas disciplinas, em seus cruzamentos e junções” (BAKHTIN, 2011b, p. 307). Bakhtin situa o texto em dois polos: como dado e como enunciado, de modo que objetiva superar a teorização do texto, unindo aquilo que possui de universal e individual, de repetível e irrepetível – o que nos lembra de sua explanação em *Para uma filosofia do ato responsável*, ao criticar a teorização do próprio indivíduo, em um mundo cindido (da cultura e da vida) (BAKHTIN, 2017, 2011b). No Quadro 1, a seguir, sintetizamos algumas considerações, com base nas palavras do filósofo, a respeito do texto alocado em dois polos.

Quadro 1 - Texto situado em dois polos

Texto como dado	Texto como enunciado
Conjunto coerente de signos	Ideia (intenção) e a realização da intenção
Somente um sujeito (falante, autor)	Interação entre interlocutores
Funções do texto (artefato pesquisado)	Funções dos gêneros de texto (uso social)
Repetição e reprodução	Individual, único, singular
Sentido é linguístico	Sentido é dialógico

Fonte: Produzido pela pesquisadora com base em Bakhtin (2011b).

Como vemos, Bakhtin (2011b, p. 309) observa que estudar o texto apenas como dado o reduz a um artefato, com implicações também nas “[...] relações dialógicas entre os textos e no interior de um texto. Sua índole específica (não linguística)”. Em outras palavras, nossos textos estão sempre vinculados a outros textos, dadas as relações entre os discursos e indivíduos, no interior da sociedade, principalmente porque a língua é dialógica em sua essência (BARROS, 1999; CORTES, 2009; RIBEIRO, 2010; BAKHTIN, 2014; MACHADO, 2018; LEMOS; PEREIRA, 2021b).

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio de todo o discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e intensa. [...]

O discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica (BAKHTIN, 2014, p. 88-89).

Além de salientar a dialogicidade intrínseca à própria linguagem verbal humana, o pensador russo menciona que “Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada” (BAKHTIN, 2014, p. 89). Portanto, como discurso vivo, no interior do qual atuam sujeitos responsivos, encarnados, está orientado e determinado para a resposta, em uma “atmosfera do ‘já dito’” e do que ainda se dirá, sendo já esperado (BAKHTIN, 2014, p. 89). Dessa forma, analisar o texto como enunciado permite-nos vislumbrar não somente um sujeito, mas, no mínimo, dois, em interação, dotados de intenção (discursiva), no interior de uma esfera em que os enunciados possuem uma função, fixam-se em gêneros discursivos conforme o aspecto sócio-histórico; além disso, “O dialogismo é a condição do sentido do discurso” (BARROS, 1999, p. 2), como elencamos no quadro anterior.

Nessa proposta de análise filosófica do texto indicada por Bakhtin, há de se observar que como dado o texto possui algo de repetível (já dito) e reproduzível (atualizado), sendo, pois, essa reprodução, na condição de enunciado, de caráter individual, único e singular, durante o ato, ou seja, o agir intencional no mundo (SOBRAL, 2019) na relação com o contexto único de seu acontecimento, pois é exatamente nesse ponto que reside o sentido, quando o indivíduo assume uma posição, de modo que “Esse segundo polo é indissolivelmente ligado ao elemento da autoria [...]” (BAKHTIN, 2011b, p. 310).

Segundo o autor russo, o acontecimento da vida do texto se desenvolve na “fronteira de duas consciências, de dois sujeitos”, como uma resposta, no sentido de concordar, discordar, acrescentar, corrigir, enfim para polemizar (BAKHTIN, 2011b; FARACO, 2018). Quanto à questão do autor, em *O Problema do texto...*, bem como em outros textos do filósofo, verificamos que esta instância só pode ser concebida na relação entre duas consciências; no contexto da estética literária, essa relação entre consciências isonômicas, conforme discutimos na seção teórica anterior, se dá entre o autor-criador e suas personagens, entre o autor e o herói. Já na produção acadêmica podemos pensar essa relação entre o autor-criador e as demais vozes que requisita para compor sua pesquisa, visto que dialoga com pesquisadores citados, com seu orientador, com professores das bancas de qualificação e defesa, com o profissional revisor de textos, dentre outros, articulando-os.

O autor de uma obra literária (romance) cria uma obra (enunciado) de discurso única e integral. Mas ele a cria a partir de enunciados heterogêneos, como que alheios. Até o discurso direto do autor é cheio de palavras conscientizadas dos outros. O falar indireto, a relação com a sua própria linguagem como uma das linguagens possíveis (e não como a única linguagem possível e incondicional) (BAKHTIN, 2011b, p. 321).

Na seção anterior, discutimos sobre a posição do autor principalmente no tocante à produção literária, em consonância com Bakhtin. Aqui, focamos especialmente na produção científica – dissertação de mestrado – a fim de estender os pressupostos teóricos bakhtinianos às nossas reflexões sobre a instauração da autoria em domínio acadêmico, ressignificando-os. Dessa forma, não ignoramos que Bakhtin parte do contexto literário, mas, ao transpor suas considerações, recobrindo a autoria na produção acadêmica, propomos um alargamento de sua profunda teoria filosófica, bastante elástica e adequada aos propósitos aqui estabelecidos, em nossa opinião.

De acordo com a citação anterior, conforme Bakhtin (2011b), o autor, como posição de distanciamento, cria uma obra (literária, científica), ou seja, enuncia com base não (apenas) em sua opinião sobre determinado objeto, mas, sim, fundando-se na dialogização das vozes sociais, pois, segundo menciona Faraco (2009, p. 58), “[...] ‘o verdadeiro ambiente do enunciado’ é o plurilinguismo dialogizado (são as fronteiras) em que as vozes sociais se entrecruzam continuamente de maneira multiforme, processo em que vão se formando novas vozes sociais”. No caso de uma produção acadêmica como a dissertação de mestrado, o pesquisador, então mestrando, para que possa responder à sua questão de pesquisa, necessita realizar um levantamento bibliográfico por meio do qual contextualiza discussões prévias (já

ditos) relativas ao objeto investigado, de modo que, em virtude da menor flexibilização do gênero à aparição do sujeito, sua voz pode aparecer discretamente, no interior do diálogo com outras vozes, porém captamos sua intenção discursiva por meio de sua problematização, objetivos, condução da pesquisa, portanto a voz do autor.

Pode parecer, assim, que a intenção discursiva do autor, seu direcionamento, ganha contornos de monologismo, como se essa voz estivesse centrada em si mesma, concentrando a sua volta o processo criativo (BEZERRA, 2018), porém vale observar, com base em Amarin (2004), que o monologismo como esquecimento da alteridade é parte da atividade criativa do autor, que comporta níveis de dialogismo e monologismo (AMORIN, 2004; CORTES, 2009).

A Figura 5, adiante, ilustra o “orquestramento” de vozes realizado no interior da dissertação cedida para esta pesquisa de doutorado.

Figura 5 - Presença de “vozes” na dissertação

e fixa textos multissemióticos que contribuem para a constituição de sentido. Nesse sentido, nossa pesquisa conta com um embasamento teórico que oportunizou-nos compreender: o espaço hipertextual com suas características e funções – com base nos estudos desenvolvidos, principalmente, por Xavier (2002); o funcionamento do *blog* enquanto gênero discursivo/textual – a partir da teoria dos gêneros discursivos, por Bakhtin (2003), Marcuschi (2004) e Komesu (2005); o funcionamento do *blog* como suporte textual – fundamentado nos estudos de Marcuschi (2004); e, ainda, os fatores de textualidade e textualização necessários para o estabelecimento da coesão e coerência textuais – importantes mecanismos responsáveis para que o texto constitua um sentido para os interlocutores da ação comunicativa – ancoramos nos estudos de Koch (2015), Koch e Elias (2010) e Costa Val (1999).

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura recortada da introdução da versão para qualificação, vemos que o autor da dissertação articula as vozes de pesquisadores consultados, por meio de citação (sobrenome do autor e ano), conforme assunto abordado, os quais, de forma dialogizada, são requisitados para fundamentar seu trabalho investigativo e analítico. “Essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, são sujeitos de seus próprios discursos”, sintetiza Bezerra (2018).

Em suma, o estudo por nós empreendido situa o texto na condição de enunciado, concreto e único, sob a confluência de diversos fatores: domínio de produção e circulação, interlocutores envolvidos, situação comunicativa, grau de complexidade e desenvolvimento do convívio cultural no qual se estabiliza o enunciado dando origem ao gênero (BAKHTIN, 2011b, 2011c). Nesse sentido, somente centrados no enunciado, com aquilo que tem de universal e singular, poderemos realizar um estudo investigativo sobre a autoria, no ponto em que esta instância adquire “independência” da pessoa falante/escrevente.

Nesta subseção, situamos nossa investigação a partir da Linguística Textual, em que o texto passa a ser considerado um processo e não simples produto da interação humana, em diálogo principalmente com as contribuições bakhtinianas, de modo que não lidamos com o texto como artefato e sim na condição de enunciado, ligado à sua realidade concreta, a sujeitos reais falantes e a outros enunciados. Assim, na subseção seguinte, passamos ao gênero dissertação de mestrado.

4.3 Produção do gênero dissertação de mestrado: a emergência do autor (inter)mediado

As considerações tecidas anteriormente contribuem para estabelecermos nosso posicionamento ao empreender um estudo do texto orientado pela perspectiva bakhtiniana: a produção textual necessita ser investigada em seu caráter de enunciado, a fim de tentarmos dar conta de aspectos que escapam ao texto na condição de dado, como interlocutores, domínio em que é produzido e onde circula, dentre outras questões, ao longo de seu processo de criação.

Inicialmente, cumpre destacar que o gênero dissertação de mestrado, tecnicamente, como define a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), corresponde a um

[...] documento que representa o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de **tema único e bem delimitado em sua extensão**, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a orientação de um orientador (doutor), visando a obtenção do título de mestre (ABNT, 2011, p. 2, destaque nosso).

Esta definição da ABNT é bastante técnica e, portanto, superficial quanto a um gênero discursivo tão complexo como a dissertação de mestrado, uma vez que foca na habilidade do indivíduo que deve mostrar seu conhecimento e capacidade de sistematização ao “reunir, analisar e interpretar informações”, excluindo, de certa forma, o caráter dialógico da linguagem, pois não ressalta a contribuição e interação em relação à área de estudos e interlocutores, mas o objetivo pessoal de obter titulação de mestre. Ademais, essa capacidade do indivíduo permite suscitar, de certo modo, uma concepção de autoria atrelada ao subjetivismo individualista, considerando o ponto de vista do falante/escrevente apenas (VOLÓCHINOV, 2018); permite-nos, também, correlacionar esta característica àquilo de universal e repetível, portanto reproduzível, que o enunciado possui, sendo determinado pelo

próprio gênero e suas coerções, correlativamente a seu caráter individual e irrepetível na condição de evento único (POSSENTI, 2002; BAKHTIN, 2017).

Conforme dissemos anteriormente, ao avançar em sua formação acadêmica, o então mestrando deseja se qualificar e, nesse ínterim, busca empreender uma investigação que contribua com o meio acadêmico e com a comunidade, em sua área de atuação profissional, a fim de dar resposta a uma problemática ou lacuna no conhecimento. Segue-se sobre o indivíduo que enuncia (um sujeito responsivo), segundo Bakhtin, seja na réplica monovocal às grandes e complexas obras científicas ou literárias, que podemos interpretar sua “intenção discursiva”, e isto significa que não estamos diante de um sujeito completamente assujeitado, nem totalmente dono de seu dizer, mas diante de um sujeito responsável por suas palavras e responsivo, um sujeito sócio-historicamente situado (BAKHTIN, 2011b, 2011c, 2017).

Do lugar de mestrando, que visa obter um título de mestre, ao “reunir, analisar e interpretar informações”, como sinaliza a ABNT, e sendo um sujeito coletivo (atravessado por fatores sócio-histórico-culturais) e individual (responsável e responsivo), com aptidão para significar o mundo por meio das trocas com o outro (BAKHTIN, 2017; CHARAUDEAU, 2016), tem início o processo de escrita da pesquisa de mestrado. Mas como o indivíduo sabe o que deve fazer? O que deve conter em seu texto? Como deverá proceder? Como apreende o gênero discursivo em questão? De que modo passa (ou não) de sujeito escrevente a autor de um enunciado? É sobre isto que discutiremos, nesta subseção, tendo em vista tratar sobre o gênero discursivo dissertação de mestrado e caracterizar a instância autoral que emerge nesse processo.

Pontuamos, aqui, que a ação do indivíduo relativa à produção escrita, o reconhecimento de sua função social, de seus objetivos pautam-se especialmente em seu processo de letramento, neste caso aqui em análise: o letramento acadêmico. De acordo com Magda Soares, uma das precursoras dos estudos sobre letramento no país, o surgimento do termo

[...] pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível da aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização (SOARES, 2004, p. 20).

Desse modo, entendemos que o termo se remete ao uso social da escrita, seja na escola ou em qualquer outra esfera de atividade social humana, não se confundindo, portanto, com alfabetização, ainda que a inclua, conforme aponta Kleiman (2005). Ademais, o letramento

pode acontecer em qualquer espaço de interação social entre indivíduos em que se faça uso da escrita tendo a compreensão de sua função social, sejam os indivíduos alfabetizados ou não; nessa direção, um indivíduo não alfabetizado pode ser considerado letrado desde que compreenda os objetivos da utilização de um documento escrito, como, por exemplo, a escritura de uma casa, que lhe confere a posse de um bem.

A escola, por sua vez, constitui-se como a principal agência de letramento em nossa sociedade (KLEIMAN, 2007), onde a alfabetização pode ser considerada uma prática específica dessa instituição, pois envolve o ensino aprendizagem de saberes escolares, como a apreensão do sistema alfabético e suas regras, parceiros específicos (professor e alunos), no evento chamado aula (KLEIMAN, 2005). O ambiente de ensino, então, pode e deve assumir o letramento como um objetivo do ensino, tomando a leitura e escrita como práticas discursivas, de natureza ideológica, dependentes de contextos sociais (STREET, 1984).

De acordo com Fiad (2015, p. 26), o conceito letramento, desde que começou a ser abordado no Brasil, a partir de 1980, até os anos 1990, esteve bastante atrelado ao conceito de alfabetização, no interior dos estudos sobre a educação, de forma dicotômica, classificando “[...] a escrita e a leitura como neutras, independentes dos processos sociais, históricos e culturais”. Porém, nos últimos anos, os estudos sobre letramento passaram a ser desenvolvidos tomando certa distância da concepção de alfabetização, com forte apelo para os aspectos sociais de uso da escrita (FIAD, 2015), para as transformações sociodiscursivas e cognitivas decorrentes do uso das mídias eletrônicas ou à luz dos estudos sobre gêneros discursivos (MATENCIO, 2009) – os Novos Estudos do Letramento –, permitindo-nos entrever não mais um letramento, mas letramentos (TERRA, 2013).

Dessa forma, podemos pensar nos usos sociais que fazemos da escrita em diversas esferas: familiar, escolar, acadêmica, profissional, religiosa, digital etc., utilizando gêneros discursivos correlatos a estas esferas e conforme a situação sociocomunicativa. De acordo com Fischer e Pelandré (2010, p. 570), podemos verificar nessas situações linguagens que “[...] guardam particularidades, como estilo, registro, padrões de vocabulário, sintaxe e conectores discursivos, pois se prendem a tipos específicos de atividades sociais e a

identidades socialmente situadas”, tais como linguagem acadêmica⁴⁵, linguagem jurídica⁴⁶, linguagem digital (o “internetês”⁴⁷) etc.

Dissertar sobre o letramento acadêmico significa tratar sobre a relação dos alunos de graduação e/ou pós-graduação com as práticas de escrita no contexto acadêmico (MARINHO, 2010; FIAD, 2015). Em primeiro lugar, é importante refletir, com base em Marinho (2010), sobre a queixa bastante comum entre professores universitários: os alunos chegam aos cursos de graduação sem saber escrever satisfatoriamente. Isto decorre do fato, muitas vezes, de acreditarmos que se aprende a ler e escrever ao longo do ensino fundamental e médio, independente do gênero, porém, segundo Vian Jr. (2006), o ensino médio não prepara os alunos para a vida acadêmica, exigindo um modo de aprender e estratégias próprias do contexto educacional em questão. Se o sujeito estudante de graduação ou pós-graduação já saísse do Ensino Médio “pronto” para atuar nesse novo nível de ensino, não haveria lugar para o exercício da escrita, para o processo de aprendizado, para o processo de letramento acadêmico – algo que não parece provável de acontecer, ainda que desejado.

Sabemos, no entanto, que os gêneros acadêmicos não constituem conteúdo e nem práticas preferenciais nas escolas de ensino fundamental médio. A leitura e a escrita de gêneros de referência na academia – artigos, teses, monografias, dissertações, resenhas acadêmicas, entre outros – são realizadas, de preferência, na universidade, porque é nessa instituição que são produzidos, por necessidades próprias, esses gêneros. [...] ao se optar por uma concepção de linguagem e, principalmente, de gênero, tal como formuladas por Bakhtin, torna-se mais coerente esperar e aceitar que os alunos universitários se familiarizem e aprendam a ler e a escrever os gêneros acadêmicos, sobretudo, na instituição e nas esferas do conhecimento em que são constituídos, portanto, quando se inserem nas práticas de escrita universitária (MARINHO, 2010, p. 366).

Vemos, então, que a relação com a leitura e escrita pelo graduando/pós-graduando somente se efetiva quando inserido no domínio acadêmico, quando passa a ler e produzir gêneros situados nesse ambiente, quando passa a apreender esses gêneros e compreender sua função, objetivos, vislumbrar seus potenciais interlocutores etc. Tanto Marinho (2010) como Fiad (2015) acreditam na necessidade de se abordar o letramento acadêmico em articulação

⁴⁵ Sobre “academês”, ver *Escrita acadêmica versus “academês”: variedade linguística ou pedantismo na escrita?* (LEMOS; PEREIRA, 2019).

⁴⁶ Sobre letramento jurídico, ver *O gênero discursivo petição inicial e seu estilo: a linguagem jurídica e sua relação com o letramento/ensino* (PEREIRA; PIRES; LEMOS, 2021).

⁴⁷ “O internetês é conhecido como forma grafolinguística que se difundiu em textos como chats, blogs e demais redes sociais. Seria uma prática de escrita caracterizada pelo registro divergente da norma culta padrão [...], razão pela qual seus adeptos são tomados como ‘assassinos da língua portuguesa’, do ponto de vista dos avessos a essa prática de escrita” (KOMESU; TENANI, 2009, p. 624).

com os estudos do texto e do discurso, de modo que “a perspectiva etnográfica [surja] como uma possibilidade de construir uma articulação entre o texto e o contexto na abordagem da escrita” (FIAD, 2015, p. 30). Ademais, Marinho (2010, p. 361), ao tomar Bakhtin como base, em sua discussão a respeito da leitura e escrita na universidade, assim nos lembra: “[...] o domínio de um gênero é um comportamento social”. E completa:

Isso significa que é possível ter um bom domínio da língua, mas ser inexperiente na atividade de moldar os gêneros, de administrar a interação, a tomada de turnos, etc. A experiência é algo constitutivo da prática nas comunidades que fazem uso de determinados gêneros, tornando-se, assim, condição indispensável para uma interação verbal bem-sucedida (MARINHO, 2010, p. 361).

Nessa perspectiva, seguindo pelo caminho da experiência/inexperiência na prática da escrita acadêmica, ao lidar com gêneros acadêmicos, talvez, pela primeira vez, propomos situar o estudante de graduação/pós-graduação em um processo de letramento acadêmico, representado por um *continuum*⁴⁸, ou seja, quanto maior a experiência com a escrita acadêmica maior grau de letramento e quanto menor a experiência com a escrita acadêmica menor grau de letramento acadêmico. Destacamos, ainda, a correlação entre o grau de letramento acadêmico do indivíduo e sua (in)dependência quanto ao(s) seu(s) interlocutor(es), especialmente em razão de considerarmos o letramento acadêmico e a constituição da autoria processos extremamente dialógicos. Diante disso, no caso da produção de dissertação de mestrado, situando o mestrando nesse *continuum*, passaremos a utilizar os termos *autor com maior autonomia e independência* e *autor com menor autonomia e independência*, sendo o primeiro uma manifestação da autoria por meio da apreensão do gênero (estilo, forma, conteúdo), domínio teórico (utilização de paráfrase, diálogo entre as vozes dos autores, aparição da voz do próprio autor – sua intenção discursiva), com escrita menos propícia a possíveis lacunas evitando maior esforço de seu interlocutor, mais atento à presunção de um “leitor virtual”; e o segundo uma manifestação da autoria de forma mais tímida, com dificuldade na apreensão do gênero (estilo, forma, conteúdo), menor domínio teórico (pouca utilização de paráfrase e mais citações diretas por vezes inadequadas, soltas, pouco diálogo entre as vozes dos autores, discreta aparição da voz do próprio autor – sua intenção

⁴⁸ Na subseção 6.2 *Descolamento do sujeito pesquisador da instância autoral na produção de dissertação de mestrado* – um processo de letramento acadêmico, da seção de análise, apresentaremos um esquema representativo do pesquisador em um *continuum* relativo ao processo de seu letramento acadêmico, a fim de melhor explicarmos a relação entre as experiências com leitura e escrita acadêmica e a apreensão do gênero.

discursiva), com escrita propícia à presença de lacunas que demandam maior esforço de seu interlocutor (principalmente do orientador), menos atento à presunção de um “leitor virtual”⁴⁹.

É importante mencionar, também, que não é nossa intenção dicotomizar esta relação, como se houvesse apenas dois polos, um mais desenvolvido e outro menos desenvolvido. Na verdade, consideramos a existência, nesse *continuum*, de estágios intermediários, podendo ser observados avanços e retrocessos por parte do sujeito em processo de letramento, como é possível observar no caso em análise nesta tese.

Quanto ao estudo dos gêneros, embora ainda intenso em nossos tempos, começou na Antiguidade com as reflexões sobre o gênero retórico, conforme relata o próprio Bakhtin em seu ensaio *Os gêneros do discurso*. Em Marcuschi (2008), Motta-Roth e Hendges (2010) e Machado (2018), observamos que o estudo do gênero remonta à teoria clássica da retórica e da poética, porém, também segundo esses autores, é com Bakhtin que vemos a questão se desenvolver centrada no dialogismo presente no processo comunicativo, especialmente porque a prosa literária, onde Bakhtin vislumbra o fenômeno dialógico, requisita procedimentos específicos de análise, uma vez que “Por muito tempo o romance foi objeto apenas de análises abstratamente ideológicas e de apreciação de publicistas”, como se fosse desprovido de elaboração artística (BAKHTIN, 2014, p. 72). É, pois, com base no romance que Bakhtin salienta a presença (dialógica) de “vozes” sociais no interior do discurso:

E é graças a este plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orchestra todos os seus temas, todo seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo. O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance [...] este movimento do tema que passa através de línguas e discursos, a sua segmentação em filetes e gotas de plurilinguismo social, sua dialogização, enfim, eis a singularidade fundamental da estilística romanesca (BAKHTIN, 2014, p. 74-75).

Conforme dissemos na seção anterior, com base em Todorov (1970), no prefácio à obra *Estética da criação verbal* (2011), a criação estética (o romance) exemplifica uma espécie de relação humana: somos seres de resposta e respondemos axiologicamente àqueles com os quais nos relacionamos, eticamente (BAKHTIN, 2011a), de modo que o dialogismo é uma característica essencial da linguagem verbal humana, estando esta presente em todos os campos de atuação do homem (BARROS, 1999; CORTES, 2009; RIBEIRO, 2010; BAKHTIN, 2014; MACHADO, 2018; LEMOS; PEREIRA, 2021b). De acordo com o autor

⁴⁹ Leitor virtual como uma espécie de leitor “imaginado” pelo escrevente (ORLANDI, 2012).

russo, em seu conjunto, o romance é um enunciado, assim como a réplica do diálogo ou uma carta também o são, mas a diferença entre eles encontra-se em sua natureza: ser um gênero primário (simples, do cotidiano) ou secundário (complexo, de condições culturais mais desenvolvidas e organizadas). No caso da dissertação de mestrado, em seu processo de produção por nós analisado, destacamos que se trata de um gênero discursivo de natureza secundária, uma vez que se desenvolve em um contexto de maior complexidade cultural, na esfera acadêmica.

Na dissertação aqui analisada, considerando o projeto de pesquisa com o qual o candidato ingressou no curso, vimos que o mestrando não desconhece a estrutura de um trabalho acadêmico, pois desenvolveu um texto com capa, sumário, introdução (com problematização, justificativa, objetivos), referencial teórico, metodologia e referências; ademais, em razão de ter cursado graduação, acreditamos que já tivesse algum conhecimento sobre outros gêneros produzidos no ambiente acadêmico e sobre o próprio gênero dissertação de mestrado, pois ao longo de sua pesquisa, no levantamento de bibliografia referente à temática da pesquisa, lê artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses ou partes delas etc.

Sobral (2009, p. 4) afirma que “[...] não se vê o mundo para então escolher um gênero, mas que se vê o mundo com os olhos do gênero”; Machado (2018), por sua vez, fundando-se em Bakhtin (1982), salienta que os gêneros discursivos, como formas comunicativas, não são adquiridos em manuais, mas, sim, nos processos interativos, como manifestação da cultura. Desse modo, ressaltamos, aqui, a interação que se estabelece entre mestrando e orientador, este último atuando como direcionador (ou mesmo coautor), de modo que faz cobranças e orienta seu aluno a produzir cada peça do texto conforme a configuração própria do gênero em destaque. A Figura 6, a seguir, ilustra o desenvolvimento da primeira seção da dissertação por nós analisada, referente à fundamentação teórica, na qual destacamos o trecho realçado em amarelo inserido pelo orientador.

Figura 6 - Recorte de trecho da seção teórica da dissertação em processo de produção

O termo *weblog* foi cunhado nos anos 1990 pelo editor norte americano Jorn Barger. Para o editor, o termo deriva da junção de outros dois termos *web* (página na internet), e, *blog* (diário de bordo).

Os dois próximos parágrafos estão deslocados e não entram, ainda, na parte histórica que solicitei. Por favor, releia a dissertação de [REDACTED].

Fonte: Dados da pesquisa.

Verificamos nas palavras do professor orientador seu direcionamento ao orientando, solicitando a produção de uma “parte histórica”, uma contextualização a respeito do objeto de pesquisa, o que denota uma faceta desse processo interativo de que falamos em direção à apreensão do gênero (MACHADO, 2018), além de aconselhá-lo a reler uma dissertação produzida por outro aluno, o que confirma sua familiarização com o gênero.

Em consonância com os estudos bakhtinianos sobre os gêneros discursivos, assim resumizamos a respeito dos gêneros: em todas as nossas atividades fazemos uso da linguagem, na forma de enunciados; estes, por sua vez, firmam-se sobre três pilares (conteúdo, estilo e composição) intimamente ligados e determinados pela esfera de comunicação (BAKHTIN, 2011c). Portanto, a dissertação de mestrado é produzida sobre estas três bases, as quais possuem particularidades predefinidas pelo domínio onde é produzido e onde circula esse gênero.

Sabemos que os elementos que compõem o gênero estão amalgamados um ao outro, não se separam, de modo que, juntos, permitem que identifiquemos o gênero diante do qual estamos. Assim, pela sua forma somos capazes de reconhecer um soneto e a partir de seu estilo compreender o seu tema, afirmam Motta-Roth e Hendges (2010).

Ao assumirmos uma perspectiva bakhtiniana de gêneros discursivos, em termos de pilares que dão sustentação ao gênero – conteúdo temático, estrutura composicional e estilo de linguagem –, podemos dizer que este enunciado escrito possui um centro valorativo (conteúdo), registrado em linguagem acadêmica (estilo) e sob um modo de organização (estrutura).

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que o conteúdo temático não deve ser considerado apenas assunto tratado no texto, pois em um mesmo texto podemos abordar mais de um assunto, com particularidades próprias, mesmo que sejam correlatos. Nesta tese, por exemplo, tratamos sobre autoria, gênero discursivo etc., os quais representam assuntos tratados; o conteúdo temático, entretanto, refere-se ao sentido do enunciado como um todo (MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010), trata-se daquilo que orienta a comunicação discursiva (RIBEIRO, 2010). Conforme Motta-Roth e Hendges (2010, p. 88), “É pelo tema que a ideologia⁵⁰ circula”. Em consonância com Volóchinov, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, o tema do enunciado não se define somente pelas formas linguísticas que o constituem,

⁵⁰ Para o Círculo de Bakhtin, o termo *ideologia* designa o universo dos produtos do “espírito humano”, tais como a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a política (FARACO, 2009).

[...] mas também pelos aspectos extraverbais da situação. [...] O tema do enunciado é tão concreto quanto o momento histórico ao qual ele pertence. O enunciado só possui um tema ao ser considerado um fenômeno histórico em toda a sua plenitude concreta. É isso que constitui o tema do enunciado (VOLÓCHINOV, 2018, p. 228).

Portanto, o pilar do gênero chamado conteúdo temático encontra-se em relação com a constituição do enunciado, único e irrepetível, em termos sócio-históricos, situado em um tempo e espaço (BAKHTIN, 2011c, 2017). Para nós, o conteúdo temático define-se com base em duas características do gênero: a alternância dos sujeitos do discurso e o acabamento. Primeiro, em relação à alternância dos sujeitos do discurso, para passar a palavra ao outro, para obter sua resposta (uma atitude responsiva ativa), importa que o falante/escrevente/autor tenha dito/escrito tudo o que para ele pareça necessário e/ou relevante, conforme sua intenção discursiva, seu projeto de dizer (BAKHTIN, 2011c). Segundo, em relação ao acabamento, de acordo com Bakhtin (2011c, p. 281), é determinado por três elementos: “1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso e vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento”. Em relação ao campo da criação, científica, em especial, o autor menciona a inexauribilidade do objeto, porém ao se tornar tema do enunciado “[...] ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, [...] em determinados objetivos colocados pelo autor, isto é, já no âmbito de uma ideia *definida pelo autor*” (BAKHTIN, 2011c, p. 281, destaque do autor).

No caso de gêneros acadêmicos, como o artigo científico (que, quase sempre, deve respeitar uma extensão máxima de páginas para submissão aos periódicos), dissertações e teses (que necessitam de um “recorte” teórico-metodológico a fim de aplicar uma teoria a um corpus), é o autor e seus interlocutores que definem o acabamento do texto, pois o acontecimento da vida do texto ocorre na fronteira dessas duas consciências (BAKHTIN, 2011b). Como salienta Brait (2012, p. 384), “[...] o tema deriva do enunciado completo, enquanto ato sócio-histórico determinado, inseparável tanto da situação da enunciação quanto dos elementos linguísticos”.

De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010), a forma de composição e o estilo encontram-se a serviço do tema, sendo o estilo referente às escolhas que fazemos, tanto no nível da coletividade quanto individual, pois, com base em Bakhtin (2011c), os enunciados, em suas formas típicas, ou seja, os gêneros discursivos, possuem abertura para o estilo em duas direções, conforme sua flexibilização ou não à aparição do indivíduo: o estilo do gênero ou o estilo individual. Pereira e Lemos (2020, p. 382), a respeito do estilo de linguagem em dissertação de mestrado, informam que “[...] sua escrita obedece à variedade formal da língua,

em tom mais impessoal – o que não significa dizer que não haja aparição da subjetividade de quem escreve”, pois mesmo em um gênero menos flexível à aparição daquele que escreve este faz escolhas dentre as possibilidades oferecidas pela língua.

Segue-se, então, que a dissertação de mestrado, considerada um gênero secundário, isto é, originada em um convívio de mais complexo, desenvolvido e organizado culturalmente (BAKHTIN, 2011c), no domínio acadêmico, do ponto de vista da língua vernácula deve apresentar uma linguagem correta, adequada ao gênero e ao ambiente onde é produzida e onde circula, além de possuir um estilo de formatação – ABNT, APA, Vancouver etc. (LEMOS, 2017).

Em consonância com Silva, Rauber e Teles (2006, p. 15), “[...] dentro de uma dada situação linguística o falante/ouvinte produz uma estrutura comunicativa que se configurará em formas-padrão relativamente estáveis de um enunciado, pois são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos”. Ainda segundo os autores, essas formas encontram-se sujeitas a modificações em sua estrutura, a depender do contexto de produção, de quem produz, no entanto, gêneros acadêmicos como a dissertação, a nosso ver, são mais rígidos em relação a mudanças em sua composição, costumam seguir uma padronização menos flexível, com pequenas variações.

Trabalhos acadêmicos tais como Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação e Tese compartilham uma estrutura básica, ou seja, podem conter, de forma ordenada, os mesmos elementos (obrigatórios e opcionais), tais como os apresentados na Quadro 2, adiante, sendo eles classificados como elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, os quais, juntos, formam uma peça única – um gênero discursivo acadêmico. Assim, quanto à estrutura composicional, no interior da produção, na Folha de rosto, por exemplo, podemos encontrar indicações sobre qual seja o gênero na descrição sobre a natureza do trabalho, também menções feitas no corpo do texto pelo próprio escrevente, além de localizar nos depositórios dos cursos, em seus sites, abas específicas com a distribuição das produções conforme o tipo de trabalho⁵¹/gênero discursivo.

⁵¹ A expressão “tipo de trabalho”, utilizada de forma técnica, à luz das normas acadêmicas segundo a ABNT, não se confunde, aqui, com tipo de texto ou tipologia textual.

Quadro 2 - Elementos compartilhados por trabalhos acadêmicos segundo a ABNT

	Capa	Obrigatório
	Folha de rosto	Obrigatório
	Ficha catalográfica	Obrigatório
	Errata	Opcional
	Folha de aprovação	Obrigatório
Elementos pré-textuais	Dedicatória	Opcional
	Epígrafe	Opcional
	Resumo em língua vernácula	Obrigatório
	Resumo em língua estrangeira	Obrigatório
	Listas	Opcional
	Sumário	Obrigatório
Elementos textuais	Introdução	Obrigatório
	Desenvolvimento	Obrigatório
	Conclusão/Considerações finais	Obrigatório
Elementos pós-textuais		
	Referências	Obrigatório
	Glossário	Opcional
	Apêndices	Opcional
	Anexos	Opcional

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

A estrutura composicional, desse modo, representa a organização do enunciado em seu todo; a forma do enunciado também permite marcar as suas fronteiras, seu acabamento e, assim, passar a palavra ao outro (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010). No caso da dissertação por nós analisada, a passagem da palavra para o outro se estabelece em vários momentos: quando o escrevente conclui uma seção e envia ao orientador, quando produz uma versão para qualificação e/ou defesa e envia para os professores das bancas, quando opera ajustes e encaminha o texto para o revisor etc. De acordo com Bakhtin (2011c, p. 272), nesse processo responsivo, a resposta pode vir imediatamente ou ter um efeito retardado, mas “[...] cedo ou tarde, o que foi ouvido [ou lido] e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte [leitor]”.

Embora estejamos tomando, também, como base para a teorização sobre gênero a perspectiva dos Estudos Retóricos de Gêneros⁵², não realizaremos uma análise exaustiva sobre a dissertação de mestrado, visto não ser nosso propósito principal. Nosso intuito é abordar, de modo especial, os conceitos de comunidade discursiva, propósito comunicativo, pois representam critérios relevantes para a identificação do gênero (SWALES, 1990, 2004) e, neste caso, para se pensar sobre a autoria em dissertação de mestrado, porquanto consideramos que a autoria encontra-se ligada ao gênero.

Swales, em sua obra, apresenta três importantes e inter-relacionados conceitos, que rediscute em estudos seguintes, quais sejam:

⁵² John Swales é considerado precursor e grande expoente na investigação sociorretórica dos gêneros. Sua perspectiva possui caráter etnográfico voltado para o ensino de segunda língua, com foco em gêneros do domínio acadêmico, na modalidade escrita principalmente (MARCUSCHI, 2008).

a) comunidades discursivas, como “redes sociorretóricas” com objetivos comuns e propósitos comunicativos compartilhados; b) propósito comunicativo, enquanto uma propriedade privilegiada do gênero e a principal característica para afirmação do pertencimento de um texto a dado gênero; e a clássica definição de c) gêneros como uma classe de eventos comunicativos, através da qual membros de comunidades discursivas realizam propósitos comunicativos compartilhados (SOUZA; SILVA, 2017, p. 138).

Para Swales (1990, p. 58), o gênero “[...] compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade de discurso e, desse modo, constituem a fundamentação do gênero”⁵³ (tradução nossa). Como ressalta Bezerra (2006), com base em Swales, é o propósito comunicativo que permite o surgimento do gênero, não sendo único e predeterminado. O propósito comunicativo não está dado no texto, pois é parte de um processo de construção social; mas também não se trata puramente de uma realidade psicológica, ainda que não seja desprovido de interesses (BEZERRA, 2006). Nesse sentido, basta pensarmos que o objetivo principal da dissertação de mestrado analisada nesta tese pode não coincidir (não coincide) totalmente com os propósitos do pesquisador: tornar-se mestre, obter qualificação/conhecimentos, ampliar sua remuneração etc. Swales, segundo destaca Bezerra (2006), opta por tratar dos propósitos comunicativos como de natureza social, ainda que possam existir interesses “particulares”.

Em seu trabalho investigativo, ao analisar a organização retórica da seção introdutória de artigos científicos de diferentes áreas, Swales (1990) propôs uma importante contribuição pedagógica conhecida como Modelo CARS, composto por “movimentos” (*movies*) e passos (*steps*), conforme ilustra o Quadro 3, seguinte.

⁵³ “[...] comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre”.

Quadro 3 - Modelo CARS de Swales (1990)

Movimento 1: Estabelecer o território Passo 1 – Estabelecer a relevância da pesquisa Passo 2 – Fazer generalização(ões) sobre o tópico Passo 3 – Revisar a literatura	e/ou e/ou	↓ Diminuindo o esforço teórico
Movimento 2: Estabelecer o nicho Passo 1A – Contra-argumentar Passo 1B – Indicar lacuna(s) no conhecimento Passo 1C – Provocar questionamento Passo 1D – Continuar a tradição	ou ou ou	↓ Enfraquecendo os possíveis questionamentos
Movimento 3: Ocupar o nicho Passo 1A – Delinear os objetivos Passo 1B – Apresentar a pesquisa Passo 2 – Apresentar os principais resultados Passo 3 – Indicar a estrutura do artigo	ou	↓ Explicitando o trabalho

Fonte: Swales (1990, p. 141, tradução nossa).

Como vemos, são três os movimentos retóricos: 1. Estabelecendo um território; 2. Estabelecendo um nicho; 3. Ocupando o nicho. Com o primeiro movimento, busca-se apresentar o território no qual se insere a pesquisa, mais amplo. Com o segundo movimento, delimita-se esse território ao situar onde a pesquisa se insere. Com o terceiro movimento, ocorre a ocupação do nicho de pesquisa. Verifica-se, ainda, que cada um desses movimentos, subdivide-se em funções particulares, os passos, sendo mais minuciosos (SWALES, 1990). Essa sistematização apresentada pelo autor permite-nos entrever uma espécie de “engrenagem” retórica dos textos, como ele é construído pelo escrevente de forma detalhada.

Em nossa investigação, verificamos que as contribuições de Swales quanto à organização retórica do gênero, ou seções de um gênero (acadêmico especialmente), mostraram-se bastante profícuas nas análises retóricas de introduções de artigos científicos de área específica (RITTI-DIAS; BEZERRA, 2014), de seções de conclusão de artigos acadêmicos (PAIVA; DUARTE, 2018), de monografias (SOUZA; SILVA, 2017), de TCCs (SANTOS, 2019), de gêneros introdutórios em livros acadêmicos (BEZERRA, 2006), de *abstract* de dissertações (BIASI-RODRIGUES, 1998), sendo aplicáveis também no caso de dissertação de mestrado. Pelo que observamos, o modelo CARS costuma ser aplicado a seções/partes de gêneros acadêmicos ou gêneros menos extensos que dissertações e teses, tais como artigos, monografias, TCCs, embora compartilhem movimentos retóricos. Ademais,

observamos que o *corpus* selecionado nesses estudos também abrange uma seleção de vários exemplares, a fim de tecer comparações.

De modo geral, a estruturação de uma dissertação de mestrado requer a produção e ordenação de elementos textuais, além de pré e pós-textuais, os quais, juntos, formam a peça única, como podemos verificar no Quadro 4, na primeira coluna. Do ponto de vista da organização retórica, o que encontramos, conforme a segunda coluna, são os propósitos comunicativos das seções em que se organiza o gênero, os quais se subdividem em passos mais detalhados.

Quadro 4 - Típica organização retórica de dissertação de mestrado

Elementos estruturais	Propósitos comunicativos
Elementos Pré-Textuais: Capa (obrigatório), Folha de rosto (obrigatório), Ficha catalográfica (obrigatório), Errata (opcional), Folha de aprovação (obrigatório), Dedicatória (opcional), Epígrafe (opcional), Resumo na língua vernácula (obrigatório), Resumos em língua estrangeira (obrigatório), Listas de ilustrações e siglas (opcional), Sumário (obrigatório)	SITUAR A PESQUISA INTRODUZIR A PESQUISA FUNDAMENTAR TEORICAMENTE RELATAR METODOLOGIA ANALISAR DADOS
Elementos Textuais: Introdução (obrigatório), Desenvolvimento (obrigatório), Conclusão (obrigatório)	CONCLUIR A PESQUISA
Elementos Pós-Textuais: Referências (obrigatório), Glossário (opcional), Anexo (opcional), Apêndice (opcional)	CREDENCIAR O TRABALHO

Fonte: Adaptado com base em Santos (2019).

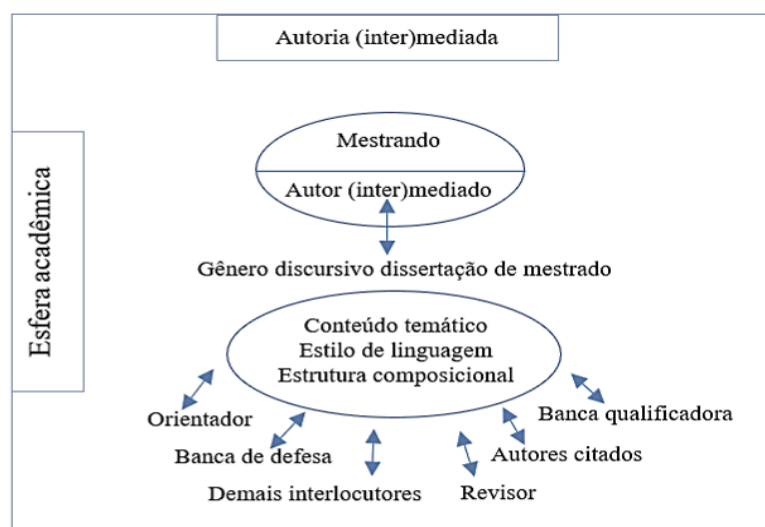
Embora os Estudos Retóricos de Gêneros sejam bastante produtivos para análises e reflexões que nos permitam refletir sobre as “partes” do gênero, tais como a introdução, conclusão, resumo, pensando em como são produzidos em termos de movimentos e passos seguidos, é relevante questionar distinções tais como elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais na organização retórica de trabalhos acadêmicos, uma vez que o gênero corresponde ao todo, tudo é texto.

Dessa forma, quisemos, nesta seção sobre o gênero discursivo dissertação de mestrado, descrever brevemente o gênero, mas, acima de tudo, salientar o processo de produção em sua totalidade, ressaltando a interação entre os interlocutores, com ênfase especialmente na atividade do mestrando, seus propósitos comunicativos, como principal enunciador e, mais do que isso, como autor desse enunciado. Conforme vimos em Bakhtin, na

seção anterior, a nova posição dialógica do autor de uma obra permite estabelecer no centro da arquitetônica uma relação de alteridade, de modo que o autor não representa a única voz a soar no texto, nem a principal, mas, afastando-se, como posição extralocalizada, em uma relação de alteridade, passa a considerar outra(s) opinião(ões), outro(s) discurso(s), outra(s) crença(s), dialogicamente.

Nesta tese, ao adotar os pressupostos teóricos bakhtinianos sobre a autoria, consideramos a relevância do sujeito, como ser dotado de linguagem, como ser de resposta e responsável, que não possui álibi no existir, sem, no entanto, confundir a pessoa do mestrando com a instância autoral que emerge na produção do enunciado. No processo de criação literária é comum verificarmos, de modo geral, a interação do autor com outros interlocutores (editor, diagramador, revisor de textos, dentre outros) muito mais após a produção do texto, como etapas de sua edição pós-criação, sendo uma particularidade da própria esfera, diferentemente do que acontece no processo de criação acadêmica, uma vez que o autor do texto, então mestrando, tem todo o processo de produção atravessado pela participação do outro, na pessoa do orientador, dos professores componentes das bancas de qualificação e defesa, do profissional revisor de textos e outros interlocutores, os quais orientam, contribuem, questionam, contestam, validam, corrigem, de forma que representam o papel de mediadores nesse processo. Na Figura 7, seguinte, esquematizamos nossas reflexões sobre a figura autoral na produção de dissertação de mestrado.

Figura 7 - Esquema do processo de Autoria (Inter)mediada na produção de dissertação



Fonte: Própria pesquisadora.

Conforme a figura, situamos o processo de produção do gênero discursivo dissertação de mestrado no interior da esfera acadêmica, com especificação dos principais interlocutores presentes no contexto comunicativo (mestrando, orientador, professores componentes das bancas de qualificação e defesa, revisor de textos e outros), os quais, dialogicamente, interagem em direção à constituição do gênero. Para nós, orientador, componentes das bancas, revisor, além dos autores citados no texto, entre outros, cumprem o papel de mediadores desse indivíduo rumo à apreensão do gênero, do conhecimento, da qualificação profissional, colaboram com a resposta que se deseja dar com o desenvolvimento da pesquisa.

Em estudo anterior, tratamos especialmente da possibilidade de coautoria por parte do revisor de textos, ao abordar a participação destes interlocutores na produção do gênero tese de doutorado. Descrevemos o revisor de textos como um “leitor profissional” responsável pelo tratamento de textos destinados à publicação, porquanto a apresentação de desvios ortográficos, gramaticais, repetições, construções sintáticas desconexas, dentre outras problemáticas, podem afetar a qualidade e credibilidade da obra. Segue-se, então, que o papel do profissional revisor no processo de produção de gêneros acadêmicos, tais como teses e dissertações, por exemplo, centra-se em adequações linguístico-discursivas, porém sem se estender à coautoria, uma vez que recebe o texto quase pronto para sua apresentação ao público-leitor e não escreve junto com o autor, mas atua sobre sua escrita (LEMOS, 2017).

Quanto às bancas de qualificação e defesa, indicamos que sua função não é somente “aprovar ou reprovar o trabalho de pesquisa do candidato, mas, também, [...] fornecer importantes contribuições no desenrolar de sua pesquisa, especialmente quando da qualificação, ao apresentarem sugestões de leitura e para a escrita, caminhos que possam ser seguidos” (LEMOS, 2017, p. 64). Em nossa perspectiva, se comparados com o orientador, quanto à sua entrada no texto, não consideramos os professores componentes das bancas avaliadoras coautores, mas, sim, leitores especializados; entretanto, ressaltamos que sua atitude no momento da arguição mostra-se favorável ao processo de letramento do mestrando e à construção e aparição da autoria, pois ao fazerem perguntas, apontarem aspectos que merecem maior aprofundamento, fornecerem outros pontos de vista a serem considerados instigam o pesquisador a se posicionar, em um processo de aproximação e distanciamento do próprio texto.

O orientador, por sua vez, apresentamos como uma “autoridade de apoio” posicionada fora da pesquisa, segundo Serrano (2011) responsável por sua supervisão e direcionamento, no caso da produção de tese de doutorado – gênero pesquisado pelo autor em questão. Conforme já mencionado, focalizamos a interlocução entre autor de tese e revisor de textos, a

fim de investigar se este pode ser coautor ao longo do processo de revisão, além disso tomamos como base para definição do papel do orientador a obra *Pesquisar no labirinto – a tese, um desafio possível*, do doutor em jornalismo Francisco Perujo Serrano, uma espécie de “livro-bússola” dedicado a doutorandos e doutorandas.

A obra supramencionada propõe a existência de três tipos de orientador: compulsivo, negligente e salomônico. O primeiro seria, então, aquele que, segundo Serrano, limita as ações do aluno, estabelece prazos curtos, não leva em conta as dificuldades do pesquisador; já o segundo tipo se descuida de suas responsabilidades, tornando-se “ausente, irresponsável e desinteressado” (PERUJO, 2011, p. 58); o terceiro encarna o tipo ideal, ou seja, vigilante, conselheiro, atento ao seu papel, responsável por “[...] divisar os pontos de fraqueza antes de eles serem descobertos por outros (a banca), quando não há mais margem para consertá-los” (SERRANO, 2011, p. 59).

Entretanto, salientamos que Serrano (2011) encontra-se teorizando a respeito do papel do orientador. Então, baseamo-nos nessa descrição teorizada para tratar brevemente do professor orientador em sua pesquisa, analisando versões de teses em etapa de revisão, desconhecendo como, de fato, ocorreu o processo de interlocução entre doutorando e orientador (LE MOS, 2017). Na realidade, com base em nossas experiências e no que revelam nossos dados, o orientador pode ser mais do que compulsivo, negligente ou salomônico; por vezes, em razão de seu comprometimento teórico e responsabilidade individual acaba se tornando coautor.

Nesse processo, o mestrando também cumpre seu papel; é convocado, pois, a cumpri-lo desde o momento em que adentra o curso, não estando alheio ou passivo, mas, sim, possui a tarefa de posicionar-se na condição não de pessoa individual, mas de instância investigativa, reflexiva, dialogal, integrada socialmente ao coletivo, de forma singular, de seu lugar único, como salienta Bakhtin (2017).

Portanto, de acordo com nossas conjecturas, conforme veremos nas análises, acreditamos que no momento em que o indivíduo mestrando passa a adquirir autonomia no processo investigativo, compreende o gênero do ponto de vista de seus pilares, passa a dialogar com seus pares, sabendo “orquestrar” essas vozes, ocorre um descolamento autoral, ou seja, abandona-se o terreno do sujeito falante/escrevente e parte-se para a primazia do autor, ocorre uma separação, tendo em vista que este sim atravessa o tempo e espaço, e permanece vivo na corrente discursiva, ainda que a pessoa escrevente não esteja presente (no mundo). Neste âmbito, acreditamos que o autor, em um gênero acadêmico tal como a dissertação de mestrado, não só se caracterize por combinar vozes no interior do gênero, mas

por manter uma relação de dependência delas para a adequada configuração socioinstitucional da pesquisa de mestrado, sua dissertação, sendo, então, a autoria, neste caso, uma posição situada no interior do discurso científico, que emerge na interação com seus interlocutores, sob a confluência de forças sociointeracionais que atuam nesse percurso.

Arrematamos, ainda, e previamente em razão de nossos dados, que a relação de dependência do mestrando, em maior ou menor grau, e de (inter)mediação entre autor e interlocutores, pode apresentar “níveis” diferentes, sendo o sujeito pesquisador, autor, por vezes mais direcionado por seu(s) interlocutor(es) e menos autônomo na interlocução ou menos direcionado por seu(s) interlocutor(es) e mais autônomo na interlocução, pois, como dissemos, autoria não é um dom, mas trabalho.

Ao iniciar nossa pesquisa e a escrita desta tese, traçamos um percurso histórico, nas seções anteriores, desde o surgimento da noção de autoria, questionamento sobre sua pertinência ou não como elemento para interpretação dos textos, seu “assassínio”, “ressurreição” como função autor, até a postura por nós adotada, com base em Bakhtin, de posição extralocalizada responsável pela articulação de vozes sociais no interior do discurso. Aqui, após descrevermos o gênero por nós analisado, e com base em toda a discussão prévia que fizemos, definimos a autoria como uma posição sócio-discursiva-interacional, presente no interior do gênero discursivo como uma intenção discursivizada dialogicamente e encontrada/identificada por meio da realização do gênero com maior liberdade e domínio, ou seja, quando ocorre a apreensão do gênero pelo indivíduo, denotando, desta maneira, o caráter universal e repetível da posição discursiva e o caráter individual do sujeito escrevente, construídos ao mesmo tempo, ao longo do processo de criação, neste caso o processo de criação do gênero acadêmico em questão.

Na subseção seguinte, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, com foco especial para a organização dos nossos dados, auxiliados pelas contribuições da Crítica Genética.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa produz saber, mas o primeiro passo é saber por onde ir, caso contrário, jamais chegaremos a lugar algum (SERRANO, 2011, p. 101).

Na pesquisa científica, o pesquisador se arrisca no campo da ciência com vistas à produção de conhecimento, seja confirmando hipóteses, refutando-as, propondo novas reflexões a respeito de determinado objeto, porém sem um método, alinhado aos objetivos, provavelmente uma pesquisa terá grandes chances de tornar-se frágil, confusa, ou, pior, resultar em fracasso. Assim sendo, a metodologia significa “[...] um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim [...]”, como afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 24).

Nesta pesquisa, conforme descrito no objetivo geral, desejamos acompanhar etapas de produção de dissertação de mestrado, a fim de caracterizar a instância autoral que emerge na produção desse gênero discursivo, tendo em vista apresentar contribuições conceituais sobre a questão. Para tanto, em obediência aos aspectos éticos da pesquisa científica, ou seja, “[...] procurar sistematicamente o conhecimento, [...] realizado de forma moralmente correta” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 45-46), esta investigação foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa⁵⁴, para obtermos autorização para sua execução e consentimento do autor que cedeu seus textos; além de obedecer à devida apropriação das ideias de outros autores, uma vez que “é considerado plágio a reprodução integral de um texto, sem a autorização do autor, constituindo assim ‘crime de violação de direitos autorais’” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 46).

Esta pesquisa, no que tange aos objetivos, classifica-se como descritiva (PRODANOV; FREITAS, 2013). Os procedimentos traduzem a maneira como obtemos as informações necessárias à pesquisa, bem como dados analisáveis, realizando, assim, um delineamento, ao nos valermos “das chamadas fontes de papel (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental) e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas (pesquisa experimental, pesquisa *ex-postfacto*, o levantamento, o estudo de caso, a pesquisa-ação e a pesquisa participante)” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54). Desse modo, por meio de livros, artigos, teses e dissertações, realizamos um levantamento bibliográfico que nos permitiu o contato com material já produzido a respeito de nosso objeto de pesquisa, a autoria, e sua historicização, bem como tematizar questões afins.

⁵⁴ O projeto foi submetido ao comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP-UESB) no dia 24 de julho de 2019 e obteve aprovação no dia 06 de setembro do mesmo ano, aprovado sob o número do CAAE: 17882719.5.0000.0055.

Na pesquisa descritiva, como informam Prodanov e Freitas (2013), o pesquisador somente registra e descreve os fatos que observa, sem, contudo, interferir neles. Entretanto, acreditamos que a seleção de recortes, aquilo que deseja salientar, a posição adotada para “olhar” seus dados e descrevê-los recebe algum manejo do pesquisador, não para falsear informações, mas especialmente porque necessita desse direcionamento para responder aos seus questionamentos, visto que é ele quem escolhe o que é mais significativo para sua explanação, pois conhece seus dados, sabe o que é relevante ou não e tem o compromisso de mostrar se suas hipóteses se confirmam ou não.

Dessa forma, na situação sociocomunicativa por nós analisada, decidimos recolher textos de um então mestrando, visto que esse número é suficiente para os propósitos aqui pretendidos: primeiro, porque basicamente o processo de pesquisa e produção de dissertação de mestrado costuma se assemelhar (aplicação de teoria a um *corpus* específico); segundo, para acompanhar o processo em que se constitui a autoria, na produção de dissertação de mestrado, são diversas as versões produzidas pelo sujeito, isto é, o projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo, as seções/subseções produzidas por peças e posteriormente reunidas em uma só peça, a versão para qualificação, a versão pós-qualificação, a versão revisada, a versão pós-defesa, nova versão revisada e a versão final. Demos prioridade às versões ajustadas pelo mestrando em resposta às orientações/indagações de seus interlocutores nesse processo, pois nelas podemos identificar a ‘entrada do outro’, por meio de balões interativos/comentários.

Após concordância em participar da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), recebemos do participante as cópias impressas para digitalização/fotografia dos trechos eleitos para análise e versões digitais via e-mail e/ou pastas com arquivos para realizar *prints* de tela do computador de fragmentos relevantes para o estudo, contando ainda com as mensagens escritas nos e-mails, além das mensagens trocadas via aplicativo WhatsApp⁵⁵. Ao verificar essas etapas e pontos específicos do texto, esperamos poder caracterizar a constituição da autoria com base nos seguintes aspectos: o candidato tem sua escrita ‘atravessada’ pela perspectiva teórica do seu orientador; encontra em seu orientador e demais professores o ‘norte’ para formulação de sua produção; leva em consideração a orientação profissional de seu professor-orientador, da banca de qualificação,

⁵⁵ Após aprovação da pesquisa pelo CEP-UESB, produzimos um “passo-a-passo” para coleta de dados, com as seguintes etapas: 1. Escolha dos indivíduos que irão ceder suas dissertações para a pesquisa; 2. Assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); 3. Recolhimento das versões das dissertações; 3.1 Organização dos documentos; 4. Recortes de partes dos documentos de processo; 4.1 Organização dos dados resultantes dos recortes realizados.

da banca de defesa; considera as contribuições do profissional revisor do ponto de vista linguístico-discursivo; enfim, na condição de pesquisador, constrói-se como autor à medida que se relaciona com seus interlocutores no processo de produção da dissertação de mestrado – um autor (inter)mediado.

São essas produções que possibilitarão acompanhar a gênese da dissertação de mestrado. Nesse sentido, esta pesquisa tem como subsídio metodológico, também, a Crítica Genética, conforme detalhamos na subseção seguinte.

5.1 A Crítica Genética

Os estudos da Crítica Genética foram inaugurados em 1968, quando um grupo de germanistas foi reunido para organizar os manuscritos de Heinrich Heine, escritor romântico alemão, na biblioteca Nacional da França, sob a liderança de Louis Hay, no Centro Nacional de Pesquisa Científica – CNRS (PINO; ZULAR, 2007; SALLES, 2008). No Brasil, a Crítica Genética foi introduzida por Philippe Willemart, ao organizar o I Colóquio de Crítica Textual, na Universidade de São Paulo, em 1985, no qual fundaram a Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário (APML), além da criação, posteriormente, da revista *Manuscrita*, em 1990 (SALLES, 2008).

A Crítica Genética é uma disciplina que tem como objeto de estudo o manuscrito, com principal interesse na observação e interpretação de um percurso; não se dedica ao estabelecimento de critérios de criatividade ou à classificação do que seria uma obra de arte (PEREIRA, 2005), mas parte do pressuposto de que “[...] a arte não é só o produto considerado acabado pelo artista. [...]. Há muita arte guardada nos rascunhos de uma obra” (SALLES, 2008). Dessa maneira, um dos pontos nodais da Crítica Genética é a concepção de que um texto, ou qualquer outra manifestação artística, não é um simples produto, mas, sim, um processo.

De acordo com Salles (2008, p. 18), o surgimento da Crítica Genética decorre do desejo de uma melhor compreensão do “processo de criação artística”, com base nos registros deixados ao longo do caminho percorrido, uma vez que esse “ato criador” sempre exerceu um fascínio tanto sobre os receptores quanto sobre os criadores das obras de arte.

Nessa perspectiva de processo, esta área da Crítica literária “pretende [...] oferecer uma nova possibilidade de abordagem para as obras de arte: observá-las a partir de seu percurso de fabricação” (SALLES, 2008, p. 19). Vale ressaltar que, no início, seu objeto de estudo compreendia apenas os manuscritos literários, os quais, até então, correspondiam aos

documentos escritos privados que permitiam contar a história do texto considerado final; entretanto, para a Crítica Genética, a noção de manuscrito foge do sentido comum, podendo ser “[...] qualquer documento no qual seja possível encontrar um traço do processo de criação, e não necessariamente os manuscritos autógrafos [...]” (PINO; ZULAR, 2007, p. 18).

Para resolver essa questão, visto que, a depender do escritor, é possível encontrar textos escritos à mão, datilografados, digitados no computador, além de outras manifestações artísticas, Salles (2017) propôs a utilização do termo “documentos de processo”, pois esta terminologia procura resolver a problemática do termo “manuscrito” referente a obras literárias, quando se trata de “[...] documentos sob a forma de cadernos, anotações, diários, assim como ensaios teatrais, cópiões, esboços etc., incluindo todo o potencial oferecido pelas mídias digitais” (SALLES, 2017, p. 46-47).

Em nossa pesquisa, estamos trabalhando com documentos de processo, em sua maioria, da era digital: textos em formato Word/PDF coletados via e-mail e também em pasta de arquivos formato Word/PDF no pendrive, além de alguns textos impressos (com escritos à mão) e, também, mensagens de e-mail e WhatsApp⁵⁶ trocadas pelos interlocutores (orientador e orientando). No intuito de seguir o processo de produção do gênero dissertação de mestrado, os dados exigiram de nós que seguíssemos seus passos cronologicamente, ou seja, que acompanhássemos a produção das peças seguindo a ordem de sua feitura. Sobre os dados, é importante mencionar que o mestrando, principalmente no início do processo, não utilizou as ferramentas do Word “Controlar alterações” e “novo comentário”, apenas destacando a cor da fonte nos casos de realização dos ajustes conforme solicitava o orientador. Este detalhe em nossos dados, por sua vez, direcionou nossa atenção para as marcas do orientador, denotando, em grande parte do processo, seu domínio na produção e coautoria.

Neste contexto da era digital, é válido mencionar que estamos vivendo na chamada ‘sociedade da informação’, expressão que, de acordo com Werthein (2000), de certa forma, substitui o complexo conceito de “sociedade pós-industrial”. Trata-se, então, de um período marcado por “[...] transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como ‘fator-chave’ não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações” (WERTHEIN, 2000, p. 71).

⁵⁶ Em virtude de mudança de aparelho celular do então mestrando não foi possível recuperar as mensagens trocadas com seu orientador desde o início do processo de produção da pesquisa, de modo que os e-mails entre mestrando e orientador datam de 04 de setembro de 2018 (ao enviar pré-projeto de pesquisa ao orientador) até 17 de setembro de 2020 (ao solicitar o diploma), mas as mensagens de WhatsApp se referem ao período de 19 de fevereiro de 2019 até 03 de março de 2020.

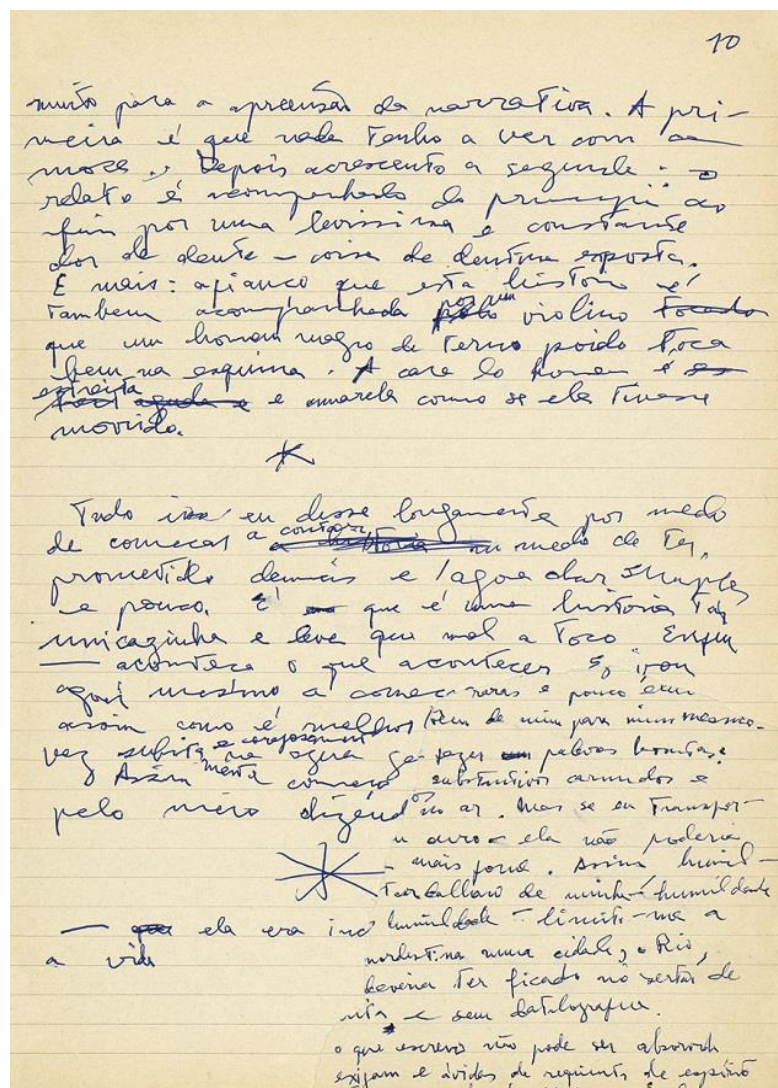
Assim, em nossa sociedade, observamos, principalmente no campo educacional, a associação da tecnologia informática ao ensino, com o objetivo de potencializar o processo de ensino-aprendizagem, além de representar, também, uma necessidade, visto que a tecnologia faz parte da vida de muitos estudantes na atualidade. Dessa maneira, Miranda (2007) destaca que, no âmbito da Tecnologia Educativa⁵⁷, ganham destaque as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como um subdomínio daquela, sendo utilizadas para o apoio e melhoria da aprendizagem dos alunos, além da promoção de ambientes de aprendizagem; o termo TIC “[...] refere-se à conjugação da tecnologia computacional ou informática com a tecnologia das telecomunicações e tem na Internet e mais particularmente na *Worl Wide Web* (WWW) a sua mais forte expressão” (MIRANDA, 2007, p. 43).

Conforme assinala o historiador francês Roger Chartier, a revolução técnica ocorrida em meados do século XV, com a invenção da prensa, provoca uma primeira alteração no modo de reprodução dos textos, antes manuscritos; “Com a tela [do computador], substituta do códex, a transformação é mais radical, pois são os modos de organização, de estruturação, de consulta ao suporte do escrito que se modificaram” (CHARTIER, 1999, p. 98). Para o autor, estamos diante de uma “[...] revolução dos suportes e formas que transmitem o escrito” (CHARTIER, 1999, p. 101).

A respeito do suporte, em termos linguísticos, Marcuschi (2008, p. 174) o define como “um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. No caso desta pesquisa, nossos documentos de processo constituem-se de textos fixados principalmente em um *locus* virtual, nos quais damos ênfase aos diálogos estabelecidos entre os interlocutores por meio do potencial das mídias digitais (E-mail, WhatsApp, comentários interativos do Word), uma comunicação que se estabelece, em grande parte, no processo de produção da dissertação analisada, virtualmente. Ademais, se nos manuscritos as incursões do autor e/ou interlocutor sobre a obra costumam ser feitas à mão, como, por exemplo, em forma de palavras riscadas, substituição/inserção de palavras/trechos na margem da folha, uso de símbolos etc., no texto em formato digital, no caso do Word, essas intervenções são possibilitadas pelos próprios recursos disponibilizados pelo programa. Assim sendo, as Figuras 8 e 9, a seguir, ilustram, respectivamente, um trecho de manuscrito da obra *A hora da Estrela* de Clarice Lispector e um trecho da dissertação (analisada nesta tese) em seu processo de edição.

⁵⁷ Tecnologia Educativa “[...] trata-se de aplicações da tecnologia, qualquer que ela seja, aos processos envolvidos no funcionamento da educação, incluindo a aplicação da tecnologia à gestão financeira e administrativa ou a outro qualquer processo, incluindo, como é óbvio, o processo educativo ou instrutivo propriamente dito” (MIRANDA, 2007, p. 43).

Figura 8 - Reprodução do manuscrito original de A Hora da Estrela



Fonte: Livraria da Folha - online.

Figura 9 - Trecho de dissertação em processo de edição

que, cada dupla de ~~escreventes~~ produziu dois textos: um no suporte papel e outro no suporte *blog*. Além disso, fazem parte cinco questionários dos quais: três foram destinados aos escreventes e os outros dois foram direcionados à professora e à direção da instituição, respectivamente.

O primeiro questionário corresponde à etapa inicial da escrita no suporte papel ~~em~~ ~~que~~ onde pretendemos, por meio de perguntas, como, por exemplo, "Você está satisfeito com o texto final que elaborou? Justifique em caso positivo ou negativo", conhecer a relação que cada escrevente da dupla teve com o processo de produção escrita neste suporte. Este questionário pode ser encontrado no anexo **(X)** desta dissertação e trabalho.

O segundo questionário, que está disponível no anexo **(X)**, corresponde à sondagem a respeito dos *blogs*. Nele aspiramos investigar a relação que cada um dos escreventes já possuía com o suporte *blog* antes desta pesquisa. Sendo assim, elaboramos perguntas como, por exemplo, "Você conhece um *blog*? Você tem um *blog*? Quais são os temas que circulam nele? Acessa *blogs*? Com que frequência? Quais são os tipos de *blogs*

Formatado: Justificado



É sempre dissertação. Você está escrevendo uma dissertação e não trabalho.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

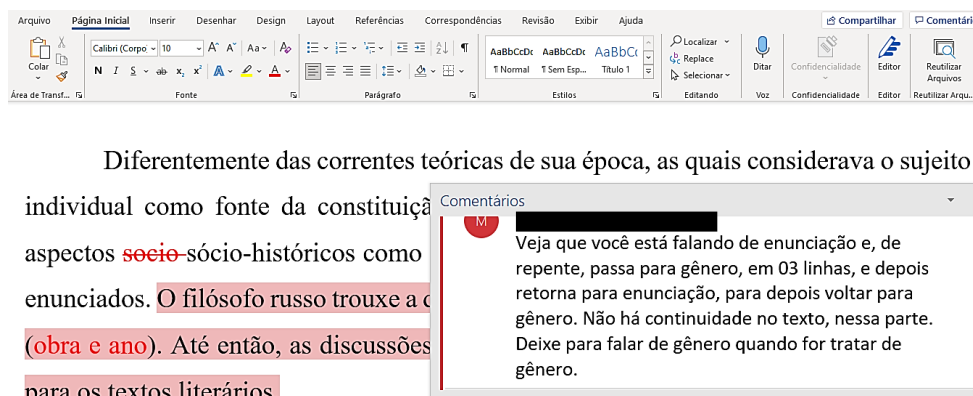
Podemos observar que a figura 8 ilustra uma folha de manuscrito de obra de uma escritora bastante conhecida, Clarice Lispector, escrita à mão com auxílio de caneta, no suporte papel; a figura 9, por sua vez, ilustra o *print* de tela de computador de uma das páginas da dissertação de mestrado por nós analisada, escrita/digitada à mão com auxílio do teclado do computador, no suporte tela do computador, de modo que os suportes utilizados se diferenciam. Ademais, verificamos palavras riscadas no manuscrito de *A Hora da Estrela*, trechos inseridos no meio do texto e asteriscos, bem como no texto digital da dissertação há palavras tachadas, outras inseridas e, ainda, balões com comentários.

Diante das particularidades desses documentos de processo, seja no suporte papel ou no suporte tela de computador, observamos que o trabalho do crítico genético pode sofrer modificações quanto à suas etapas, sobre as quais detalharemos mais adiante, sendo elas: Estabelecimento da documentação, Especificação das peças, Classificação genética e Decifração e transcrição (BIASE, 2006). Ressaltamos, aqui, a etapa de decifração e transcrição, em especial, pois no caso do manuscrito do livro há a necessidade de um trabalho complexo de decifração do escrito para sua transcrição, enquanto no texto digital da dissertação não há essa dificuldade, visto que o escrito se encontra legível.

Assim, para verificar versões da dissertação de mestrado que compõem nosso corpus – os documentos de processo – que permitem reconhecer a gênese do texto, mediante os movimentos de sua escritura, tanto pelo autor quanto por outros parceiros, determinantes no processo de constituição da figura autoral, seguimos aquilo que “dizem” os dados. Nesse sentido, fizemos prints (Ctrl+Prt Sc) da tela e, em seguida, o recorte do trecho a ser analisado, com ampliação, quando necessário, de diálogos estabelecidos de forma interativa entre os parceiros⁵⁸, na discussão sobre o texto, conforme mostra a Figura 10, adiante. Dessa maneira, os dados poderão ser ponderados e discutidos à luz dos pressupostos teóricos.

⁵⁸ Sobre o diálogo interativo entre os interlocutores no interior dos textos, por meio dos balões com comentários, no estudo intitulado *Contribuições dos “comentários” do Word na produção do gênero discursivo dissertação de mestrado*, abordamos a importância dessa ferramenta tecnológica para uma interação mais minuciosa, especialmente no contexto de pandemia da Covid-19, que impôs o distanciamento entre as pessoas, prejudicando a interação face a face em cursos presenciais. Conforme nossa investigação, a ferramenta ‘Novo Comentário’ do Word permitiu ao orientador e orientando ampliarem sua interação, discutindo, de maneira virtual, sobre questões mais específicas, as quais demandariam muito tempo em conversa presencial; além disso, contribuiu para a interação entre autor do texto e profissional revisor, que pôde apresentar suas propostas e questionamentos, cabendo ao autor concordar ou não com os pontos que lhe foram comunicados (LEMO; PEREIRA, 2020).

Figura 10 - Modelo de apresentação dos dados analisados



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

No estudo interpretativo da Crítica Genética, a fim de pôr em ordem o material, de acordo com Biasi (2006), ocorre um trabalho preparatório do dossiê, com o emprego de quatro operações principais:

- Estabelecimento da documentação: primeiro, é realizado um trabalho de coleta dos manuscritos/documentos de processo utilizados ou produzidos na criação do texto do autor. Trata-se de um trabalho de inventário e prospecção, no qual é feito um levantamento e investigação de todas as peças que compõem o processo de criação de uma obra, no intuito de atestar sua autenticidade e conferir uma datação;
- Especificação das peças: em seguida, é efetuada uma classificação provisória das peças que constituem o dossiê, conforme a espécie (notas documentárias, rascunhos, manuscritos definitivos etc.) e a fase (pré-redacional, redacional etc.);
- Classificação genética: por conseguinte, é feita uma classificação mais precisa dos “manuscritos”, a qual se opera no eixo paradigmático (para os estados sucessivos de elaboração do mesmo fragmento) e no eixo sintagmático (para o encadeamento desses diferentes fragmentos). Nessa operação, outras peças do dossiê são classificadas e integradas e/ou rejeitadas conforme sua utilização nos rascunhos, além de ser feita também uma datação precisa de todo o material;
- Decifração e transcrição: finalmente, para que a classificação genética tenha êxito, visto que ocorre simultaneamente a essa operação, ocorre a decifração dos rascunhos, a fim de comparar, detalhadamente, diferentes estados de um mesmo fragmento e classificá-lo. A decifração de manuscritos é fixada em uma transcrição que poderá ser publicada, disponibilizada à comunidade dos críticos.

Quanto a esses passos em nossa pesquisa, trabalhamos com documentos de processo referentes a um texto acadêmico-científico, produzido em uma era informatizada, por isso a maioria das peças encontra-se em formato digital (arquivo em formato Word/PDF), as quais, no estabelecimento da documentação, foram recolhidas via e-mail e também em pasta de arquivos em pendrive, além de alguns textos impressos e, também, mensagens de e-mail e WhatsApp trocadas pelo mestrando e professores, revisor etc. Para a especificação das peças, as classificamos principalmente consoante sua natureza, neste caso pré-projeto, texto pré-qualificação, pós-qualificação, pós-defesa, versões ajustadas pelos mestrandos, mensagens trocadas sobre as produções etc., de forma provisória, a fim de obter uma visão geral do dossiê em questão. Na classificação genética, ao aprofundar a análise e comparar os documentos que tínhamos em mãos, adotamos as nomeações dos arquivos conforme encontravam-se nos e-mails e pasta em pendrive, ordenando-os cronologicamente e selecionando os documentos que seriam utilizados na pesquisa. A decifração, por sua vez, tornou-se necessária apenas nas versões impressas (qualificação e defesa), visto apresentarem marcas de entradas dos interlocutores, ao fazerem anotações escritas à mão sobre trechos do texto, sendo transcritas posteriormente, bem como os comentários presentes nos balões interativos nas versões digitais dos textos.

Ainda na etapa da classificação genética, procedemos com o cotejamento desses dados, os quais compreendem pastas com arquivos digitais dos documentos em formato Word e PDF, e-mails com arquivos trocados com o orientador e versões impressas referentes à qualificação e pós-defesa. O trabalho foi realizado da seguinte forma: acessamos todos os e-mails trocados entre o participante desta pesquisa e seu orientador, inicialmente optando por considerar apenas os e-mails/arquivos diretamente ligados à produção da dissertação, porém, depois, vimos a necessidade de incluir outras duas atividades (artigo e passo a passo para metodologia); pesquisamos nas pastas de arquivos disponibilizadas via pendrive os textos também diretamente relacionados à constituição da dissertação; separamos as versões impressas destinadas à qualificação e defesa. Em seguida, comparamos as nomeações dos arquivos enviados por e-mail com as nomeações dos arquivos das pastas, verificando sua correspondência, descrevendo as principais ações realizadas nos textos, a fim de dar origem ao prototexto. Ademais, visando caracterizar o processo de constituição autoral na produção do gênero dissertação de mestrado, tendo em vista a relação com o outro, optamos pela análise somente das versões em que pode ser constatada a entrada desse outro na produção do texto.

No tocante à linha temporal, observamos tanto a data de criação e modificação do arquivo, conforme pode-se acessar em “propriedades do arquivo”, nas versões presentes no pendrive, quanto a data de envio do arquivo do mestrando para o orientador, via e-mail, como consta na mensagem de e-mail, constatando a correspondência entre eles; quanto às versões impressas, consideramos a data da qualificação, defesa e, ainda, encaminhamento de versão para depósito.

Assim, de posse dos documentos que constituem o processo de criação de uma obra, o crítico genético dá início à elaboração do *prototexto*⁵⁹. Este, por sua vez, refere-se à organização crítica do dossiê, no intuito de tornar legíveis os documentos do processo criativo, mediante um método específico. Vale mencionar que “[...] o prototexto não é o conjunto de documentos, mas um novo texto formado por esses materiais, que coloca em evidência os sistemas teóricos e lógicos que o organizam” (SALLES, 2008, p. 58), um texto produzido com base nos documentos de processo, com a mediação do olhar do crítico genético. Salles (2008, p. 59) destaca a diferenciação feita por Bellemin-Noel entre o texto publicado e o prototexto, ou seja, o primeiro apresenta “[...] um todo fixado em seu destino, enquanto o segundo traz consigo sua própria história”.

Apresentamos, no Quadro 5, a seguir, o prototexto da dissertação analisada.

Quadro 5 - Prototexto de dissertação de mestrado

O ponto de partida para a produção da dissertação é o Projeto de pesquisa com o qual o candidato entrou no programa, solicitado pelo orientador, via e-mail, para início das orientações, em virtude do começo da disciplina cursada com o orientador, visando ajustes para produção do projeto de pesquisa. O arquivo referente ao projeto intitula-se **“ANTEPROJETO SELEÇÃO MESTRADO [sigla da instituição]”** – 09/07/2018, no qual o orientador solicita mudança no título, retirada de parágrafo na seção introdutória, reflexão sobre a problematização e estabelecimento de conexão entre os teóricos.

Em virtude do início de uma outra disciplina, com caráter teórico-metodológico, solicita-se a adequação do anteprojeto ao modelo de projeto estabelecido nessa disciplina. Assim, são produzidas três versões do projeto: na primeira, **“Versão 1 projeto - [nome da professora]”** – 26/07/2018, há questionamentos do orientador às propostas do mestrando para um novo título, pede que introdução seja “totalmente refeita”, sugere mudanças no delineamento da pesquisa, aponta aspectos da construção/redação do texto a serem revistos, além de propor, ao final do texto, questões relacionadas à temática para que o mestrando reflita e um roteiro para produção de nova

⁵⁹ Em 1972, Jean Bellemin-Noel introduziu o termo *prototexto*, remetendo-se à organização e elaboração crítica do dossiê, ou seja, o texto que se forma com base nos materiais organizados.

versão. Na segunda, portanto, **“Versão 2 proj- [nome da professora]”** – 01/08/2018, há, pelo orientador, a supressão de um parágrafo na seção introdutória, observação de lacunas a serem preenchidas, deslocamento do parágrafo com a pergunta de pesquisa. A terceira versão, por sua vez, intitulada **“Versão 3 proj- [nome da professora]”** – 30/09/2018, representa a versão final do projeto.

Uma vez que para dar início à pesquisa fez-se necessária sua submissão ao Comitê de Ética, foi necessário produzir, com base nas produções anteriores, o texto adequado às orientações do comitê. Dessa forma, deu-se início ao **“Projeto Comitê VERSÃO 1”** – 04/09/2018. Nesse arquivo, o orientador ressalta ter pedido um projeto completo, porém, além de estar incompleto, possui “problemas de formatação e trechos a serem preenchidos”, sendo necessário o desenvolvimento da fundamentação teórica principalmente, com a inclusão de algumas obras e supressão de outras citadas no desenvolvimento da teoria. Uma nova versão foi produzida: **“7 PROJETO COMITÊ VERSÃO 2 EM PROCESSO”** – 29/09/2018, sendo requisitada a ampliação da discussão teórica e suprimidos dois parágrafos que se seguiam a essa discussão a ser complementada. Na quarta versão, **“7 PROJETO COMITÊ VERSÃO 3 EM PROCESSO”** – 02/10/2018, mais uma vez, o título do trabalho é alvo de reflexões do orientador, que propõe ao mestrando uma modificação, e também pede que revise um trecho da fundamentação teórica, pois “está confuso”. Na versão intitulada **“A2 PROJETO COMITÊ VERSÃO 4 PRONTO PARA SUBMISSÃO”** – 08/10/2018, verifica-se que o orientando concorda com a proposta, pois modifica o título do projeto, e realiza a revisão do trecho antes confuso.

Para prosseguir com a pesquisa de mestrado, de acordo com orientações recebidas, o então pós-graduando produz um planejamento para coleta dos dados. No texto intitulado **“METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS”** – 26/02/2019, o orientador da pesquisa intervém na revisão de partes do texto e formatação.

Na sequência, dá-se início à produção de uma seção da dissertação, ainda sem um título para o texto, com o arquivo **“Capítulo 2 - gênero”** – 05/05/2019, no qual o orientador aconselha a mudança do título de uma das subseções, suprime alguns parágrafos, propõe a junção de algumas subseções, aponta discontinuidades na discussão de temas, inconsistências teóricas, ressaltando “uma certa bagunça com a continuidade textual e a progressão” – comenta o orientador.

Observa-se que essa seção sobre gênero é subdividida em outros dois arquivos, conforme suas subseções: **“Capítulo 2 - blog 1”** – 13/05/2019, no qual são apontados problemas com a pontuação, com a coesão, sendo solicitada pelo orientador uma revisão do texto, a fim de revê-lo depois; **“Capítulo 2 - blog 2”** – 17/05/2019, em que o orientador aponta problema na coesão e suprime parte de um parágrafo.

Em **“Capítulo 2 - gênero 2”** – 13/05/2019, com as subseções reunidas, o orientador pede para que o título seja definido, destaca pontos relativos às normas da ABNT e observa questões de

ordem redacional. Uma nova subseção é apresentada, com o arquivo intitulado **“Capítulo 2 - blog é gênero”** – 14/05/2019, para a qual o orientador informa a necessidade de “um bom subtítulo”, alerta sobre as regras de formatação de trabalho acadêmico, solicita que sejam preenchidas lacunas no texto e aponta desvios de natureza gramatical.

No arquivo **“Capítulo 2 - gênero 3”** – 17/05/2019, novamente o título é questionado pelo orientador pelo uso de termo comprometedor para a pesquisa, além de não seguir padronização segundo as normas da ABNT. Para o orientador, os “dois títulos estão muito ruins ainda”, havendo necessidade de mudança. Nessa versão, não há a parte referente à subseção presente no arquivo **“blog é gênero”**.

Já no arquivo **“CAPÍTULO 2 - ATUALIZADO”** – 27/06/2019, o professor orientador define a segunda parte do título da seção e pede que o orientando complemente a primeira parte. Ademais, solicita que reflita a respeito de um parágrafo com informações difíceis de provar: “Como você pode provar o que diz aqui? Tem algum autor que pode embasar isso?”. Ainda, pede que sejam preenchidas lacunas, faz deslocamentos de trechos e sugere incluir em nota de rodapé informações sobre as quais não discutirão no corpo do texto, mas precisam ser mencionadas para que mostrem conhecer o assunto em questão.

Outras duas partes desse capítulo são apresentadas no arquivo nomeado **“Capítulo 2 - hipertexto”** – 18/06/2019 e no arquivo **“Fatores da textualidade”** – 18/06/2019. No primeiro, são feitos pelo orientador alguns ajustes na redação do texto, questionamentos sobre pontos lacunares e são, também, respondidos os questionamentos do orientando sobre a maneira como proceder na apresentação de algumas informações. No segundo, o orientador também procede do mesmo modo que no primeiro texto, mas, aqui, alerta para a utilização de conceitos, terminologias, solicitando um maior aprofundamento em alguns pontos: “você precisa explicar um pouco mais”.

Na segunda versão dos dois textos anteriores, observa-se o seguinte: [“Capítulo 2 – hipertexto revisado” é enviado por e-mail e, no mesmo dia, substituído] em **“Capítulo 2 - hipertexto revisado2”** – 18/06/2019 são apontados ajustes de formatação a serem realizados, feitos alguns questionamentos sobre trechos com lacunas, além de serem destacados alguns pontos com desvios gramaticais; no tópico **“Fatores de textualidade NOVO”** – 30/06/2019, o orientador chama atenção para a falta de clareza em vários trechos: “Arrume e deixe o trecho legível e depois eu leio!”, ressaltando, ainda, a necessidade de um ‘olhar de pesquisador’ para os dados das entrevistas apresentados nessa subseção. Na terceira versão desse texto, **“Fatores de textualidade NOVO2”** – 05/07/2019, após o mestrando proceder com as adequações solicitadas pelo professor orientador, este ainda faz apontamentos em relação à análise dos dados das entrevistas, para que não sejam ignorados aspectos relevantes à pesquisa.

[Arquivos com entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa – 25/06/2019]

[Arquivos transcritos da produção dos dados da pesquisa com os participantes –

26/06/2019]

A seção seguinte na produção da dissertação compreende a metodologia, com o arquivo intitulado **“CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA”** – 27/06/2019. Nessa primeira versão da seção, o orientador ressalta a necessidade de o mestrando se atentar para o uso adequado da pontuação, revisa pontos referentes à redação do texto e, de modo especial, destaca informações que devem ser detalhadas minuciosamente sobre os procedimentos metodológicos: escolha dos participantes, dos instrumentos de pesquisa, tratamento dos dados etc. Na segunda versão, **“Capítulo 3 - metodologia 2”** – 05/07/2019, após realização das adequações mencionadas, novas questões foram levantadas pelo orientador, especialmente em relação à organização das informações, além de suprimir trechos considerados desnecessários, já apresentados antes.

Em seguida, desenvolve-se a seção de análise dos dados da pesquisa, sendo constatada a produção de seis versões, apenas com o primeiro bloco de dados sob análise. Na primeira versão, com o arquivo nomeado **“4 ANÁLISE DOS DADOS”** – 14/07/2019, o orientador da pesquisa corrige o texto, sinaliza desvios de pontuação/gramaticais que não deveriam ocorrer, solicita que o mestrando seja mais objetivo, faz questionamentos visando ao preenchimento de lacunas, sugere o que deve ser abordado pensando na continuidade e articulação das ideias, escreve alguns trechos, reformula outros; por fim, propõe ao orientando: **“Organize primeiro e depois TENTO ENTENDER ALGUMA COISA”**. Nessa versão, o orientador ainda indica ajustes de formatação a serem feitos e solicita que **“Melhore a clareza da textualização”**.

No arquivo seguinte, **“4 ANÁLISE DOS DADOS_2”** – 15/07/2019, após o mestrando realizar os reparos conforme orientações, respondendo a alguns dos comentários com a possibilidade de seguir outro caminho: **“caberia dizer que tivemos o intuito de decidir por uma das hipóteses que levantamos?”**, o orientador reafirma que deve ser seguido seu planejamento: **“fica apenas como coloquei lá em cima. Nada do que você pensou aqui deve entrar nesse momento”**.

Na terceira versão da seção de análises, arquivo **“4 ANÁLISE DOS DADOS_3”** – 18/07/2019, além de verificar os trechos novos produzidos pelo mestrando, destacados no texto por cor diferente, o orientador responde a questionamentos do estudante, a respeito do modo como procede na disposição de alguns dados, confirmando essas escolhas, e dá orientações de como prosseguir na produção das análises.

Em **“4 ANÁLISE DOS DADOS_4”** – 30/07/2019, quarta versão da seção de análise do *corpus* da pesquisa, após ajustes do mestrando, o orientador sinaliza, na parte inicial, já concluída, a descoberta de problema, uma lacuna: **“Sem dizer isso, fica faltando continuidade, não é mesmo? Fica um vácuo. Resolva esse problema”**. Aqui, o orientador responde a questionamentos do orientando sobre a disposição dos dados, tendo em vista a organização do texto e orientação do suposto leitor da dissertação. Ademais, salienta a importância de fundamentar a análise empreendida: **“Está faltando alguma teoria para embasar tudo o que vc descreveu”**.

Ao seguir para a quinta versão da análise do primeiro bloco de dados, no arquivo intitulado **“4 ANÁLISE DOS DADOS_5”** – 06/08/2019, o orientador verifica somente a resolução solicitadas no arquivo anterior, faz pequenas correções na pontuação, faltando a conclusão dessa primeira parte das análises.

A conclusão da análise encontra-se no arquivo **“4 ANÁLISE DOS DADOS_CONCLUSÃO 2 ANO”** – 10/08/2019. Nessa versão, a sexta, há somente os parágrafos da última página do arquivo anterior e a nova parte que finaliza as análises desse primeiro bloco, no qual o orientador empreende algumas correções – pontuação, gramatical, discursiva. O orientador segue respondendo a perguntas do mestrando sobre como proceder com as análises e apresenta sugestões, como comparação entre os dados da pesquisa e menciona a necessidade de produzir uma conclusão geral da seção: “A análise precisa desse apanhado geral de tudo”. Ao final desse texto, dá orientações ao pós-graduando a respeito do texto completo que deverá ser entregue ao programa de pós-graduação, anexo ao relatório, sendo uma reunião de todas as seções já produzidas, além das páginas pré-textuais, introdução, resumo e reunião de todas as referências.

A reunião das seções produzidas, até então, efetiva-se no arquivo nomeado **“1 TEXTO DA DISSERTAÇÃO PARA RELATÓRIO”** – 15/08/2019. Nesse texto, são sinalizados pelo orientador ao mestrando, principalmente, pontos que devem ser formatados conforme a ABNT e orientações segundo o programa de pós-graduação a que pertencem.

Por conseguinte, verifica-se o arquivo **“MONTAGEM DA DISSERTAÇÃO PARA A QUALIFICAÇÃO”** – 23/08/2019, no qual o orientador faz observações sobre o resumo, que deve ter no máximo 500 palavras: “Eu já enxuguei o que podia e ele ficou com 500 palavras, mas temos que lembrar que haverá outra análise, cujos resultados terão que aparecer”; aconselha supressão de informação considerada ‘problemática’, pois não corresponde à questão discutida: “Não acho que essa seja a explicação”; e alerta que para a qualificação devem ser incluídos apêndices.

A versão seguinte, arquivo intitulado **“DISSERTAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO_[Nome do mestrando]”** – 28/09/2019, compreende as seguintes etapas de edição de texto: a revisão textual e a formatação segundo as normas da ABNT e normas específicas do programa de pós-graduação ao qual pertence o participante desta pesquisa. No tocante ao aspecto redacional, as intervenções do revisor não foram feitas no modo “Controlar Alterações” do Word, porém o profissional aponta em seus comentários a necessidade de inclusão de obras citadas no corpo do texto na seção referências, a supressão de referências presentes na seção sem serem citadas no corpo do texto; além disso, solicita que algumas discussões sejam referenciadas, em virtude de conterem ideias de outros autores: “É importante informar qual autor fundamenta a afirmação”. Ainda sobre a normalização do texto, o revisor destaca alguns pontos que devem ser observados pelo pós-graduando, a fim de padronizar a organização do texto.

Referente à etapa de qualificação do texto, verificam-se três cópias do texto impresso. Dois

exemplares entregues pelos componentes da banca qualificadora, nomeados pela mestranda, por meio de pequenos adesivos como **“Dissertação Anotações da Defesa Prof. [nome do professor 1]”** – 17/09/2019 e **“Dissertação Anotações da Defesa Prof. [nome do professor 2]”** – 17/09/2019, nos quais encontramos comentários escritos à mão, com questionamentos e sugestões dos professores bastante pontuais, ao longo do texto. Há um terceiro exemplar nomeado **“Dissertação Anotações da Banca [nome do mestrando]”** – 17/09/2019, na qual acompanhou os pontos indicados pela banca, fazendo suas próprias anotações em seu texto.

Após a qualificação, tem-se a atualização do texto, em versão digital, enviado para o orientador não em peça única, mas por partes, nos arquivos intitulados **Dissertação_ajustes para defesa_TEÓRICO** – 14/10/19 e **Dissertação_ajustes para defesa_APENAS METODOLÓGICO** – 14/10/19. Nesses arquivos, observamos partes do texto escritas na cor vermelha, referentes aos ajustes feitos no texto pelo mestrando, baseando-se nos apontamentos dos professores 1 e 2, componentes da banca qualificadora. Após esses ajustes, é montado o arquivo, em peça única, a ser enviado para os professores componentes da Banca de defesa, em versão impressa.

Por conseguinte, há as versões impressas referentes à defesa: a do professor 1, nomeada pelo mestrando **“Dissertação Anotações da defesa Prof. 1”** – 12/03/20; a versão do mestrando, nomeada **“Dissertação Anotações da Defesa [nome do mestrando]”** – 12/03/20. Na defesa, tivemos a entrada de um novo interlocutor, o Prof. 3, membro externo, o qual interagiu com os interlocutores na situação de defesa de forma on-line e, portanto, não cedeu sua versão impressa avaliada para o mestrando, mas sim um documento, digitado, via e-mail, com suas observações, que foi impresso pelo estudante e nomeado **“Dissertação Anotações da Defesa Prof. 3”** – 12/03/20.

Por fim, foi atualizada a versão referente à defesa, conforme os apontamentos da banca, com mais uma realização de revisão textual, sob o título **“Dissertação versão final [sigla do programa de pós-graduação]”**.

É importante destacar que, em nossa seleção dos dados – os *prints* de trechos dos textos –, optamos por utilizar, pelo menos, três recortes para serem analisados, em razão de sentirmos a necessidade de ilustrar a contento o percurso seguido pelo autor, especialmente em interação com seus interlocutores. Contudo, salientamos que alguns desses dados podem se assemelhar, não sendo nossa intenção sermos repetitivos, mas sim atentos aos padrões de ações apresentados no processo criativo. Agora, portanto, seguiremos para a seção das análises, a seguir, na qual buscaremos acompanhar o processo de produção da dissertação de mestrado e caracterizar essa autoria – (inter)mediada por seus pares.

6 FUNDAÇÃO DA AUTORIA EM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: A (INTER)MEDIACÃO COMO FATOR PREPONDERANTE

Nas seções anteriores, de caráter teórico, tratamos de investigar o percurso da autoria, desde o seu surgimento até a tentativa de seu esmaecimento, especialmente em decorrência de um movimento epistemológico de maior evidenciação da linguagem, impondo ao sujeito de linguagem um lugar marginal, que marca o final do século XIX e início do século XX. Nesse período, vimos que correntes como o Formalismo russo, o *New Criticism* americano e o Estruturalismo francês encontravam-se centradas na própria língua e seus aspectos internos como foco principal de seus estudos, de modo que a questão do sujeito era marginal ou nem mesmo tinha alguma relevância, especialmente porque, até então, era corrente uma confusão herdada do Renascimento e fortalecida pelo Romantismo de que autor e pessoa poderiam ser tomados um pelo outro, ou seja, tratava-se de um indivíduo dotado de genialidade exprimindo suas emoções, sentimentos e ideias, sem interlocução com o outro.

Em seguida, com o filósofo russo Mikhail Bakhtin, observamos que pessoa e autoria, ainda que uma pressuponha a existência da outra, não se confundem, pois a primeira liga-se à vida e a segunda liga-se à obra ou ao mundo real e ao mundo da cultura. Desse modo, vale lembrar que o ser humano, único animal dotado de linguagem verbal, na condição de sujeito constitui-se como ser de resposta e também responsável, ou seja, o sujeito para Bakhtin é um ser social, porquanto é dialógico e alteritário. A autoria, por sua vez, conforme o pensador, trata-se, no campo literário, de uma posição de deslocamento operada no interior da obra, quando não encontramos no texto a sua voz como principal; entretanto, no campo da produção científica, a voz do autor, sua intenção discursiva traduzida em seus objetivos de pesquisa, aparece mais fortemente, possui maior relevo, e “descola-se” do posicionamento de outros autores, ainda que considere essas outras ideias, opiniões, outras vozes, a voz do outro, passando a orquestrá-las, a administrá-las – dialogicamente – no interior da obra criada. Além disso, anteriormente, delineamos o gênero discursivo dissertação de mestrado também com base nos pressupostos de Bakhtin.

Na sequência, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa, com destaque especial para o subsídio da Crítica Genética – disciplina que tem como objeto de estudos o manuscrito, ou os documentos de processo –, uma vez que permite-nos acompanhar o processo de criação de uma obra por meio da compilação e organização de dados processuais, neste caso: mensagens de e-mail e WhatsApp, arquivos em formato Word e versões impressas do texto, dentre outros documentos relacionados à escrita da dissertação. A partir daqui, após

reunião dos documentos que dão conta do processo de produção de dissertação de mestrado, com o intuito de acompanhar principalmente a constituição de autoria no domínio acadêmico, seguimos para nossas análises, conforme subseção seguinte.

6.1 No início do processo encontra-se o sujeito responsável pelo ato

Conforme dissemos na seção introdutória, nosso objetivo geral é caracterizar a instância autoral que emerge no processo de produção de uma dissertação de mestrado acadêmico, com base na gênese da escrita desse gênero discursivo, levando em consideração a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico e a relação que o autor mantém com o conhecimento, neste caso as produções científicas, orientador, outros professores, revisor de textos etc. Nesse percurso, segundo descrevemos na seção metodológica desta tese, coletamos os documentos de processo (SALLES, 2008) relativos à produção da dissertação de mestrado analisada, os quais compreendem mensagens de e-mail e mensagens de WhatsApp trocados pelo mestrando e seu orientador, arquivos em formato Word referentes às atualizações do anteprojeto como atividade avaliativa de disciplina cursada e para submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), arquivos em formato Word relativos às seções do texto produzidas durante o curso de mestrado, em suas várias versões trabalhadas pelos interlocutores, arquivos em formato Word do texto para qualificação e defesa referentes à participação do profissional revisor e versões impressas do texto de qualificação e defesa sob análise/avaliação dos professores componentes das bancas de defesa e qualificação.

A fim de acompanhar o processo de produção do gênero dissertação de mestrado, os dados exigiram de nós que seguíssemos seus passos cronologicamente, ou seja, que acompanhássemos a produção das peças seguindo sua feitura. Para ilustrar esse processo de criação, optamos por selecionar, ao menos, três recortes de cada arquivo. Iniciamos nossas análises pelo anteprojeto de pesquisa⁶⁰ com o qual o candidato deu entrada no programa de pós-graduação, pois, conforme os e-mails trocados, o primeiro contato entre mestrando e

⁶⁰ Sobre o anteprojeto de pesquisa com o qual o candidato deu entrada no curso, vale mencionar que foi adaptado inicialmente para uma disciplina, em aspectos metodológicos, conforme orientações de professor do curso, a fim de deixar claros justificativa, problematização, variáveis, sujeitos pesquisados, objetivos, fundamentação teórica, metodologia etc.; em seguida, tendo em vista a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em virtude da realização de estudo com seres humanos, foi produzida uma versão de acordo com as exigências do CEP.

orientador referente à pesquisa e, conseqüentemente, à produção escrita, ocorreu com base nesse documento.

Nesta tese, tivemos a necessidade de estabelecer uma noção de sujeito, conforme consta na subseção 3.1.1 *Um sujeito para a instância autoral*, pois o então mestrando, em diálogo com seus interlocutores, em diversas situações comunicativas (por meio de encontros pessoais, de mensagens de e-mail, de aplicativo de mensagens, de reuniões formais para qualificação e defesa etc.), não fala como autor somente, mas como sujeito, que é dialógico, social, que se relaciona com seus pares, encarnado em indivíduo real (BAKHTIN, 2017; CHARAUDEAU, 2016), porém não biográfico. Como vimos, o Renascimento e a Estética Romântica contribuíram para uma concepção de autor fundada na individualidade, em subjetivismos, genialidade pessoal, com forte tendência à expressão de sentimentos e ideias, de modo que a interpretação de uma obra dependia da história de vida de quem a escrevia, desconsiderando uma das principais características da linguagem: a interação, o diálogo (BURKE, 1997; CARINO, 1999; COMPAGNON, 2001; BARTHES, 1984; VOLÓCHINOV, 2018).

Nesta investigação, em consonância com Lemos e Pereira (2021a), confirmamos que não houve “a necessidade de entrevistar o mestrando, conhecer suas crenças, história de vida pessoal ou acadêmica, [de modo que] não fizemos entrevista, muito menos procuramos detalhes sobre seus interlocutores [...]”⁶¹, visto tratar-se de um ser social, dialógico, interacional – um sujeito sócio-histórico. Esse sujeito – mestrando, pesquisador – social real possui uma história de vida naturalmente, no entanto o que nos chama atenção, aqui, é o processo de letramento acadêmico concomitante à constituição da autoria, ou seja, a experiência com a leitura e escrita de textos acadêmicos e consequente apreensão desses gêneros científicos (MARINHO, 2010; FIAD, 2015), conforme veremos nos dados.

Com base em Bakhtin (2017), em sua *prima filosofia*, verificamos que Kant e os neokantianos assumiam que o agir do sujeito era resultado de um dever formal, permeado por leis universais, mediante as quais todos os seres agiriam igualmente, de modo que este sujeito fora promovido a um alto grau de teorização, considerando-se somente aquilo que possuía de universal, geral, coletivo, sendo descartado o aspecto individual, particular e, portanto, a responsabilidade própria do indivíduo. Encontramos, então, um sujeito teorizado e cindido, porquanto procuravam dar conta de sua existência no mundo da cultura, separado do mundo

⁶¹ Em alguns momentos, ao citarmos diretamente Lemos e Pereira (2021a), o número de página não será mencionado, pois os textos encontram-se no prelo, com previsão de publicação ainda para o corrente ano.

da vida, e para Bakhtin o ato só pode ser considerado real em sua totalidade, como evento único e aberto, como um agir no mundo, de maneira intencional, com propósito (SOBRAL, 2019).

O fato é que, para Bakhtin (2017), a atividade estética não daria conta, sozinha, da apreensão do componente da vida sem considerar o aspecto histórico, nem a teorização (neokantiana) que ignorava o aspecto individual. Assim, propôs a sua filosofia, a filosofia do ato, combinando elementos repetíveis e irrepetíveis dos atos humanos, que envolve, segundo Sobral (2019), uma epistemologia, gnosiologia, axiologia e ontologia, isto é, o conhecimento, sua validade para o ser, uma teoria do valor e teorização sobre os entes e os seres. O pensador russo vislumbrava, no princípio de sua produção, na década de 1920, “[...] uma descrição da arquitetônica real concreta do mundo dos valores realmente vivenciados, não governado por um fundamento analítico, mas com um centro de origem realmente concreto [...]”, situado no espaço e no tempo, permeado de “[...] valorações reais, de afirmações, de ações, e cujos participantes sejam objetos efetivamente reais, unidos por relações concretas de eventos no evento singular do existir [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 123-124).

Nesse sentido, como sinaliza Todorov (1970), no prefácio da coletânea *Estética da criação verbal*, a criação estética representa “um exemplo bem sucedido de um tipo de relação humana: aquela em que uma das duas pessoas engloba inteiramente a outra e por isso mesmo a completa e dota de sentido” (BAKHTIN, 2011, XIX). Embora Bakhtin tenha dedicado suas análises a obras romanescas, nas quais vemos explicitamente a relação entre pessoas, as personagens, e nós, aqui, concentramo-nos em produções científicas, isto não significa que não possamos adotar seus pressupostos; ao contrário, salientamos a elasticidade de seus conceitos, especialmente quanto à autoria, uma posição de deslocamento que “engloba outras pessoas” ao adotar suas vozes, sejam elas as bibliografias pesquisadas e citadas, os interlocutores com os quais dialoga (orientador, professores de bancas de qualificação e defesa, revisor de textos, dentre outros), neste caso na produção de sua dissertação de mestrado.

Portanto, na condição de indivíduo real, situado em um tempo e espaço, um sujeito sócio-histórico, o autor, em uma filosofia moral que tem o ser humano como centro, encontra-se em relação com o *outro*, uma relação de alteridade em torno de valores que podem ser de natureza científica, estética, política, religiosa (BAKHTIN, 2017). O filósofo russo assume, então, a atividade estética como ação e o faz a partir do ponto de vista do autor, sendo este o sujeito responsável por essa ação. “[...] ser realmente na vida significa agir [...]” (BAKHTIN, 2017, p. 99) e agir de maneira responsável, sem desculpas, de modo que a assinatura do autor

implica o reconhecimento de sua obrigação, muito mais do que o conteúdo de sua escrita, pois significa reconhecer e afirmar uma postura. Este é um ato singular, somente o indivíduo pode fazê-lo e ninguém mais em seu lugar (BAKHTIN, 2017). Interessante refletir, em relação à assinatura, que a aprovação, ou não, do estudante de pós-graduação é formalizada mediante assinatura de documento pelos componentes de banca, os quais, juntamente com o produtor/escrevente da pesquisa, reconhecem e afirmam um posicionamento diante de um fenômeno social.

Além disso, se pensarmos em termos de autoria com base no que teoriza o filósofo francês Michel Foucault, em seu relevante ensaio *O que é um autor*, proferido em 1969, teremos condições de caracterizar o produtor de uma dissertação de mestrado em, pelo menos, um aspecto. Nesse ensaio, Foucault (2002, p. 35) dedica-se à reflexão sobre a relação entre autor e seu texto, principalmente em resposta ao que seria uma tendência então moderna de afirmar que “[...] a escrita de hoje se libertou do tema da expressão: só se refere a si própria [...]”, sendo um espaço onde o sujeito desaparece, e em resposta à tese da morte do autor, da qual o crítico Roland Barthes é o precursor. Conforme Foucault, trabalhar com a escrita e com a obra tão somente, em lugar do autor, abre uma problemática que acaba apontando novamente para a figura do autor, ou seja, em suas palavras: “Uma obra não é o que escreveu aquele que se designa por autor?” (FOUCAULT, 2002, p. 37). Já que não há autor, como sabemos que estamos diante de uma “obra”? Esses posicionamentos combativos à autoria, segundo o filósofo francês, na verdade, acabam colocando-a em relevo. Antes de apresentar soluções, Foucault aponta-nos problemas e questionamentos.

Tratávamos anteriormente da assinatura como representativa do ato de assumir e afirmar um posicionamento em Bakhtin, de modo responsável; em Foucault, por sua vez, o que ele chama “nome de autor” é diferente do nome próprio, que equivale a uma descrição, que possui ligação com o indivíduo nomeado (a pessoa). O nome de autor e o nome próprio não funcionam da mesma maneira, uma vez que um nome de autor “[...] exerce relativamente aos discursos um papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos” (FOUCAULT, 2002, p. 44-45). No meio acadêmico, por exemplo, muitas vezes, o nome de autor costuma ser identificado por um sobrenome, tal como Bakhtin, Foucault, Saussure, Freud, Marcuschi, dentre tantos nomes que apontam para uma teoria, de forma que se distingue de uma pessoa, mas refere-se aos discursos que produzem/produziram e que seus “nomes de autor” veiculam.

Para Foucault, o Autor seria definido com base em algumas características, ou seja, ser fundador de discursividade, como Marx, Freud, Bakhtin, por exemplo, e por ter uma obra em circulação, o que significa ter um texto em circulação, publicamente, sob sua assinatura. Visto que o então mestrando, após produção de sua pesquisa, defesa pública, aprovação e depósito do texto junto ao programa, tem sua dissertação postada em banco de dados aberto a consultas, torna-se referência para outras pesquisas que hão de identificá-lo por seu nome de autor (em formato “Sobrenome (ano)”, “SOBRENOME, ano, p.”, “SOBRENOME, Nome”), como um indicativo não de pessoa, mas como uma posição de deslocamento plenamente dialogizada, sendo o indivíduo responsivo e responsável pelos seus dizeres (BAKHTIN, 2018). Salientamos que a autoria só se consolida, então, na finalização do processo, ou seja, com a publicação da pesquisa.

Por se tratar de um processo a produção de dissertação de mestrado, tivemos a necessidade de acompanhar, logo de início, a interlocução entre mestrando e orientador no que tange ao anteprojeto de pesquisa, pois a partir dele seria desenvolvida a investigação e, portanto, produzida a dissertação. Como dissemos, foi atualizada uma versão para atividade de disciplina no começo do curso, com outra versão destinada à submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Iniciaremos nossas análises, portanto, pelo anteprojeto de pesquisa adaptado para uma disciplina cursada pelo mestrando e seguiremos para a versão destinada ao CEP, em suas diferentes versões produzidas em interlocução, com destaque para alguns trechos.

Conforme os dados coletados, no dia 07 de julho de 2018 foi feito o que consideramos o primeiro contato formal entre orientador e orientando, visto que por meio de e-mail o professor solicita que o estudante encaminhe seu anteprojeto de pesquisa, em razão do início de uma disciplina. A Figura 11, a seguir, mostra o e-mail do professor:

Figura 11 - Primeiro contato formal entre orientador e orientando



Por ora, gostaria que você me enviasse o projeto de pesquisa com o qual você entrou no programa, pois quero discuti-lo contigo nesse encontro de segunda. Por favor, se puder enviar até domingo, agradeço.

Também gostaria de seu número de whatsapp.

Outra coisa: leve seu computador em todas as aulas.

Até segunda,

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na apreciação do texto, observamos que a versão inicial do anteprojeto possui dez páginas, o qual apresenta capa⁶², sumário, introdução, justificativa/formulação do problema, objetivos, referencial teórico-metodológico, cronograma e referências bibliográficas. Na seção em que tratamos sobre gêneros discursivos, discutimos sobre a estrutura básica do gênero projeto de pesquisa e sua finalidade, ou seja, adentrar em um curso de pós-graduação, salientando que o projeto de pesquisa significa o planejamento de uma investigação científica (BRAGA, 2005; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010; CRESWELL, 2014; SOUSA, 2020). De acordo com Braga (2005), nesse planejamento deve conter uma questão inicial, um problema de pesquisa, acompanhado do que já se sabe sobre o assunto, além do que chama de “sacações”, *insights*, lampejos.

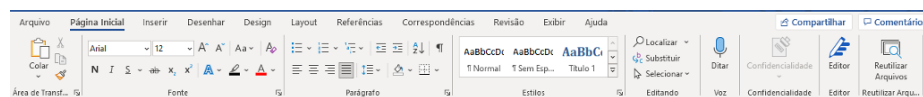
Neste ponto, observamos uma questão, para nós, bastante relevante: a assunção da autoria demonstrada inicialmente por meio desses *insights*, de uma ideia (de pesquisa), de uma intenção discursiva traduzida na abordagem do objeto e em seus objetivos e na sistematização em um gênero, tal como o projeto, diálogo com a teoria (autores citados), além da utilização de variedade de linguagem acadêmica. Isso exige desse autor pesquisador um ato criador, conceber uma proposta de pesquisa e sistematizá-la em um gênero discursivo, tendo como principais interlocutores no processo seletivo uma comissão de professores responsáveis por avaliá-lo.

Segundo informamos na introdução desta tese, a escrita do anteprojeto de pesquisa do candidato já se inicia atravessada pela perspectiva teórica do orientador, pois deve estar adequado a uma de suas linhas de pesquisa e projeto temático do professor, e também do programa, da instituição, seguindo orientações, quase sempre, disponíveis no edital de seleção, de modo que há um assujeitamento do autor à instituição. A Figura 12, recorte da introdução do anteprojeto, mostra-nos isso, ou seja, o então mestrando sinalizou a sigla do programa de pós-graduação, a sigla correspondente à instituição de ensino, a linha de pesquisa e o projeto temático⁶³, de modo que sua pesquisa já “carrega” um pouco da instituição e de seu interlocutor, pois dialogam em algum aspecto.

⁶² Esta capa, por sua vez, assemelha-se a uma folha de rosto, porquanto possui um trecho com a “natureza do trabalho”, o que nos parece uma confusão entre os elementos capa e folha de rosto, porquanto sua forma de apresentação é um requisito do programa, como orienta o próprio edital.

⁶³ Informações suprimidas no intuito de preservar nosso colaborador.

Figura 12 - Recorte da introdução do anteprojeto



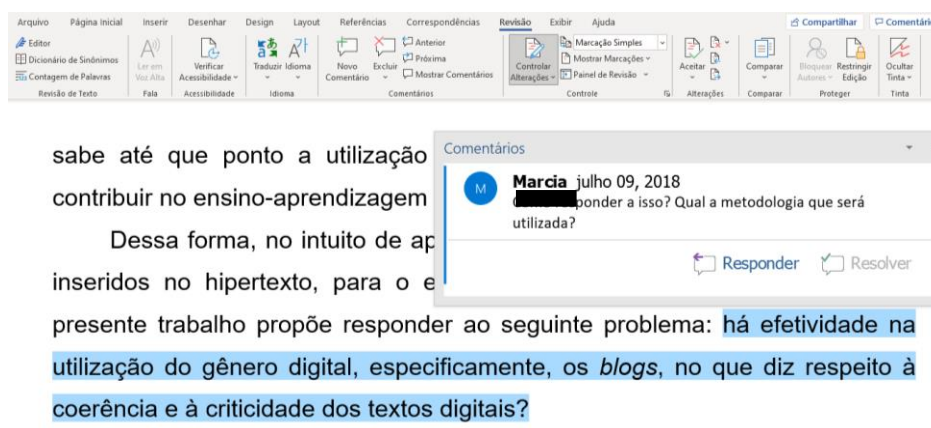
INTRODUÇÃO

Este anteprojeto de pesquisa – endereçado ao [REDACTED] –, insere-se na linha “[REDACTED]”, cujo projeto temático discute a [REDACTED], levando-se em conta não só questões relacionadas à escrita hipertextual, mas também os gêneros advindos das novas tecnologias digitais.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

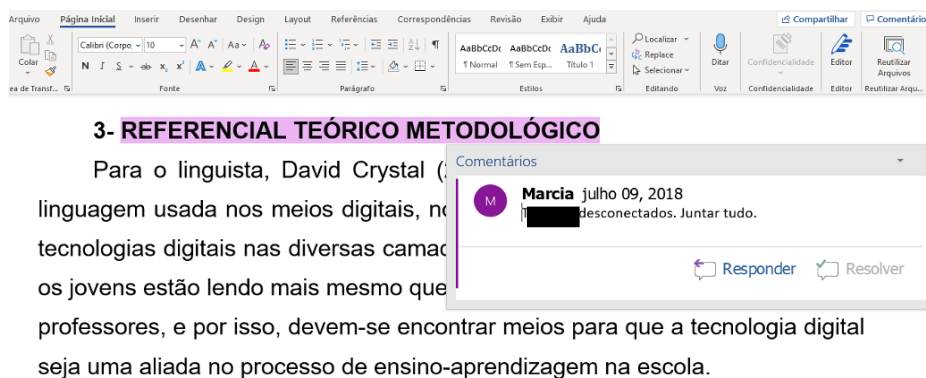
Nessa versão referente ao anteprojeto de entrada no programa de pós-graduação, observamos que o orientador devolveu o texto para o mestrando com dois balões: um a respeito da pergunta relacionada ao problema de pesquisa (“Como responder a isso? Qual a metodologia que será utilizada?”) e outra sobre a fundamentação teórica (“Teóricos desconectados. Juntar tudo.”), como ilustram as Figuras 13 e 14, a seguir.

Figura 13 - Recorte de pergunta de pesquisa em anteprojeto



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Figura 14 - Recorte de fundamentação teórica em anteprojeto



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

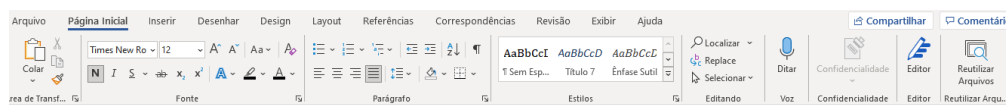
Ao tratar sobre o enunciado, Bakhtin (2011c) chama atenção para os esquemas fictícios que apresentam os falantes em um fenômeno de compreensão passiva, os quais não correspondem à unidade da comunicação discursiva. Na comunicação discursiva temos, então, participantes reais, de modo que o ouvinte/leitor “[...] ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo [...]” (BAKHTIN, 2011c, p. 270); isso é o que percebemos entre os parceiros na produção da dissertação de mestrado, nesse encontro inicial, ainda no aprimoramento do anteprojeto, ou seja, o orientador, ao tomar conhecimento do texto de seu orientando, faz questionamentos, aconselha a realização de conexão na teoria, em resposta ao enunciado do mestrando. Este, por sua vez, responde ao seu interlocutor especialmente por meio de suas ações no texto, concordando ou não com as observações daquele.

Assim, seguimos para a primeira versão do anteprojeto adaptado a uma disciplina focada em metodologia científica. Chamou-nos atenção a quantidade de balões interativos inseridos no texto pelo orientador, 26 no total, além das intervenções embutidas, realizadas por meio da ferramenta “Controlar Alterações” do Word, ao longo de todo o texto. Esses balões interativos tratam a respeito de imprecisões teóricas, formatação (ABNT), desvios gramaticais, entre outros.

Acreditamos que, para a produção desse texto, o mestrando seguiu um modelo prévio fornecido pelo docente responsável pela disciplina⁶⁴, de modo que foram aproveitadas partes do anteprojeto, com o desenvolvimento de alguns pontos, seguindo o que fora feito por outros orientandos do professor, como vimos nos apontamentos, ao indicar: “Esse início do item 2 você deixará exatamente como está o projeto de [nome de aluno]”. A Figura 15, a seguir, mostra a inserção de texto pelo professor, tanto informando o que deve ser feito quanto a descrição do tipo de pesquisa, “de caráter não-experimental”, com base no projeto de outro aluno.

⁶⁴ Embora a versão do projeto tenha sido produzida para o professor da disciplina, todo o acompanhamento e orientação foram realizados pelo orientador do mestrando, restando ao docente responsável pela disciplina a avaliação e nota pela atividade avaliativa, de modo que este não tem uma participação que possa ser analisada por nós na pesquisa.

Figura 15 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (caracterização)



2 O DELINEAMENTO DA PESQUISA

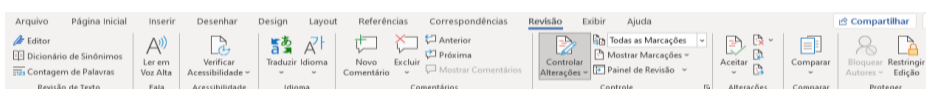
Esse início do item 2 você deixará exatamente como está o projeto de [REDACTED]:

Nossa pesquisa é de caráter não-experimental, uma vez não podemos — manipular intencionalmente as variáveis independentes. Nos deteremos, pois, em observar o fenômeno de acordo com sua ocorrência no contexto natural e, posteriormente, analisá-lo.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Observamos que na versão do anteprojeto, mencionada inicialmente, com dois balões interativos inseridos pelo orientador, foi feita uma análise geral apontando para o problema de pesquisa e fundamentação teórica que necessitavam ser melhorados. Nessa versão produzida para a disciplina metodológica, por sua vez, que representa um “refinamento” da pesquisa, o orientador foi bem mais minucioso, ao incluir balões interativos ponto por ponto, além de realizar inserções (trechos sublinhados e coloridos) e supressões (trechos ~~tachados e coloridos~~). De início, o professor apresenta, na introdução do projeto, uma espécie de diagnóstico da pesquisa (Figura 16), afirmando que “A introdução está muito ruim”, portanto precisa ser refeita. Destacamos, com base na análise do anteprojeto de pesquisa com o qual o estudante deu entrada no curso de pós-graduação, que o mestrando produziu o gênero conforme solicitado no edital, utilizou a variedade de linguagem acadêmica, como vemos nas figuras 12, 13 e 14, demonstrando alguma familiaridade com textos acadêmicos e, portanto, seu letramento acadêmico em razão de ter cursado graduação (MARINHO, 2010; FIAD, 2015), porém com pouca experiência na etapa de pós-graduação.

Figura 16 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução I)



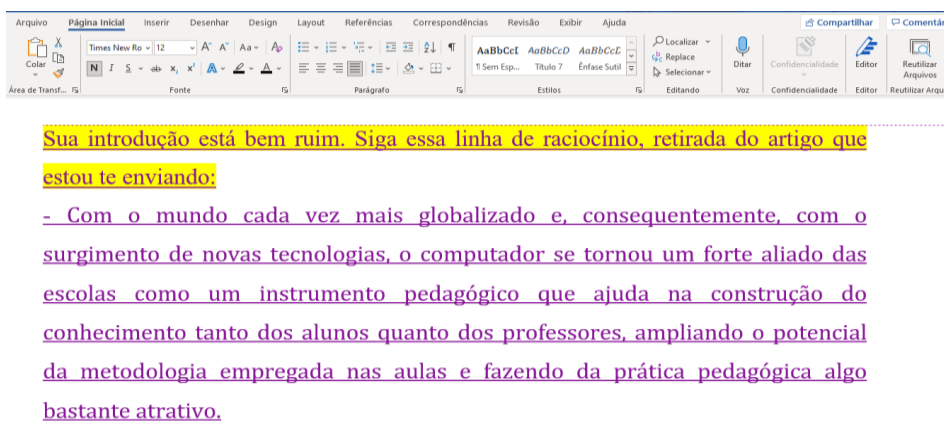
INTRODUÇÃO

A introdução está muito, mas muito ruim. Veja os pontos que levanto, nos balões, mas não se desespere que faço um esquema de como você deve conduzir sua introdução de maneira clara, com continuidade, progressão, etc. apresentando o problema e se inserindo nele, no final do projeto. As anotações nos balões são muito importantes para você ver onde está errando. A introdução deve ser totalmente refeita. Pouco se aproveita, mesmo assim veja os balões.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Segundo observamos nas análises do professor orientador em relação ao projeto, com base em suas inserções e exclusões de trechos e nos balões interativos, havia a necessidade de reorganizar quase todo o projeto para deixá-lo nos moldes exigidos pela professora responsável pela disciplina, tendo em vista, posteriormente, o próprio andamento da pesquisa e produção da dissertação de mestrado. Assim, a introdução precisaria ser refeita, de forma que o orientador produziu, ao final do texto, um esquema, com vários pontos a serem refletidos, enviando também, por e-mail, um artigo no qual o mestrando deveria se inspirar, como vemos na Figura 17, seguinte: “Sua introdução está bem ruim. Siga essa linha de raciocínio, retirada do artigo que estou te enviando”.

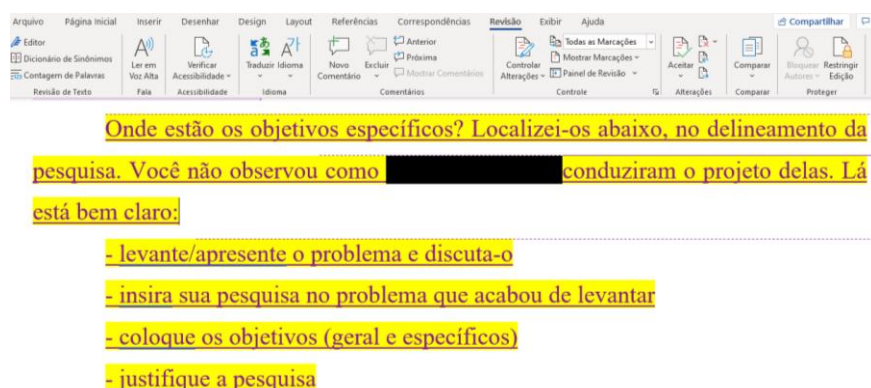
Figura 17 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução II)



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Ademais, quanto aos objetivos de pesquisa propostos pelo mestrando, observamos que o orientador questiona, ainda na verificação da introdução, “Onde estão os objetivos específicos”, solicitando que sejam localizados na seção intitulada “delineamento da pesquisa” e deslocados para a introdução, seguindo, portanto, a configuração do gênero pedido pelo professor responsável pela disciplina ao fornecer um modelo, e a maneira como outros orientandos também o fizeram, pois, ao que parece, o mestrando “[...] não observou como [nomes de alunos] conduziram o projetos delas” (Figura 18). Nesse ponto, deveria apresentar o problema de pesquisa, inserir a pesquisa na problemática, informando os objetivos e a justificativa, como ressalta o professor.

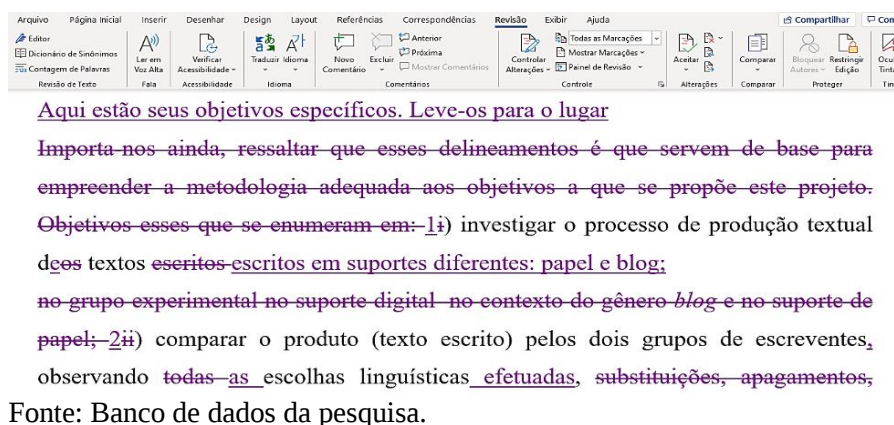
Figura 18 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (objetivos I)



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Assim, na seção em que delinea a pesquisa, o orientador localiza os objetivos específicos e pede para que sejam deslocados para seu lugar, na introdução (Figura 19). Salientamos, então, com base nos trechos incluídos e tachados, além dos balões interativos, que há uma grande entrada do orientador no texto, representando o papel de interlocutor que é leitor e direcionador da produção do estudante (LEMONS; PEREIRA, 2021b). Chama-nos atenção o fato de que o mestrando tenha conseguido produzir um projeto para entrada no curso, mas ao ser solicitada a adaptação a um novo modelo, seguindo um exemplar, com acesso às produções de outros colegas, demonstrou insegurança e grande dependência do orientador. Para nós, essa atitude parece estar relacionada ao seu processo de letramento, sua pouca experiência com a produção de gêneros acadêmicos escritos (MARINHO, 2010; FIAD, 2015; KLEIMAN, 2005, 2007) e também ao pouco domínio dos conhecimentos teóricos, porquanto se encontra em etapa de desenvolvimento, de modo que quanto mais adentra esse universo de uso social da leitura e da escrita no ambiente acadêmico, melhor tende a dominar os gêneros aí produzidos.

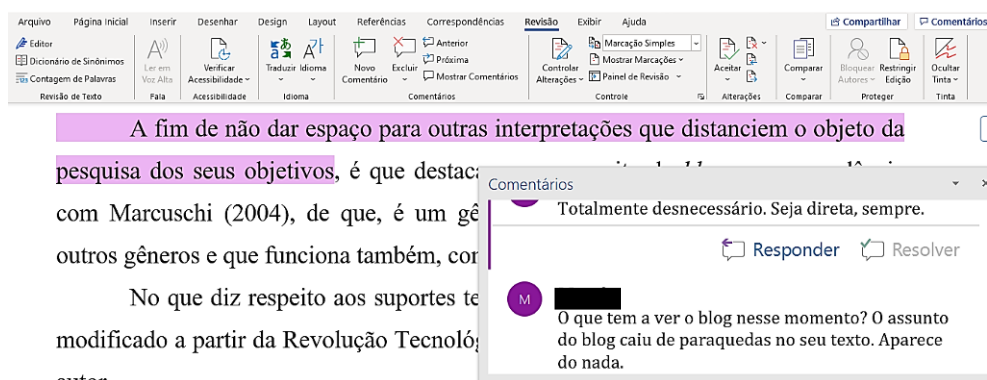
Figura 19 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (objetivos II)



Conforme observamos na figura 19, anterior, o orientador suprime partes do texto referente aos objetivos, praticamente reescrevendo-os, de forma mais objetiva, sem “floreios” considerados desnecessários. É o que vemos também no desenvolvimento da fundamentação teórica, na Figura 20, a seguir, quando o orientador alerta para informação que julga desnecessária, no início do parágrafo; acreditamos que para o orientador o aviso do escrevente não representa uma informação relevante ao leitor, em suas palavras: “Totalmente desnecessário. Seja direta sempre”. De acordo com Motta-Roth e Hendges (2010, p. 20) baseando-se em Swales e Feak (1994), na escrita acadêmica “[...] há um formalismo geral no tom, alcançado por intermédio de certas estratégias, tais como escolher alternativas mais precisas e formais quando selecionamos o vocabulário a ser usado”, além da adoção de estruturas textuais claras, que facilitem a leitura da produção.

No início da introdução do projeto, o orientador mencionou um roteiro para que o estudante pudesse “[...] conduzir sua introdução de maneira clara, com continuidade, progressão, etc.”, uma vez que, além de clareza, deve haver organização das ideias apresentadas ao longo do texto. Diante disso, ainda na Figura 20, quanto à apresentação de uma definição do gênero blog, com base em Marcuschi, pelo mestrando, o orientador questiona: “O que tem a ver o blog nesse momento? O assunto do blog caiu de paraquedas no seu texto. Aparece do nada”.

Figura 20 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução III)



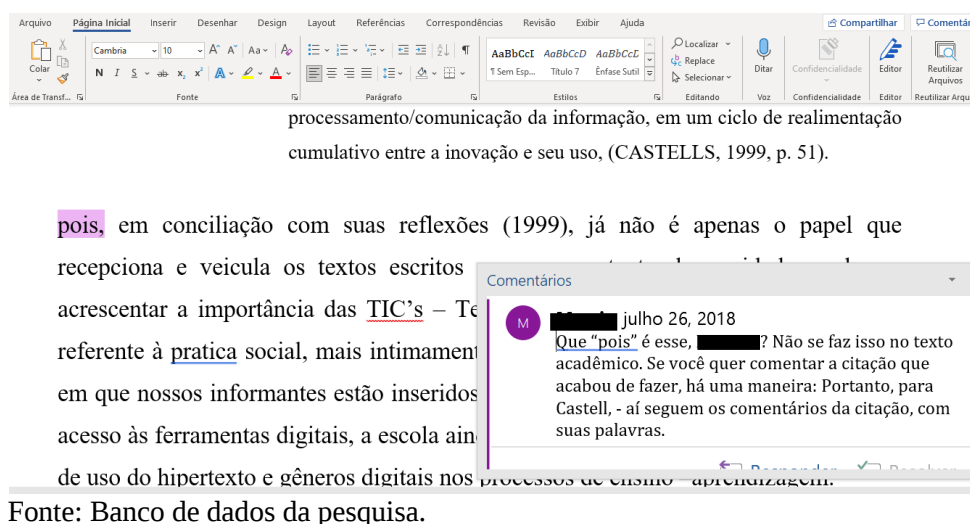
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na condição de leitor e, portanto, interlocutor do mestrando, o orientador, nessa etapa de comunicação com seu orientando, assume uma posição plenamente ativa e múltipla (orientador, leitor, revisor), completamente diferente do que vemos representado nos esquemas de comunicação criticados por Bakhtin, nos quais o ouvinte/leitor comporta-se passivamente, apenas buscando compreender uma informação (BAKHTIN, 2011c). Em nossa

percepção, nessa relação, o mestrando mostra-se submisso, conforme veremos adiante, apenas “resolvendo” os problemas apontados, o que pode ser explicado pelo fato de que o orientador representa uma autoridade, em uma hierarquia institucional, além de possuir maior titulação/formação acadêmica, já que se trata de um professor doutor, com maior experiência na área de conhecimento do que seu aluno.

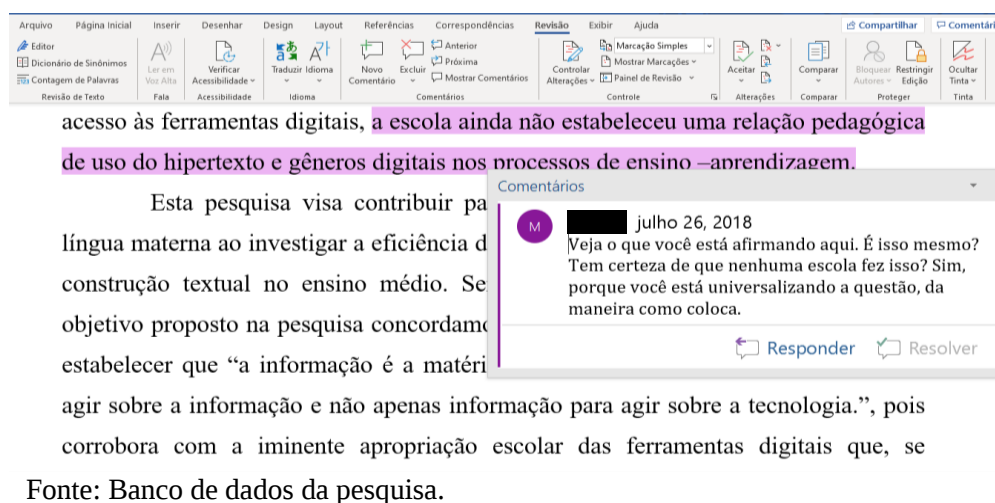
Ao longo do texto, vemos ainda que o orientador se atenta também para questões de escrita, do ponto de vista gramatical, como no caso ilustrado na Figura 21, seguinte, ao questionar seu orientando, chamando-lhe atenção para algo que não deve ser feito.

Figura 21 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução IV)



Verificamos, com essas observações do orientador que essa interação lembra muito o que acontece com estudantes em etapas escolares anteriores, em que ao professor cabe o papel de corrigir o texto e ao aluno aprender regras. Um gênero discursivo acadêmico, tal como o projeto de pesquisa ou a dissertação de mestrado, requer uma forma mais padronizada quanto ao estilo de linguagem do próprio gênero (BAKHTIN, 2011c), de maneira que o próprio produtor do texto, o qual possui alguma experiência, visto ser um indivíduo com curso superior, necessita conhecer certas regras, “obedecer” às convenções e normas acadêmicas para se tornar membro da comunidade acadêmica, para que o orientador possa direcionar a pesquisa especialmente naquilo que toca ao conteúdo. E é o que mostra a Figura 22, seguinte, ainda sobre a introdução. O professor aponta informações dadas pelo estudante e leva-o a refletir:

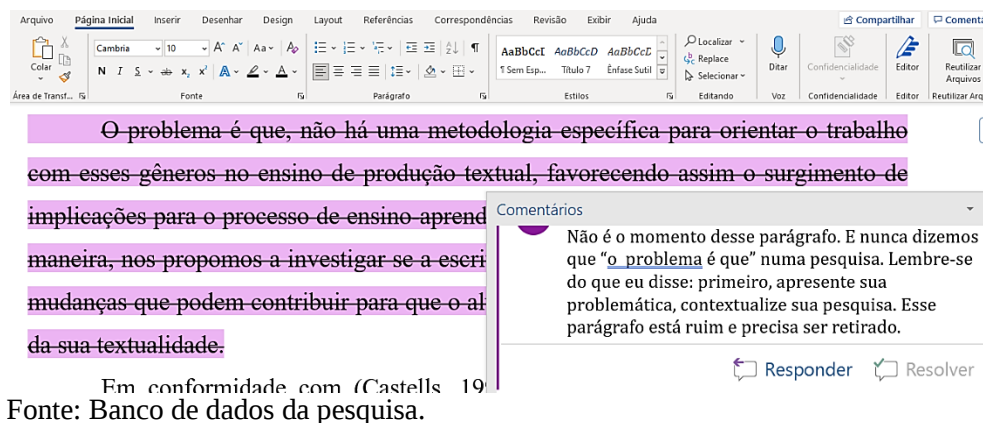
Figura 22 - Projeto produzido para disciplina cursada pelo mestrando (introdução V)



O mestrando afirma em seu texto que “[...] escola ainda não estabeleceu uma relação pedagógica de uso do hipertexto e gêneros digitais nos processos de ensino –aprendizagem”. Vale mencionar que o pesquisador pretende, com sua pesquisa, desenvolver um trabalho com alunos do Ensino Médio de escola pública, utilizando-se do gênero discursivo Blog, tendo em vista investigar o uso dos gêneros digitais na escola e suas consequências para o ensino-aprendizagem, considerando a característica hipertextual do gênero. Do modo como se expressa, segundo salienta o orientador, afirma que as escolas, de modo geral, não fazem uso dos gêneros digitais, no entanto, ainda que as inovações tecnológicas no ambiente escolar não tenham atingido o ideal, já estão presentes (ZACHARIAS, 2016). Diante disso, o orientador, em uma posição responsiva ativa, discorda da proposição, levando seu aluno à reflexão.

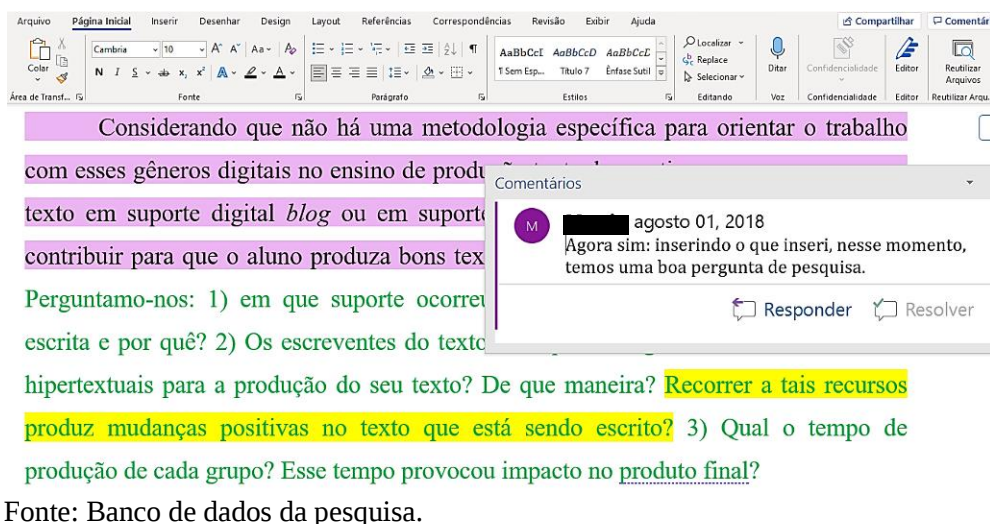
A segunda versão, com cinco páginas textuais, representa, para nós, a “resposta” do mestrando ao seu interlocutor – o orientador. Esta resposta configura-se em suas ações no texto, ou seja, obedece às indicações de seu orientador, cumprindo com os direcionamentos: refaz a introdução, reposiciona os objetivos, reproduz informações em conformidade com os projetos de outros orientandos; em nossa opinião, o escrevente mostra-se um sujeito menos ativo, bastante dependente do trabalho de orientação do professor. Este continua no papel de avaliador da produção, apontando falhas e dando novas instruções, uma vez que a introdução ainda apresenta alguns problemas, como mostra a Figura 23, adiante.

Figura 23 - Segunda versão do projeto para disciplina cursada pelo mestrando (introdução I)



Ademais, o orientador também produz trechos no intuito de “arrematar” o que vinha sendo ajustado por seu orientando, como indica no balão interativo apresentado na Figura 24, a seguir: “Agora sim: inserindo o que inseri, nesse momento, temos uma boa pergunta de pesquisa”. Acreditamos que se refira ao trecho com realce em amarelo (“Recorrer a tais recursos produz mudanças positivas no texto que está sendo escrito?”). Até aqui, a impressão que temos é de que o orientador foi o maior responsável pelos ajustes no projeto que seria entregue ao professor da disciplina para a qual o texto fora adaptado, caracterizando-se por uma coautoria dominante nesse processo.

Figura 24 - Segunda versão do projeto para disciplina cursada pelo mestrando (introdução II)



Desse modo, refletimos, também, a respeito da escrita de trechos e da profundidade das intervenções do orientador se não estaria ocorrendo um trabalho em coautoria, especialmente se pensarmos com base nos indícios de autoria propostos por Possenti. Ao tratarmos da produção de uma sinopse de livro, defendemos que o revisor de textos se

posiciona como coautor ao fornecer relevantes contribuições na interação com o autor do livro, tomando a obra como ponto de partida (LEMOS; PEREIRA, 2017). No caso aqui analisado, verificamos que na adaptação do projeto para atividade avaliativa de uma disciplina tanto o mestrando quanto o orientador partem do anteprojeto de pesquisa de entrada no programa de pós-graduação para dar origem a outro texto, ressaltando que o professor destrincha todo o texto e aponta os caminhos a serem seguidos pelo mestrando na refacção do texto. Nesse processo de produção do projeto, consideramos a *participação efetiva* (TARGINO, 2005) do orientador um trabalho coautorial, não apenas pela quantidade de ações, ou seja, sete balões com comentários inseridos pelo orientador, além de intervenções – supressões e inserções – em praticamente todos os parágrafos, mas principalmente pela relevância de suas contribuições, essenciais para a interlocução com o(s) leitor(es), demarcando o posicionamento extralocalizado (BAKHTIN, 2014). Considerando o percurso de criação da dissertação, com base nos documentos de processo que constituem o todo (SALLES, 2008), salientamos a coautoria por parte do orientador desde a gênese do texto, uma vez que, como dissemos anteriormente, ao discorrer sobre a figura 12, o anteprojeto do candidato tem sua feitura atravessada pela perspectiva teórica do orientador, dialoga com seu projeto temático e linha de pesquisa, e o professor segue trabalhando junto com seu aluno até a apresentação da versão considerada final da dissertação de mestrado.

Em investigação anterior, mostramos que o revisor se posiciona como coautor ao dar contribuições importantes, por exemplo a seleção de recursos como vocábulos, que permitem o aprimoramento da sinopse principalmente por meio da interação que estabelece com o autor do livro. No projeto produzido por orientando e orientador vemos esse mesmo trabalho de produção coautorial, em que o orientador participa ativa e efetivamente na escrita do texto (TARGINO, 2005; LEMOS; PEREIRA, 2017).

A terceira versão, por sua vez, configura-se a versão final para entrega ao professor da disciplina, compreendendo a atividade avaliativa. Nessa versão, não há nenhum balão interativo ou intervenção do orientador embutida, conforme observamos em nossa análise, o que significa que chegaram a uma concordância, uma das mais importantes formas de relações dialógicas, segundo Bakhtin (2011b). O pensador russo destaca que “A concordância é muito rica em variedades e matizes. Dois enunciados idênticos em todos os sentidos (‘belo clima!’ - ‘belo clima!’), se realmente são dois enunciados pertencentes a diferentes vozes e não um só enunciado, estão ligados por uma relação dialógica de concordância” (BAKHTIN, 2011b, p. 331). Assim, no texto do mestrando, ainda que seu orientador tenha entrado

bastante, há ali sua ideia inicial em diálogo com as propostas e correções de seu orientador, mesmo que o aluno pareça tímido em seu processo de escrita.

As Figuras 25 e 26, adiante, se referem à primeira versão do texto (digital) que seria submetido ao comitê de ética, a fim de obterem autorização para o início da pesquisa, para coleta de dados com sujeitos da pesquisa especialmente. Na Figura 25, verificamos um comentário, logo na primeira página, em que o orientador supõe ter havido alguma confusão. Apesar de supor ser uma confusão, não sendo aquela a versão correta, na verdade o orientador demonstra não ser o resultado que esperava, pois menciona, ainda, que o estudante mostrou, em encontro presencial, que construiria a fundamentação teórica.

Figura 25 - Projeto de pesquisa para submissão ao CEP primeira versão (I)

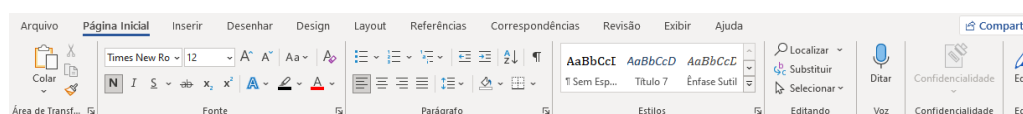


É provável que você tenha me enviado uma versão desatualizada do projeto, só pode ser! Eu te pedi um projeto completo e essa versão que você me apresenta está incompleta, com problemas de formatação, trechos a serem preenchidos, etc. Você me mostrou, presencialmente, que iria construir as seguintes partes – trecho copiado do seu projeto (esse que você me entregou), parte da fundamentação teórica:

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A Figura 26, em seguida, ilustra um comentário presente na mesma versão do texto, após um parágrafo com detalhes do que deveria ter sido feito na fundamentação teórica. Deste comentário do orientador depreendemos sua insatisfação, em “[nome do orientando], isso não é projeto completo! Por favor, finalize o projeto, pois essa foi a atividade que combinamos.”; a confirmação de que se tratava do mesmo texto adaptado para disciplina, em “O que você trouxe nessa versão que me apresenta é basicamente o texto do projeto que foi entregue à professora [nome da docente].”, no qual “Já estavam prontos: introdução, objetivos (geral e específico), metodologia, cronograma.”; e o destaque para o que foi solicitado presencialmente: “Pedi basicamente uma única coisa: a fundamentação teórica, que você NÃO entregou”.

Figura 26 - Anteprojeto de pesquisa para submissão ao CEP primeira versão (II)



██████, isso não é projeto completo! Por favor, finalize o projeto, pois essa foi a atividade que combinamos. O que você trouxe nessa versão que me apresenta é basicamente o texto do projeto que foi entregue à professora ██████. Já estavam prontos: introdução, objetivos (geral e específico), metodologia, cronograma. Pedi basicamente uma única coisa: a fundamentação teórica, que você NÃO entregou.

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com base em Bakhtin, ressaltamos que o dialogismo é um componente intrínseco à linguagem verbal humana, de modo que todo discurso está orientado para a resposta, além de ser responsável por conferir sentido à interação verbal, na qual atuam sujeitos responsivos, sociais, encarnados, em uma “atmosfera do ‘já dito’” e do que ainda se dirá, sendo já esperado (BAKHTIN, 2014; BARROS, 1999). Entretanto, como vemos nas mensagens do orientador, seu interlocutor, o mestrando, encontra-se, nesse momento, aquém do esperado na produção de seu próprio texto no que se refere à teoria, o que se explica pelo fato de lhe faltarem leituras suficientes, compreensão aprofundada de conceitos importantes, pelo excesso de insegurança, conforme ressalta o próprio estudante, como veremos mais adiante.

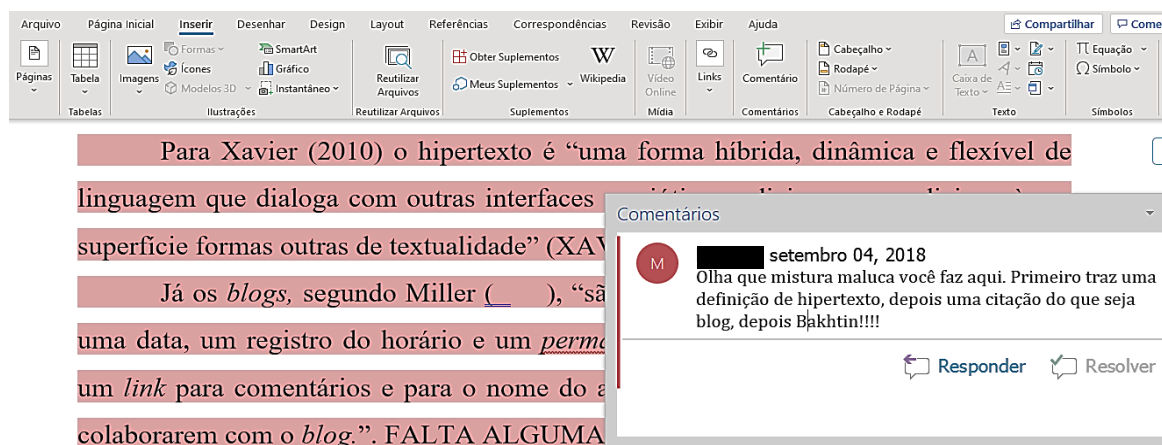
Quanto a essa insegurança e distanciamento daquilo que seria esperado para um estudante pesquisador em etapa de pós-graduação que já cursou graduação, para nós tem relação com seu nível de letramento, isto é, com os usos da leitura e da escrita no contexto acadêmico (MARINHO, 2010; FIAD, 2015). Para Marinho (2010), é comum os professores universitários se queixarem da escrita de seus alunos, porém devem considerar que o Ensino Médio não os prepara para o ensino superior, especialmente porque os gêneros produzidos na universidade, muitas vezes, não constituem objeto de ensino. Nesse sentido, conforme menciona Vian Jr. (2006), o ensino médio não prepara os alunos para a vida acadêmica, etapa de ensino que exige um modo de aprender e estratégias próprias do contexto educacional em questão, além, principalmente, do uso (leitura e escrita) e aquisição de gêneros que são produzidos e circulam no domínio acadêmico, os quais possuem propósitos comunicativos partilhados por aquela comunidade (SWALES, 1990).

Ainda nessa versão, observamos a figura do professor orientador como um direcionador, um guia, um mediador entre o estudante e o conhecimento, pois trata-se de um interlocutor com mais conhecimento e experiência, responsável, institucionalmente, por

orientar esse indivíduo, a fim de que cumpra com seu propósito de pesquisa. Ao tratarmos do gênero dissertação de mestrado, dissemos que a assunção da autoria não se baseia em um “dom” para a escrita, mas resulta de um investimento intelectual, resulta de um intenso trabalho de leituras, estudos, discussões, reflexões, escrita, letramento acadêmico enfim, contando, nesse ínterim, com a participação institucionalizada de colaboradores ao longo do processo, por isto, para nós, a autoria de dissertação de mestrado revela-se como uma *autoria (inter)mediada*. Em outras palavras, o orientador, que pode ser também coautor em muitos casos, e os professores de banca de defesa e qualificação colaboram com a pesquisa, suas participações estão estabelecidas institucionalmente como parte importante na produção do texto, atuam como mediadores rumo à concretização da pesquisa, materializada no gênero discursivo, dialogando entre seus pares; em geral, espera-se que o pesquisador leve em consideração as observações da banca em relação a seu texto, registrando nele o caminho proposto.

O orientador, segundo expõem Lemos e Pereira (2021b), no cumprimento de seu papel, “[...] orienta, cobra, aconselha, direciona, ‘retirando’ do mestrando aquilo que espera dele como produtor do texto [...]”. Na Figura 27, recorte da mesma versão inicial do projeto, apresentamos um comentário do orientador no corpo do texto, na seção teórica, onde destaca incoerência quanto à ordem das informações.

Figura 27 - Projeto de pesquisa para submissão ao CEP primeira versão (III)



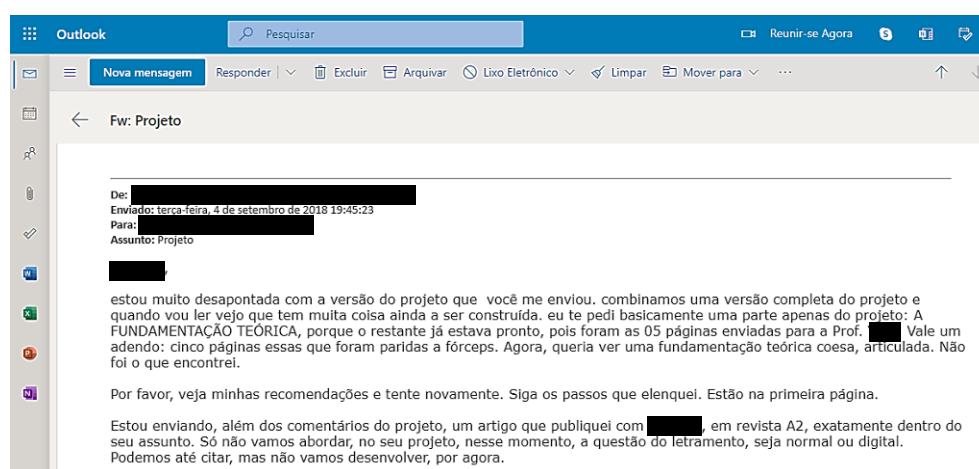
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Cabe, portanto, ao orientador, a partir de seu lugar hierarquicamente institucionalizado, alertar o orientando sobre o cometimento de confusões, porém não deixamos de nos perguntar se o trecho do comentário “mistura maluca” e as quatro exclamações ao final do comentário não significariam uma surpresa (ou susto) para o

professor, que esperava a seguinte lógica: Bakhtin é a base para a teoria dos gêneros discursivos, logo deveria ser discutido inicialmente, a fim de fundamentar a discussão sobre o gênero digital blog, o qual possui como característica a hipertextualidade. Dissemos, também, na seção em que delineamos o gênero dissertação de mestrado, que o fato de ter cursado o ensino superior instrumentalizaria o indivíduo à escrita da pesquisa em razão de seu contato com outros gêneros (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010), porém salientamos, no que tange à teoria de base para a pesquisa de mestrado, que os candidatos raramente adentram o curso conhecendo profundamente a teoria, outros vêm de cursos de graduação em área diferente da do curso de pós-graduação, como, por exemplo, estudantes formados em Ciência da Computação que ingressam em curso de pós-graduação em Linguística, o que pode aumentar a multiplicidade de papéis do professor: orientador, revisor, coautor etc. Assim sendo, torna-se necessário esse acompanhamento do orientador e dos professores das bancas de qualificação e defesa, porquanto a aprovação dependerá de critérios avaliados por eles. Acreditamos que as facilidades ou dificuldades encontram-se no campo do individual, o que não podemos quantificar sem uma pesquisa a esse respeito.

O encaminhamento dessa versão pelo orientador ao orientando é acompanhado de mensagem de e-mail, na qual salienta seu desapontamento com o projeto enviado, pois o escrevente não cumpriu com o combinado, encaminhando as mesmas “[...] 05 páginas enviadas para a prof. [nome da docente]. Vale um adendo: cinco páginas essas que foram paridas a fórceps. Agora, queria ver uma fundamentação teórica coesa, articulada. Não foi o que encontrei”. A Figura 28 ilustra essa interação via e-mail, a seguir.

Figura 28 - E-mail do orientador sobre primeira versão do projeto para submissão ao CEP



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Percebemos, a partir dos comentários nessa primeira versão do projeto que seria encaminhado ao CEP e das mensagens de e-mail trocadas, um clima bastante tenso. De um lado, o professor orientador desapontado, pois, em encontro pessoal, já havia sido combinada a produção de uma versão diferente, mais robusta do ponto de vista teórico, no entanto deparou-se com o mesmo texto produzido para outra disciplina, sendo “cinco páginas essas que foram paridas a fórceps”, tamanha a dificuldade do mestrando, de outro lado, diante das exigências de seu orientador e, inclusive, sua própria dificuldade, como desabafa em sua resposta, em seguida.

Em e-mail ao orientador, o mestrando, em tom de lamento, escrito em caixa alta (maiúsculas), expõe sua preocupação com a pouca novidade da pesquisa, em:

VOCÊ TEM TODA A RAZÃO. DEIXEI A DESEJAR NESTE MATERIAL RIDÍCULO QUE CHAMO DE PROJETO. ÀS VEZES ACHO QUE NÃO DEVO CONTINUAR. TENHO A SENSÇÃO DE QUE NÃO HÁ NADA A DIZER SOBRE O TEMA DO MEU PROJETO. PARECE QUE TUDO JÁ FOI DITO, NÃO HÁ NADA DE NOVO. E ISSO ME INCOMODA.

Desabafa sobre seu rendimento, em: “LEIO E RELEIO OS MATERIAIS, ME SINTO CONFUSA, SEM RUMO. CHEGO A FAZER PLANOS DE ESCRITA, MAS ME PERCO A CADA NOVA LEITURA DE BAKHTIN, POR EXEMPLO. [...]”. Reconhece suas responsabilidades, em:

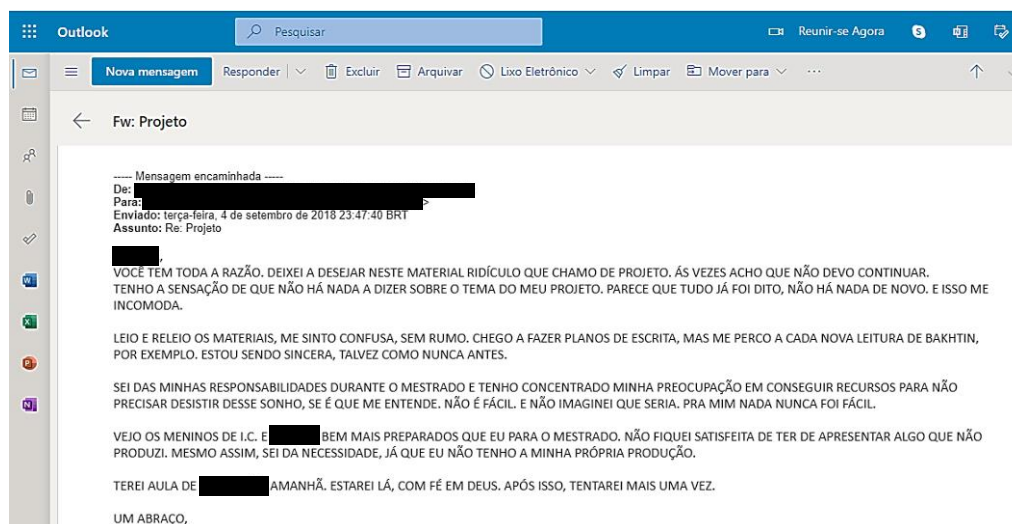
SEI DAS MINHAS RESPONSABILIDADES DURANTE O MESTRADO E TENHO CONCENTRADO MINHA PREOCUPAÇÃO EM CONSEGUIR RECURSOS PARA NÃO PRECISAR DESISTIR DESSE SONHO, SE É QUE ME ENTENDE. NÃO É FÁCIL. E NÃO IMAGINEI QUE SERIA. PRA MIM NADA NUNCA FOI FÁCIL.

Compara-se com outros orientandos, como os estudantes de Iniciação Científica (IC), em:

VEJO OS MENINOS DE I.C. E [nome de estudante] BEM MAIS PREPARADOS QUE EU PARA O MESTRADO. NÃO FIQUEI SATISFEITA DE TER DE APRESENTAR ALGO QUE NÃO PRODUZI. MESMO ASSIM, SEI DA NECESSIDADE, JÁ QUE EU NÃO TENHO A MINHA PRÓPRIA PRODUÇÃO.

Na Figura 29, adiante, vemos o *print* de tela do e-mail do mestrando.

Figura 29 - Resposta do mestrando ao orientador sobre projeto para submissão ao CEP



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A respeito da resposta do estudante temos algumas ponderações a fazer. Primeiramente, quando expõe sua preocupação com a pouca novidade da pesquisa, ao destacar a sensação de não haver nada a dizer sobre o tema de seu projeto, pois acredita que não há nada de novo, o que representa um incômodo. Vale mencionar que Bakhtin (2011c, p. 300) advoga que o falante, neste caso o escrevente, não é um “[...] Adão bíblico, só relacionado com objetos virgens ainda não nomeados, aos quais dá nome pela primeira vez”. Por essa razão, o objeto de seu discurso constitui-se “[...] um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com ponto de vista, visões de mundo, correntes, teorias (no campo da comunicação cultural)” (BAKHTIN, 2011c, p. 300).

Acreditamos, portanto, que sua preocupação possa decorrer do fato de que com a emergência de outros gêneros digitais o estudo do blog tenha se tornado obsoleto, pois, como afirma, “parece que tudo já foi dito”. Aqui, vale refletirmos a respeito desta necessidade de “dizer algo novo”. Em Foucault (2002), vemos que uma das características daquele que ele define como autor é ser fundador de discursividade, portanto o “primeiro” a ter uma ideia sobre determinada situação, fenômeno, teoria, descrito em uma obra e esta posta em circulação, não sendo este o caso do mestrando, que se incomoda com a falta de algo novo a acrescentar.

Conforme Bakhtin e observado por Lemos e Pereira (2021a), quando enunciamos reatualizamos “já ditos” que fazem parte da cadeia da comunicação discursiva, como elos, os quais não podem ser separados daqueles que os precedem, “[...] gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2011c, p. 300). Assim, ainda que

estejamos retomando ditos, no momento em que enunciamos, esse enunciado em questão, em seu caráter de evento, torna-se único e irrepetível, além disso, se pensarmos especificamente na pesquisa realizada pelo mestrando, conforme mencionamos anteriormente, quando vai a campo e realiza sua pesquisa com estudantes da rede estadual de ensino, especificamente no ensino médio, e seleciona estudantes, vemos nisso uma novidade: trata-se de um acontecimento único, portanto novo; assim, ainda que sua metodologia fosse replicada no mesmo *locus*, com os mesmos estudantes, mas já em série/ano diferente seria a mesma situação, obteria os mesmos resultados? Possivelmente não.

Em seguida, o estudante desabafa sobre seu rendimento, visto que confessa sua dificuldade ao ler e reler os textos, principalmente os de Bakhtin, de forma que não consegue escrever seu texto. Marcuschi (2008, p. 228), ao tratar dos processos de compreensão, afirma que “Ler é um ato de produção e apropriação de sentido que nunca é definitivo e completo”, também não implica extração de conteúdo ou identificação de sentidos, mas trata-se de um processo de compreensão que envolve esquemas cognitivos individuais. Além disso, nossa percepção também pode ser “[...] guiada e ativada pelo nosso sistema sociocultural internalizado ao longo da vida” (MARCUSCHI, 2008, p. 230), de modo que a compreensão, segundo o linguista, exige habilidade, interação e trabalho. Dessa forma, no caso do mestrando, por ser aluno e estar em processo de aprendizagem de novos conceitos, muitas vezes, acaba não entendendo sozinho, mas necessitando que interlocutores mais experientes guiem-no nessa jornada em direção ao conhecimento, daí considerarmos um *autor (inter)mediado*, “guiado” por seus interlocutores principais no processo de produção do texto, estando todos envolvidos numa esfera de interação, diálogo, negociações.

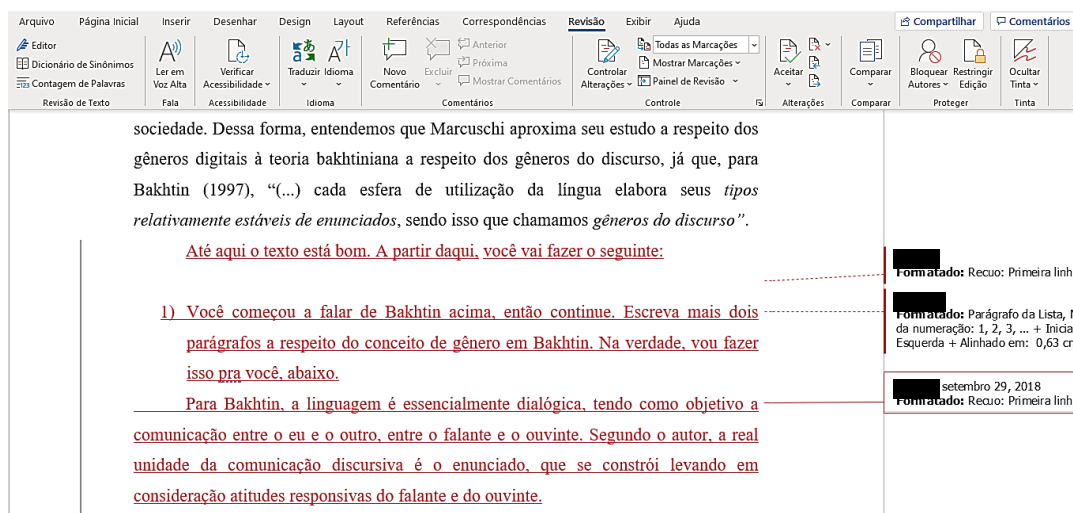
No artigo intitulado *Revisão textual e gênero acadêmico tese de doutorado: a negociação de sentidos como cerne da interação*, discutimos a respeito da *negociação* como uma categoria relevante, na etapa de revisão textual, para compreensão e propostas do revisor em sua atividade profissional com produções acadêmicas e para o estabelecimento, de forma objetiva, dos propósitos do autor, concluindo que essa negociação, tomada como sinônimo de interação, diálogo, contribui não só para tratar do(s) sentido(s) do texto, mas, também, para a configuração do gênero acadêmico em questão (LE MOS; PEREIRA, 2021c). Grosso modo, na revisão, negociar sentido(s) envolve “aspectos gramaticais, aspectos discursivos, questões semânticas, lexicais, a construção de sentidos, o gênero em questão e seu respectivo registro (oral/escrito/formal/informal), o contexto de circulação etc. – a comunicação, enfim” (LE MOS, 2017, p. 37). Em virtude dessa atitude de negociação de sentido(s), na condição de

diálogo a respeito da produção de um gênero também acadêmico, estar ocorrendo em nossos dados, adotaremos essa categoria como fundamento para nossas análises.

Finalmente, ainda sobre o dado anterior, o mestrando compara-se, ainda, com outros orientandos, como os estudantes de Iniciação Científica (IC), por exemplo, os quais considera mais preparados para o mestrado do que ele, visto que não necessitam do mesmo acompanhamento, embora sejam alunos de graduação. Ademais, o mestrando ressaltava sua insatisfação em “apresentar algo que não produziu”, embora reconheça a necessidade de apresentação de trabalho, provavelmente em evento acadêmico, como requisito do programa de pós-graduação, lamentando, conseqüentemente, não ter uma produção própria. Conforme dissemos, a assinatura tem seu significado maior não pelo seu ato, mas pelo fato de implicar a afirmação e o reconhecimento de uma opinião, ideia, acordo etc. (BAKHTIN, 2017), porém, segundo o desabafo do mestrando, ver seu nome incluído em um trabalho que não se trata de sua pesquisa, que não produziu, não só lhe causa desconforto como também afeta sua autoestima, diminuindo-se perante seus colegas.

Nessa etapa da pesquisa do mestrando, ao iniciar seu processo de produção, vemos um indivíduo ainda se ambientando a essa nova fase de sua vida acadêmica e formativa, necessitando sobremaneira de seu orientador, principal interlocutor, o qual “toma as rédeas da situação”, esperando a contrapartida do orientando. Dessa maneira, na segunda versão do projeto para submissão ao CEP, como mostra a Figura 30, a seguir, após nova tentativa de desenvolvimento do texto, conforme se comprometeu o mestrando na mensagem de e-mail que analisamos anteriormente, observamos que ele consegue corresponder às expectativas de seu orientador – este, por sua vez, reafirmamos novamente, permanece atuando como coautor, pois produz uma parte da fundamentação, com indicação do que deve ser feito pelo orientando em seguida aprovando/concordando com o que o autor escreveu na parte inicial, registrada em preto, na figura (TARGINO, 2005; LEMOS; PEREIRA, 2017).

Figura 30 - Comentário do orientador em segunda versão do projeto para submissão ao CEP



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

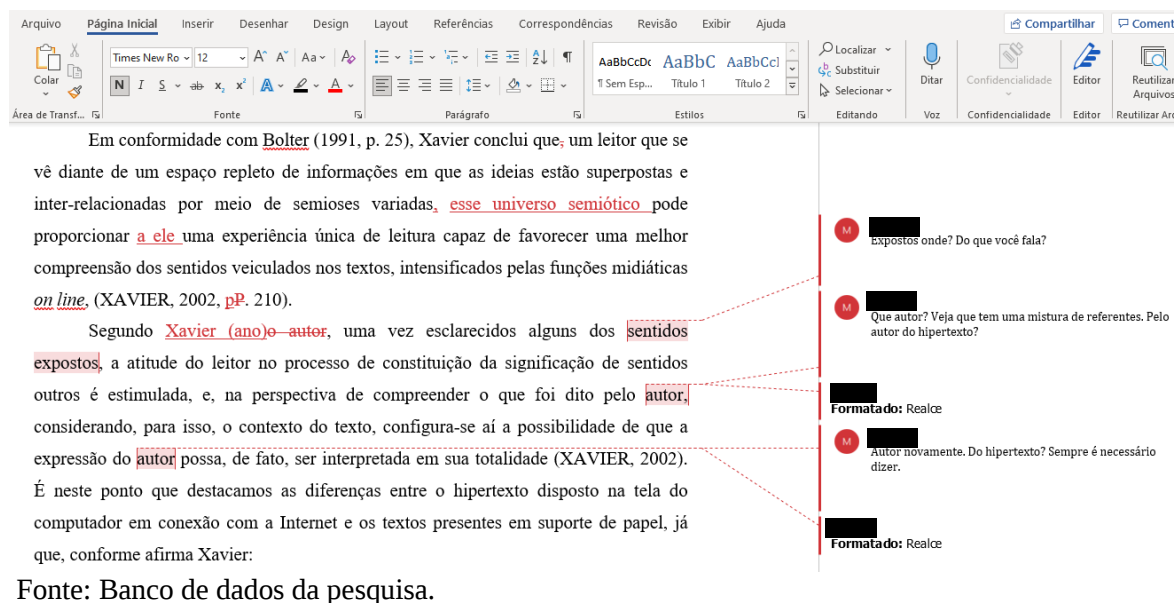
Podemos observar, com base não só nesse trecho, mas com a análise da segunda versão do projeto a ser submetido ao CEP como um todo, um texto melhor estruturado do ponto de vista da discussão teórica, o que, para nós, denota, por parte do estudante, o resultado da ampliação de habilidades adquiridas, da interação com seu professor e do trabalho e investimento intelectual necessários à compreensão e produção de sentidos (MARCUSCHI, 2008), a fim de se produzir um gênero acadêmico tão desenvolvido culturalmente, como a dissertação de mestrado (BAKHTIN, 2011c). Na discussão teórica, ao iniciar um esboço de nossa concepção de autor de dissertação de mestrado, adotamos uma visão de autoria como posição sociodiscursiva que articula a responsabilidade individual, não biográfica, e intenção discursiva (ideia), sendo uma posição que se sujeita e que reage às exigências do domínio discursivo, às conformações do gênero e às expectativas de seus interlocutores, com os quais constrói os sentidos. Vale destacar que a participação dos interlocutores na produção de dissertação de mestrado, neste caso orientador, professores de banca, autores citados, com exceção do revisor de textos que pode ser facultativa, é uma exigência do domínio acadêmico, da conformação do gênero, da situação comunicativa institucionalizada, constituindo um trabalho colaborativo (PINHEIRO, 2011), com possibilidade de coautoria, ou não, decorrente das contribuições dadas por esses colaboradores e do grau de letramento do autor (TARGINO, 2005; LEMOS; PEREIRA, 2017; MARINHO, 2010; FIAD, 2015), visto que, para nós, o sujeito apreende o gênero mediante seu letramento acadêmico, o reconhecimento da função social dos textos produzidos nesse âmbito, ao mesmo tempo em que na apreensão e utilização do gênero a autoria se manifesta.

Além disso, conforme ocorreu na primeira versão do projeto produzido para a disciplina de caráter metodológico, novamente o orientador não só direciona o que deve ser feito, como também escreve, na parte em vermelho e sublinhado, na figura anterior, que corresponde às suas inserções. Vemos, então, que na produção do projeto para a disciplina e na produção do projeto para submissão ao comitê que as entradas do orientador no texto configuram muito mais que correção e orientação, mas, também, um processo de coautoria, mediante contribuições significativas ao texto (LEMOS; PEREIRA, 2017). Nesse ponto, vale refletir sobre essa relação com base na discussão sobre a *participação periférica legítima*, desenvolvido por Jean Lave e Etienne Wenger (1991), os quais propuseram repensar a aprendizagem em aspectos sociais, históricos e culturais. Como menciona Oliveira (2016), quanto à produção textual acadêmica, costuma-se acreditar que o estudante deve aprender por si mesmo a utilizar as práticas desse contexto, de maneira eficiente, o que é um equívoco, uma vez que os gêneros discursivos, como formas comunicativas, são adquiridos nos processos interativos, nas situações de comunicação, com suas estratégias de aprendizado, e não em manuais (MACHADO, 2018; VIAN JR, 2006; MARCUSCHI, 2008).

Com base em Lave e Wenger (1991), observamos que a comunidade acadêmica constitui-se como uma comunidade de práticas que se reúne em direção a um empreendimento comum, dividindo uma prática social e compartilhando práticas e rotinas. Conforme os autores, a *participação periférica legítima* ajuda a entender como os recém-chegados adquirem experiência e se tornam participantes competentes de uma comunidade de práticas, sendo a aprendizagem considerada um fenômeno social, onde os participantes mais experimentados dirigem as ações e os menos experientes realizam tarefas consideradas periféricas, mais simples, até adquirir o domínio esperado. Podemos ilustrar da seguinte maneira, no caso do processo por nós analisado: o orientador representa um membro veterano da comunidade acadêmica e o orientando um aspirante a membro, menos experiente. Na figura 30, anteriormente discutida, ilustramos um e-mail do mestrando dirigido ao professor, vimos seu lamento por estar menos preparado que os alunos da Iniciação Científica e descontentamento por ter seu nome incluído em um trabalho em que pouco contribuiu, no entanto, com o avanço de suas práticas, produção de gêneros acadêmicos, tais como resumo, artigo, apresentação oral, entre outros, passará a se tornar um membro ativo.

Na terceira versão, por sua vez, após novos acréscimos realizados pelo mestrando na fundamentação teórica e envio para verificação do professor, observamos que este, na condição de principal interlocutor nesse momento, faz questionamentos, conforme ilustra a Figura 31, a seguir.

Figura 31 - Comentário do orientador em terceira versão do projeto para submissão ao CEP



Vale mencionar que nessa terceira versão havia poucos comentários interativos do orientador direcionados para o orientando, nos quais atentava-se para ambiguidades, lacunas, necessidade de especificação de referentes, como podemos observar. Importante lembrar, segundo salienta Marcuschi (2008), que os efeitos de sentido são produzidos pelo leitor/ouvinte na relação com os textos, sendo as compreensões resultantes de um trabalho conjunto, em situações reais de uso da língua. Em Bakhtin, como ressalta Todorov, no prefácio de *Estética da Criação Verbal*, o autor é aquele capaz de englobar o outro, completando-o e dotando-o de sentido; refere-se, claro, à criação da personagem e de seu mundo no interior da estética literária. No campo científico, o professor representa mais que uma voz que o aluno busca englobar, constitui uma voz que obrigatoriamente, em aspecto institucional, atravessa toda a pesquisa e escrita do trabalho acadêmico, misturada, amalgamada à voz do autor, neste caso o mestrando. No caso por nós analisado, a voz do autor, até o momento, liga-se à voz do orientador por meio de um processo coautorial, como o *outro* ativo que o interroga, complementa, responde, visto que “O acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*” (BAKHTIN, 2011b, p. 311; BAKHTIN, 2011c). É no encontro entre esses sujeitos, essas duas consciências, que a pesquisa empreendida ganha os contornos do gênero acadêmico dissertação de mestrado; aqui, pelas características próprias do fenômeno em observação, a voz do orientador demonstra-se hierarquicamente superior à voz do orientando, o que não nos surpreende, tendo em vista que o professor ocupa esse papel hierárquico institucionalmente, está investido do poder dado pela instituição em razão de ser

um professor doutor, critério para ser orientador na produção de dissertação de mestrado, além de possuir mais experiência e domínio teórico do que o estudante.

Destacamos que os dados apresentados, até aqui, na ordem cronológica de sua escrita, se referem especificamente a recortes de trechos de versões digitais do anteprojeto de pesquisa, em processo de adaptação/ampliação/produção, para entrega de atividade solicitada como avaliação de disciplina cursada e submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, nos quais verificamos aquele que consideramos o começo do percurso da escrita da dissertação de mestrado, uma vez que foi necessário, por questões de ordem metodológica, demarcar esse ponto de partida. Nesse primeiro momento, constatamos no planejamento da pesquisa, o projeto, a assunção da figura autoral, sua revelação, desde a gênese do que viria a constituir a dissertação de mestrado, por meio da ideia de pesquisa e possibilidade de execução que favoreceram sua aprovação. Neste caminho, vimos o orientador atuar não só dentro de suas atribuições institucionais, mas, por vezes, o professor, em virtude especialmente de seu papel responsivo ativo, assumiu as “rédeas” do texto, com questionamentos, discordâncias, direcionamentos, complementações e, até mesmo, escreveu partes do texto, em um trabalho de coautoria. Nesse processo, observamos, também, que o sujeito mestrando mostrou-se bastante inseguro e dependente de seu interlocutor, o orientador, de modo que sua autoria, no processo observado, ficou enfraquecida, nessa etapa, uma vez que esteve na dependência de seu professor, apenas obedecendo às orientações deste.

Assim sendo, diante da submissão e dependência do orientando em relação ao orientador, em muitas etapas do processo analisado, acreditamos que a instauração da autoria, pensada como uma posição que se origina de um trabalho e investimento intelectual, ainda se encontra em seu processo inicial, sendo instigada, fustigada pelo outro. E mais: defendemos que embora o sujeito pesquisador e a autoria na dissertação de mestrado não se confundam, são instâncias que se desenvolvem concomitantemente, porquanto o mestrando necessita ampliar seu processo de letramento acadêmico, seus usos e práticas de leitura e escrita de textos acadêmicos, a fim de dominar o gênero e comunicar-se mais livremente, sendo a autoria uma instância discursiva que se revela na utilização do gênero, respeitando as exigências do domínio discursivo, do gênero e as expectativas de seus interlocutores, com os quais constrói os sentidos.

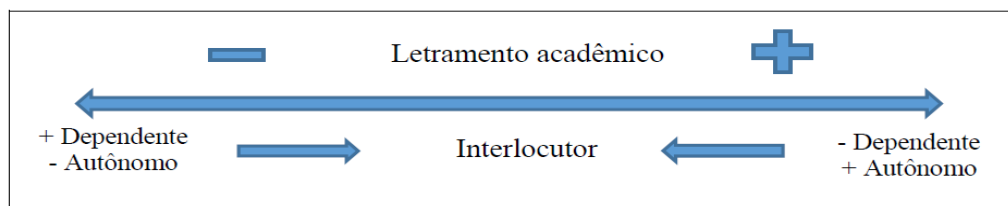
Adiante, daremos continuidade às nossas análises, com foco na seção teórica da dissertação de mestrado, dando destaque principalmente para as interações entre os interlocutores, nas várias versões dos textos que compõem os documentos de processo.

6.2 Descolamento do sujeito pesquisador da instância autoral na produção de dissertação de mestrado – um processo de letramento acadêmico

Na subseção anterior, visualizamos recortes do projeto de pesquisa com o qual o mestrando deu entrada no programa de pós-graduação, originando-se dele a atividade avaliativa para uma disciplina e o texto que seria submetido ao CEP, diretamente ligados à escrita da dissertação a ser defendida e entregue como requisito final para a conclusão do curso – produção final do processo de pesquisa. O projeto, isto é, o planejamento inicial para que sejam alcançados os objetivos propostos (BRAGA, 2005; MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010; CRESWELL, 2014; SOUSA, 2020), contém o gérmen de uma investigação, de modo que tanto o estudo quanto o pesquisador encontram-se no começo de um percurso, alguns com maior independência e autonomia, outros mais dependentes e com menos autonomia, a depender da experiência de cada um individualmente.

Quanto a pesquisadores com maior dependência e autonomia e pesquisadores mais dependentes e menos autônomos, não temos a intenção de colocá-los em oposição, nem fazer comparações que levem a pensar em melhor ou pior, especialmente porque tornar-se autor implica processo, não é um talento nato, assim, cada indivíduo encontra-se em um estágio. Nesse sentido, passamos a considerar o mestrando um sujeito pesquisador também em construção, situado em um *continuum*⁶⁵ quanto ao seu letramento acadêmico, isto é, “[...] sua inserção nas práticas de linguagem (não só de escrita, mas também de leitura) próprias do espaço universitário” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 91; VIAN JR., 2006; MARINHO; 2010; FIAD, 2015). No Esquema 1, seguinte, ilustramos nossa reflexão.

⁶⁵ Para desenvolvermos esta reflexão, baseamo-nos em Marcuschi (2001) ao tratar dos gêneros usados na oralidade e na escrita, isto é, “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do continuum tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos” (MARCUSCHI, 2001, p. 37). Em sua concepção, oralidade e escrita são práticas sociais com características próprias, mas, de modo algum, opostas, pois “[...] são produtos de um mesmo sistema linguístico: a língua” (BOTELHO, 2017, p. 912).

Esquema 1 – Sujeito pesquisador em um *continuum* do letramento acadêmico

Fonte: Produzido pela pesquisadora⁶⁶.

Com base no esquema, situamos o sujeito mestrando em um *continuum* para destacar que na produção textual, e consequentemente na instauração da *autoria (inter)mediada*, esse indivíduo pode estar localizado em qualquer um dos pontos a depender do estágio de seu letramento acadêmico, que pode ser “mensurado” por nós segundo sua performance no desenvolvimento da pesquisa e na dependência ou independência quanto ao seu(s) interlocutor(es). Assim, quanto maior for seu letramento acadêmico, menos dependente do interlocutor e autônomo em suas ações ele será; de outro modo, quanto menor for o seu letramento acadêmico, mais dependente será do interlocutor e menos autônomo em suas ações. Nas análises de nossos dados, até o momento, vemos um sujeito ainda em um ponto inicial do letramento acadêmico, mas com potencial para avançar, visto que se encontra em um processo.

Conforme já dissemos, anteriormente, com essa ilustração não se trata simplesmente de situar o sujeito pesquisador em polos contrários, um sem competência para a pesquisa e outro como um ideal a ser atingido, de forma dicotômica. Porém, consideramos, nesse *continuum*, estágios intermediários, com avanços e retrocessos por parte do sujeito em processo de letramento, visto que no caso analisado, por exemplo, nas versões finais da seção teórica demonstra grande avanço em sua produção, mas, ao seguir para a seção de análise, parece “voltar ao zero”. Portanto, embora nosso esquema apresente dois estágios do processo, levamos em consideração a gradiência, a variação presente no percurso do letramento, nesse caso acadêmico.

Como vimos na subseção anterior, para que o mestrando realizasse a coleta de seus dados, obrigatoriamente deveria receber autorização do comitê de ética em pesquisa com seres humanos, portanto submeteu seu projeto no dia 09 de outubro de 2018, passando a aguardar uma resposta, a fim de dar andamento à pesquisa. Enquanto não obtinham a resposta do comitê, orientando e orientador seguiram com a realização de outras atividades:

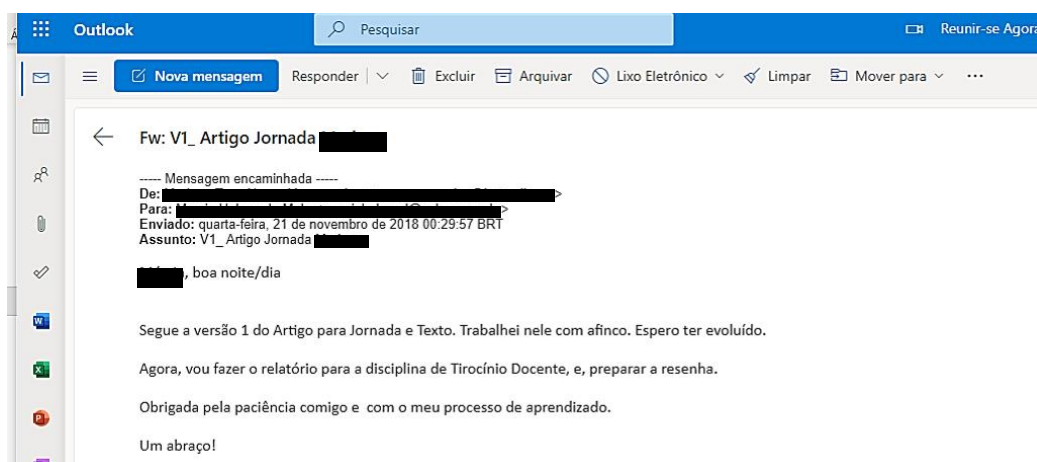
⁶⁶ Embora o esquema tenha sido produzido e explicado pela pesquisadora, a sugestão foi da orientadora da pesquisa, a fim de mostrar essa particularidade do estágio de experiência do indivíduo, que é da ordem do singular.

diretamente ligado à produção da dissertação verificamos o processo de pesquisa/escrita da seção teórica, além disso o estudante encontrava-se cursando algumas disciplinas, para as quais produziu relatórios (de tirocínio docente e atividades acadêmicas) e participou de eventos com apresentação de trabalho e produção de texto completo para publicação em anais.

Nesta subseção de nossas análises, tivemos como intuito inicial descrever e analisar apenas os documentos de processo relativos à seção teórica, pois, seguindo a cronologia dos e-mails seria a produção diretamente ligada à escrita da pesquisa, no entanto observamos que entre a submissão do projeto ao comitê (09 de outubro de 2018) e o início da produção da fundamentação teórica (03 de maio de 2019) passou-se um longo período permeado por inúmeras atividades, criando, desse modo, um hiato de praticamente sete meses entre essas duas produções (projeto e fundamentação teórica). Cabe mencionar que a produção e coleta de dados também estavam em andamento, no entanto o conhecimento que tivemos dessa etapa, sistematizada em texto, só pudemos visualizar posteriormente, na produção da seção metodológica da dissertação. Ainda que algumas dessas atividades desenvolvidas pelo mestrando não estivessem diretamente ligadas à produção da dissertação, como o relatório de atividades ou o relatório de tirocínio docente, e mesmo atividades avaliativas de disciplinas, não podemos ignorar que foram essenciais para o amadurecimento do estudante na condição de pesquisador e, possivelmente, na condição de autor de seus textos.

Finalizamos as análises da subseção anterior com um sujeito mestrando bastante inseguro e dependente de seu orientador, trabalhando praticamente em coautoria, visto que, por vezes, o orientador assumiu o controle da produção direcionando o aluno e, de fato, escrevendo partes do texto. Assim, no intuito de não ignorar etapas do processo de amadurecimento do trabalho intelectual do mestrando em sua vivência acadêmica, essenciais para sua performance como um todo, tendo em vista caracterizar seu processo de constituição autoral em âmbito universitário, decidimos “pinçar” alguns dados correspondentes ao período entre a submissão do projeto e o começo da produção do capítulo teórico, como, por exemplo, a produção de um artigo para anais de evento, no final de 2018, e uma espécie de “passo a passo” para a coleta de dados, visto ter recebido a autorização do CEP ao longo desse tempo. A Figura 32, adiante, ilustra uma mensagem de e-mail do mestrando para o professor, com a primeira versão do artigo anexada.

Figura 32 - Mensagem de e-mail a respeito de primeira versão de artigo



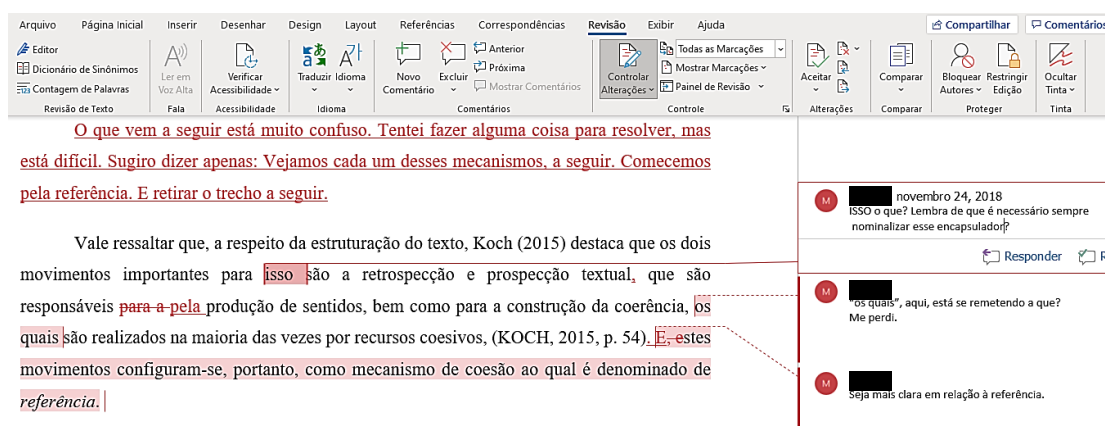
Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse momento do curso de mestrado, ainda no primeiro ano, o mestrando encontra-se em cumprimento de créditos, ao cursar disciplinas, participar de eventos, mergulhado em um processo de preparação para o desenvolvimento de sua pesquisa que compreende o registro escrito da dissertação. As palavras do próprio aluno parecem denunciar o que vimos na subseção anterior, pois, ao afirmar que trabalhou “com afinco” e espera “ter evoluído”, reconhece sua pouca maturidade, para nós seu nível inicial de letramento acadêmico (MARINHO; 2010, FIAD, 2015), e dependência no princípio do processo, mas também seu esforço e dedicação desde então, visto que ressaltou, anteriormente, em um e-mail correspondente ao projeto que seria submetido ao CEP “[saber] das minhas responsabilidades durante o mestrado”⁶⁷. É importante refletirmos, nesse ponto, em consonância com Vieira e Faraco (2019) quando problematizam que o letramento universitário envolve a escuta, a fala, a leitura e a escrita, no entanto, muitas vezes, falamos e escutamos mais do que lemos e, por vezes, lemos mais do que escrevemos. Os autores ainda mencionam o fato de que as experiências escolares no ensino básico não favorecem da maneira desejável “[...] o domínio maduro da escrita” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 7) e não podemos ignorar essas problemáticas advindas do ensino, esperando que o indivíduo já chegue “pronto” na universidade (VIAN JR., 2006; MARINHO, 2010; FIAD, 2015). Ademais, sair do lugar de estudante universitário para pesquisador em pós-graduação pode não ser uma tarefa tão fácil para muitos indivíduos.

⁶⁷ Figura 29, na subseção 5.1 *No início do processo encontra-se o sujeito responsável pelo ato*, em resposta ao professor quando este informa seu desapontamento com a versão encaminhada, aquém de suas expectativas; o mestrando relata suas preocupações, desabafa sobre seu rendimento e compara-se com outros colegas.

O artigo em questão apresenta três versões trabalhadas pelo mestrando e seu orientador até alcançarem aquela que seria a versão final a ser enviada para publicação em anais de evento. A primeira versão do artigo possui 15 páginas ao longo das quais são incluídos 26 comentários interativos, além de apagamentos de trechos e até parágrafos inteiros e inserções pelo orientador, especialmente com comentários no corpo do texto, conforme veremos. Os balões interativos inseridos pelo orientador dão conta, em sua maioria, de questionamentos que visam ao preenchimento de lacunas, tais como ilustrados na Figura 33, adiante. Antes do parágrafo em que o orientador inclui esses questionamentos/sugestões, há uma inserção no corpo do texto com seu diagnóstico.

Figura 33 - Primeira versão de artigo com muitas lacunas



Fonte: Dados da pesquisa.

Não retiramos do estudante o mérito de ter produzido seu artigo, nem nos esquecemos de que se encontra em um ponto de seu processo de tornar-se pesquisador (e autor) em que não possui a mesma experiência de um professor doutor ou mesmo dos colegas com os quais se compara. Dizemos isto, porque, ao mostrar as intervenções e observações de seu orientador, que, às vezes, revelam graves problemas na escrita do aluno⁶⁸, pode parecer que supomos não haver autoria nos textos produzidos pelo mestrando. Ao contrário, nosso intuito não é mostrar se há ou não autoria na dissertação, mas, sim, caracterizar o percurso de assunção da instância autoral no caso analisado – em articulação com o sujeito pesquisador, até agora em intensa dependência de seu interlocutor. Entretanto, sobre os problemas na escrita do estudante, não podemos ignorar sua relação com a expressão da autoria (nem tanto

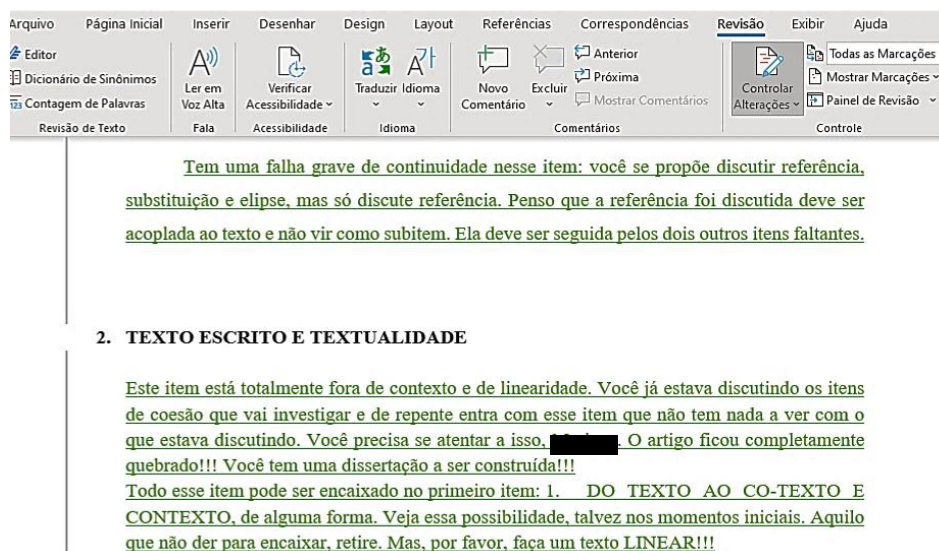
⁶⁸ Sobre esses graves problemas no texto do mestrando, não nos referimos a deslizes ortográficos, gramaticais, mas referentes, principalmente, aos critérios de coesão e coerência, ou seja, a continuidade, a progressão, a não contradição e a articulação (COSTA VAL, 1999, 2004), que prejudicam a construção de sentido(s) por parte do interlocutor.

com sua existência), porquanto, especialmente no caso dos gêneros acadêmicos, institucionalmente situados, de modo que o domínio das convenções da língua e observância das exigências do domínio discursivo quanto à variedade utilizada fazem parte da constituição da autoria. Consoante Orlandi (2012), ter um mínimo de controle dos mecanismos de processos textuais constitui-se como uma das atribuições da autoria exercida pelo produtor de linguagem, inclusive em razão de exigências institucionais às quais se submete.

Em relação aos questionamentos do orientador, a fim de que “nominalize o encapsulador ‘isso’”, especifique a que se refere “os quais” e solicitando mais clareza sobre “referência”, é interessante mencionar a reflexão de Lemos (2017, p. 64) quanto à figura do orientador, ou seja, trata-se de uma “figura vigilante” que assume a atividade de supervisionar, aconselhar, neutralizar erros, sejam linguísticos ou teóricos. Lemos (2017, p. 64) baseia-se em Serrano (2011, p. 59), o qual disserta sobre o desenvolvimento de tese de doutorado, para indicar que o orientador atua no sentido de “[...] divisar os pontos de fraqueza antes de eles serem descobertos por outros (a banca), quando não há mais margem para consertá-los”. Dessa forma, ainda que em nossas análises, em alguns momentos, observemos que o orientador “faz mais do que deveria”, pois o esperado é que o mestrando seja mais autônomo, já que o esperado é que a pesquisa seja desenvolvida principalmente por ele, parece-nos razoável atuar mais profundamente, atuando como mediador entre o estudante e o conhecimento e também em direção à apreensão do gênero.

Ainda nessa primeira versão do artigo, observamos que o professor aponta, além das lacunas e confusões que dificultam a compreensão do leitor, falhas na continuidade do texto; em seguida, no início da segunda seção do artigo, assevera a falta de linearidade (Figura 34).

Figura 34 - Primeira versão de artigo com falhas de continuidade



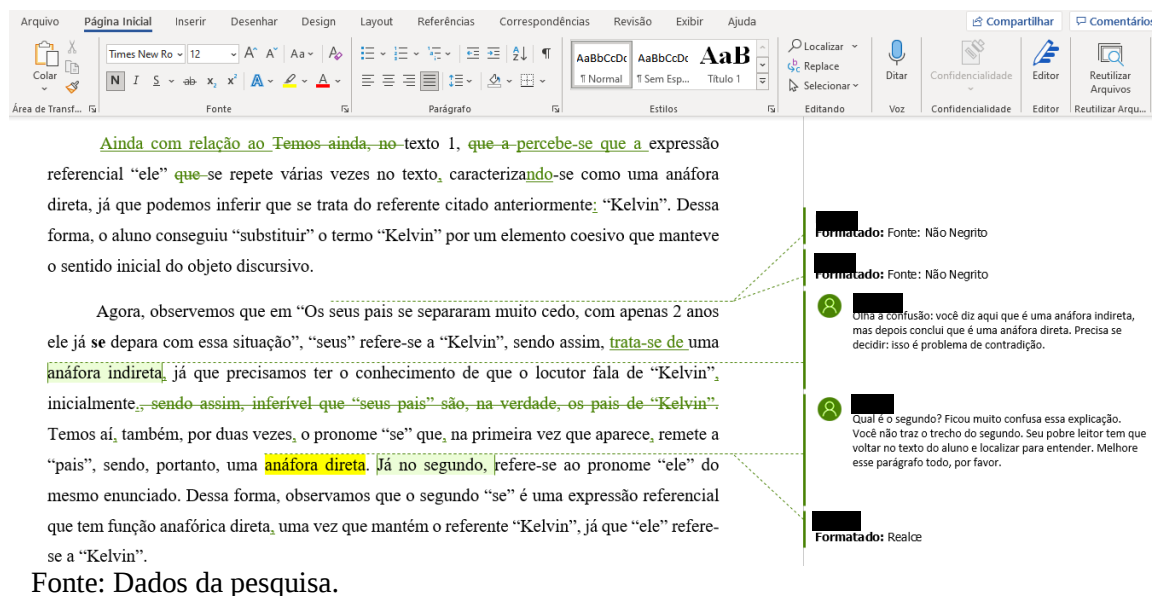
Fonte: Dados da pesquisa.

Novamente verificamos a ocorrência de problemas relativos à construção do texto. A continuidade, além da progressão, da não contradição e da articulação, é um dos critérios para a coesão e coerência do texto, sendo importante para a construção do(s) sentido(s) (COSTA VAL, 1999), e é para isso que chama atenção o orientador, dando indicações, também, de como construir o texto e, principalmente, apontando para a produção da dissertação, a qual exigirá mais cuidado. Vieira e Faraco (2019) aconselham que, ao escrevermos um texto, assumamos duas funções: a de autor e a de leitor, questionando-nos sempre se “Está ficando claro? Está garantida a unidade temática [...]? A sequência das informações está fluindo sem sobressaltos? As partes estão bem costuradas?”, pois agindo dessa forma evitamos um esforço, ou quase “adivinhação”, por parte de nossos leitores. No caso em questão, na primeira versão do artigo produzido pelo estudante, o orientador acaba ocupando o lugar de leitor principal (além de coautor), visto que identifica (muitos) pontos de fraqueza no texto, antes de sua publicação (SERRANO, 2011). Assim, para que o mestrando siga com os ajustes, seu professor ainda faz uma ressalva: “Aquilo que não der para encaixar, retire. Mas, por favor, faça um texto LINEAR!!!”. Com esse pedido, seguimos para a versão seguinte.

A segunda versão do artigo, com novos ajustes do mestrando e avaliado novamente pelo orientador, apresenta, dessa vez, duas páginas a menos e 14 balões interativos, com alertas do professor quanto a construções confusas, difíceis de serem compreendidas, visto apresentarem contradição e construções obscuras, como ilustra a Figura 35. Vale mencionar, aqui, sobre o predomínio de marcas do orientador, no texto, que este é um indício de que o

orientando, até então, mostra-se mais submisso, além de utilizar pouco, ou quase nada, as ferramentas de controle de alterações e comentários interativos do Word.

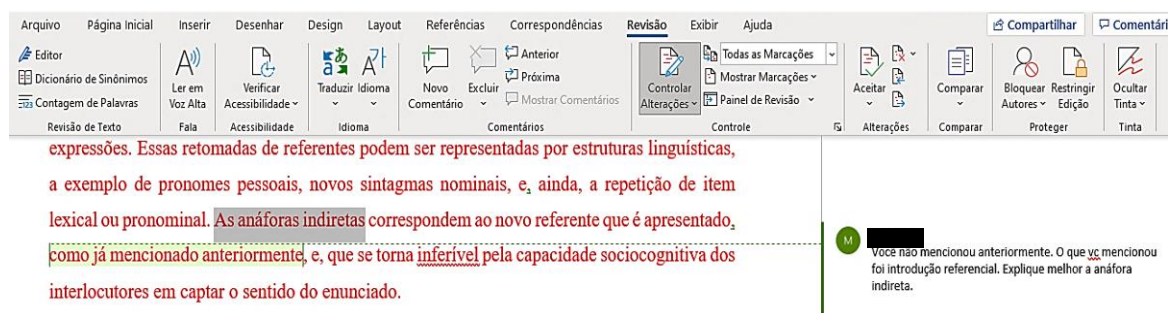
Figura 35 - Segunda versão do artigo com confusões



Como dissemos anteriormente, para que seja(m) depreendido(s) o(s) sentido(s) do texto, é necessário obedecer aos critérios de coesão e coerência indicados por Costa Val (1999). Na primeira versão, o orientador identificou falta de continuidade, dessa vez identifica a presença de contradição. E algo novo é revelado pelo professor: a necessidade de se pensar no leitor (“seu pobre leitor”), já que o texto não é simplesmente um veiculador de informações, mas representa um evento comunicativo (MARCUSCHI, 2008). Para nós, o comportamento do mestrando deixa entrever que é justamente essa pouca presunção do seu possível leitor (VIEIRA; FARACO, 2019), das explicações necessárias ao seu interlocutor a causa das muitas lacunas e confusões, e isso pode se refletir no processo autoral, se pensarmos na posição de deslocamento, por meio da qual o autor “deixa” o terreno do *eu* para considerar a opinião do *outro*, como propõe Bakhtin em seus postulados sobre a autoria. Vemos, então, que a figura do orientador torna-se essencial para apontar esse caminho.

Na terceira versão do artigo, verificamos a presença de seis balões interativos que versam sobre lacunas e necessidade de maiores explicações pensando no leitor do texto. Recortamos apenas um trecho, ilustrado pela Figura 36, seguinte, com fonte em vermelho, para mostrar um trecho novo produzido pelo aluno após as apreciações do orientador feitas na versão anterior.

Figura 36 - Terceira versão do artigo com discussão incompleta



Fonte: Dados da pesquisa.

Observamos, portanto, que o professor, ao longo das três versões do artigo, atuou como único e principal leitor, interlocutor do mestrando até chegarem a uma versão considerada final do texto, a fim de publicá-lo, cumprindo seu trabalho de averiguação, acompanhamento, direcionamento (LEMOs, 2017). Diferentemente do projeto, em que o professor escreveu partes do texto, na produção desse artigo não verificamos sua entrada da mesma maneira, ainda que suas observações tenham sido essenciais para a organização geral. Vemos, nesses questionamentos levantados pelo orientador, uma negociação de sentidos entre interlocutores, no intuito de conferir objetividade ao texto (LEMOs, 2017; LEMOs; PEREIRA, 2021c), obedecendo, também, às exigências do próprio gênero acadêmico.

Conforme os dados presentes em pastas com arquivos digitais e também em consonância com os e-mails trocados entre mestrando e orientador, verificamos que em fevereiro de 2019 foi produzido um “passo a passo” para a coleta de dados. Disso depreendemos terem recebido autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para darem início à etapa de coleta de dados. Constatamos a existência de três arquivos desse documento, no qual o mestrando descreve detalhadamente as ações a serem realizadas em uma escola pública com duplas de alunos, além dos materiais que seriam utilizados; o texto subdivide-se em uma sequência didática para aplicação e procedimentos metodológicos, que englobam o contato com a escola/direção, apresentação da pesquisa, seleção dos participantes, assinatura do TCLE após aceite do convite para participação, ações para produção de dados, roteiro de entrevista, bem como os textos a serem entregues aos alunos participantes da pesquisa.

Analisamos os três arquivos e encontramos marcas do trabalho do orientador somente em um deles, a primeira versão, da qual recortamos um trecho. Os outros dois arquivos, segunda e terceira versões, são bastante semelhantes, com o acréscimo de dados do aluno no cabeçalho da terceira versão, sendo a única diferença entre um e outro. Na produção inicial, o orientador, ao verificar o texto, não insere nenhum balão interativo, mas faz exclusões e

inclusões, destacadas em azul e vermelho, sublinhado e tachado, a fim de tornar o texto mais objetivo, conforme podemos observar na Figura 37, a seguir. O mestrando, portanto, dá conta de executar a atividade de produção de um “rascunho” do que viria a compor a seção metodológica de sua pesquisa, os passos seguidos, e nesse processo, analisado até aqui, segue ampliando suas práticas de escrita de textos acadêmicos (projeto de pesquisa, resumos, artigos, planejamento metodológico) e leitura ao consultar textos dos colegas, artigos, livros, dissertações e teses que fundamentam suas produções. Dessa maneira, cremos que o pesquisador avança em seu nível de letramento, utilizando estratégias próprias do contexto educacional em que se encontra, além de aprender e apreender os gêneros que lhe são solicitados (VIAN JR., 2006; MARINHO, 2010); nesse ínterim, amplia-se, também, a expressão da autoria, para nós, ligada à utilização do gênero e cumprimento das exigências do gênero e do domínio discursivo.

Figura 37 - Passo a passo para coleta de dados



1ª ETAPA: APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO (TEXTO ESCRITO NO SUPORTE PAPEL) E PRODUÇÃO INICIAL:

1) Antecipadamente, a pesquisadora ~~conversará~~conversarei com a diretora e professores envolvidos na coleta acerca de todo o processo;

2) ~~Serão~~ lecionar~~selecionados~~, ~~(com a ajuda da(s) professora(s) das turmas escolhidas,)~~ os alunos que produzirão os textos que constituirão o *corpus*. ~~Serão duplas do Ensino Médio, sendo uma dupla do -da-pesquisa—será uma-dupla-do-2º ano e outra do e, uma-dupla-do-3º ano;~~

3) Os alunos selecionados, bem como os seus respectivos responsáveis, serão informados sobre a pesquisa e assinarão o TCLE e TA, conforme regula o Comitê de Ética em Pesquisa;

4) Após a assinatura dos termos, podemos dar início à coleta de dados;

6) Juntamente com a professora, a pesquisadora ~~irá~~irei às salas do 2º e 3º anos ~~do ensino médio—para o primeiro momento com as turmas. Os alunos serão informadas de que ela -serei-apresentada como é~~ mestranda da UESB ~~esb e~~ que está fazendo uma pesquisa sobre textos cujos temas ~~dizem~~ respeito à tecnologia e

5) internet;

7) Entregaremos a todos os alunos os três3 textos a seguir~~a baixo~~ com o tema “A era do *selfie*” e, após leitura, será feita uma breve discussão a respeito deles ~~discutiremos brevemente cada texto atentando para intertextualidade existente entre eles.~~

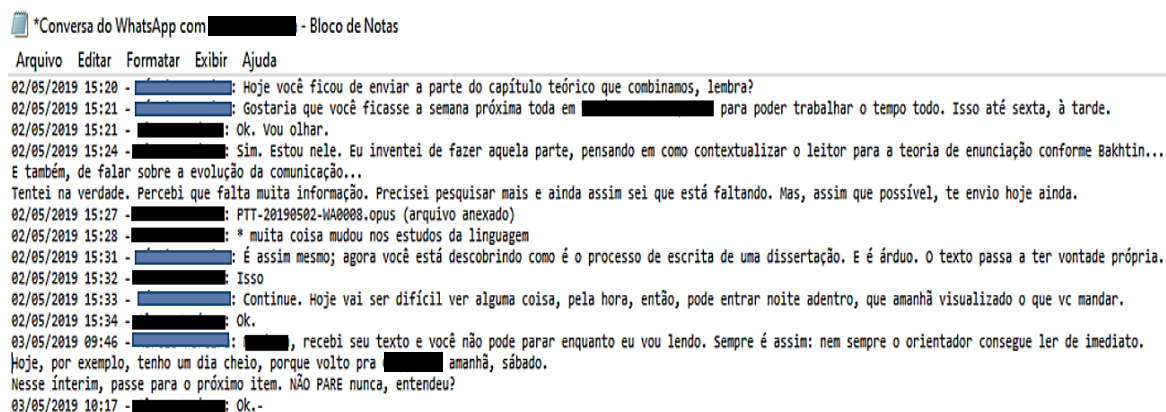
Fonte: Dados da pesquisa.

Podemos dizer que o orientador, no processo de produção textual, de ampliação do letramento acadêmico do orientando e da autoria deste, permanece em sua atuação como coautor. Constatamos isto ao levar em consideração os indícios de autoria propostos por

Possenti (2001, 2002), pois, para este, a autoria é da ordem não do “o que diz”, mas do “como diz” – e o orientador, na verdade, atua sobre *o que* e *como* (teoria e configuração geral do gênero); nessa lógica, em nossos dados, a coautoria pode ser observada na modificação do uso de primeira pessoa do singular (“conversarei”, “lecionarei”, “irei”) pelo professor (“a pesquisadora conversará”, “serão lecionados”, “a pesquisadora irá”), tornando o texto mais objetivo, com uma linguagem adequada ao gênero (PEREIRA; LEMOS, 2020). Conforme dissemos na seção em que tratamos do gênero discursivo dissertação de mestrado, o orientador, bem como outros interlocutores, cumpre o papel de mediador do estudante em direção à apreensão do gênero e de sua qualificação profissional, ao passo que o mestrando é requisitado a assumir seu papel ativo na condição de instância investigativa, reflexiva, dialogal, integrada socialmente ao coletivo, de forma singular, de seu lugar único, como salienta Bakhtin (2017).

No começo do segundo ano do curso de mestrado o estudante deu início à produção de textos que deveriam compor a dissertação. Em nossas investigações, verificamos que o capítulo teórico foi construído com quatro subseções, as quais se subdividem em outros tópicos interligados entre si, que versam cada uma especificamente sobre: gêneros discursivos, gênero blog, hipertexto e textualidade. Essas subseções foram produzidas pelo mestrando, encaminhadas ao orientador, via e-mail, depois analisadas/corrigidas e devolvidas, também por e-mail, ao orientando, que deveria empreender novos ajustes. Conforme mensagens de WhatsApp, no dia 02 de maio de 2019, orientando e orientador conversam a respeito dessa produção inicial, como ilustra a Figura 38, seguinte, transcrita posteriormente, seguindo uma das etapas da Crítica Genética (BIASE, 2006).

Figura 38 - Conversa de WhatsApp entre orientador e orientando



Fonte: Dados da pesquisa.

Orientador: Hoje você ficou de enviar a parte do capítulo teórico que combinamos, lembra?

Orientador: Gostaria que você ficasse a semana próxima toda em [...] para poder trabalhar o tempo todo. Isso até sexta, à tarde.

Orientando: Ok. Vou olhar.

Orientando: Sim. Estou nele. *Eu inventei de fazer aquela parte, pensando em como contextualizar o leitor para a teoria de enunciação conforme Bakhtin...* E também, de falar sobre a evolução da comunicação... Tentei na verdade. Percebi que falta muita informação. *Precisei pesquisar mais* e ainda assim sei que está faltando. Mas, assim que possível, te envio hoje ainda.

Orientando: * muita coisa mudou nos estudos da linguagem

Orientador: É assim mesmo; *agora você está descobrindo como é o processo de escrita de uma dissertação. E é árduo. O texto passa a ter vontade própria.*

Orientando: Isso

Orientador: Continue. Hoje vai ser difícil ver alguma coisa, pela hora, então, pode entrar noite adentro, que amanhã visualizado o que vc mandar.

Orientando: Ok.

Orientador: [nome do aluno], recebi seu texto e você não pode parar enquanto eu vou lendo. Sempre é assim: nem sempre o orientador consegue ler de imediato. Hoje, por exemplo, tenho um dia cheio, porque volto pra [...] amanhã, sábado. *Nesse ínterim, passe para o próximo item. NÃO PARE nunca, entendeu?*

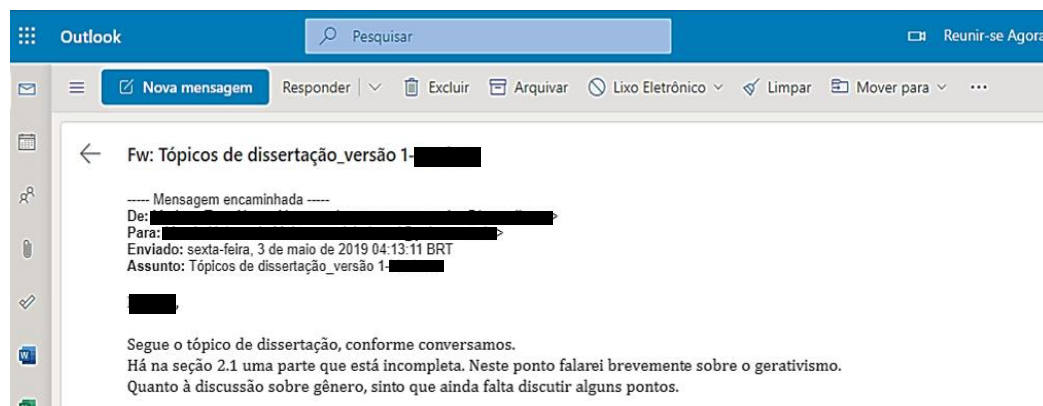
Orientando: Ok. (destaques nossos)

Na conversa entre os interlocutores, podemos perceber, como constataram Lemos e Pereira (2021b), o orientador no papel daquele que faz cobranças, aconselhamentos, direcionamentos; o mestrando, por sua vez, mostra maior ativismo, autonomia, pois destaca que pesquisou mais, a fim de “contextualizar o leitor”. Com base nas palavras do orientador, podemos perceber que o próprio orientador constata uma “evolução” no processo de escrita do mestrando, encontrando-se menos à espera do seu interlocutor, levando em consideração o outro, assim “[...] realiza o posicionamento artístico mencionado por Bakhtin (2018), ou seja, um movimento exotópico, ao colocar-se no lugar do outro, do leitor, apresentando informações que lhe sejam necessárias e relevantes” (LEMOS; PEREIRA, 2021b). Acrescentamos que isto se ocorre especialmente em razão de seu “mergulho” na leitura e escrita de gêneros acadêmicos, no reconhecimento de sua função, na apreensão de estratégias específicas utilizadas no contexto de aprendizagem acadêmica, no reconhecimento dos propósitos comunicativos partilhados pela comunidade, na apreensão e identificação dos “movimentos” e “passos” partilhados por alguns gêneros acadêmicos – de forma intuitiva e não como analista em sociorretórica, muitas vezes (KLEIMAN, 2007; VIAN JR., 2006; SWALES, 1990; RITTI-DIAS; BEZERRA, 2014; SOUZA; SILVA, 2017; SANTOS, 2019).

Antes de finalizar a conversa, o professor solicita que o mestrando não interrompa sua escrita (“NÃO PARE nunca, entendeu?”) e, principalmente, que “passe para o próximo item”,

a fim de não perder tempo. No dia seguinte à conversa anterior, o estudante de mestrado envia seu texto anexado ao e-mail com a seguinte mensagem, apresentada na Figura 39, adiante:

Figura 39 - E-mail sobre envio do primeiro tópico teórico

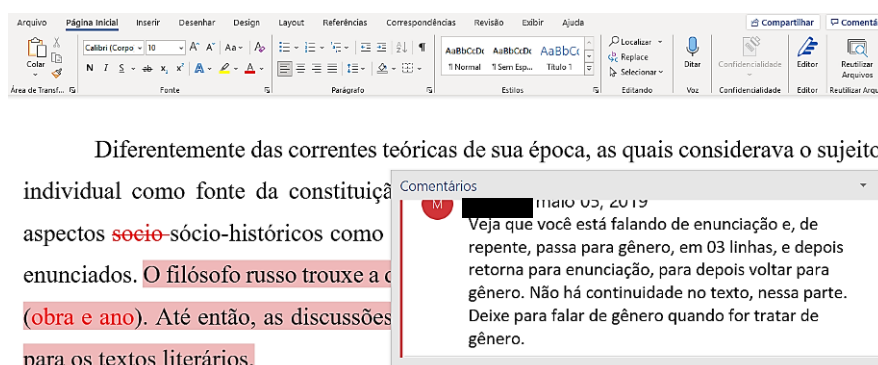


Fonte: Dados da pesquisa.

Com esta mensagem, adianta para o orientador que encontrará um texto incompleto, no qual pretende “discutir alguns pontos”, como o “gerativismo”, por exemplo. Esta mensagem é importante, pois, conforme veremos, decisões serão tomadas entre os interlocutores a respeito disso, já que o professor orientador costuma ser responsável por identificar “[...] lacunas científicas e incorreções de linguagem [...]” (LEMOS, 2017, p. 64).

Destacamos alguns pontos, tais como apresentamos nas figuras que se seguem (Figuras 40, 41 e 42), iniciando pela primeira versão da primeira subseção produzida pelo orientando e com as intervenções iniciais do orientador. Trata-se de um texto com 10 páginas, no qual o orientador insere 12 balões interativos chamando atenção especialmente para a continuidade do texto, equívocos na teoria, problemas na redação do texto, dentre outras questões, além de suprimir partes do corpo do texto que julga serem desnecessárias e indicar caminhos a serem seguidos. Como temos feito, selecionamos trechos com comentários que demonstram interações entre os interlocutores e também ilustrativos de suas ações no texto, uma vez que faz parte de nosso objetivo geral considerar a interação com o *outro*, dando ênfase àqueles que consideramos mais significativos e, ainda, evitando a repetição, pois alguns dados se assemelham quanto às orientações do orientador.

Figura 40 - Primeira versão da primeira subseção teórica com falta de continuidade

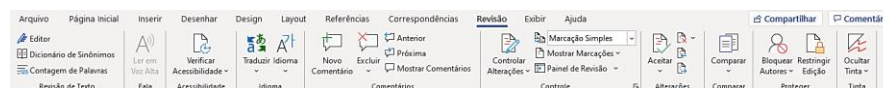


Fonte: Dados da pesquisa.

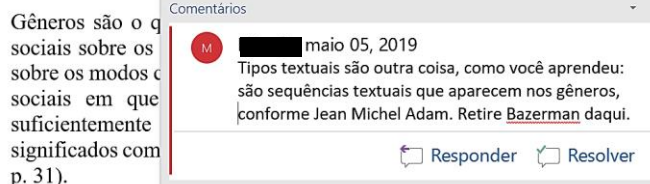
No caso em análise, novamente observamos a carência de continuidade em algumas produções do aluno, como aponta o orientador, sendo recorrente uma dificuldade de seleção e delimitação dos assuntos tratados, o que pode ser um sintoma da necessidade de mais pesquisa, leitura, apreensão e seleção dos conhecimentos já produzidos sobre a temática em discussão. Como já dissemos anteriormente, conteúdo temático, estrutura composicional e estilo de linguagem são a base do gênero discursivo (BAKHTIN, 2011c); ademais, gêneros acadêmicos como artigos científicos (RITTI-DIAS; BEZERRA, 2014), monografias (SOUZA; SILVA, 2017), TCCs (SANTOS, 2019), gêneros introdutórios em livros acadêmicos (BEZERRA, 2006), abstract de dissertações (BIASI-RODRIGUES, 1998), por exemplo, possuem uma estrutura sociorretórica, como já mencionamos, baseada em movimentos realizados pelo escrevente, como um “modo de fazer”, no sentido de apresentar o território no qual se insere a pesquisa, mais amplo; delimitar esse território ao situar onde a pesquisa se insere; e, então, ocupar o nicho de pesquisa (SWALES, 1990).

Em seguida, também nessa primeira versão da primeira subseção, o orientador chama atenção para duas incorreções. Dissemos em momentos anteriores, com base em Serrano (2011) e Lemos (2017), que faz parte das atribuições do professor averiguar o texto de seu orientando, identificar incorreções, direcionar a pesquisa, entre outras ações, especialmente em razão de sua maior experiência. Vejamos, assim, a Figura 41, seguinte.

Figura 41 - Primeira versão da primeira subseção teórica com equívocos



De acordo com Bazerman (2009), os gêneros são os tipos textuais que utilizamos e reconhecemos em nosso dia-a-dia, sendo, portanto, produtos das relações sociais.

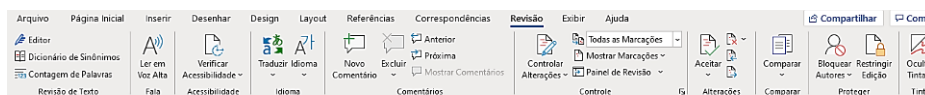


Fonte: Dados da pesquisa.

O professor constata dois equívocos de seu orientando: um de natureza teórica (“Tipos textuais são outra coisa, como você aprendeu: são sequências textuais que aparecem nos gêneros”), outro quanto à troca nos nomes de autores que discutem a teoria mencionada (“conforme Jean Michel Adam. Retire Bazerman daqui”). O comentário do orientador denuncia que para um estudante de Letras/Linguística é de extrema relevância ter clareza e conhecimento teórico, nesse caso sobre a diferença entre tipos de textos e gêneros discursivos, pois um refere-se às sequências textuais que podem atravessar o gênero e o outro aos modelos de textos de que dispomos socialmente; além de saber creditar a teoria ao devido autor, ao principal teórico responsável pela discussão inicial uma teoria, naquele ponto do texto, pois, para o professor, naquele momento, a teoria seria melhor fundamentada pelo pesquisador Jean Michel Adam e não por Bazerman, ainda que este discuta a respeito do assunto, sendo requisitado mais adiante, mais detidamente ao tratar dos gêneros no ensino escolar. Conforme nossas reflexões, o autor de dissertação, um *autor (inter)mediado*, pode ser reconhecido por meio de um posicionamento discursivo responsável pelo orquestramento de vozes (BAKHTIN, 2018), pela apreensão e realização do gênero, em obediência às exigências do gênero, às particularidades do domínio discursivo e, como observamos, aqui, a participação do interlocutor orientador, bem como os membros de banca, torna-se essencial para evitar uma articulação de vozes de maneira equivocada.

Vemos, ainda, nessa primeira versão da primeira subseção, que o orientador toma decisões a respeito do procedimento para construção do texto, direcionando seu orientando quanto ao que deve escrever e até suprime trechos inteiros, como mostra a Figura 42.

Figura 42 - Primeira versão da primeira subseção teórica com ações do orientador



Apresentar aqui brevemente a corrente o gerativista (no máximo dois parágrafos pequenos)

██████, não nos cabe trazer essas correntes linguísticas. Ao contrário, o que quero que faça é desenvolver mais a crítica que Bakhtin faz do Estruturalismo de Saussure.

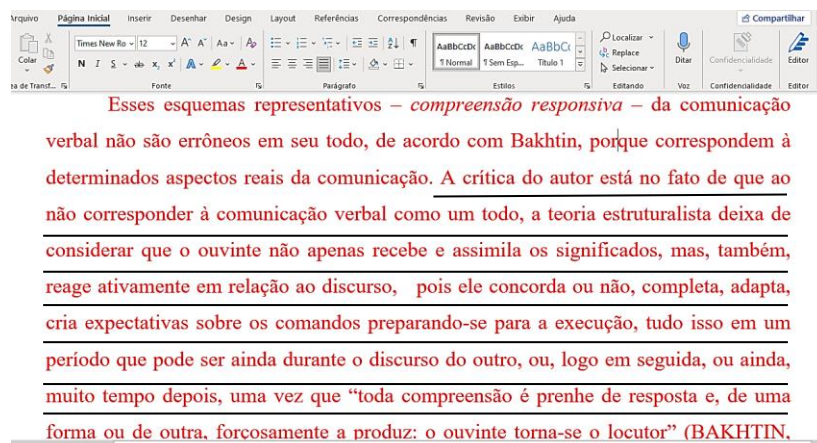
Fonte: Dados da pesquisa.

Lembramos que no e-mail em que o mestrando encaminhou a primeira versão, na Figura 39, anteriormente sinalizou que faltava desenvolver uma parte na qual abordaria o gerativismo, ou seja: “Há na seção 2.1 uma parte que está incompleta. Neste ponto falarei brevemente sobre o gerativismo”; no entanto, vemos, na primeira versão analisada pelo orientador, que este decide por não abordar “[...] essas correntes linguísticas. Ao contrário, o que quero que faça é desenvolver mais a crítica que Bakhtin faz do Estruturalismo de Saussure”. Na condição de pesquisador mais experiente, um doutor, com maior letramento acadêmico, sendo responsável pela averiguação do texto, como ressalta Lemos (2017), o orientador é capaz de identificar aquilo que parece ser ou não pertinente no desenvolvimento de um texto. Vieira e Faraco (2019) mencionam que na conversa é mais comum tratarmos de um tema e, de repente, mudarmos de assunto, em razão de uma interrupção do interlocutor ou por conta de uma digressão, porém, na escrita, quando nos falta o interlocutor, devemos fazer um planejamento prévio e uma execução controlada. No caso da dissertação analisada, o tempo inteiro vemos a presença do(s) interlocutor(es), em especial do orientador, que executa “cortes”, a fim de que seja garantida a unidade temática, sem sobressaltos. Ao criticar as Teorias Literárias Pragmatistas, Mattar Netto (2000) afirma que seu equívoco principal é supor a criação, porque o texto é que define as direções a serem seguidas, entretanto, como vemos nesse dado, não é o texto que determina o caminho a ser seguido, mas a produção resulta da negociação de sentido(s) pelos interlocutores.

O orientador, por sua vez, encaminhou ao estudante o arquivo com essa primeira verificação e solicitação de ajustes, de modo que, em resposta, o mestrando solucionou as questões levantadas. A Figura 43, seguinte, corresponde a um recorte da segunda versão dessa primeira subseção, agora ajustada e encaminhada novamente ao orientador, a fim de que avalie o que fora feito pelo mestrando: em vermelho, verificamos que o estudante desenvolve aquilo que o orientador havia solicitado. Dados como esse evidenciam o aspecto dialógico da

língua, pois a cada nova produção, a cada nova versão do texto verificamos as respostas de um para o outro, as complementações, os questionamentos, já que “No plano da responsividade o homem é um ser de resposta” (MEDEIROS, 2006, p. 3). Para Bakhtin, portanto, “[...] cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011c, p. 297).

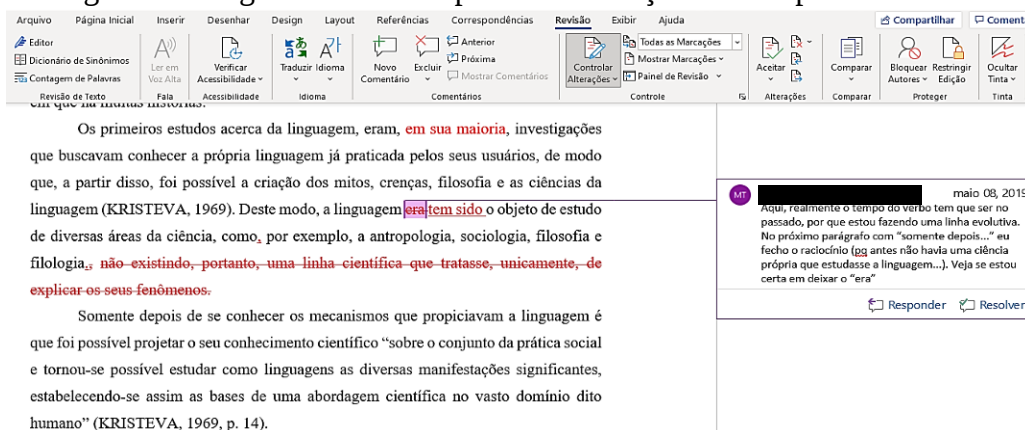
Figura 43 - Segunda versão da primeira subseção com ajuste teórico



Fonte: Dados da pesquisa.

Chamou-nos atenção, nessa segunda versão do texto, a presença de respostas do orientando em balões interativos às ações do orientador, nas quais o estudante justifica suas escolhas, como ilustra a Figura 44, seguinte, isto é, na quarta linha do parágrafo o orientando, ainda na primeira versão do texto, excluiu a palavra “era” e substituiu por “tem sido” (“Deste modo, a linguagem ~~era~~ tem sido [...]”), no entanto o orientando, na devolutiva do texto, justifica: “Aqui, realmente o tempo verbal tem que ser passado, por que estou fazendo uma linha evolutiva. No próximo parágrafo com ‘somente depois...’ eu fecho o raciocínio (pq antes não havia uma ciência própria que estudasse a linguagem...). Veja se estou certa em deixar o ‘era’”.

Figura 44 - Segunda versão da primeira subseção com resposta do aluno

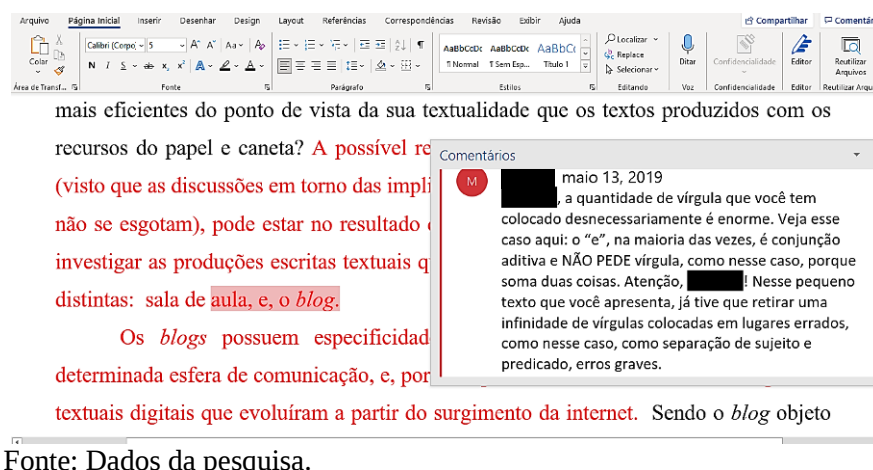


Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nesse dado, ao observar que o mestrando passa a inserir comentário-resposta ao orientador, acreditamos que o indivíduo demonstra um posicionamento um pouco mais ativo, pois questiona a ação do professor, porém, de algum modo, ainda submisso, visto que mantém o apagamento e a inserção do professor e ainda pede para que veja se está certo. Comumente a relação existente entre aluno e professor, seja em qualquer fase da vida escolar/formativa, situa um no lugar do que somente aprende e outro no lugar do que somente ensina, mesmo que o ensino-aprendizagem seja uma via de mão dupla. Acreditamos que essa percepção por parte dos indivíduos pode ter relação com suas experiências ao longo da vida, naquilo que há de particular, subjetivo, como os comportamentos, as práticas sociais de uso da leitura e escrita, por exemplo (SOARES; 2004; KLEIMAN, 2005, 2007); embora não possamos afirmar que seja essa a concepção do aluno, suas atitudes dão indícios de que seu professor orientador representa uma espécie de "oráculo", com capacidade para corrigi-lo e direcioná-lo à resposta que ele mesmo pretende (e deve) dar com sua pesquisa.

Na segunda versão, o orientador ainda apontou lacunas a serem preenchidas, no intuito de informar o leitor, além da inclusão de notas de rodapé e ajustes de formatação, de modo que a Figura 45, a seguir, representa um trecho da terceira versão da primeira subseção teórica, na qual o professor analisa os escritos destacados em vermelho, portanto o que foi produzido por último, o que foi feito, complementado. Dessa vez, chama a atenção do mestrando para a pontuação, neste caso a colocação desnecessária de vírgulas ao longo do texto.

Figura 45 - Terceira versão da primeira subseção com desvios graves na pontuação



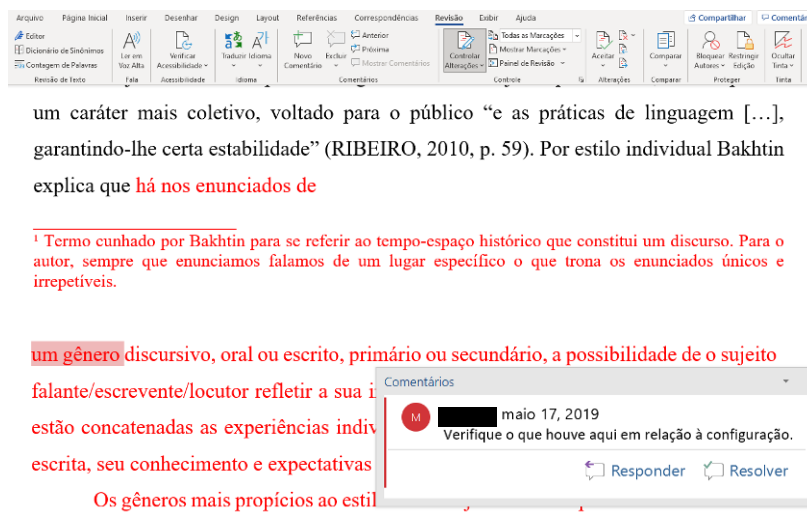
Observamos que a primeira subseção teve início com dez páginas textuais, porém, após as supressões de trechos considerados desnecessários pelo orientador, na terceira versão o texto passou a contar com sete páginas. O professor denuncia, como mostra o dado anteriormente mencionado, graves erros quanto à pontuação, “vírgulas desnecessárias” e “colocadas em lugares errados”, sendo muitas para um texto relativamente curto, e pede que tenha mais atenção. Entretanto, como já dissemos, os professores em nível superior costumam esperar de seus alunos, após o ensino médio, e mesmo graduados, preparo para a nova etapa de estudos, o que significaria saber lidar com os gêneros acadêmicos, com o estilo de linguagem adotado, utilizar estratégias (VIAN JR., 2006), mas produzir uma dissertação de mestrado constitui uma atividade única, de modo que o pesquisador vai aprendendo e apreendendo o gênero conforme sua experiência, abandonando até mesmo os “vícios” de linguagem, principalmente ao ser questionado por seu interlocutor.

Nesse gênero, há uma predominância do estilo do próprio gênero em detrimento ao estilo individual do escrevente. De acordo com Pereira e Lemos (2020, p. 382), a respeito do estilo de linguagem em dissertação de mestrado, “[...] sua escrita obedece à variedade formal da língua, em tom mais impessoal – o que não significa dizer que não haja aparição da subjetividade de quem escreve”, porque mesmo nos gêneros menos abertos à aparição da subjetividade do escrevente podem ser feitas escolhas entre as possibilidades oferecidas pela língua. No caso em análise, o professor alerta sobre o uso correto da vírgula no texto, sendo a “correção” ortográfica, gramatical, de pontuação características de uma escrita que possui um alto grau de formalidade (VIEIRA; FARACO, 2019). Ainda segundo os autores mencionados, cada gênero possui seu registro apropriado, “[...] que pode variar em um *continuum* que vai do memos formal ao mais formal” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 80). Além disso, acreditamos

que a apropriação da variedade formal da língua, de um tom acadêmico em seus escritos também revela a manifestação da autoria, um indício de autoria, por meio do *como se diz*, sendo uma reivindicação do contexto de comunicação e do próprio gênero, diferentemente do que defende Possenti, ao afirmar que as verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática (POSSENTI, 2001, 2002). Segundo Orlandi (2012), para que o estudante passe de enunciador a autor é necessário que domine mecanismos tanto do domínio discursivo como do domínio dos processos textuais, por meio dos quais marca sua prática autoral, coadunando com nossa visão.

Após ajustes do mestrando na versão anterior (a terceira), o texto foi avaliado mais uma vez pelo orientador, originando uma quarta versão dessa primeira subseção, agora com oito páginas. Verificamos a presença de quatro comentários interativos em que o professor solicita especialmente ajustes na formatação, como mostra a Figura 46, adiante. Diagnosticamos, em nossa análise, que a quebra no corpo do texto se deve ao fato de que ao invés de inserir “nota de rodapé” o estudante inseriu uma “nota de fim”, devendo ser posicionadas, respectivamente, uma ao longo do texto e a outra no rodapé da página, segundo as configurações próprias dos recursos disponibilizados pelo Word.

Figura 46 - Quarta versão da primeira subseção teórica sobre configuração

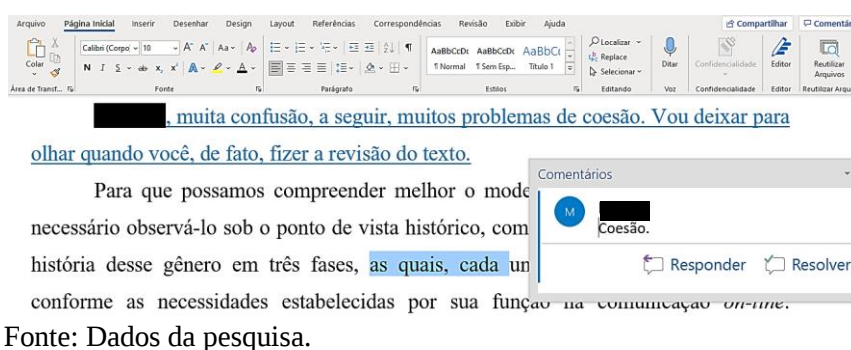


Fonte: Dados da pesquisa.

Essa desconfiguração relaciona-se, também, com a questão do estilo, não de linguagem, mas de formatação do texto, seguindo o que propõe a ABNT para a formatação de trabalhos acadêmicos. Com a realização desses ajustes, a primeira subseção foi arquivada, seguindo, dessa maneira, com a produção da segunda subseção teórica.

Após findarem as versões da primeira subseção teórica, verificamos nos e-mails e dados recolhidos em pastas de arquivos digitais a produção da segunda subseção teórica que comporia esse capítulo. Na subseção anterior, observamos que a discussão centrou-se, de forma geral, nos gêneros discursivos; nessa segunda subseção, a temática começa a ser afunilada, partindo para um gênero específico, o blog. O texto inicial produzido pelo mestrando e analisado pelo professor apresenta três páginas. O orientador insere quatro balões com comentários, por meio dos quais aponta para a falta de coesão, desvios na pontuação, além de fazer inserções no corpo do texto solicitando uma revisão, para, somente depois, rever o texto (Figura 47).

Figura 47 - Primeira versão da segunda subseção com problemas de coesão

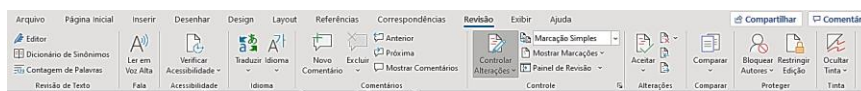


Fonte: Dados da pesquisa.

A coesão, um dos fatores de textualidade, em consonância com Costa Val (1999), representa a manifestação da coerência na superfície do texto, pois é expressa linguisticamente por meio das construções sintáticas, contribuindo, dessa maneira, para a textualização, ou seja, para o processo de produção e interpretação do texto (COSTA VAL, 2004). A figura anterior exemplifica uma das sinalizações do professor nessa primeira versão da segunda subseção, em que ele identifica desvios que comprometem a compreensão. Marcuschi (2008, p. 233) salienta que “[...] como seres produtores de sentidos, não somos tão lineares e transparentes quanto seria de desejar, e a compreensão humana depende da cooperação mútua”, assim podemos justificar a nossa falta de transparência, por vezes, mas, também nos conscientizar da necessidade de colaboração com o outro, produzindo construções que exijam do nosso interlocutor o exercício de inferência, mas nunca a “adivinhação”, uma dedução incerta. Em nosso dado, portanto, o professor solicita a revisão do texto para que possa fazer sua apreciação.

Na segunda versão dessa segunda subseção, vimos que o texto apresenta trechos em vermelho, como mostra a Figura 48, adiante, referentes aos ajustes do mestrando para tornar o texto mais coeso, segundo os direcionamentos do professor na versão anterior.

Figura 48 - Segunda versão da segunda subseção com ajustes do mestrando

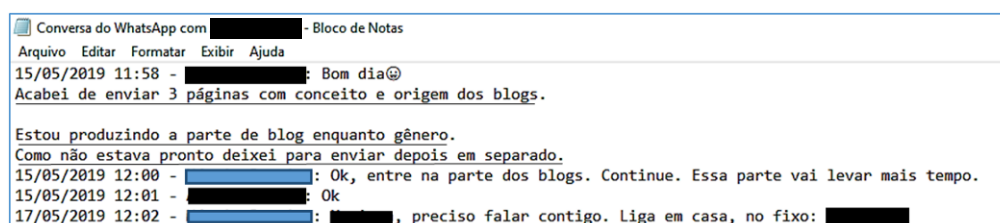


No imaginário dos usuários da internet existe a ideia de que todo gênero que surja do meio virtual **seja** algo inédito, **dada a frequente inovação tecnológica (acesso à internet por meio de aparelhos como *tablets*, *smartphones*, etc.)** que pressupõe novas formas de **aplicação da linguagem**, no entanto, podemos encontrar algumas particularidades que dão pistas de como surgiram (**origem**) tais gêneros ditos “novos”. **Uma delas é o fato de que**, no caso do *blog*, trata-se de um gênero textual que emergiu como a maioria dos gêneros digitais **tendo, portanto, uma descendência** de outros gêneros existentes. **Assim, o *blog*** possui uma relação direta com o gênero diário pessoal, uma vez que seu aspecto estrutural

Fonte: Dados da pesquisa.

Importante mencionar que acompanhando as conversas de WhatsApp vimos que havia uma segunda parte sendo produzida pelo mestrando, como sinaliza na Figura 49, adiante, ao informar “Acabei de enviar 3 páginas com conceito e origem dos blogs. Estou produzindo a parte de blog enquanto gênero. Como não estava pronto deixei para enviar depois em separado”, no trecho grifado.

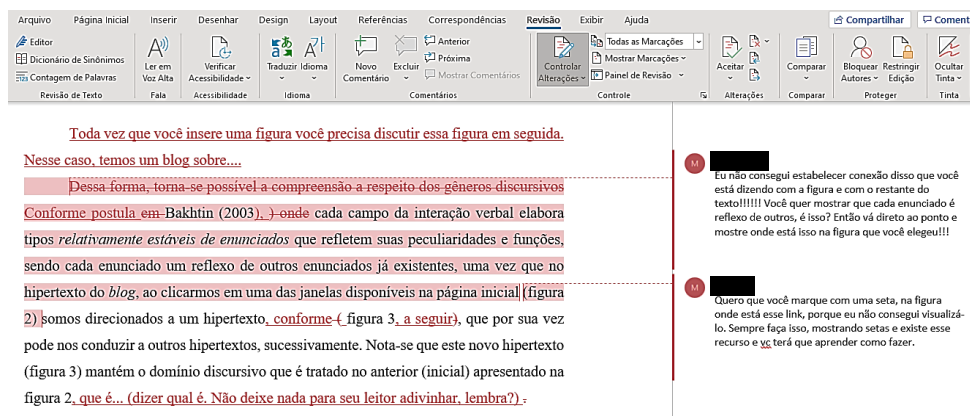
Figura 49 - Conversa por aplicativo de mensagens sobre segunda subseção



Fonte: Dados da pesquisa.

Assim sendo, analisamos, então, a parte complementar da segunda subseção, que fora adicionada às três páginas já verificadas pelo orientador. Nessa que consideramos a terceira versão, havia 17 páginas, apresentando uma descrição do gênero blog, por meio de imagens ilustrativas (prints de blogs). Notamos a inserção de 21 balões com comentários do orientador direcionados ao orientando, no intuito de preencher lacunas identificadas, ajustar questões de formatação, observar a correção gramatical. Dessa vez, o orientador não escreve mais junto com o aluno para dar conta da teoria, nem suprime partes consideradas desnecessárias, mas atua como leitor que indaga, perscruta, direciona, questiona seu interlocutor, tanto com indicações no corpo do texto quanto nos balões interativos, ilustrados na Figura 50, seguinte, e transcritos (BIASE, 2006), em seguida (pois estão pouco legíveis).

Figura 50 - Terceira versão da segunda subseção com indicação de lacunas



Fonte: Dados da pesquisa.

Eu não consegui estabelecer conexão disso que você está dizendo com a figura e com o restante do texto!!!!!! Você quer mostrar que cada enunciado é reflexo de outros, é isso? Então vá direto ao ponto e mostre onde está isso na figura que você elegeu!!!

Quero que você marque com uma seta, na figura onde está esse link, porque eu não consegui visualizá-lo. Sempre faça isso, mostrando setas e existe esse recurso e vc terá que aprender como fazer.

Nessa segunda subseção, na segunda parte do texto principalmente, o mestrando passa a discutir e descrever o gênero blog. Ressaltamos, na análise da primeira versão dessa subseção, que embora a língua não seja transparente, no caso de textos escritos o escrevente necessita trabalhar colaborativamente com seu leitor – interlocutor em dada situação sociocomunicativa (MARCUSCHI, 2008). Mencionamos que a interpretação não deve ser um trabalho de adivinhação por parte do leitor, pois o que se admite é a inferência, a dedução, e nesse dado em análise vemos o professor indagar e aconselhar o mestrando a fornecer informações, a dar indicações até com o uso de setas para direcionar seu leitor.

Vimos que o professor, em outros dados já analisados, informa ao estudante que deve pensar em seu leitor; ele mesmo, na primeira subseção, informou que precisaria contextualizar o leitor sobre a enunciação em Bakhtin (vide Figura 38); e aqui novamente o professor relembra (“Não deixe nada para seu leitor adivinhar, lembra?”), porém continua deixando sérias lacunas que podem dificultar o entendimento do interlocutor. Parece-nos que não está havendo, até aqui, uma preocupação com o leitor, ou melhor, uma consideração desse leitor, e isso interfere no processo de estabelecimento da autoria, pois, conforme discutimos com base em Bakhtin, distanciar-se do próprio texto, desenvolver esse “olhar de fora” (PEREIRA; LOPES, 2015) caracteriza a posição do autor, ao mesmo tempo em que orchestra vozes alheias. Essa posição de deslocamento, para que seja efetivada com êxito, só pode ser

realizada pelo próprio indivíduo, no caso o escrevente, marcada por alguma singularidade (POSSENTI, 2001), uma vez que, como afirma Bakhtin (2017, p. 96), “Tudo o que pode ser feito por mim não poderá nunca ser feito por ninguém mais, nunca. A singularidade do existir presente é irrevogavelmente obrigatória [...]”, logo, por mais que o orientador aponte esse caminho, a pesquisa deverá ser produzida pelo orientando sendo dele a obrigação de assumir uma posição ativa, dialogada, polifônica, autoral.

De acordo com Vieira e Faraco (2019), quando escrevemos um texto, no momento do seu planejamento deparamo-nos com alguns desafios, sendo um deles definir quem será o nosso leitor, ou seja, o nosso leitor presumido. Muitas vezes, esse interlocutor pode ser um indivíduo específico, com nome e sobrenome, para o qual escrevemos uma carta, uma mensagem de e-mail ou de aplicativo de mensagens; outras vezes pode ser um “leitor médio”, como destacam os autores, isto é, “[...] uma ideia de pessoa com certas características” (VIEIRA; FARACO, 2019, p. 27). Em consonância com Orlandi (2012, p. 10), “Há um leitor virtual inscrito no texto”. Em outras palavras, um leitor que o escrevente imagina para seu texto, com o qual o leitor real se encontra no ato da leitura, já constituído no escrito, com o qual precisa se relacionar, se confrontar. Para a autora, o leitor não se relaciona com o texto, mas com outros sujeitos (leitor virtual, autor), relação que ocorre entre sujeitos sociais, históricos.

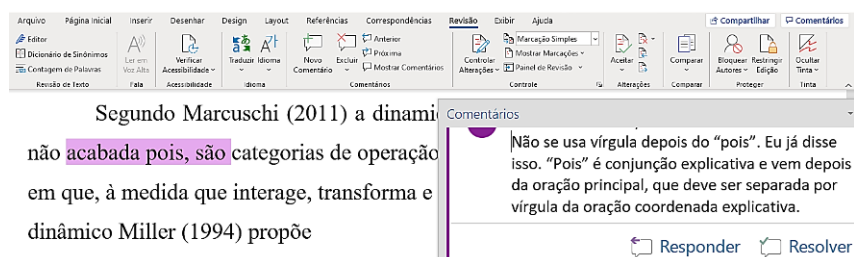
Nesse sentido, tem-se, então, um leitor imaginário/imaginado que, de certo modo, participa da programação e construção do texto (VIEIRA; FARACO, 2019; ORLANDI, 2012). Para Vieira e Faraco, esse leitor imaginário orienta nossas escolhas no que se refere ao recorte do tema, objetivos, vocabulário, estrutura da língua. Em consonância com Bakhtin (2011c, p. 301, destaques do autor), “Um traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereço*”. O pensador russo destaca que o enunciado possui um autor e destina-se a alguém, podendo ser um participante direto do diálogo cotidiano, uma coletividade participante de um campo da comunicação cultural, como é o caso da comunidade acadêmica, um superior, um subordinado, uma pessoa íntima, um estranho (BAKHTIN, 2011c). Desse modo, é essencial que o escrevente (o autor) da dissertação tenha em vista seu(s) interlocutor(es), antecipando em seu texto respostas às suas possíveis indagações.

Acreditamos que o escrevente da dissertação tenha em vista um leitor imaginário, pois, quando escrevemos, escrevemos para alguém: para nós mesmos em diário íntimo, para o professor em redação escolar, para consumidores de notícias em jornais e revistas, para apreciadores de leitura de fruição em obras literárias etc. O mestrando, de modo geral, tem

conhecimento de que ao longo do curso terá orientação de um professor doutor, de que será arguido por uma banca formada por professores doutores, além de que sua pesquisa será compartilhada com a comunidade acadêmica, porém, como já dissemos, no máximo, só poderá imaginar esse leitor virtual (VIEIRA; FARACO, 2019; ORLANDI, 2012). No caso aqui analisado, até este ponto do percurso de produção da dissertação, ainda inicial, o mestrando parece ainda não ter clareza sobre seu leitor, suas expectativas, conhecimentos, dúvidas, levando-nos a acreditar que, com as indicações do professor, no passar do tempo, com a apreensão do gênero e reconhecimento de seus propósitos comunicativos, espera-se que construa uma ideia de leitor presumido, imaginado, virtual.

A Figura 51, a seguir, recorte também da terceira versão da segunda subseção, mostra o orientador chamando atenção novamente para a pontuação.

Figura 51 - Terceira versão da segunda subseção com problema na pontuação



Fonte: Dados da pesquisa.

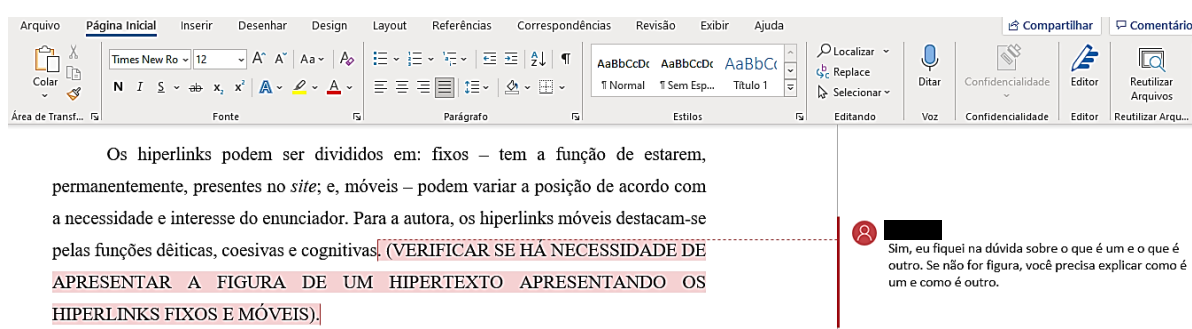
Observamos nesse comentário do orientador indícios de impaciência (“Eu já te disse isso”) diante da repetição de um desvio na pontuação para o qual já havia chamado atenção. O doutor em jornalismo Francisco Perujo Serrano, ao tratar sobre a produção do gênero, também acadêmico, tese de doutorado, afirma que a correção do texto, do ponto de vista da variedade formal da língua, é um requisito para qualidade e autoridade da pesquisa; para ele, o pesquisador não deve ser o único verificador do texto, “Ele necessita de leitores que não dissimulem os erros, e sim que os enfatizem para que, desse modo, possam ser corrigidos a tempo” (SERRANO, 2011, p. 128). E não apenas isto, para nós os aspectos relacionados aos mecanismos textuais, à variedade linguística utilizada no domínio acadêmico, estão relacionados às requisições do gênero, e a autoria, por sua vez, passa pela apreensão do gênero respeitando suas exigências (ORLANDI, 2012). Quando o orientador, no dado analisado, aponta a repetição do desvio, denuncia a falta de atenção do orientando, que deveria assimilar à sua escrita aspectos já sinalizados.

Lemos (2017), ao tratar sobre o papel do profissional revisor em etapas da edição de textos, ressalta que é bastante comum encontrar equívocos de digitação, problemas com

concordância, pontuação, ortografia etc., “[...] para as quais o autor pode não [se] atentar, em virtude de sua preocupação com a pesquisa e outras questões conceituais, ou mesmo por não possuir muita afinidade com a modalidade escrita da língua em sua variedade formal” (LEMOS, 2017, p. 20). Como sugere Serrano (2011), é relevante que outros indivíduos façam a leitura do texto, no intuito de contribuir para uma “limpeza” do texto, tornando-o adequado ao domínio em que é produzido e circula, ou seja, em consonância com o estilo de linguagem do gênero em questão, desenvolvido em um contexto de produção mais complexo culturalmente, que envolve parceiros afins (BAKHTIN, 2011c), contribuindo, ainda, para a constituição da autoria, que no caso da produção de dissertação de mestrado, não ocorre sozinha, mas mediada por parceiros institucionalmente envolvidos nesse processo.

Com base no que mostram nossos dados, logo após mestrando e professor orientador passaram a trabalhar a terceira subseção, focada especialmente na discussão sobre hipertexto. A primeira versão da terceira subseção possui oito páginas. Vale mencionar que, até então, vimos um escrevente, o mestrando, submisso, apenas obedecendo aos direcionamentos de seu orientador, (co)respondendo ao interlocutor por meio do preenchimento das lacunas identificadas, corrigindo questões gramaticais, ajustando a formatação do texto toda vez que era cobrado, porém, nessa subseção teórica, passa a identificar ele mesmo a necessidade de clareza e objetividade pensando em seu interlocutor, ou seu leitor imaginado (Figura 52), por certo à espera de aconselhamento do orientador.

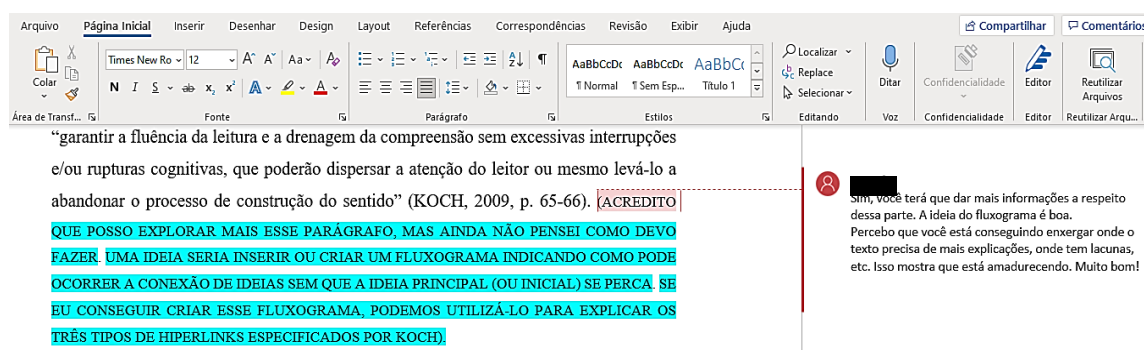
Figura 52 - Primeira versão da terceira subseção com reflexão do mestrando



Fonte: Dados da pesquisa.

Em outro ponto do texto, nessa primeira versão da terceira subseção, ainda abre parêntesis outra vez, agora apresentando uma ideia, um *insight* (em caixa alta na Figura 53) para explorar um pouco mais o parágrafo em questão. O orientador, então, responde que a ideia do fluxograma é boa.

Figura 53 - Primeira versão da terceira subseção com ideia do mestrand



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa ideia, esse *insight*, ao supor a necessidade de ilustração de um hiperlink (na figura 52) e propor a inserção ou criação de um fluxograma (na figura 53), a fim de melhor explicar sua discussão em pontos do texto, é reveladora de uma “postura autoral” mais explícita, ou seja, conforme definimos em seção teórica, esse posicionamento que comporta a adoção de um ponto de vista resultante de um ato responsável individual e de uma intenção discursiva que se traduz na sistematização do gênero. Dessa vez, portanto, verificamos a constatação do próprio escrevente da necessidade de preencher lacunas, especificar, ser mais objetivo, como o orientador já havia sinalizado antes, de modo que essa atitude representa o afastamento de seu texto em direção ao outro, seu interlocutor. Segundo Bakhtin (2011c), todo enunciado possui um autor e é endereçado a alguém, porquanto a linguagem verbal é dialogal, possui caráter sociointeracional, implica a responsividade e indivíduos responsivos e responsáveis.

Na produção dessa terceira subseção, o próprio orientador reconhece a postura adotada pelo orientando (“Isso mostra que está amadurecendo. Muito bom!”), resultado de trabalho, um “trabalho árduo” (vide Figura 38), como dito anteriormente, no qual o orientador tem representado o papel de principal interlocutor e mediador, em uma inter-relação marcada pela postura do aluno ora mais passiva, ora mais ativa, nem sempre constante, como veremos, mas processual, dado que o mestrand, em outros momentos, não demonstra a mesma postura, o que se explica pelo fato de também estar percorrendo um caminho de apreensão de conhecimento teórico, com lacunas em seu próprio entendimento da temática, ou por cansaço, dentre outras questões que podem atravessar o indivíduo no campo individual. Esse amadurecimento do pesquisador, portanto, é indicativo da ampliação da sua experiência com a leitura e escrita de textos acadêmicos, avançando no contínuo (mais letrado e menos dependente dos direcionamentos de seu orientador), contribuindo, dessa forma, para a constituição da autoria, que se liga à constituição do gênero acadêmico em questão.

Após ajustes e complementos negociados na versão anterior com seu orientador, vemos, na segunda versão da terceira subseção, que o orientando produz o fluxograma e, com base nele, explica, de forma ilustrativa, o que vinha discutindo sobre o “Processo de linkagem do hiperlink no blog” (Figura 54). Como dissemos anteriormente, consideramos a *negociação* uma categoria importante, seja na etapa de revisão textual, conforme sistematização de Lemos e Pereira (2021c), ou no trabalho de orientação do professor e na arguição dos professores componentes de bancas de qualificação e defesa, porquanto contribui para a construção de sentido(s) e para a configuração do gênero acadêmico.

Figura 54 - Segunda versão da terceira subseção com criação de fluxograma

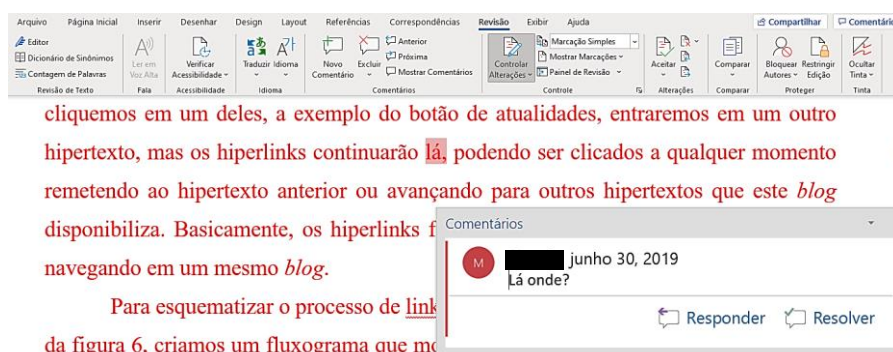


A partir do fluxograma de acessamento de hiperlinks fixos, apresentados por meio esquema 1, podemos entender que todo o processo de linkagem presente no hipertexto inicial oportuniza ao usuário/leitor navegar por este *blog* sem precisar sair dele, ou seja,

Fonte: Dados da pesquisa.

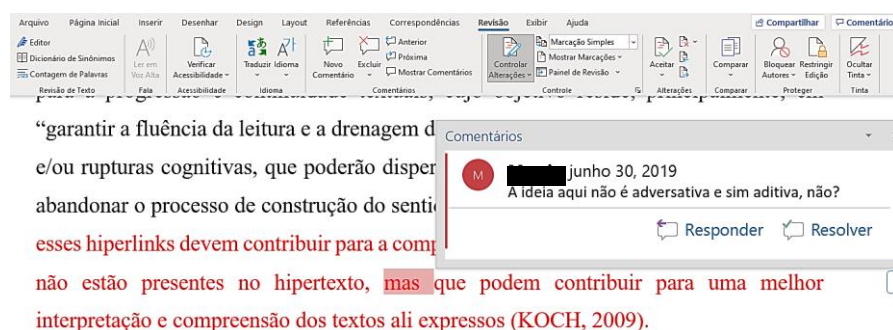
Nessa versão, o mestrandu executa a ideia da criação de uma imagem ilustrativa que nomeia como esquema, explicando-a. Diante dessa explicação do escrevente, didática, acreditamos que busque se relacionar com seu leitor colaborativamente (MARCUSCHI, 2008), sem deixar lacunas que atrapalhem a compreensão, pois, ainda que a língua não seja transparente, ainda que, muitas vezes, não consigamos nos expressar clara e objetivamente, o sentido se dá como efeito da interação entre autor, texto e leitor, em um contexto situacional que envolve sujeitos ocupantes de um lugar no discurso e determinados pela relação com o outro (MARCUSCHI, 2008). Há ainda uma terceira versão do texto da terceira subseção, na qual o orientador ainda faz observações, como mostram as Figuras 55 e 56, seguintes.

Figura 55 - Terceira versão da terceira subseção conferência de advérbio



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 56 - Terceira versão da terceira subseção conferência de conjunção

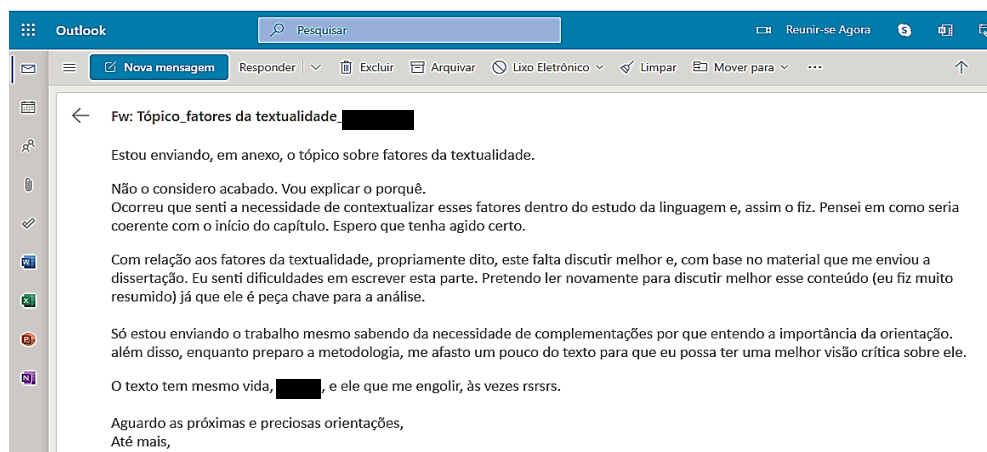


Fonte: Dados da pesquisa.

Nesses dois trechos com questionamentos do orientador ao orientando, vemos tratar-se de trechos novos produzidos pelo aluno, pois estão registrados em fonte na cor vermelha. O professor continua em sua atuação como verificador do texto do aluno, de modo que direciona, aconselha, questiona (SERRANO, 2011; LEMOS; PEREIRA, 2021), atentando-se para questões às quais o mestrando não se deu conta no momento daquela produção. Assim, torna-se aconselhável a realização de um trabalho de revisão textual profissional, a fim de promover as correções necessárias ao gênero acadêmico do ponto de vista da variedade formal da língua empregada no domínio de ensino superior, a universidade (LEMOS, 2017).

Seguimos, agora, para a quarta subseção da fundamentação teórica, que trata sobre textualidade, possui três versões compartilhadas pelos interlocutores. Na primeira versão, ao enviar o texto para seu orientador, o mestrando destaca alguns pontos na mensagem de e-mail para adiantar ao professor o que irá encontrar, conforme a Figura 57, adiante, e sua transcrição (BIASE, 2006), para dar legibilidade, em seguida:

Figura 57 - E-mail do mestrando para o orientador sobre quarta subseção



Fonte: Dados da pesquisa.

Estou enviando, em anexo, o tópico sobre fatores da textualidade.

Não o considero acabado. Vou explicar o porquê.

Ocorreu que senti a necessidade de contextualizar esses fatores dentro do estudo da linguagem e, assim o fiz. Pensei em como seria coerente com o início do capítulo. Espero que tenha agido certo.

Com relação aos fatores da textualidade, propriamente dito, este falta discutir melhor e, com base no material que me enviou a dissertação. Eu senti dificuldades em escrever esta parte. Pretendo ler novamente para discutir melhor esse conteúdo (eu fiz muito resumido) já que ele é peça chave para a análise.

Só estou enviando o trabalho mesmo sabendo da necessidade de complementações por que entendo a importância da orientação. além disso, enquanto preparo a metodologia, me afasto um pouco do texto para que eu possa ter uma melhor visão crítica sobre ele.

O texto tem mesmo vida, [nome], e ele que [sic] me engolir, às vezes rsrsrs.

Aguardo as próximas e preciosas orientações,

Até mais,

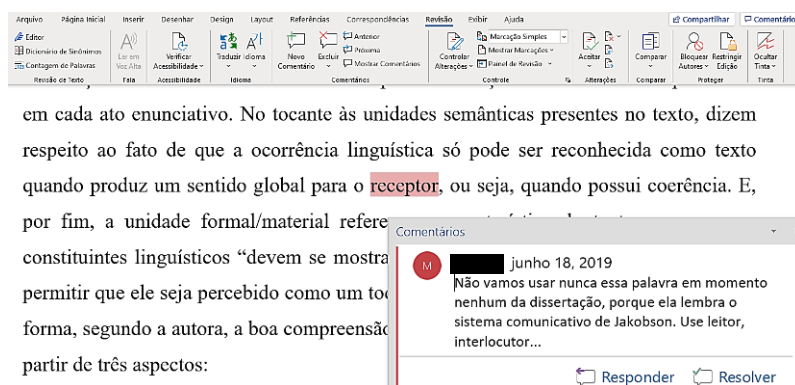
Dissemos, anteriormente, que o mestrando, ao longo da produção da seção teórica passou a oscilar em sua postura autoral, ora apenas cumprindo tarefas propostas pelo professor, ora com *insights* relevantes, sendo o orientador seu interlocutor e mediador em direção à apreensão do conhecimento teórico. Esse comportamento ilustra a gradiência em sua posição, no contínuo de seu letramento acadêmico. Observamos também que, por vezes, as lacunas sinalizadas pelo professor no texto do mestrando eram resultado da necessidade de compreensão e, até mesmo, do cansaço do aluno, além de outras questões que o atravessavam. A mensagem de e-mail anterior, do mestrando, revela-nos o inacabamento do texto, visto que o pesquisador sentiu a “necessidade de contextualizar esses fatores dentro do estudo da linguagem”, o que nos permite crer que em seu projeto de escrita a contextualização seja importante no intuito de fornecer informações relevantes ao leitor/interlocutor, afastando-se de seu texto ao “olhar de fora” (PEREIRA; LOPES, 2015); entretanto, mostra-se inseguro, ao

refletir: “Espero que tenha agido certo”, almejando, desse modo, que o orientador analise suas decisões sobre a pesquisa que tem um fazer sob sua responsabilidade principalmente.

O mestrando salienta, ainda, que pretende ler novamente, a fim de melhor compreender o assunto, mas envia o texto para obter um “norte” do orientador, que, parecidos, é visto pelo orientando como fonte de saber, capaz de ver além – de fato, como professor doutor, mais experiente e qualificado, tem muito a contribuir. Dessa forma, destacamos a forte dependência do aluno, mas, ao mesmo tempo, sua valorização da interação, do olhar do outro, do afastamento do texto para vê-lo de fora (“[...] me afasto um pouco do texto para que eu possa ter uma melhor visão crítica sobre ele”), ou seja, a conscientização da importância do outro na interlocução (BAKHTIN, 2011a). Notemos: no processo de constituição da autoria aqui desenhado esse outro não é exatamente a pessoa do orientador, mas, sim, o outro como discurso, as “preciosas orientações”, as vozes orquestradas no interior de um texto que, às vezes, parece querer engolir o escrevente, sendo os autores citados ao longo da seção, interlocutores com os quais dialoga.

A primeira versão da quarta subseção do capítulo teórico da dissertação tem sete páginas textuais, ao longo das quais o orientador inseriu oito balões com questionamentos visando à correção de imprecisões teóricas, à necessidade de complementação das informações, à realização de explicações mais precisas, como ilustram as Figuras 58, 59 e 60, seguintes. Primeiro, vemos que o orientador chama a atenção para um conceito utilizado pelo mestrando: “receptor”, e assevera que “Use leitor, interlocutor...”.

Figura 58 - Primeira versão da quarta subseção com imprecisão teórica



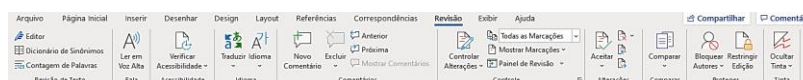
Fonte: Dados da pesquisa.

Como já assinalamos em outros trechos analisados, o orientador tem um papel bastante importante, bem como outros indivíduos, como os professores das bancas de qualificação e defesa, o revisor etc., pois realizam um trabalho de verificação de inadequações

teóricas, conceituais, no uso da linguagem, sugerem caminhos mais adequados à organização do texto (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017). Vemos que a escolha vocabular do mestrando (“receptor”) pode ser bastante prejudicial à pesquisa, pois isso pode representar uma confusão com sérias implicações para a pesquisa. Motta-Roth e Hendges (2010, p. 90) mencionam, a respeito da produção de revisão de literatura, a fundamentação teórica, sobre a relevância de “[...] demonstrar que nossa pesquisa se situa na nossa área de conhecimento [...]”, o que se revela por meio dos autores citados e os conceitos teóricos advindos de suas pesquisas. A dissertação analisada fundamenta-se em uma perspectiva sociointeracional bakhtiniana, que requisita acepções como “leitor”, “interlocutor”, segundo ressalta o orientador, representando um desvio teórico a adoção de um termo em contraposição à teoria adotada.

Em seguida, o professor alerta para a necessidade de complementação a respeito dos fatores de textualidade citados pelo mestrando, de modo que não se respalde somente na citação do autor mencionado, mas que complete a reflexão (Figura 59).

Figura 59 - Primeira versão da quarta subseção com necessidade de complementação



Em conformidade com Koch (2015), consideramos que, diferentemente do que conceitua Beaugrande & Dressler, a **coerência**, “não é apenas um critério de textualidade entre os demais (e centrado no texto!), mas constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva (...)” (KOCH, 2015, p. 52). Por que a coerência não é só isso? Dizer aqui, em seguida.

Penso que você precisa explicar um pouco mais cada um desses fatores com exemplos ilustrativos para que seu leitor possa compreender do que se trata, mesmo esse assunto sendo já tão difundido.

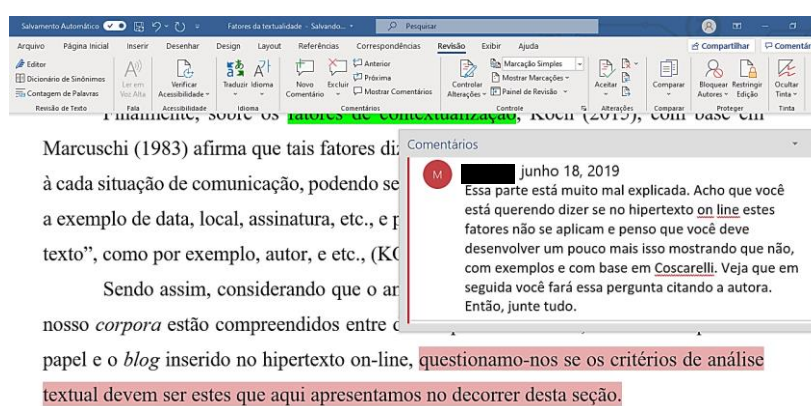
Fonte: Dados da pesquisa.

Como o próprio mestrando ressaltou em sua mensagem de e-mail, essa primeira versão da quarta subseção sobre os fatores de textualidade encontra-se incompleta, sintética, com a necessidade de contextualização do assunto no interior dos estudos linguísticos, demandando algumas leituras para que possa expandir a discussão. Além disso, o estudante também informou o envio do texto ao orientador, ainda que inacabado, por entender a “importância da orientação”, da verificação sobre estar seguindo ou não o caminho correto, pois, conforme contemplamos nas produções anteriores, por vezes o professor o dissuadiu da abordagem de temáticas que não convinham a sua pesquisa, que não acrescentariam, como no caso da corrente gerativista. Vemos nas orientações do professor direcionamentos que conduzem o pesquisador à apreensão do gênero dissertação de mestrado e, ao mesmo tempo, à construção da autoria no interior do gênero, visto que ao adquirir autonomia para realizar

sua investigação, compreender o gênero, dialogar com seus pares, presumir um tipo de leitor ou leitores, combinar vozes por meio dos autores citados, denotar sua intenção discursiva (ideia de pesquisa), ocorre o descolamento autoral – no texto já não é o sujeito que fala/escreve, mas o autor.

Vale informar que nessa primeira versão da quarta subseção, os comentários do orientador seguem na direção da realização de maior detalhamento, já que se trata de um texto bastante resumido, como podemos observar na Figura 60, seguinte.

Figura 60 - Primeira versão da quarta subseção com necessidade de melhor explicação



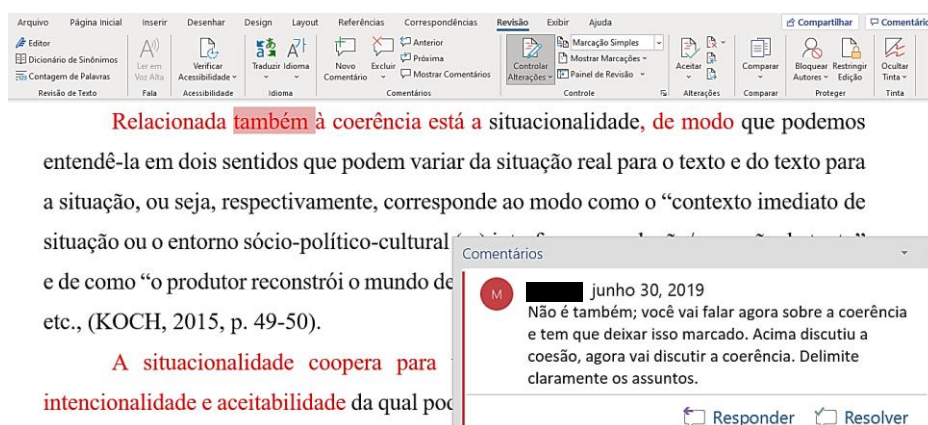
Fonte: Dados da pesquisa.

A língua não é transparente, por isso, muitas vezes, enunciamos acreditando termos sido claros, objetivos, precisos, no entanto nosso interlocutor pode não compreender conforme gostaríamos. Como em outros dados analisados, e continua ocorrendo, é isso que acontece no trecho apresentado anteriormente, em que o orientador supõe o que o orientando “está querendo dizer”, a fim de que explique melhor e, ainda, que desenvolva a reflexão com base na autora citada (“Coscarelli”), de modo que negociam sentidos. Esse dado aponta, por meio das indicações do professor, para a posição autoral, ou seja, o afastamento do seu texto em direção ao outro, ao presumir o leitor e as informações que este merece receber; e a necessidade de articulação de vozes, discursos alheios, com a citação da autora mencionada – tendo em vista que, consoante Bakhtin (2014), a autoria caracteriza-se pelo afastamento do próprio texto e pelo orquestramento de diferentes vozes em seu interior, sendo característica do gênero administrar as vozes alheias mediante citação (direta ou indireta) dos autores pesquisados.

Após devolutiva do orientador, analisamos aquela que seria a segunda versão da quarta subseção teórica, na qual constatamos os ajustes realizados pelo mestrando, sendo sempre destacados pela mudança na cor, ou seja, o corpo do texto em preto e as alterações em

vermelho, seguindo as orientações de seu interlocutor, o orientador. O arquivo, agora, possui 13 páginas; nessa versão, o professor insere, após sua apreciação do texto, 14 balões com comentários relativos ao que foi inserido como novo. Vemos, nessa subseção, certa tensão nos diálogos, especialmente por parte do orientador, conforme ilustra a Figura 61, seguinte.

Figura 61 - Segunda versão da quarta subseção sobre delimitação de assunto

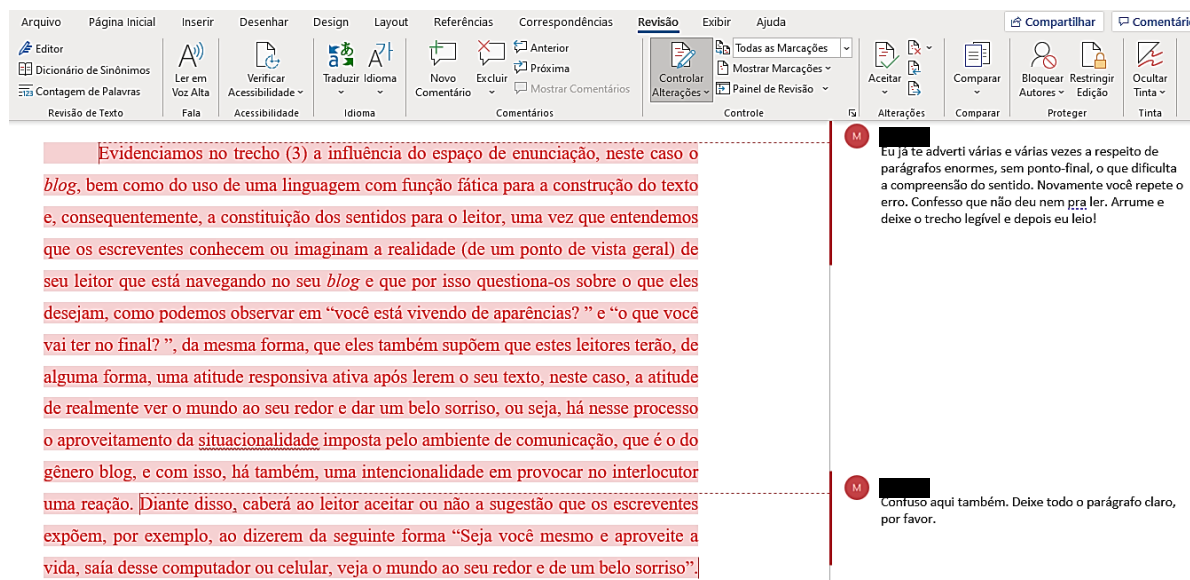


Fonte: Dados da pesquisa.

Desde o começo dessa quarta subseção, já no e-mail inicial, observamos alguma dificuldade por parte do mestrando, sua insegurança, dependência do interlocutor, necessidade de mais leituras/pesquisas, a fim de compreender a temática (fatores de textualidade) e, por conseguinte, realizar a escrita do texto. Apesar da dificuldade do estudante, o pesquisador já não escreve junto, mas continua no seu papel de verificador, apontando aquilo que considera ser problemático no texto, como possíveis incoerências, incidindo sobre a organização da estrutura textual (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017), de forma imperativa. Acreditamos que o fato de ser o segundo ano de curso do mestrando, tendo ampliado a experiência de leitura e escrita do estudante pesquisador com textos acadêmicos de diferentes gêneros, além de estar produzindo o capítulo teórico da pesquisa, tenha contribuído para seu nível de letramento, permitindo-lhe produzir sua pesquisa com maior autonomia, menos dependente do orientador, ainda que tenha suas dificuldades.

Em outro ponto dessa segunda versão da quarta subseção, o orientador é ainda mais contundente em suas advertências, como vemos na Figura 62, a seguir, em que o estudante dispõe várias reflexões, separando-as somente por vírgulas.

Figura 62 - Segunda versão da quarta subseção com parágrafo confuso



Fonte: Dados da pesquisa.

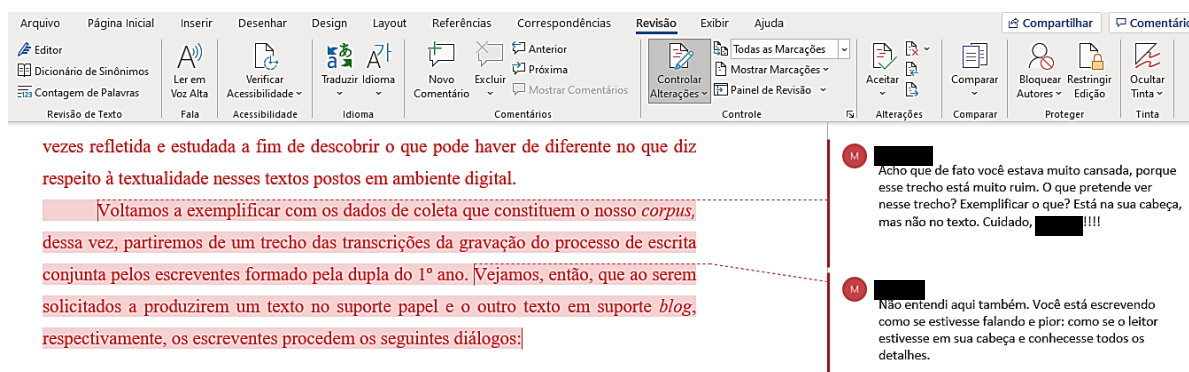
A produção dessa subseção parece-nos ter sido mais complexa para o mestrando, mais difícil, diante de sua necessidade de mais leituras, mas também por seu cansaço, como veremos na constatação do professor, adiante, daí as confusões, a estruturação de parágrafos longos carentes de pontuação que contribua para a compreensão do seu interlocutor. Reconhecemos que na produção escrita, em especial na produção acadêmica, é a leitura que alimenta a atividade da escrita, e no caso de uma produção acadêmica, embasada em pressupostos teóricos, que devem necessariamente ser citados, sendo esta uma exigência do próprio gênero, torna-se relevante a seleção de autores com importância na área do conhecimento, conferindo autoridade à pesquisa (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010; SERRANO, 2011; LEMOS, 2017).

Vale lembrar, também, com base em Bakhtin, que “Quanto mais dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos [...] realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso” (BAKHTIN, 2011b, p. 285), e acrescentamos: dominar e utilizar o gênero atingindo objetivos comunicativos, como ocorre com a produção de dissertação, no domínio acadêmico, reflete a constituição da autoria correspondente ao gênero. Nesse sentido, a apreensão do gênero pelo usuário ocorre com base em seu uso, nos processos interativos, como manifestação cultural, e não por meio de manuais pura e simplesmente (MACHADO, 2018); no caso da dissertação de mestrado, um gênero discursivo com produção e circulação concentradas especialmente no ambiente acadêmico, resultante de um convívio cultural mais complexo (BAKHTIN, 2011c), o processo de produção encontra-se atravessado pela participação do outro, na pessoa do orientador, dos professores componentes das bancas de

qualificação e defesa, do profissional revisor de textos, dos autores citados e outros interlocutores, os quais orientam, contribuem, questionam, contestam, validam, corrigem, de forma que representam o papel de mediadores nesse processo. Vale destacar que esse outro deve ser considerado principalmente na perspectiva de vozes discursivas (BAKHTIN, 2014) e não pessoa empírica/biográfica, quando pensamos na autoria (BURKE, 1997; CARINO, 1999; COMPAGNON, 2001; BARTHESE, 1984; VOLÓCHINOV, 2018).

Nas páginas seguintes da subseção, em outra parte em vermelho, trecho novo para o professor, observamos a identificação de novos problemas na produção do aluno. Dessa vez, o orientador credita os problemas ao possível cansaço do orientando. Nas palavras deste: “Acho que de fato você estava muito cansada, porque esse trecho está muito ruim. O que pretende ver nesse trecho? Exemplificar o que? Está na sua cabeça, mas não no texto. [...]”. Nesse mesmo parágrafo, o professor sinaliza outro trecho de difícil compreensão, quando o escrevente menciona seus dados. Vejamos a Figura 63.

Figura 63 - Segunda versão da quarta subseção com trechos confusos



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisarmos essa produção, verificamos nas conversas por aplicativo de WhatsApp que o mestrando se encontrava envolvido em muitas atividades: projeto de extensão, produção de slides para participação em evento, transcrição dos dados produzidos e coletados, além da produção dessa subseção teórica. Diante disso, acreditamos que o acúmulo de atividades e o consequente cansaço, além da necessidade de mais leituras/pesquisas, como informou, via e-mail inicial, o estudante, tiveram consequências sobre o seu rendimento. Importante notar a sensibilidade⁶⁹ do orientador na percepção do possível esgotamento do orientando, sem, porém, abandonar o seu papel de direcionador, ao cobrar reflexões do orientando e mais

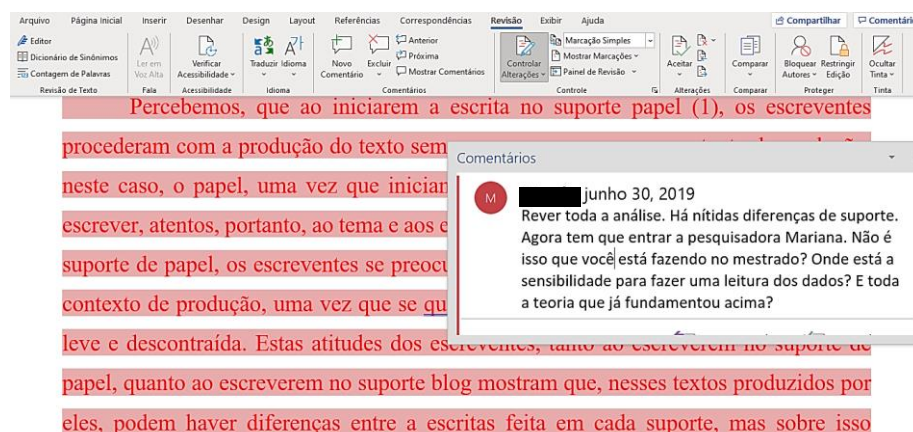
⁶⁹ Nas mensagens de WhatsApp, verificamos, em algumas conversas, que, por vezes, o mestrando revelou cansaço e o orientador, por sua vez, estendeu prazos até que o aluno se recuperasse, mas sempre lembrando-o de suas obrigações e da necessidade de executar todas as atividades.

atenção (LE MOS, PEREIRA, 2021), porquanto sua escrita não permite ao leitor entender do que se trata, já que “Está na sua cabeça, mas não no texto”. Conforme assumimos em nossa concepção, a autoria constitui-se como uma posição sociodiscursiva relativa ao texto. Não se trata de uma pessoa, mas inicia-se nesta figura por meio de uma intenção discursiva (uma ideia de pesquisa), uma opinião que dialoga com outras opiniões. Assim, ainda que pessoa e autoria não se confundam, consideramos que o sujeito escrevente/pesquisador e a autoria, desde a gênese do texto, desenvolvem-se concomitantemente, porquanto o indivíduo, para dominar o gênero e saber utilizá-lo, necessita desenvolver seu letramento, neste caso o letramento acadêmico, interagindo com seus pares, sendo uma exigência do domínio discursivo a orientação e a arguição por professores doutores – nesse sentido, seu cansaço pode interferir em seu texto; a autoria, por seu turno, é uma posição encontrada no texto também em decorrência da constatação dessa apreensão e utilização do gênero, conforme suas exigências, de modo que a autoria se acomoda ao gênero, respeitando sua linguagem, estruturação etc. (BAKHTIN, 2011b, 2011c, 2014, 2018; MARINHO, 2010; FIAD, 2015). Dessa forma, o indivíduo chega à posição de autor quando já domina certo grau de letramento acadêmico, quando chega à finalização do processo.

Ademais, o orientador ainda chama a atenção para o fato de o aluno estar “[...] escrevendo como se estivesse falando e pior: como se o leitor estivesse em sua cabeça e conhecesse todos os detalhes”. Duas questões são importantes aqui: o estilo de linguagem do gênero e a necessidade de afastamento do próprio texto, “olhando-o de fora”, pondo-se no lugar do leitor, seu interlocutor (BAKHTIN, 2014; PEREIRA; LOPES, 2015). De acordo com Bakhtin, quanto ao estilo, tem abertura em duas direções: do gênero e/ou individual, segundo a flexibilização do gênero para a aparição da individualidade do sujeito ou não. Na fala cotidiana, no diálogo, é possível uma maior aparição do indivíduo, mas em um gênero acadêmico, tal como a dissertação de mestrado, por exemplo, um gênero secundário, originado em um complexo contexto cultural, essa aparição do indivíduo é menor (BAKHTIN, 2011c). Lemos e Pereira (2020) informam que o estilo de linguagem utilizado na dissertação de mestrado obedece à variedade formal da língua, em tom mais impessoal, embora escrita de maneira científica deva apresentar clareza e organização das informações, porém o mestrando, nesse ponto de sua dissertação, em que se encontra cansado e com muitas atividades, escreve “como se estivesse falando” e como se o leitor “estivesse em sua cabeça”, o que compromete a posição autoral, já que o que vemos nessa ocorrência é a aparição do indivíduo.

Vimos que no capítulo teórico da dissertação, dado que a coleta dos dados⁷⁰ já havia sido iniciada pelo pesquisador, este apresenta recortes prévios a título de ilustração para suas exposições e explicações, tecendo análises e comentários, antes de adentrar no capítulo dedicado à análise dos dados obtidos durante a pesquisa. No entanto, parece não realizar esta empreitada da forma como se espera de um pesquisador, como mostra a Figura 64.

Figura 64 - Segunda versão da quarta subseção com necessidade de revisão de análise



Fonte: Dados da pesquisa.

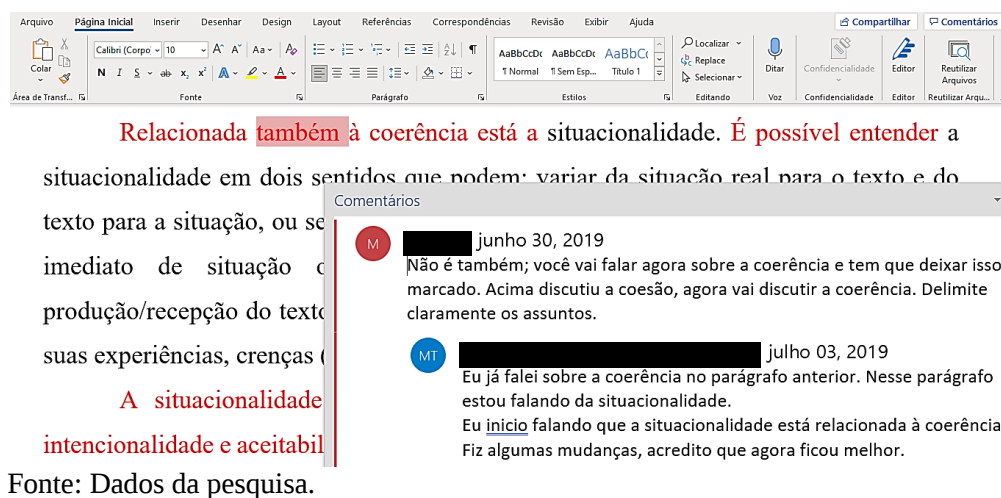
É bastante forte a atuação do orientador no processo de produção da dissertação e no processo de letramento do mestrando, sendo caracterizado, ao longo desse percurso, como coautor, em razão de suas importantes contribuições, *insights*, propostas, escrita de parte dos textos etc., atuando não só sobre *o que* é dito, mas também sobre *como* é dito (TARGINO, 2005; LEMOS; PEREIRA, 2017; POSSENTI, 2001, 2002), assumindo o trabalho em razão da pouca experiência, maior dependência, insegurança, cansaço do principal autor, entre outras questões envolvidas na relação sociointeracional. O orientador, como vemos, chama atenção para o fato de que, na análise dos dados que compõem a dissertação, é preciso que “entre o pesquisador”, que seria o autor – para isso, torna-se necessário que o mestrando se posicione como autor e como leitor, como participante da obra, mas afastando-se dela, na perspectiva

⁷⁰ Não localizamos nas conversas de WhatsApp e nas mensagens de e-mail menção à etapa de coleta de dados no *locus* da pesquisa, a escola pública, de modo que acreditamos que os pormenores foram tratados em encontros pessoais/aulas e por ligações telefônicas entre orientador e orientando, entretanto constatamos, por meio das datas de criação dos arquivos nomeados “transcrição” que eles foram produzidos entre 22 e 26 de junho de 2019 e, de acordo com o e-mail no qual o orientando enviou a primeira versão da quarta subseção, verificamos a data de 17 de junho de 2019 como marco temporal. Portanto, concluímos que a coleta de dados tenha ocorrido ao mesmo tempo em que era produzida a seção teórica, sendo apresentado um breve recorte na quarta subseção teórica.

defendida por Vieira e Faraco (2019, p. 22): “[...] vamos construindo o texto e, ao mesmo tempo, vamos nos pondo na posição do leitor e avaliando o que estamos escrevendo”.

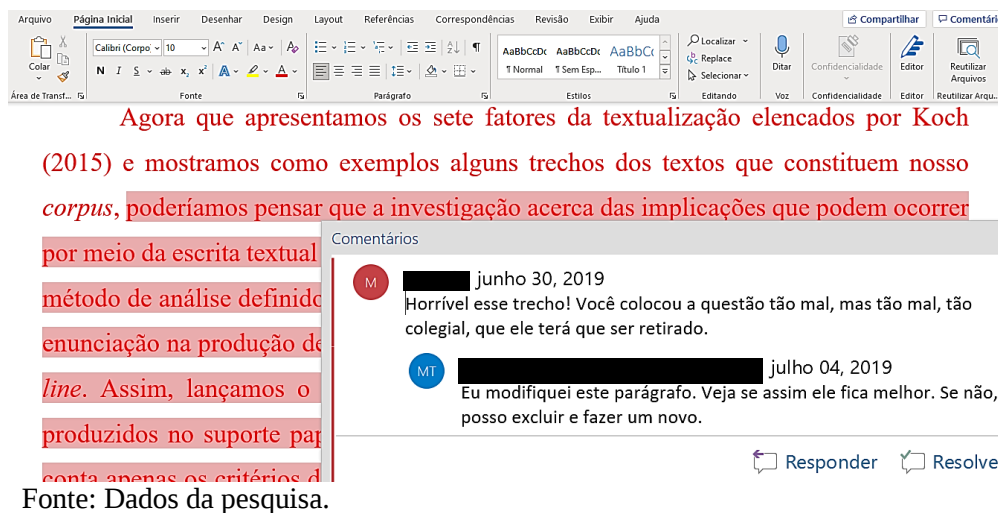
Embora a produção dessa quarta subseção tenha sido mais difícil para o mestrando, como já sinalizamos, ele se mostrou menos submisso às designações e decisões do orientador. Na terceira versão da quarta subseção teórica, deparamo-nos com uma devolutiva do mestrando apreciada pelo orientador em que nos chamou atenção a inclusão de comentários do estudante, nos balões interativos, em resposta ao professor, ilustrados nas Figuras 65 e 66, seguintes, por nós recortadas a fim de mostrar, a nosso ver, uma postura um pouco mais ativa do mestrando pesquisador na produção do gênero acadêmico e, portanto, em direção à constituição da autoria, processualmente. No primeiro recorte relativo à segunda versão da quarta subseção, ilustrado anteriormente pela Figura 61, vimos que o orientador aconselhou o mestrando a delimitar os assuntos tratados, mas deveria partir logo para a discussão da coerência, entretanto o mestrando insiste em manter o caminho seguido, com alguns ajustes.

Figura 65 - Terceira versão da quarta subseção com comentário do mestrando



Em um ponto seguinte dessa terceira versão, há outro comentário em resposta ao professor. Embora não tenhamos “printado” esse comentário do orientador ao analisarmos a segunda versão, anteriormente, o fizemos aqui em razão da resposta do mestrando, como vemos na Figura 66, seguinte.

Figura 66 - Terceira versão da quarta subseção com resposta do mestrando



Ao defender suas escolhas e resistir à orientação de supressão do trecho, operando algumas modificações, nas duas situações ilustradas anteriormente, acreditamos que o mestrando revela mais autonomia e segurança, uma vez que mantém seu projeto inicial de estruturação do texto. Lemos e Pereira (2021b) corroboram essa assertiva e completam que a interação com o outro constitui importante aspecto para a apreensão do gênero pelo pesquisador e para a configuração do gênero, visto que essa apreensão ocorre mediante o uso nas situações de interação sociocultural (MACHADO, 2018)

Em síntese, vimos, aqui, que o mestrando segue ainda dependente de seu orientador no processo de produção da dissertação de mestrado, sendo este o seu principal interlocutor até então, o qual aponta-lhe um importante caminho a ser seguido: pensar sempre em seu leitor, colocar-se no lugar dele, a fim de operar um dos movimentos caracterizadores da autoria, ou seja, o afastamento do próprio texto, sob um olhar crítico, avaliativo, prevendo e preenchendo possíveis lacunas, por meio de um trabalho interativo e colaborativo para com o leitor. Ademais, as observações do professor incidem também sobre outro aspecto da autoria: o orquestramento de vozes discursivas, mediante a administração de diversas vozes no interior do texto, isto é, a do mestrando-pesquisador-autor, a do orientador, a dos autores citados, entre outros. Vale observar, ainda, que, embora dependente do docente, nessa etapa do processo o estudante demonstra sinais de autonomia e segurança, indicativos da ampliação de seu letramento acadêmico, apreensão do gênero, consequentemente de sua posição de autor do próprio texto, responsável e responsivamente.

Reafirmamos, portanto, pela complexidade presente no processo de escrita, de modo geral, seja nas produções escolares, jornalísticas, literárias e, neste caso, acadêmicas, que a autoria não se trata, de maneira alguma, de talento natural ou dom, como queria a estética

romântica, com sua tendência ao subjetivismo individualista, fundado no ato puramente individual, criativo e intencional (VOLÓCHINOV, 2018; WIMSATT; BEARDSLEY, 2002; AZIZE, 2013; CHARTIER, 2014). Entendemos, assim, que as correntes teóricas tais como o Formalismo russo, o *New Criticism* americano e o Estruturalismo francês, não sem razão, denunciavam essa primazia da pessoa do autor sobre o texto, como se este veiculasse sua “intenção”, no entanto, para isso, adotaram posturas radicais na tentativa de ignorar a existência da instância autoral, ou mesmo apagar sua existência (WIMSATT; BEARDSLEY, 2002; STEMPEL, 1983; JAKOBSON, 1983; COHEN, 2002; KRISTEVA, 1969; BARTHES, 1984). De fato, os escritores ditos profissionais não nasceram com o “gene da escrita”, não são simplesmente autores natos, mas vivenciam um processo que envolve trabalho e interlocução, em um jogo polifônico. É isto que verificamos também em nossos dados analisados até aqui, ao observar que no processo de produção do gênero acadêmico dissertação de mestrado a constituição da autoria se dá conforme o sujeito pesquisador vai apreendendo o gênero, em interação com seus interlocutores.

Na subseção seguinte, partiremos para a apreciação das versões referentes à produção dos tópicos de metodologia e de análises da dissertação de mestrado produzidas pelo mestrando, no intuito de acompanhar o processo de constituição da autoria no interior do gênero acadêmico.

6.3 Produção das seções metodologia e análise da dissertação de mestrado: “só se aprende a fazer, fazendo”

Na subseção anterior, analisamos dados referentes às versões do texto que dão conta do tópico teórico da dissertação, além de um artigo e um “passo a passo” para a produção da metodologia da pesquisa, os quais fazem parte do percurso de construção do gênero acadêmico produzido pelo escrevente. Até então, verificamos o avanço do mestrando em seu nível de letramento acadêmico, embora, muitas vezes, demonstrasse dependência da orientação do professor, sendo este um importante interlocutor no caminho para apreensão do gênero e constituição da autoria pelo mestrando. Nesta subseção, seguimos, portanto, com nossa investigação a respeito da construção da autoria na produção de dissertação de mestrado, ao acompanhar suas etapas de desenvolvimento por meio dos arquivos que permitem visualizar seu processo de criação, ampliando nossos documentos de processo, agora com dados dos textos dos tópicos de metodologia e análise (SALLES, 2008, 2017).

A seção metodológica da dissertação, iniciada em 27/06/2019, possui duas versões trabalhadas pelo aluno e professor. A primeira com 22 páginas, sendo 6 de texto e o restante de anexos (materiais utilizados na produção dos dados). Há, nessa versão, 14 balões com comentários do orientador, da qual recortamos três pontos ilustrativos dessa etapa de produção do texto. Vale lembrar que a metodologia de trabalho científico compreende os passos seguidos pelo investigador a fim de cumprir com seus objetivos de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013; SERRANO, 2011) e o seu registro implica a sistematização e apresentação de informações relevantes, especialmente ao leitor, para compreender como fora possível executar o trabalho investigativo de forma coerente e adequada à natureza da pesquisa e ao objeto pesquisado.

Na Figura 67, seguinte, vemos, à esquerda, o corpo do texto produzido pelo autor pesquisador, onde destrincha ações da pesquisa, quem são os participantes, como ocorreu a produção e coleta de dados, especificação dos materiais utilizados na pesquisa etc.; à direita, com ampliação da imagem, observamos os comentários do orientador, que seguem em tom interrogativo, em busca de informações que deem conta de todo o processo investigativo, como a constituição do corpus da pesquisa, a relação entre os anexos e os objetivos pretendidos, a finalidade dos questionários, o porquê da escolha dos participantes etc. Além disso, no corpo do texto, em vermelho, verificamos inserções e supressões feitas pelo orientador, no sentido de mostrar ao estudante como deve dispor as informações.

Figura 67 - Primeira versão de metodologia com questionamentos do orientador

The image shows a Microsoft Word document with a methodology section. The text is in Portuguese and describes the collection of a corpus from digital texts and interviews. Several red comments from an advisor are visible on the right side of the document, pointing to specific parts of the text. The comments are numbered [M2] through [M6].

Text in the document:

Componham o corpus desta pesquisa os textos escritos no suporte digital, no contexto do gênero blog, como; também; textos escritos no suporte papel e seus respectivos rascunhos. A, além disso, fazem parte os cinco questionários, a saber: três destinados para os aos escreventes que são os informantes, sendo que; um correspondente à etapa inicial da escrita (no suporte de papel), e outro correspondente à sondagem a respeito dos blogs e; um o terceiro que diz respeito à etapa final de produção textual (feita no suporte blog). Informa o quarto questionário um para a professora que auxiliou no processo de seleção desses escreventes, bem como, avaliou esses textos segundo seus próprios critérios de correção. O quinto e último questionário; e, um para a direção/coordenação da instituição escolar.

Comments from the advisor:

- [M2] Comentário: 1) Você precisa colocar a quantidade de textos que foram coletados. Compõem o corpus tantos textos escritos... g. tantos...
- [M3] Comentário: Precisa dizer qual foi a intenção desses questionários aos alunos, informe algumas perguntas feitas e diga que eles estão nos anexos tais. Como os questionários são mencionados agora, os anexos precisam entrar agora.
- [M4] Comentário: Reveja o texto e diga qual foi a intenção de ter dado esse questionário para a professora...
- [M5] Comentário: Mesma coisa acima: diga o motivo do questionário: que vc quis saber?
- [M6] Comentário: Explique, em seguida, porque foram escolhidas duas duplas. Pesquise e encontre uma justificativa.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Conforme já assinalamos anteriormente, a experiência de cursar o mestrado e de produzir o gênero acadêmico dissertação de mestrado torna-se única na vida do indivíduo.

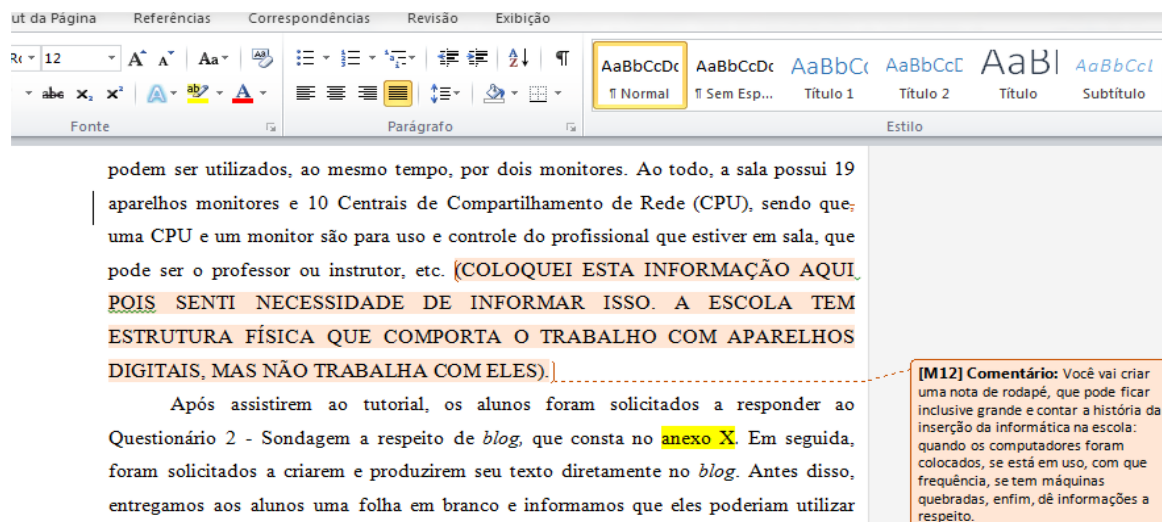
Primeiro, porque, ao avançar em sua qualificação acadêmico-profissional, para a maioria dos indivíduos, é comum acumular várias especializações, mais de uma graduação, porém mestrado e/ou doutorado costumam não se repetir várias vezes. Segundo, porque a própria realização do enunciado (neste caso, sua escrita) possui caráter de evento singular e único, estando integrado também ao mundo particular do pensamento científico, ou seja, a concretização do enunciado pelo indivíduo é sempre única, irrepetível, singular – porém unida com o que há de universal e repetível, como os “já ditos”, as exigências sócio-históricas para a produção do gênero etc. (BAKHTIN, 2017; SOBRAL, 2019).

Neste sentido, seja a dissertação como um todo ou suas partes, como no caso da seção metodológica, ilustrada na figura anterior, sua realização pelo mestrando representa uma situação única, marcada pelo registro das particularidades de sua pesquisa, mas carrega, também, traços mais gerais, universais, repetíveis, pois, para produzi-la, tomou como base, inicialmente, o “passo a passo” analisado em subseção anterior; baseou-se em outros modelos ao consultar trabalhos de colegas, como vimos em aconselhamentos do orientador; buscou fundamentação teórica para a definição do tipo de pesquisa científica, caracterizada como não experimental; contou com os direcionamentos do orientador, seu principal interlocutor, até então. Desse modo, pudemos perceber, com base em nossas análises, que o mestrando passa a corresponder às exigências do gênero, ainda que o professor requisite algumas informações, e isso ocorre dada a sua experiência, tanto ao vivenciar o momento quanto ao exercitá-lo visando à prática, o que contribui para a ampliação de seu letramento acadêmico (MARINHO, 2010; FIAD, 2015) e para a constituição da autoria, uma autoria (inter)mediada por seu(s) interlocutor(es) rumo à apreensão e realização do gênero, pois, segundo Bakhtin, “Quanto mais dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos [...] realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso” (BAKHTIN, 2011b, p. 285) .

Em nossos primeiros dados analisados, víamos que o orientando apenas produzia seu texto, o professor fazia observações e estas eram resolvidas em seguida, modificando conforme o direcionamento do orientador, com um posicionamento bastante “tímido” pelo escrevente. Na produção da seção teórica, o estudante passou a defender suas escolhas, a resistir às indicações de supressão do orientador. Na etapa de escrita da metodologia, por sua vez, observamos que ele se revela capaz de produzir o próprio texto e entrever possíveis lacunas, incluindo no interior dos parágrafos, entre parêntesis, caixa alta e realce, como mostram as Figuras 68 e 69, seguintes, reflexões a respeito de informações que julga necessárias, quanto à descrição do *locus* de pesquisa e metodologia de análise dos dados, respectivamente. Acreditamos que esse avanço do mestrado seja reflexo da interação

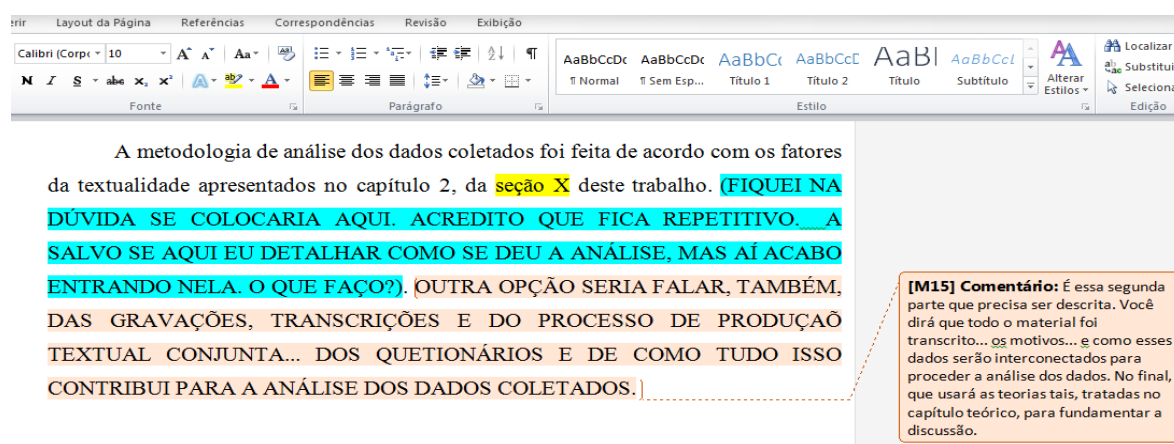
estabelecida com seu orientador e também de seu avanço no processo de letramento, conforme assinalamos ao propor um *continuum* representativo do processo então vivenciado.

Figura 68 - Primeira versão da metodologia com interação autor-orientador



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Figura 69 - Primeira versão da metodologia com dúvidas do mestrando



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com base nas duas figuras, pressupomos que o mestrando, nesse momento, passa a se questionar e a considerar informações que sejam relevantes, tanto para descrever detalhadamente os passos da pesquisa, a fim de cumprir com seus objetivos, quanto para informar seu leitor, ou aquele que imagina ser o seu leitor (PRODANOV; FREITAS, 2013; SERRANO, 2011; VIEIRA; FARACO, 2019; ORLANDI, 2012). Ademais, se vale desses comentários no corpo do texto para obter de seu orientador um direcionamento mais adequado (inclusão de nota de rodapé e descrição dos materiais para análise), porém, agora, solicitando sua opinião sobre um planejamento prévio, diferente de quando o orientador tomava todas as

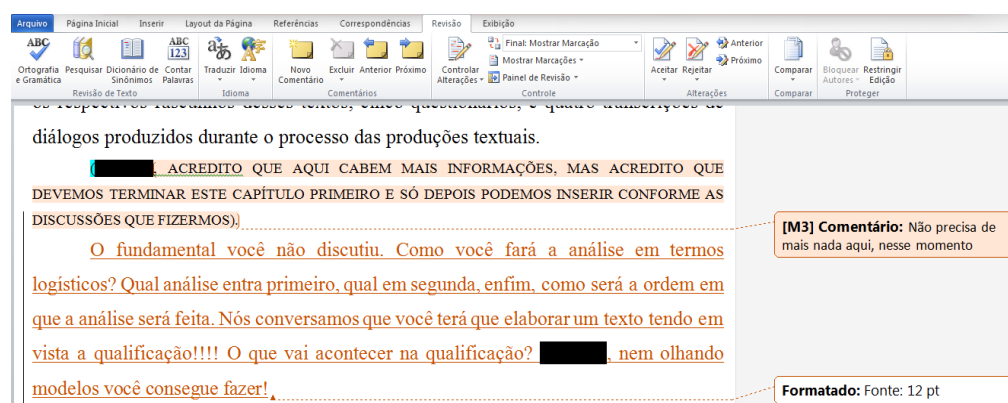
decisões e dava todas as orientações, como vimos no início do percurso. Assim sendo, na segunda versão da metodologia, observamos que o mestrando realizou os ajustes e complementações necessários ao texto, surgindo, ainda, pequenas demandas em relação à organização da produção, da qual decidimos não trazer recortes, a fim de evitar repetições.

Quanto à autoria, ou seja, o posicionamento sociodiscursivo operado no interior do gênero dissertação de mestrado, mediante uma voz teórica principal que representa a intenção discursiva e que conduz a reflexão, em diálogo com outras vozes, nessa etapa de desenvolvimento da pesquisa, a escrita da seção metodológica, averiguamos uma ampliação dessa instância revelada na realização do enunciado dentro dos padrões de produção/configuração do gênero, estando atrelada aos avanços do mestrando nesse processo. Atribuímos essa ampliação principalmente ao papel, ou papéis, que o orientador exerce e, também, à atuação do próprio mestrando, em um processo dialógico, de mão dupla, em que obtém o direcionamento do orientador e investe seu aprendizado, sua experiência.

Desse modo, seguimos para a apreciação de trechos referentes à seção de análise, iniciada em 14/07/2019. Este tópico da dissertação foi produzido num documento em que pudemos observar cinco versões do texto. A primeira versão produzida pelo mestrando continha 16 páginas. Nela o orientador realizou supressões, acréscimos, correções, registrou trechos com orientações no corpo do texto, além de incluir balões interativos com discussões. Desse modo, cada versão produzida, por conseguinte, carrega muitas ações realizadas em resposta às diretrizes do orientador e, também, conforme a intenção discursiva do mestrando/autor. Uma sexta versão corresponde à segunda parte das análises, produzida após a qualificação, no entanto decidimos analisá-la também neste bloco.

Vejamos, então, a Figura 70, que ilustra o primeiro dado dessa nova etapa.

Figura 70 - Primeira versão da análise de dados - direcionamento do orientador



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Embora na metodologia, anteriormente por nós analisada, tenham sido definidos o *corpus* e seu procedimento de análise, a realização desta mostrou-se mais problemática do que imaginávamos, uma vez que o mestrando seguia em um ritmo de letramento acadêmico que pareceu-nos tê-lo preparado para lidar com a dissertação como um todo. Como podemos ver no final da figura anterior, o orientador chama a atenção para o fato de que “nem olhando modelos” o mestrando consegue realizar, satisfatoriamente, a interpretação de seus dados; no entanto, ainda que seja relevante o contato com textos da mesma natureza para apreensão do gênero, vale relembrar que os gêneros discursivos, na condição de formas comunicativas, são adquiridos por meio de processos interativos, em situações reais de comunicação, com suas estratégias de aprendizado (MACHADO, 2018; VIAN JR, 2006; MARCUSCHI, 2008), de modo que não basta ver/ler, mas vivenciar o processo – “só se aprende a fazer, fazendo”.

Devemos refletir, aqui, que cada seção da dissertação apresenta suas especificidades, movimentos e passos para sua realização (SWALES, 1990), conforme os Estudos Retóricos de Gêneros, de modo que cada uma dessas partes pode revelar graus de dificuldade/facilidade em sua apreensão e realização pelo escrevente. Swales (1990, p. 58) articula, em sua obra, três importantes conceitos: comunidades discursivas, propósitos comunicativos e gênero, este último “[...] compreende uma classe de eventos comunicativos cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos”. Vale destacar que o propósito comunicativo, para Swales, bem como para nós, deve ser interpretado como de natureza social principalmente, ainda que haja algo de individual (BEZERRA, 2006). Assim, podemos dizer que o mestrando participa da comunidade acadêmica mediante eventos comunicativos, tais como os gêneros orais e escritos que produz ao longo do curso de mestrado, com o propósito de dar resposta a um fenômeno observado na sociedade/comunidade escolar; para tanto, realiza a organização retórica do gênero, neste caso a dissertação: situar a pesquisa, introduzir a pesquisa, fundamentar teoricamente, relatar metodologia, analisar dados, concluir a pesquisa e credenciar o trabalho⁷¹ (SANTOS, 2019).

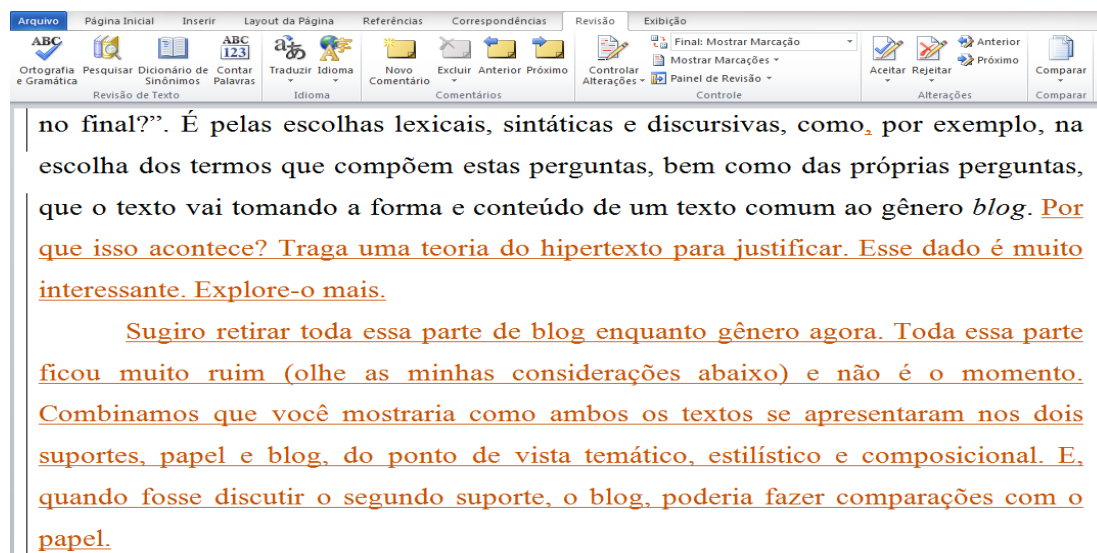
Acreditamos que em termos de menor complexidade estejam os movimentos de situar a pesquisa, introduzi-la, relatar a metodologia, conclui-la e credenciar o trabalho, visto que sua introdução e conclusão, por exemplo, últimas partes a serem produzidas, demandam um apanhado geral e sintético daquilo que foi produzido ao longo da investigação, bem como a metodologia se trate de uma descrição dos passos seguidos em sua feitura. Já a

⁷¹ Conforme detalhamos no quadro 4 da subseção 4.3 *Produção do gênero dissertação de mestrado: a emergência do autor (inter)mediado*.

fundamentação teórica e a análise dos dados, para nós, demandam um esforço maior por parte do pesquisador, porquanto torna-se necessário um trabalho mais aprofundado de levantamento da teoria, leituras, articulação dessa teoria e a capacidade de observação e interpretação de dados em diálogo com a perspectiva teórica adotada. Em termos de complexidade, vale ressaltar o quão difícil é para pesquisadores iniciantes realizarem análises. Isto pode ser explicado, por exemplo, pelo fato de estarem em contato com professores experientes que discutem muito mais sobre teoria, por vezes sobre metodologia científica de modo bastante geral, sem contato com professores experientes fazendo análises, em disciplinas voltadas para essa prática de pesquisa. Daí defendermos que o aprendizado acaba resultando da prática, quando o aprendizado necessita de outras condições, como ensinar-lhes, de fato, como executar uma análise de dados conforme os procedimentos relativos à natureza da pesquisa, tanto nas ciências humanas como em outras áreas.

Nossos dados, nesta subseção especialmente, comprovam isto, ou seja, a escrita da metodologia mostrou-se menos “conturbada” do que a produção da seção de análise, como podemos observar, ainda, nos dados que se seguem, da primeira versão (Figuras 71, 72 e 73).

Figura 71 - Primeira versão da análise de dados - perguntas e direcionamentos do orientador



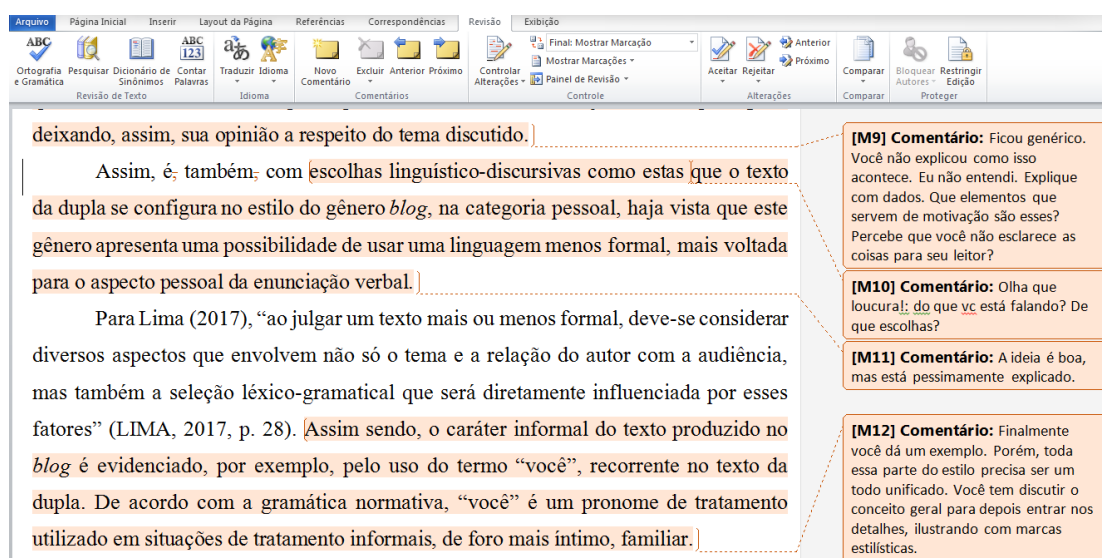
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Com base na figura 71, vemos o trecho registrado na cor preta, escrito pelo mestrando e destacamos um detalhe: suas análises, inicialmente, apresentam-se como descrição dos dados apenas; o trecho registrado na cor laranja e sublinhado, por sua vez, são as palavras do orientador, que o interroga sobre a causa do fenômeno em questão e solicita que “Traga uma teoria do hipertexto para justificar”, além de aconselhar a supressão da parte seguinte. Esse

trecho do orientador sobre trazer a teoria é, para nós, bastante significativo quanto à autoria, em especial na área das ciências humanas, uma vez que um aspecto importante do gênero acadêmico é a articulação de vozes teóricas, por meio da citação de autores que dão respaldo à pesquisa, que marca uma forma de interação com nossos pares (CORTES, 2009), sendo a seção de análises um casamento entre as interpretações do autor quanto ao fenômeno observado mediante seus dados e a teoria adotada. Conforme definimos a autoria, uma posição sócio-discursiva-interacional presente no interior do gênero, salientamos sua identificação por meio da assimilação de uma intenção discursivizada dialogicamente, o que tem relação com a apreensão e realização/utilização do gênero com liberdade e domínio (BAKHTIN, 2011b). Dessa maneira, ao observar que o mestrando ainda não realiza o gênero com o domínio esperado, verificamos que isso interfere na manifestação da autoria, que vai sendo construída, de maneira parcial, gradativa e processualmente, até aqui.

Se em um caso falta a teoria para explicar dados, em outro faltam dados para ilustrar a reflexão. É o que ocorre no recorte apresentado na Figura 72, a seguir, no qual o professor pede que explique com dados e, até mesmo, “comemora” a aparição de um exemplo com dado da pesquisa, além de aconselhar a melhora das explicações, ruins ou confusas.

Figura 72 - Primeira versão da análise de dados - questionamentos do orientador



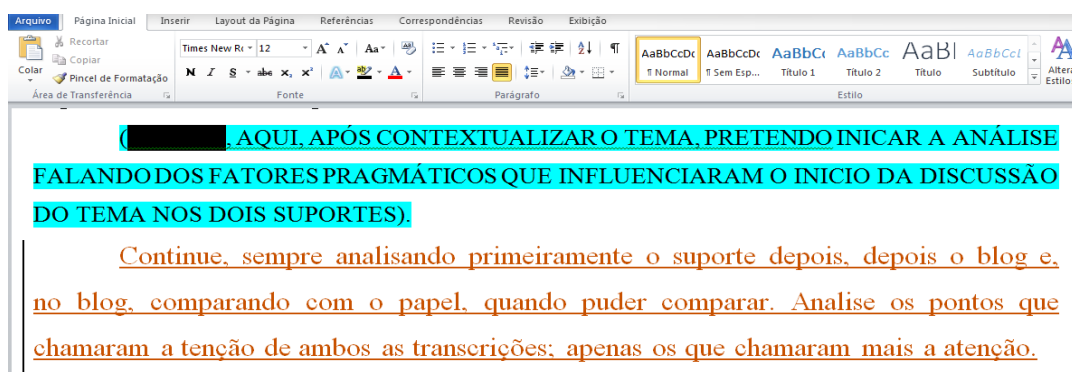
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Se, como dissemos, é característico da seção de análise conjugar teoria e interpretação dos dados, novamente o mestrando demonstra estar em processo de apreensão do gênero, por meio do exercício da escrita em contexto acadêmico, desenvolvendo-se em seu nível de letramento, de modo que a própria autoria fica enfraquecida, porquanto se efetiva

parcialmente: constatamos uma intenção discursiva (ideia, objetivo de pesquisa), mas esta apresenta, na versão analisada até aqui, comprometimento da articulação entre as vozes teóricas e interpretação dos dados, interferindo, assim, na configuração do próprio gênero e, portanto, na sua apreensão e uso com domínio, ou representando um sintoma de ainda não ter sido apreendido e utilizado com liberdade. Vale ressaltar que pessoa e autor não se confundem, logo a pessoa do mestrando e o autor (inter)mediado na dissertação de mestrado não são uma mesma instância. No entanto, consideramos, em nossa pesquisa, que estas duas instâncias – mestrando e autor – se desenvolvem concomitantemente: o primeiro constitui-se em seu processo de letramento acadêmico, ao interagir com seus pares, apreender o gênero acadêmico; o segundo revela-se no interior do gênero, quando apreendido e utilizado com domínio, acomodado às suas exigências de ordem institucional, tais como linguagem, estruturação etc. (BAKHTIN, 2011b, 2011c, 2014, 2018; MARINHO, 2010; FIAD, 2015).

A Figura 73, a seguir, revela a presença de “intenção” do autor, uma intenção discursiva, não pessoal, como uma resposta a ser dada (BAKHTIN, 2014), visto ser da ordem do fenômeno investigado no interior dos dados, como é possível visualizar no recorte, com realce em azul, em que o mestrando sinaliza para o orientador o procedimento a ser realizado após apreciação da primeira versão da análise.

Figura 73 - Primeira versão da análise de dados - “intenção” do autor



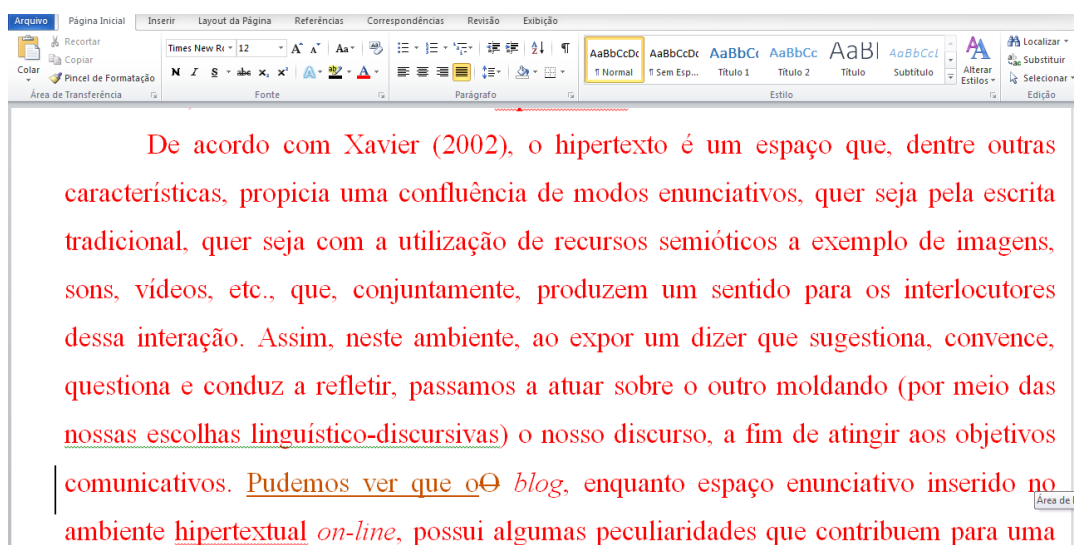
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Como vimos, na seção metodológica e nessa primeira versão da seção de análise da dissertação de mestrado, o orientador já não escreve partes do texto, como observamos no início do processo de escrita do projeto, em que o orientador, em razão da profundidade de suas contribuições, de forma efetiva, atuou como coautor, não só em relação ao conteúdo (o *quê se diz*), mas também em relação ao modo de redigir o texto (o *como se diz*) (TARGINO, 2005; LEMOS; PEREIRA, 2017; POSSENTI, 2001, 2002). Parece-nos que o orientador passa

a “soltar a mão” do orientando, a fim de que o estudante assuma sua própria produção, sem alibi, visto já demonstrar avanços em seu processo de letramento e, também, conforme já mencionamos, porque ao ingressar no programa de pós-graduação o candidato assume o compromisso de produzir sua pesquisa, sendo apenas orientado por um professor doutor (BAKHTIN, 2017; ARÁN, 2014; SOBRAL; 2019; SERRANO; 2011; LEMOS; 2017).

Conforme dissemos, ao iniciar a verificação da seção de análise, as versões produzidas após a primeira, mais complexa quanto ao grau de dificuldade em produzi-la, representam respostas às solicitações do orientador e aos propósitos do autor da dissertação. Anteriormente, por exemplo, verificamos que o orientador solicitou que o estudante “trouxesse a teoria do hipertexto” (Figura 71) para fundamentar a análise e, desse modo, estabelecer o diálogo entre teoria e interpretação dos dados; com base na Figura 74, seguinte, recorte da segunda versão⁷², vemos que o mestrando traça a relação entre a teorização, fundando-se em “Xavier (2002)”, e seu objeto, nesse ponto, o blog.

Figura 74 - Segunda versão da análise de dados “trazendo teoria do hipertexto”



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

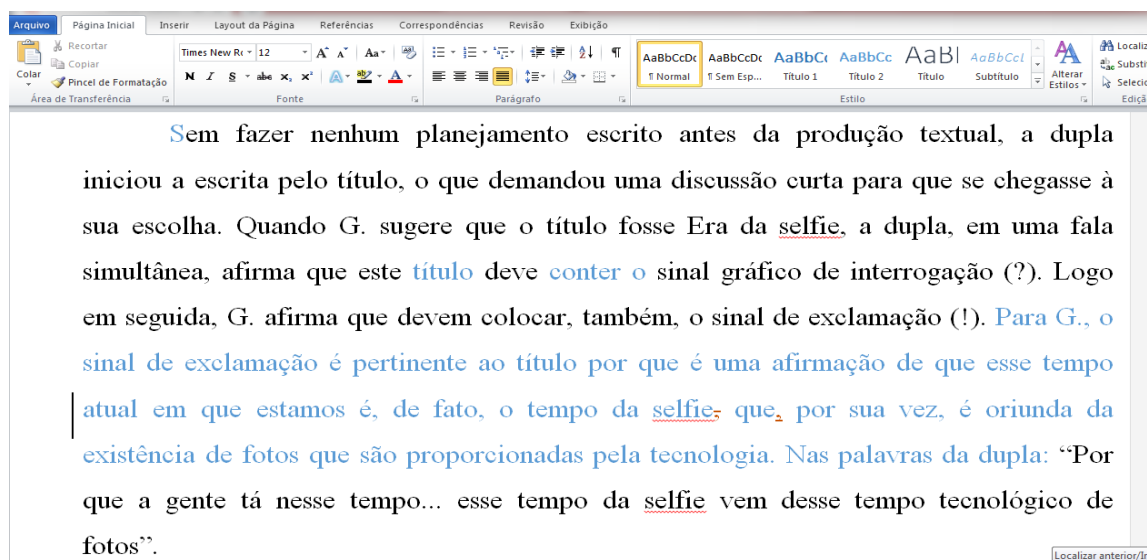
Para nós, ao realizar essa adequação sugerida pelo professor, interlocutor com autoridade e experiência suficientes para guiá-lo, é possível observar mais explicitamente, nesse processo, que o orientador atua como mediador não só na apreensão do gênero, mas também na construção da autoria, no sentido de citar a teoria/autores, operando, de acordo

⁷² Pela semelhança entre as ocorrências, apresentamos somente um dado/recorte da segunda versão da seção de análise dos dados da dissertação, bem como reduzimos a quantidade de recortes nas versões seguintes, a fim de evitar a análise de dados semelhantes, dando destaque para ocorrências que consideramos mais significativas para a pesquisa.

com nossa reflexão, a articulação de “vozes teóricas” em uma espécie de “mundo teórico” criado pelo autor, utilizando o gênero mais livremente e com domínio (BAKHTIN, 2011b).

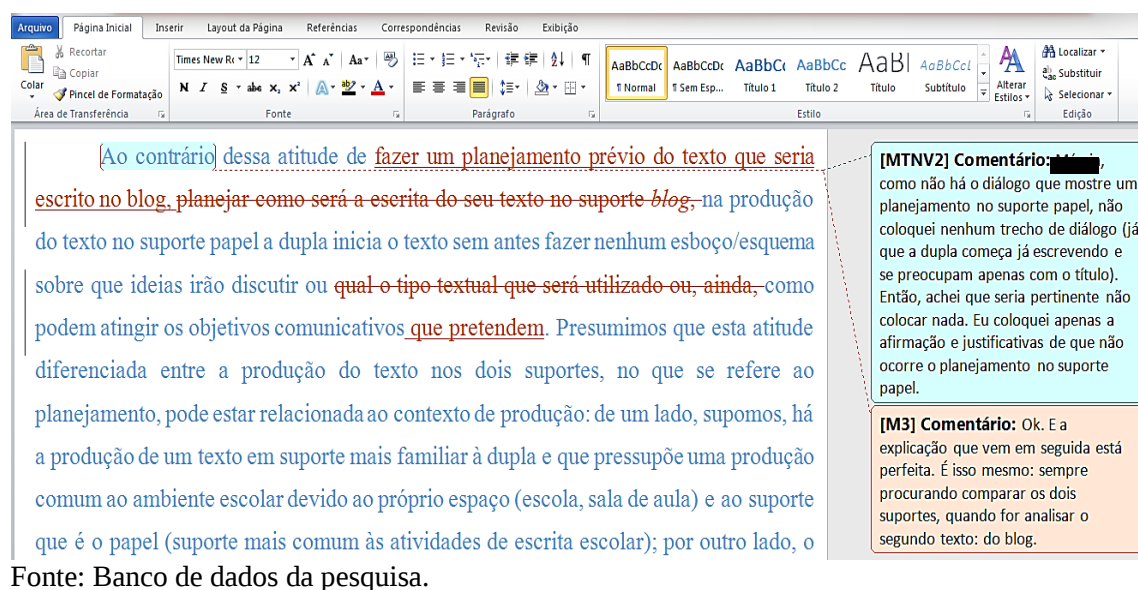
Ao apreciar a seção de análises e comparar a primeira versão com as seguintes, conforme veremos adiante, observamos um avanço do mestrando em sua escrita. Na primeira, constatamos um “clima” bastante tenso nas cobranças do orientador (“nem olhando modelos consegue fazer”, “traga a teoria”, “retire essa parte, pois está muito ruim”, “explique com dados”); já na segunda, vimos, por meio da figura 74, um exemplo bem sucedido de resolução de apontamento do orientador, contribuindo para a construção da autoria; na terceira versão, por sua vez, conforme as Figuras 75 e 76, adiante, podemos notar a ampliação do texto, conforme avança a análise dos dados da pesquisa, com acréscimos na cor azul, além disso houve diminuição na quantidade de comentários interativos e recados no interior dos parágrafos pelo orientador, porém a utilização desse recurso por parte do mestrando, no intuito de se aconselhar com seu professor.

Figura 75 - Terceira versão da análise de dados com ajuste de textualização pelo autor



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

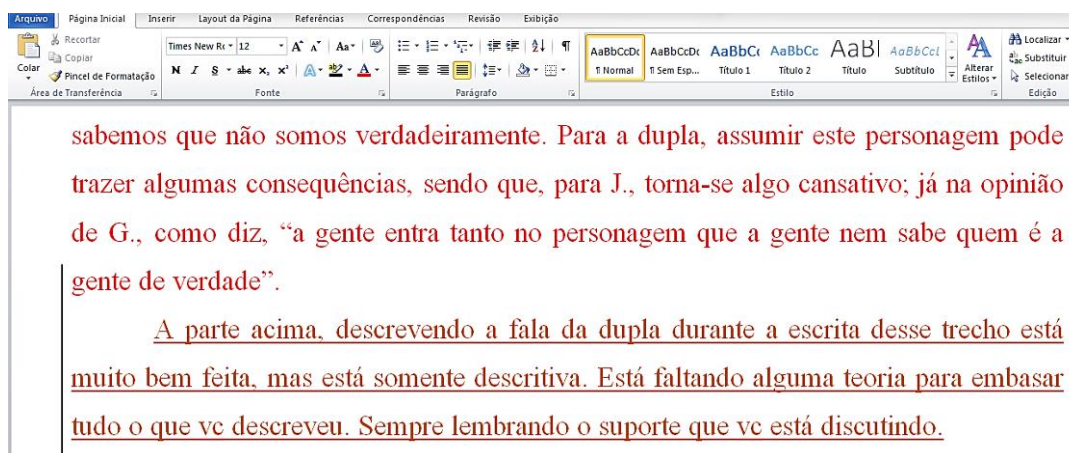
Figura 76- Terceira versão da análise de dados com interação mestrando-orientador



A figura 75 apenas ilustra a ampliação da produção pelo mestrando, o autor, e as poucas intervenções do orientador, ou seja, apenas o ajuste no uso da vírgula. Na figura 76, que mostra mais um parágrafo produzido pelo estudante, o orientador reformula e suprime trechos, segundo considera mais adequado, supomos, ao estilo acadêmico, direto e objetivo, e seu comentário interativo, na cor rosa, segue como resposta ao comentário do mestrando, na cor verde. Chama-nos atenção o comentário do orientador: “E a explicação que vem em seguida está perfeita. É isso mesmo [...]”, pois, para nós, isto mostra que o mestrando já não descreve seus dados apenas, mas mostra-se capaz de interpretá-los, dialogando, quando pertinente, com a teoria que fundamenta seus achados. Esse reconhecimento do orientador de seu avanço é revelador, portanto, da ampliação de seu nível de letramento acadêmico, na apreensão de um gênero tão complexo como a dissertação de mestrado, produzido em uma esfera de maior desenvolvimento cultural, e também na constituição da autoria, que se revela no interior do gênero, principalmente quando este é realizado conforme exigências sócio-histórico-culturais (MARINHO, 2010; FIAD, 2015; VIAN JR., 2006; BAKHTIN, 2011c).

Entretanto, considerando que o letramento e a constituição da autoria ocorrem de forma processual, interativa, não sendo um dom individual ou talento nato (VOLÓCHINOV, 2018; WIMSATT; BEARDSLEY, 2002; AZIZE, 2013), por vezes, embora tenha demonstrado significativo avanço, nos deparamos com dados que denotam a recorrência de atitudes já sinalizadas anteriormente, caso observado na versão seguinte da seção de análise, a quarta, como mostra a Figura 77, adiante.

Figura 77 - Quarta versão da análise de dados – “faltando alguma teoria”



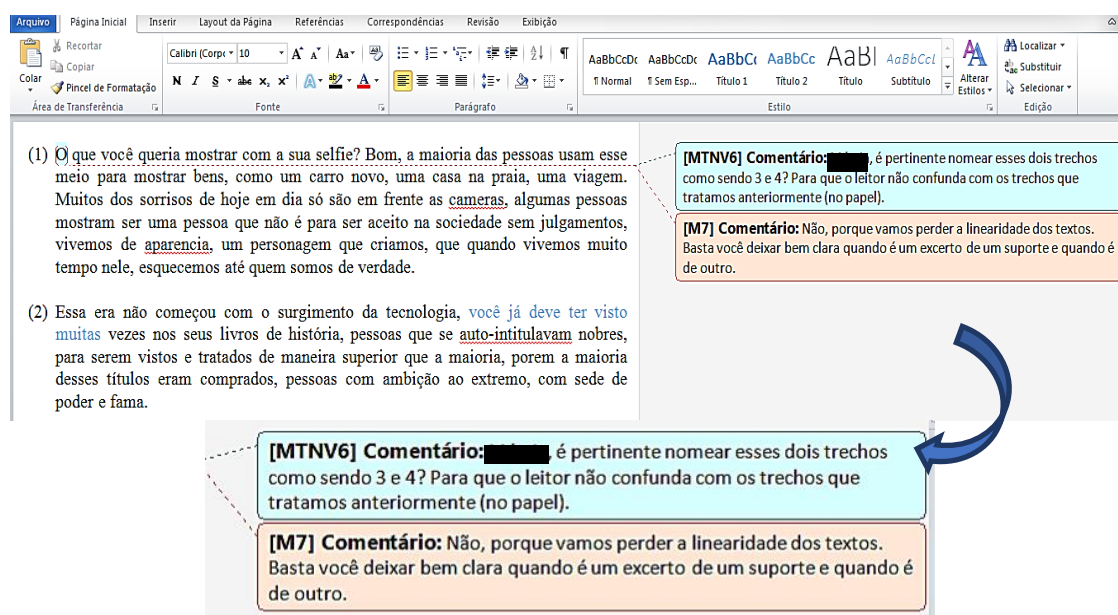
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na figura, acima, destacamos que o parágrafo superior pertence ao mestrando e o parágrafo inferior e sublinhado pertence ao orientador. Não obstante o professor elogie a escrita do trecho em questão, faz a seguinte ressalva: “[...] está somente descritiva”, sendo, mais uma vez, necessário dialogar com a teoria, articular as vozes teóricas (importante aspecto do gênero dissertação de mestrado e da manifestação da autoria), no intuito de conferir autoridade e credibilidade à pesquisa (SERRANO, 2011), como aconteceu no caso mostrado na figura 71, anteriormente. Acreditamos que ocorrências desse tipo sejam comuns no texto acadêmico, daí a importância da interlocução com outros parceiros nesse processo, como o orientador e professores componentes de bancas, pois faz parte de suas atribuições apontar questões dessa natureza, uma vez que cabe ao orientador supervisionar e direcionar a produção (SERRANO, 2011) e à banca fornecer importantes contribuições à pesquisa que instiguem o pesquisador ao posicionamento crítico, reflexivo (LEMOS, 2017) – neste processo, do mestrando espera-se uma posição ativa, integrada ao coletivo, cumprindo aquilo que somente ele, de seu lugar, pode fazer (BAKHTIN, 2017).

No início do processo de produção da dissertação, especificamente na seção teórica, em vários pontos o professor chamou atenção do mestrando para que pensasse em seu leitor, no sentido de fornecer informações ao interlocutor, para que este não tivesse que “adivinhar”. Na Figura 78, a seguir, observamos que é o próprio mestrando quem se atenta para a necessidade de nomear os trechos⁷³ e, assim, não confundir o leitor, conforme comentário interativo com balão na cor azul.

⁷³ No recorte da dissertação, enumerados como (1) e (2), na Figura 78, encontram-se dados da dissertação. Nela são analisados textos escritos pelos participantes da pesquisa em meio digital (publicado em um blog) e em papel, que são comparados tendo em vista os objetivos da pesquisa.

Figura 78 - Quarta versão da análise de dados - para “não confundir o leitor”



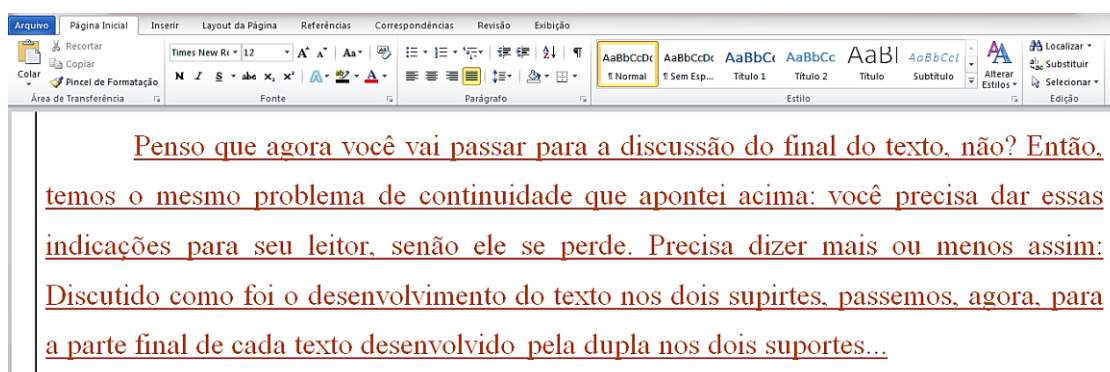
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Esse posicionamento do mestrand, neste ponto de sua produção, revela-nos uma atitude nova: levar em consideração o outro (não que estejamos afirmando que não tivesse considerado antes, porém, explicitamente, somente agora). A filosofia moral de Bakhtin tem como centro de valor o ser humano, em uma relação de alteridade, de um eu-para-mim, o outro-para-mim e eu-para-o-outro, levando-se em consideração valores de natureza científica, estética, política, religiosa, sobre os quais pensam e agem os indivíduos, a partir de um ponto de vista exotópico (BAKHTIN, 2017; SOBRAL, 2019). Nessa direção, em consonância com os pressupostos bakhtinianos, o autor constrói um mundo (o mundo da personagem), no âmbito da criação estética literária, tendo como centro valorativo uma outra consciência, o outro, com quem fala; para nós, no caso da produção científica, para dissertar sobre determinado objeto de estudo, o pesquisador o faz, como característica do próprio gênero, fundamentando-se nas palavras de outros pesquisadores, em diálogo com essas vozes, pondo em relevo a característica primordial da linguagem humana: a interação, o diálogo.

Em consonância com Bakhtin (2014), a dialogia é um fenômeno próprio do discurso. “Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e intensa. [...]” (BAKHTIN, 2014, p. 88). E no domínio acadêmico, como ressalta Cortes (2009), encontramos-nos sempre em interação com nossos pares – vários teóricos –, em nossos estudos, sendo o orientador um importante interlocutor nesse caminho.

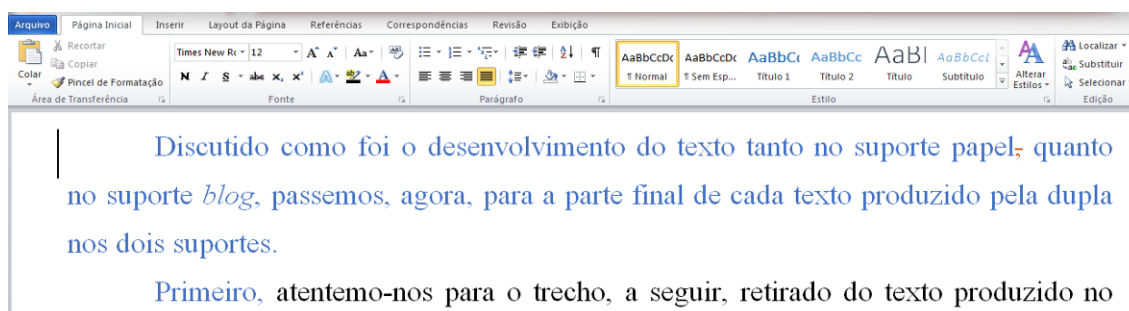
Na finalização dessa quarta versão da seção de análise da dissertação de mestrado, o professor apontou para o mestrando um problema de continuidade ao passar da análise de um suporte para a outra, ou seja, do texto produzido pelos participantes da pesquisa em suporte digital e em suporte de papel, sem que ficasse claro para o leitor quando se tratava de uma ou de outra, levando em consideração, novamente essa preocupação com o interlocutor e, também com a estruturação da própria redação textual, que representa a materialização do discurso em questão. Isso é o que podemos observar na Figura 79, a seguir, que tem sua resolução ilustrada na Figura 80, posterior, referente à quinta versão do texto, no qual observamos outras ações semelhantes.

Figura 79 - Quarta versão da análise de dados – “problema de continuidade”



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Figura 80 - Quinta versão da análise de dados com ajuste da falta de continuidade pelo autor



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

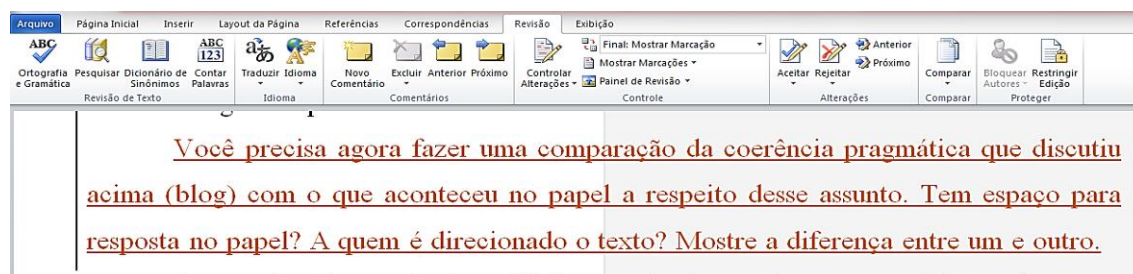
Como mostram os dados, nas figuras 79 e 80, anteriores, o professor apresenta uma sugestão textual, salientando, em suas palavras, que deve “dizer mais ou menos assim”, e o escrevente “aproveita” a proposta, mantendo-a, com alguma ampliação (“tanto no suporte papel quanto no blog” em lugar de “nos dois suportes”). Se considerarmos que o orientador, nesse processo de pesquisa em parceria com o mestrando, atuou como coautor, por meio de suas efetivas contribuições, com ideias, *insights*, além de escrever partes do texto, parece-nos

natural que, aqui, o estudante mantenha o trecho sugerido (BRAGA, 2005; TARGINO, 2005; LEMOS; PEREIRA, 2017). Dados como este mostram-nos que o professor orientador, autoridade responsável por direcionar a pesquisa e principal interlocutor nessa etapa da pesquisa e sua escrita (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017), tem sua “voz” registrada no texto, porém, no final do processo, no produto final, a dissertação finalizada para depósito, a impressão do leitor é de uma autoria única, neste caso em análise.

Dissemos que a segunda parte da análise, em sua primeira versão, embora tenha sido produzida após a etapa de qualificação da pesquisa, seria analisada neste bloco. Fizemos, então, três recortes do texto, arquivo datado de 10/08/2019, com 13 páginas. Como ocorreu em todas as produções analisadas, o mestrando produzia uma versão inicial apreciada, em seguida, pelo orientador, que dava sua opinião, dava direcionamentos, fazia intervenções quando necessárias, como ocorre com a parte final das análises de dados da dissertação, considerada por nós a sexta versão da seção, antes da “montagem” do gênero em peça única, para qualificação.

Assim, visto que o mestrando produziu seu texto dentro dos parâmetros da primeira parte, ou seja, apresentando seus dados, interpretando-os e dialogando com a teoria, conforme sua pertinência, decidimos destacar o apontamento do orientador, dando ênfase à interação, importante aspecto dos gêneros e da própria linguagem, extremamente relevante no processo de letramento e apreensão do gênero pelo estudante, como temos observado. Nessa segunda parte da análise, o professor lança perguntas que ajudam a guiar o percurso analítico dos dados da pesquisa, a fim de realizar comparações entre os textos produzidos nos dois suportes e, dessa maneira, cumprir com os objetivos de pesquisa.

Figura 81 - Sexta versão da análise de dados com perguntas direcionadoras do orientador



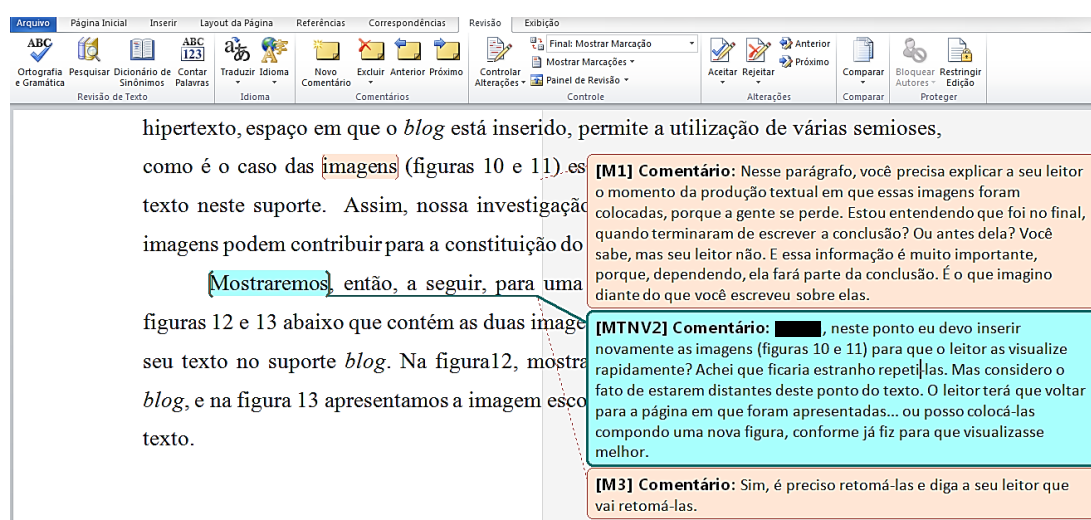
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na subseção 2.2 *Da ascensão ao esmaecimento: o percurso da autoria no campo da Literatura*, desta tese, ao tratar da corrente chamada *New Criticism*, vimos que as críticas tecidas às teorias pragmatistas consideravam um equívoco supor um processo de criação, pois

presume-se, dessa forma, a existência de uma instância criadora; Mattar Neto (2000, p. 68) considera que o “[...] próprio texto, quando começa a ser desenvolvido, vai definindo as direções que podem ser seguidas, gerando novas possibilidades de combinações, e destruindo outras” e que “O texto vai aos poucos criando vida própria, e a partir de um certo momento passa a resistir às intromissões do autor”. Diante disso, e com base no dado apresentado na figura 81, anterior, vemos que esta assertiva de Mattar Neto não se confirma exatamente. Ainda que os dados não possam ser falseados pelo pesquisador, ao analisá-los, demandando objetividade em sua apreciação, salientamos que a intenção discursiva do autor (ideia) e os direcionamentos do orientador (*insights*) não são definidos pelo próprio texto, mas por suas decisões (BAKHTIN, 2011c; BRAGA; 2005).

Ademais, os caminhos da pesquisa são definidos não só pela intenção discursiva do autor, mas também pela consideração do outro, porquanto o conhecimento resulta do encontro com o outro, ainda que seja um leitor/ouvinte imaginado ou os autores e interlocutores com os quais interage (orientador, professores componentes de bancas, revisor de textos, entre outros), negocia e constrói sentido(s), em um processo dialógico, responsivo, alteritário (BAKHTIN, 2017; SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012; LEMOS, 2017). No recorte seguinte (Figura 82), por exemplo, orientador e orientando conversam sobre a necessidade de apresentação de informações ao leitor, pois, segundo o orientador, o escrevente “sabe, mas seu leitor não”.

Figura 82 - Sexta versão da análise de dados com interação mestrando-orientador



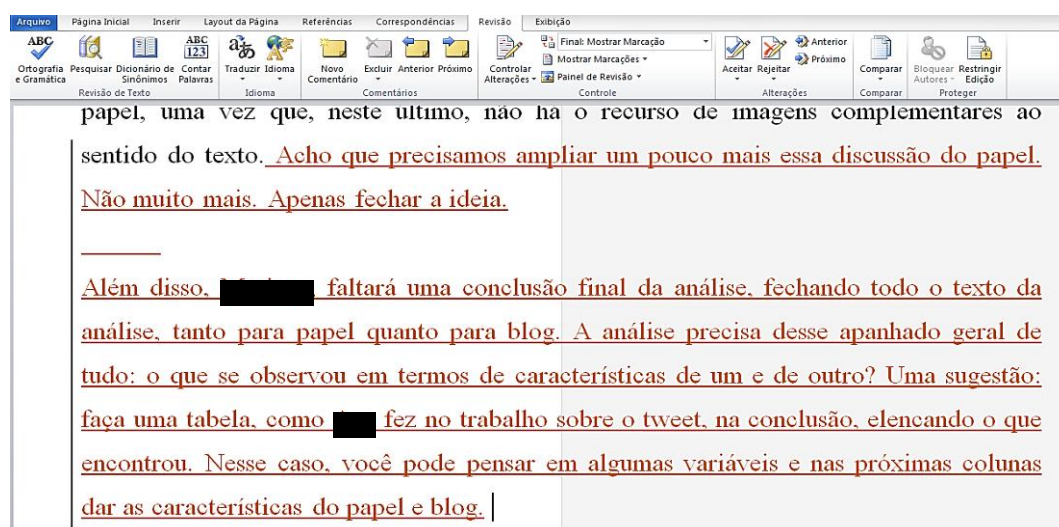
Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Portanto, a decisão de “inserir novamente as imagens”, de acordo com a conversa interativa ilustrada nos balões, não decorre das definições do próprio texto ou do objetivo

discursivo do autor, neste caso, mas, principalmente, da interação que se pretende estabelecer com o leitor, tendo em vista “O acontecimento da vida do texto, isto é, a sua verdadeira essência, [que] sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*” (BAKHTIN, 2011b, p. 311) e, assim, o gênero discursivo de fato se realiza. Ressaltamos que na filosofia moral de Bakhtin o homem é o centro, um ser social e sujeito de resposta, encarnado em um indivíduo real; e acrescentamos, ao tratar da noção de sujeito, em consonância também com Charaudeau (2016), que a linguagem é própria do homem, sendo apropriada e moldada mediante trocas que estabelecemos uns com os outros (BAKHTIN, 2011c; MEDEIROS, 2006; CHARAUDEAU, 2016). Nessa perspectiva, não confundimos sujeito e autor, até porque o segundo tem origem no primeiro, de modo que não podemos ignorar o aspecto individual, em que o mestrando amplia sua experiência com textos acadêmicos e, ao mesmo tempo, a autoria se constitui no interior do gênero, onde se dá o encontro, o diálogo, não só com outros interlocutores, mas, também, com outros discursos. Ademais, é importante ressaltar que essa posição de autor está sendo construída, processualmente, com sua finalização ligada à sua assinatura e legitimação institucional pela assinatura da banca, o selo do programa de pós-graduação e o da instituição.

Por fim, na Figura 83, a seguir, como um diagnóstico geral em relação à segunda parte das análises produzida pelo mestrando, o professor propõe ampliar a discussão e produzir uma “conclusão final”, uma síntese, com a ideia de uma tabela onde elencaria os achados da pesquisa. O professor sugere, ainda, tomar como exemplo/modelo o trabalho de outro estudante e pensar em algumas variáveis.

Figura 83 - Sexta versão da análise de dados – “conclusão das análises”



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

De acordo com a versão da dissertação para defesa, essa proposta foi seguida, com a produção de um quadro comparativo sobre a produção de sentido em suporte digital e suporte de papel, com destaque para os mecanismos textual-sociodiscursivos utilizados. Para nós, esta sugestão do orientador confirma sua participação na pesquisa, desde o início, no caso por nós analisado, como bem mais que direcionador da pesquisa, mas como coautor, o que nos permite refletir que, de modo geral, de acordo com a experiência de seu orientando, seu nível de letramento e dependência do interlocutor em cada etapa, o professor pode atuar na pesquisa desde a autoridade acadêmica responsável por supervisionar a investigação até uma instância coautoral, assim caracterizada somente na investigação de um processo.

Nesta subseção em que perscrutamos o percurso de produção das seções de metodologia e análise de dados da dissertação de mestrado, se compararmos com as etapas anteriores, verificamos um avanço do mestrando em seu processo de letramento, ainda que a seção de análise seja, para nós, mais complexa em sua produção. O estudante pesquisador passa a pensar em seu leitor, a entrever possíveis lacunas no texto, entretanto apresenta dificuldade em expor seus dados, interpretá-los e dialogar, ao mesmo tempo, com a teoria; assim, para nós, isso compromete a constituição da autoria, visto que o gênero não se realiza conforme suas exigências, já que a articulação das vozes teóricas é uma importante característica desse gênero acadêmico em algumas culturas disciplinares. Ao longo dessa etapa, ressaltamos que o orientador continua atuando como mediador do estudante em direção ao seu processo de letramento, apreensão do gênero e, portanto, construção da autoria.

Na subseção seguinte, seguimos para a apreciação da dissertação, após reunião das seções que foram produzidas parte a parte, formando uma peça única, no intuito de proceder à qualificação da pesquisa – versão que passou por revisão de linguagem e de formatação.

6.4 Etapa de qualificação e realização de revisão textual: interações indispensáveis no âmbito institucional acadêmico

Anteriormente, apreciamos as seções da metodologia e de análise de dados da dissertação e salientamos o quão relevante o papel do orientador é no processo de apreensão do gênero pelo escrevente, na sua condição de principal interlocutor, visto que o gênero se realiza, efetivamente, em seu acontecimento real, no encontro entre indivíduos, na interação – nesse acontecimento, o mestrando assume sua responsabilidade, ativamente, sendo convidado, instigado, também, pelo orientador que, com sua expertise, começa a “soltar a mão” do estudante, ao mesmo tempo em que este amplia seu nível de letramento acadêmico, utiliza

mais livremente o gênero, contribuindo, assim, para a constituição da autoria. Nesta subseção de nossa pesquisa, averiguamos o processo por meio do arquivo relativo à “montagem” da dissertação, tendo em vista a etapa de qualificação, com sua estrutura apresentada no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Estrutura da dissertação para qualificação

Capa
Folha de rosto
Folha de aprovação
Resumo
Lista de ilustrações
Sumário
Introdução
Seção teórica
Seção metodológica
Seção de análise dos dados (primeira parte)
Referências
Apêndices

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

De acordo com documentos que normatizam regras e orientações para os cursos de pós-graduação, como da Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁷⁴, por exemplo, o exame de qualificação é definido como um pré-requisito para a defesa, seja de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, com o objetivo de avaliar a maturidade e os conhecimentos científicos do candidato, o estágio em que se encontra a pesquisa, sua adequação à proposta, possibilidade de realização conforme o prazo etc. Assim sendo, trata-se de um pré-requisito institucional, estabelecido formalmente pelas instituições de ensino superior, a fim de atestar se a pesquisa deve ser continuada, como deve ser continuada, sendo a avaliação dos professores doutores componentes da banca e suas sugestões, observações, correções, direcionamentos essenciais para a conclusão da pesquisa.

Conforme exhibe o quadro 6, anterior, a dissertação não se encontra finalizada quanto à produção de todas as suas seções. Embora nada impeça que o texto seja finalizado pelo candidato e seu orientador, nessa fase, em geral, ele é apresentado em estágio avançado à banca, que deverá ser constituída por profissionais “[...] com prestígio na área de conhecimento a que pertence o objeto de estudo [...]”, os quais “[...] não assumem apenas um papel inquisitório, também atuam como conselheiros e assessores para pesquisas posteriores”

⁷⁴ Informações disponíveis em:

http://www.pei.ufba.br/sites/pei.ufba.br/files/informativo_sobre_exame_de_qualificacao_doutorado.pdf
f. Acesso em: 18 abr. 2022.

(SERRANO, 2011, p. 67, 73). Desse modo, destacamos que os professores componentes da banca de qualificação estão aptos a fornecer um “olhar vindo de fora da pesquisa”, cumprindo o papel institucional de aprová-la ou não, mas, especialmente, de sugerir caminhos para leituras e para a escrita, de fazer provocações, de levantar ideias e sacadas que, porventura, não tenham sido pensadas até então, por meio da interação que se estabelece nessa etapa (LEMOS, 2017).

Salientamos que antes da realização da qualificação foi executada uma primeira⁷⁵ revisão textual e formatação consoante ABNT, sendo, pelo que indicam os dados, isto é, as conversas por aplicativo de mensagens, uma exigência do orientador, em razão dos desvios por ele indicados, como ilustra a Figura 84, seguinte. É possível notar, na conversa, que quem salienta a necessidade de envio do texto para a revisão é sempre o orientador (com tarja azul sobre o nome), lembrando o aluno de que deve se ater aos prazos, a fim de ser possível a realização do trabalho do profissional.

Figura 84 - Conversa por aplicativo entre orientador e orientando sobre revisão textual

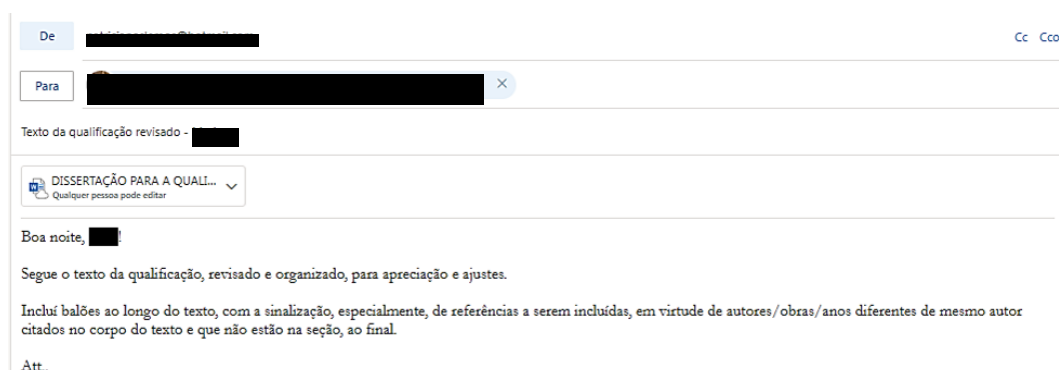
02/08/2019 10:25 - [orientador]: Vamos ver se conseguimos terminar esse texto todo até o final da próxima semana, incluindo resumo e introdução. Essa é a meta. Assim, já podemos enviar para [nome do revisor].
 02/08/2019 10:26 - [orientando]: Coloque essa meta pra você, ok? Terminar tudo até domingo, 11 de agosto.
 02/08/2019 10:27 - [orientador]: Estou ansiosa para terminar essa etapa. Tentando me controlar para ficar calma. 😊 Rsr
 07/08/2019 18:57 - [orientador]: sim, você terá que entregar os dois relatórios. Em um terá que anexar o texto da qualificação. Porém, até lá penso que já teremos o texto, mesmo sem passar pela [nome do revisor].
 09/08/2019 15:00 - [orientador]: 3) veja nas mensagens acima: o texto que precisava terminar até domingo é SEM a revisão da [nome do revisor]. Inclusive, vamos entregar o relatório que o programa pede SEM a revisão da [nome do revisor], porque não vai dar tempo. Entregamos o relatório e aí colocamos para a [nome do revisor] revisar. Como eu disse, eles não vão ler o texto, apenas olhar se tem algo feito ou não.
 22/08/2019 12:05 - [orientador]: Estou preocupada, porque temos que mandar para a [orientando] e terá que ser amanhã, senão não dá tempo.
 22/08/2019 12:05 - [orientando]: Ok

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 85, seguinte, mostra o e-mail enviado pelo revisor ao mestrando, após a realização de seu trabalho. A revisão/formatação foi feita pelo profissional revisor em versão digital, formato Word, sem utilização do controle de alterações (que permite destacar todas as intervenções no corpo do texto); assim, ao longo das 150 páginas, observamos a inserção de 48 balões pelo revisor, os quais versam, principalmente, sobre formatação e indicação de autoria na fundamentação teórica. Nas conversas de aplicativo entre mestrando e orientador, observamos que a revisão textual não abrangeu todas as seções, em razão do curto prazo, dando prioridade à formatação.

⁷⁵ Após a etapa de defesa pública da dissertação, foi realizada uma segunda revisão textual e formatação, conforme veremos na subseção seguinte.

Figura 85 - E-mail do profissional revisor de textos ao mestrando



Fonte: Dados da pesquisa.

A revisão textual caracteriza-se como uma atividade profissional exercida, comumente, em editoras, revistas e jornais ou em caráter *freelance* – caso da revisão de trabalhos acadêmicos (AVELAR; 2019; LEMOS, 2017; OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO, 2009; YAMAZAKI, 2009; GUEDES, 2013) e, também, como uma etapa da produção textual⁷⁶ que pode ser realizada pelo professor ou pelo próprio escrevente como atividade pedagógica auxiliar ao processo de ensino aprendizagem (MENEGASSI, 2001; MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016; MAFRA; BARROS, 2017). No âmbito da revisão de trabalhos acadêmicos, visto se tratar de gêneros mais complexos, produzidos em esferas mais desenvolvidas culturalmente (BAKHTIN, 2011c), a produção escrita apresenta estilo de linguagem e de formatação específicos desse campo de atividade humana, ou seja, uma variedade formal, correta do ponto de vista gramatical-discursivo, técnica em razão dos termos próprios da área de estudo.

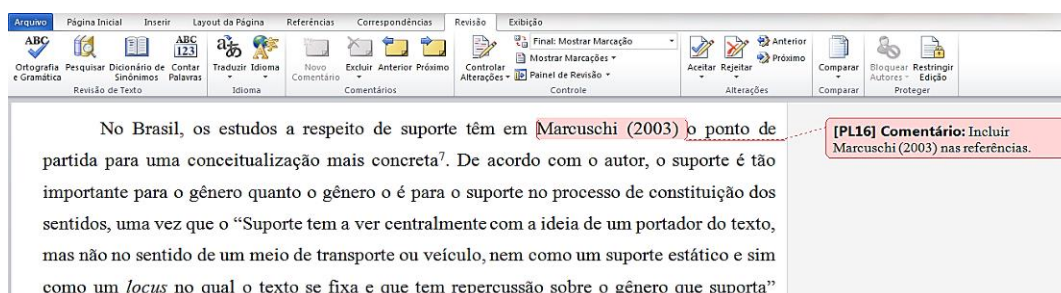
Vieira e Faraco (2019), ao tratarem da escrita na universidade, mencionam os graus de formalidade na escrita, categorizando-os conforme escala: informais (dedicatória), semiformais (artigo de opinião), formais (resumo acadêmico) e ultraformais (memorando) – o contexto situacional e a situação sociocomunicativa influenciam nas escolhas⁷⁷ linguísticas predominantes no gênero. Para nós, o estilo de linguagem em dissertação de mestrado obedece à variedade formal da língua e o revisor busca corrigir erros, realiza uma leitura atenta a fim de compreender o que lê, e com base em suas dúvidas negocia sentidos com o autor, apontado caminhos para a adequação da redação textual (LEMOS, 2017; PEREIRA; LEMOS, 2020; LEMOS; PEREIRA, 2021c, p. 819).

⁷⁶ Levamos em consideração etapas essenciais tais como o planejamento, a escrita, a leitura e a revisão (HAYES; FLOWER, 1980).

⁷⁷ Lembramos que as escolhas, referentes ao estilo, são consideradas, aqui, com base nas opções oferecidas pela língua, com alguma possibilidade de entrada individual.

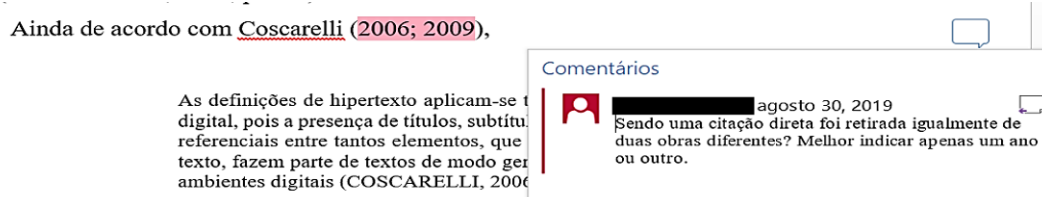
Como dissemos, a revisão, após montagem do arquivo pré-qualificação, foi realizada em parte do texto, sem ativação da ferramenta controle de alterações, com priorização da formatação, de modo que o revisor-normalizador atentou-se para a configuração geral, conforme ilustram as Figuras 86 e 87, adiante.

Figura 86 - Revisão textual pré-qualificação - inclusão de referência



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Figura 87 - Revisão textual pré-qualificação - ajuste em referenciação



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

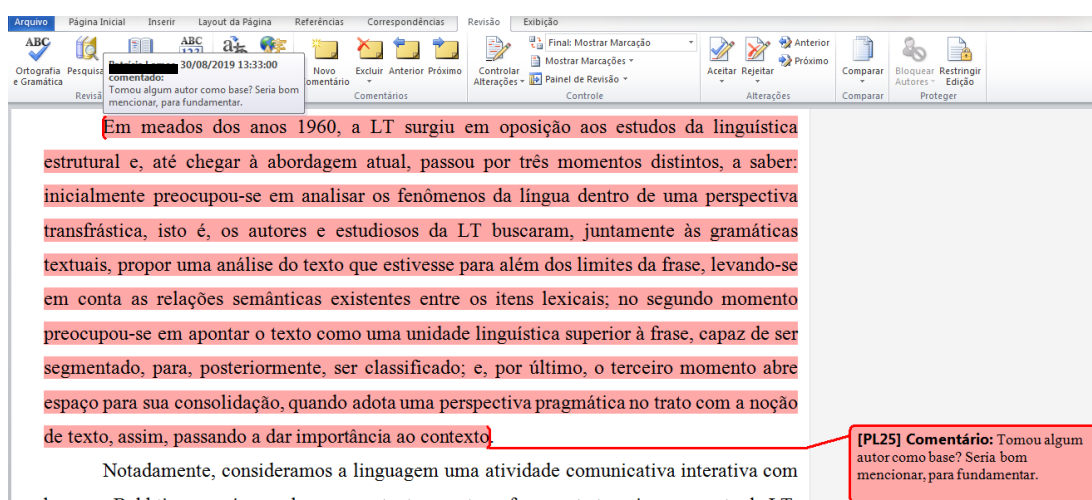
As duas ocorrências anteriores versam sobre a citação de autores no corpo do texto e indicação da referência. A esse respeito, a ABNT (2018) assevera que todas as citações realizadas no corpo do texto devem ser listadas na seção referências, mas aquelas apenas consultadas não devem fazer parte desta lista. Com base em nossa pesquisa ao longo do curso de mestrado (2016-2017), definimos que as normas, sejam da ABNT, Vancouver, APA etc., se referem ao estilo de formatação do texto (LEMOS, 2017); assim sendo, o modo de fazer a citação, a menção do autor e sua referenciação no texto constituem-se como particularidades do gênero acadêmico que devem ser apreendidas pelo escrevente.

Essa apreensão, como temos dito, ocorre mediante o processo de letramento acadêmico do mestrando, no contato com gêneros afins, os quais partilham semelhanças quanto à configuração (KLEIMAN, 2007; VIAN JR., 2006; MARINHO, 2010), mas, principalmente, na interação que estabelece com seus parceiros no processo de produção da dissertação: inicialmente o orientador, que chama atenção para aspectos de formação (na figura 46, por exemplo), agora o revisor e normalizador, que trata sobre a adequação da menção às vozes discursivas que, na condição de autor no interior do texto, são orquestradas

na dissertação (BAKHTIN, 2017), um gênero explicitamente dialógico, polifônico, em razão da mobilização e orquestramento de uma variedade de vozes sociais citadas de forma direta ou indireta, indicadas pela fórmula “AUTOR, ano, p.” (BAKHTIN, 2014).

Um ponto importante na produção acadêmica relacionado à menção, ou não, da autoria é o plágio. Trata-se da reprodução parcial ou integral de uma obra, sem autorização do autor ou citação da fonte, e consequente violação dos direitos autorais (PRODANOV; FREITAS, 2013; BRASIL, 1998; DALLA COSTA, 2016). Em nossa primeira seção teórica, mencionamos que o direito sobre a obra, o *copyright*, principiou na Inglaterra, no começo do século XVIII, por meio de processo judicial que modificou a prática de publicação de textos, conferindo aos autores a propriedade sobre sua obra (CHARTIER, 1999, 2012). Nas Figuras 88 e 89, seguintes, vemos que o revisor destaca a necessidade de fundamentação da teoria mediante a indicação de autoria tomada como base para a construção dos trechos em destaque⁷⁸. Embora não mencione, de forma direta, o risco de plágio, alerta para a importância de “[...] informar qual autor fundamenta a informação”.

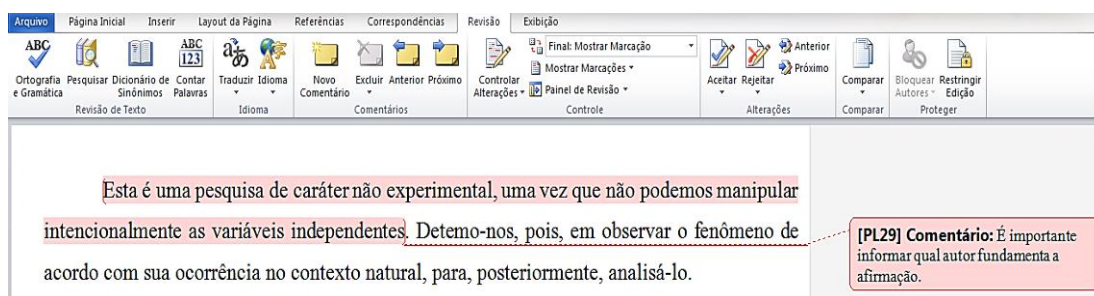
Figura 88 - Revisão textual pré-qualificação - menção à autoria



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

⁷⁸ Não ignoramos que esta atitude possa ter outro desdobramento: uma indução para que o mestrando se apoie sempre em autores prévios, gerando certo “apagamento” da voz autoral. No entanto, é característico de gêneros acadêmicos, tais como a dissertação, de natureza descritiva, amparar-se em bibliografia específica, analisando dados com o auxílio da teoria e em diálogo com ela, de modo que pesquisadores iniciantes são orientados, diferente de pesquisadores/autores renomados, a fundamentar seus escritos.

Figura 89 - Revisão textual pré-qualificação – necessidade de fundamentação teórica



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Na primeira imagem (figura 88), o autor da dissertação sintetiza informações a respeito do percurso histórico da “LT” (Linguística Textual), segmento dos estudos linguísticos centrado no estudo do texto (KOCH, 2018); na segunda (figura 89), caracteriza o tipo de pesquisa desenvolvida, ou seja, “de caráter não experimental”, conforme definição proposta na adaptação do projeto de pesquisa para uma disciplina, como mostramos no início do processo. No artigo intitulado *Revisão textual e produção de dissertação de mestrado: uma reflexão sobre o risco de plágio*, consideramos que na produção de dissertação de mestrado, bem como outros gêneros acadêmicos, o pesquisador lida com textos que possuem autoria identificada, e com direito sobre suas produções garantido pela lei, assim a menção ao autor de obra consultada é uma característica do gênero a ser apreendida e executada e, também, uma atitude obrigatória ao apropriar-se das palavras de outrem, seja de forma direta ou indireta (PEREIRA; LEMOS, 2020).

No Brasil, os direitos autorais de obras literárias, artísticas e científicas são garantidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Esta lei define em seu Artigo 11 que o “Autor é a pessoa física *criadora* de obra literária, artística ou científica” (BRASIL, 1998, destaque nosso). Esta concepção jurídica assume pessoa e autoria como uma mesma instância⁷⁹, denotando, para nós, resquícios de uma concepção romântica de gênio criativo, sendo a criação uma capacidade individual (AZIZE, 2013; CHARTIER, 2014; CAVALHEIRO, 2008), diferentemente do que estamos considerando aqui: pessoa e autoria não se confundem e criação não se refere à capacidade nata individual, mas, sim, ao processo de produção, à experientiação, ao trabalho realizado, à interação com seus pares e com discursos etc.

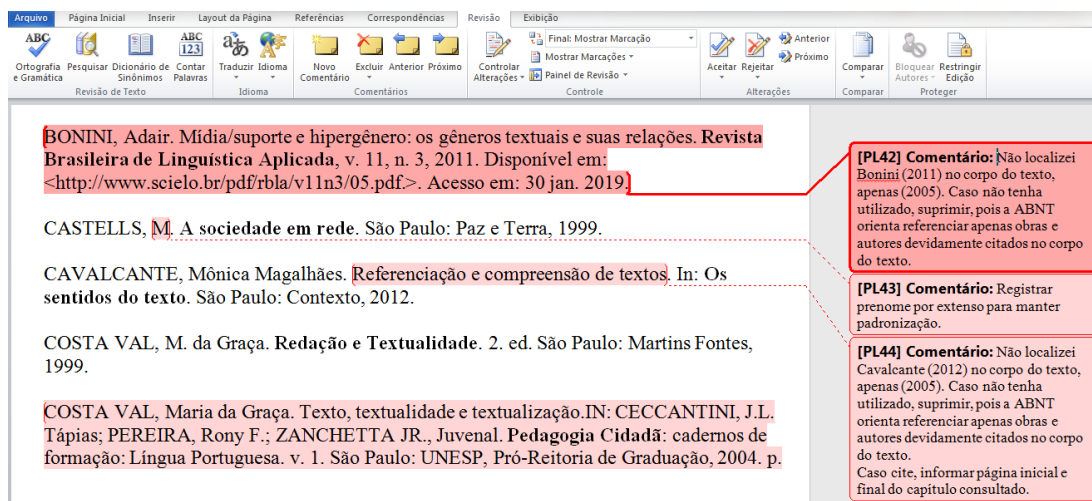
No âmbito da produção científica, destacamos a existência de softwares detectores de plágio utilizados como ferramenta na identificação de partes ou integralidade de textos utilizados sem a devida menção do autor, como forma de reconhecimento do discurso do

⁷⁹ Compreendemos que perante a lei o autor como proprietário de uma obra coincide, naturalmente, com o indivíduo real, responsável por sua criação.

outro nos moldes científicos, uma vez que, para contextualizar nosso objeto teórico, nos valem das contribuições de outros pesquisadores (SERRANO; 2011; PEREIRA; LEMOS, 2020). No entanto, nem todos dispomos dessa ferramenta. Nesse sentido, propusemos, no artigo científico mencionado, que, além do orientador e outros leitores, o revisor pode atuar como interlocutor atento ao risco de cometimento de plágio, visto que conhece o funcionamento, a configuração, o estilo de linguagem do gênero em razão de sua prática profissional com gêneros discursivos acadêmicos (PEREIRA; LEMOS, 2020; RODRIGUES, 2010; SALGADO, 2017).

A Figura 90, seguinte, expõe um recorte da seção referências e observações do profissional revisor, que completa essa questão da autoria, dessa vez em relação à produção da referência, ou seja, o “[...] conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual” (ABNT, 2011). Em trabalhos acadêmicos, como a dissertação de mestrado, deve haver correlação entre o autor citado no corpo do texto e sua referência, aspecto para o qual o revisor também se atenta, como podemos verificar adiante.

Figura 90 - Revisão textual pré-qualificação - ajustes em referências



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

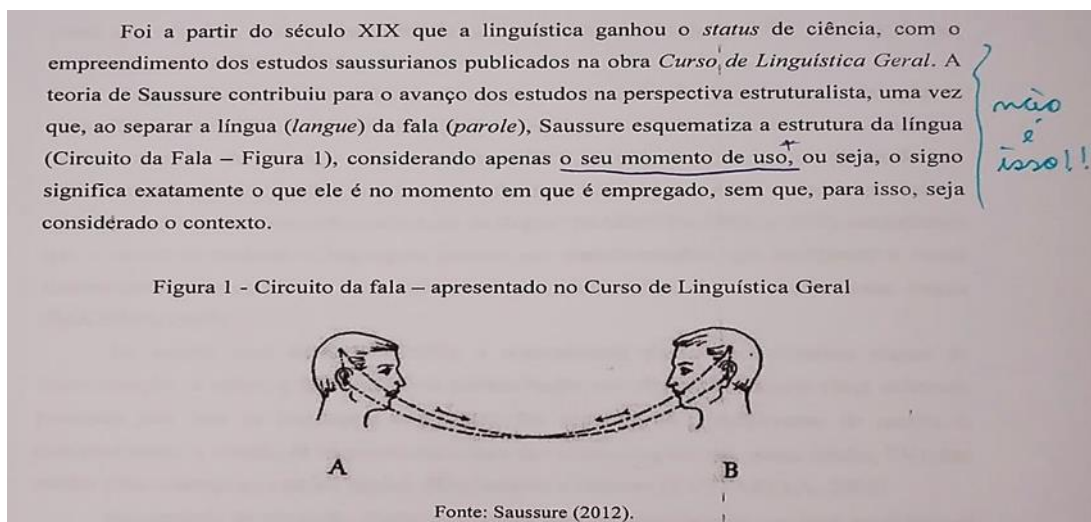
Ainda sobre o desrespeito aos direitos autorais, Dalla Costa (2016) menciona os principais tipos de plágio: integral ou direto, quando se copia exatamente as palavras do autor; parcial, quando se copia trechos do texto de outros autores; conceitual ou indireto, ao copiar a ideia/conceito do autor, sem, nesses casos, mencionar a autoria. Há que se considerar, ainda, que o pesquisador pode cometer o chamado “plágio involuntário”, ao se esquecer de indicar a referência ou dialogar mais livremente com o autor citado, sem referenciá-lo a todo momento

(PEREIRA; LEMOS, 2020). O fato é que o plágio, independente de sua natureza, deve ser evitado, “[...] em se tratando de um ambiente onde a ética acadêmico-científica deve imperar [...]” (KRETSCHMANN; WIEDEMANN NETO, 2014, p. 75). Assim, ao visitarmos a versão seguinte, em nossos documentos de processo, vimos que o mestrando indicou, no primeiro caso, “(KOCH, 2015)” como principal fundamentação para tratar sobre o histórico da LT; no segundo caso, suprimiu o trecho que caracteriza a pesquisa como não experimental; e na seção referências seguiu os conselhos do revisor. cremos que, desse modo, o revisor, nessa etapa, contribui para a apreensão do gênero pelo mestrando e, portanto, para a constituição da autoria, no tocante à orquestração, adequada, das vozes discursivas – para tanto, acreditamos ser necessário alguma moderação, além do estabelecimento de critérios, impedindo, assim, que prejudique ou leve ao “apagamento” da autoria.

Os dados seguintes, nesta subseção, retiramos da versão impressa enviada aos professores componentes da banca de qualificação – pré-requisito institucional para a defesa da dissertação. O texto em questão, dois exemplares impressos, possui 144 páginas, com pré e pós-textuais; em várias páginas, há grifos, asteriscos, interrogações, trechos circulados com caneta e em algumas dessas páginas perguntas e comentários aos quais daremos ênfase, realizando recortes ilustrativos. Foram dois os professores componentes da banca, além do orientador, nomeados Prof. 1 qualificação e Prof. 2 qualificação.

A banca, como dissemos no início da subseção, constituída por profissionais com prestígio na área de estudo, inquire e instiga o pesquisador tendo em vista seu posicionamento crítico, reflexivo, aconselhando e assessorando sobre o melhor caminho a seguir no andamento da pesquisa (LEMOS, 2017; SERRANO, 2011). Assim como o revisor, representam, para a pesquisa, um “olhar vindo de fora”, capaz de divisar desvios, equívocos, fragilidades, confusões – e de reconhecer as boas sacadas. A Figura 91, a seguir, mostra uma observação feita pelo Prof. 1 qualificação.

Figura 91 - Prof. 1 qualificação - confusão teórica



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao professor orientador, que atua em cursos de graduação, em curso de pós-graduação, em grupo de pesquisa, possui vários orientandos (e demanda pessoal!), não é possível ver tudo, ainda que Serrano (2011) afirme que é na orientação o momento de “[...] divisar os pontos de fraqueza antes de eles serem descobertos por outros (a banca), quando não há mais margem para consertá-los” (SERRANO, 2011, p. 59). Discordamos do autor nesse ponto, pois acreditamos que sejam as etapas de qualificação e defesa as fases ideais para identificação de problemas, os quais podem sim ser consertados em seguida, já que o texto sofre novos ajustes após essas fases da pesquisa, até se chegar a uma versão final, para depósito e publicação em site do programa de pós-graduação.

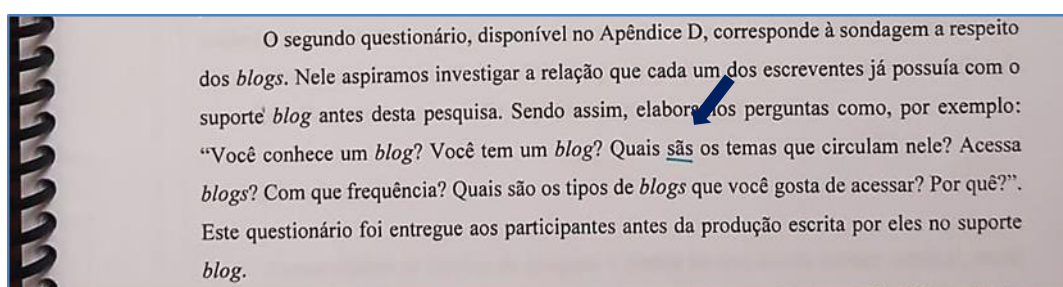
Desse modo, como verificamos na figura anterior, o mestrando apresenta uma ilustração representativa do fenômeno nomeado por Saussure “circuito da fala”, uma suposição do ato individual realizado por, pelo menos, dois indivíduos (SAUSSURE, 2012), no entanto, conforme suas palavras, informa tratar-se do “seu momento de uso”. O orientador grifa o trecho, insere um asterisco e, na borda do texto, ainda afirma que “não é isso!!!”. Essa descrição do dado permite-nos entrever apenas uma parte da interação, pois no texto o professor sinaliza o trecho para discussão, mas é na fala, na arguição⁸⁰ do mestrando, que, de fato, explica seu ponto de vista, porquanto o acontecimento da vida do texto se desenvolve na

⁸⁰ Nesta tese, tivemos acesso aos dados escritos e conversas em áudio somente por aplicativo de mensagens, entre mestrando e orientador. Embora pareça-nos interessante ter acesso às conversas travadas entre os parceiros, ao longo de todo o processo, salientamos que sua ausência também não trouxe prejuízos. Importante mencionar que entre os arquivos impressos recolhidos havia dois exemplares com anotações do mestrando, referentes à qualificação e a defesa, nos quais pontuou os destaques da banca e suas sugestões, permitindo-nos conhecer os caminhos seguidos na produção da pesquisa.

“fronteira de duas consciências, de dois sujeitos”, como uma resposta, no sentido de concordar, discordar, acrescentar, corrigir, enfim para polemizar (BAKHTIN, 2011b; FARACO, 2018). Assim, o acontecimento da vida da dissertação de mestrado, bem como seus limites definem-se na relação do autor (inter)mediado com as demais vozes requisitadas na composição da pesquisa, no diálogo com pesquisadores citados, com seu orientador, com professores das bancas de qualificação e defesa, com o profissional revisor de textos, dentre outros, de forma articulada. Salientamos que é nesse encontro, como temos visto, que o gênero adquire seus contornos, quando o escrevente assimila o gênero, mediado por seus parceiros, os quais apontam falhas, correções, soluções e ideias, reverberando na instauração da autoria.

Embora tenhamos observado que a banca realizou, também, algumas sinalizações quanto à correção da redação textual, em casos de desliz na digitação (troca de letra, por exemplo, como mostra a Figura 92), observamos que o foco dos professores são as questões de natureza conceitual. Nessa etapa, os professores componentes da banca de qualificação não fizeram menção à formatação do texto. Como dissemos, o profissional revisor e normalizador realizou a correção de parte da produção, priorizando a formatação, em razão do curto prazo, daí serem encontradas incorreções nessa fase.

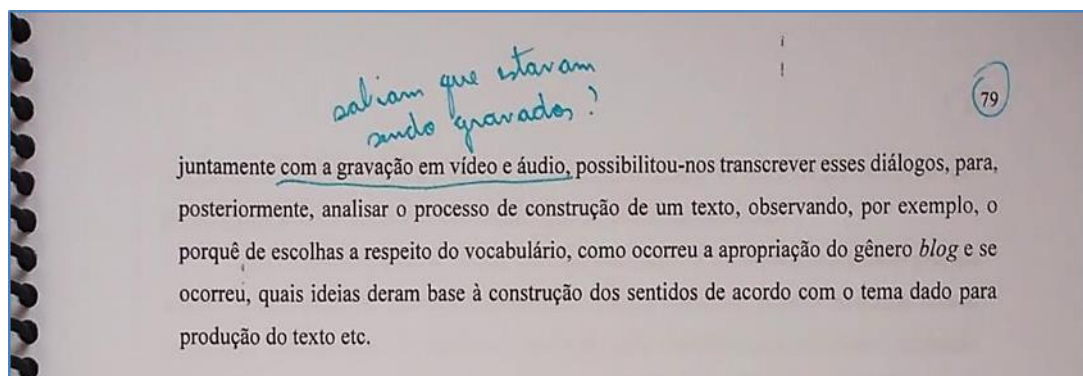
Figura 92 - Prof. 1 qualificação - correção



Fonte: Dados da pesquisa.

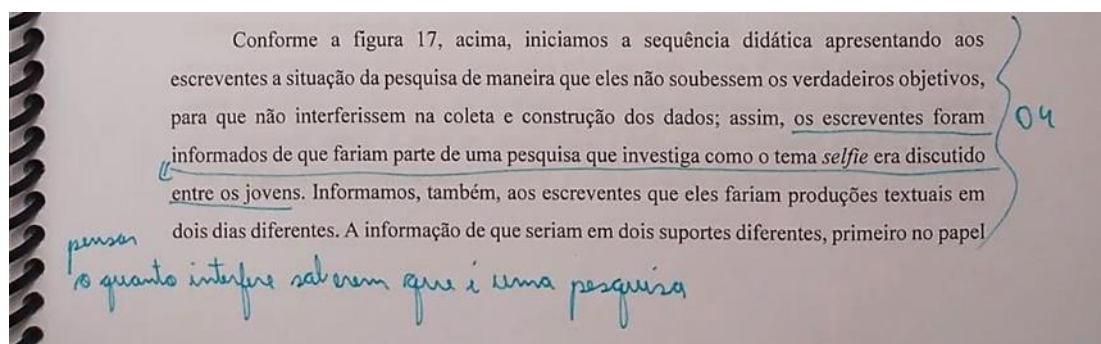
Os dois recortes seguintes, nas Figuras 93 e 94, adiante, são representativos dos tipos de questionamentos do Prof. 1, ao longo do exemplar impresso que entregou ao mestrando, após o exame de qualificação. Suas perguntas/observações seguem na perspectiva de curiosidades, dúvidas, sugestões que podem influenciar na percepção e interpretação dos dados: os participantes da pesquisa “sabiam que estavam sendo gravados?” (figura 93); “pensar o quanto interfere saberem que é uma pesquisa” (figura 94).

Figura 93 - Prof. 1 qualificação – dúvida levantada



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

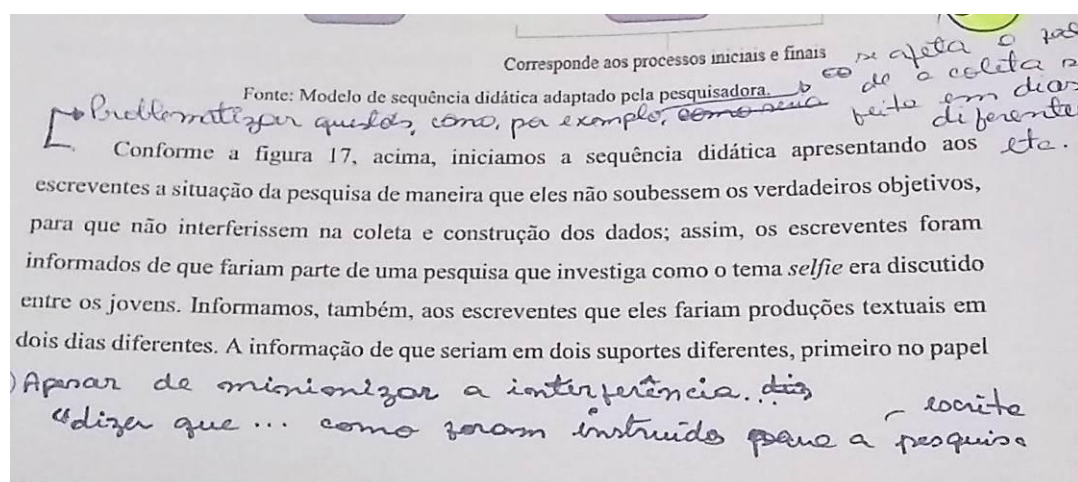
Figura 94 - Prof. 1 qualificação - sugestão para reflexão



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

A Figura 95, por sua vez, referente ao exemplar no qual o pesquisador registrou as sinalizações dos professores da banca de qualificação, permite-nos vislumbrar a sugestão de como resolver a questão levantada.

Figura 95 - Exemplar do mestrando – defesa



Fonte: Banco de dados da pesquisa.

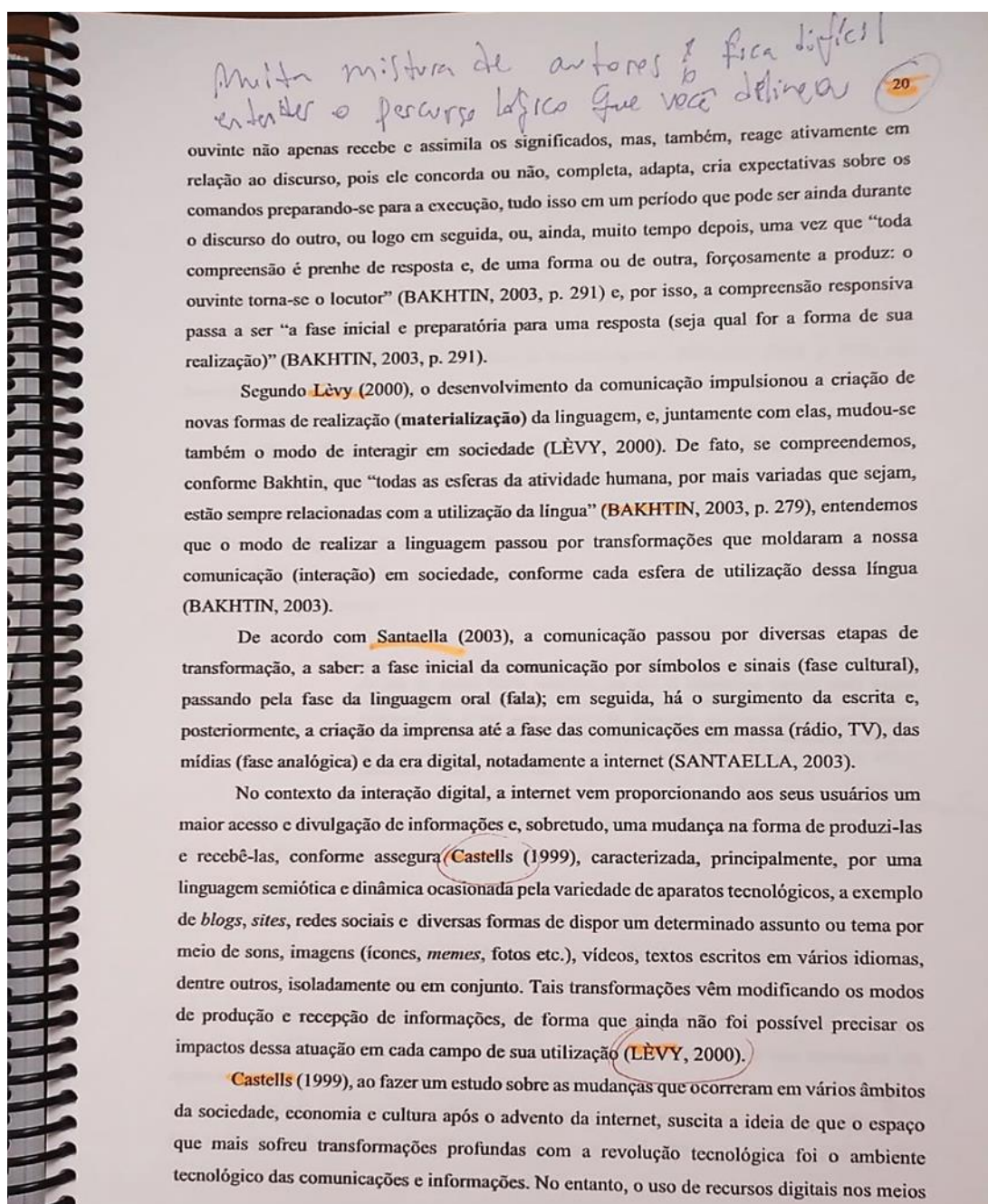
Visto não ser uma situação corriqueira do dia a dia escolar, os alunos participantes da pesquisa do mestrando estavam vivenciando uma situação controlada, planejada, de modo que seu comportamento e sua resposta à interação com o pesquisador acabariam sendo influenciados. E o Prof. 1 atenta-se para isso, se esse aspecto poderia influenciar na interpretação dos dados e como isso aconteceria. Em etapas anteriores do processo de produção que estamos acompanhando, salientamos que em vários momentos o orientador chama atenção para as lacunas no texto, para informações que o pesquisador conhece e seu leitor não, para que não deixe nada a ser adivinhado pelo leitor, entretanto sabemos que não é possível prever todas as dúvidas de nosso interlocutor, contemplar todos os seus questionamentos. Os efeitos de sentido de um texto são produzidos pelo leitor/ouvinte na relação com os textos, sendo as compreensões resultantes de um trabalho conjunto, em situações reais de uso da língua (MARCUSCHI, 2008).

Diante disso, com base nos dados por nós analisados aqui, salientamos que o Prof. 1, assim como o orientador e o revisor, representa, nesse momento, um “olhar de fora” (PEREIRA; LOPES, 2015) importantíssimo para a constituição da autoria, pois instiga um posicionamento no interior do gênero acadêmico – não se trata da opinião do sujeito mestrando, mas da voz teórica, do ponto de vista, da intenção discursiva do autor. Mencionamos, ao iniciar esta seção de análise da tese, que na criação literária a voz do autor encontra-se em nível de igualdade com seus personagens; na produção acadêmica, por sua vez, defendemos que a voz do autor, sua intenção discursiva, traduzida em seus objetivos de pesquisa, aparece mais fortemente, possui maior relevo, “dirige” toda a pesquisa criada, e “descola-se” do posicionamento de outros autores, ainda que considere essas outras ideias. Realçamos, no entanto, que não se trata apenas da voz do autor, porque, no caso em análise, ela está sendo atravessada por várias outras vozes: do orientador, dos professores componentes de banca, do revisor, as quais, ao fim do processo, se misturam, em um “solo de/com vozes implícitas”.

Nos dados analisados, observamos que por meio do questionamento do Prof. 1 e sua sugestão de reflexão sobre o fenômeno observado ocorre, dialogicamente, um convite, um chamamento ao posicionamento (BAKHTIN, 2011b), de modo que a voz do professor, quando levada em consideração sua observação e realizado o ajuste no texto, também atravessa a pesquisa, passa a fazer parte dela, ainda que não ocorra de forma explícita. Portanto, para nós, conforme mostram nossos dados e segundo nossas interpretações, os professores componentes de banca contribuem para a constituição da autoria na produção de dissertação de mestrado ao instigarem, na interlocução, um posicionamento no texto.

A seguir, apresentamos recortes relativos ao exemplar impresso do Prof. 2 qualificação, o qual também atua principalmente sobre questões conceituais. A Figura 96, adiante, apresenta-nos um dado bastante interessante sobre a menção aos autores na dissertação, conforme sinaliza o professor, e podemos observar a abordagem da teoria no trecho produzido pelo mestrando. Nas palavras do docente, transcritas, segundo passo importante da Crítica Genética (BIASE, 2006): “Muita mistura de autores! Fica difícil entender o percurso lógico que você delineia”.

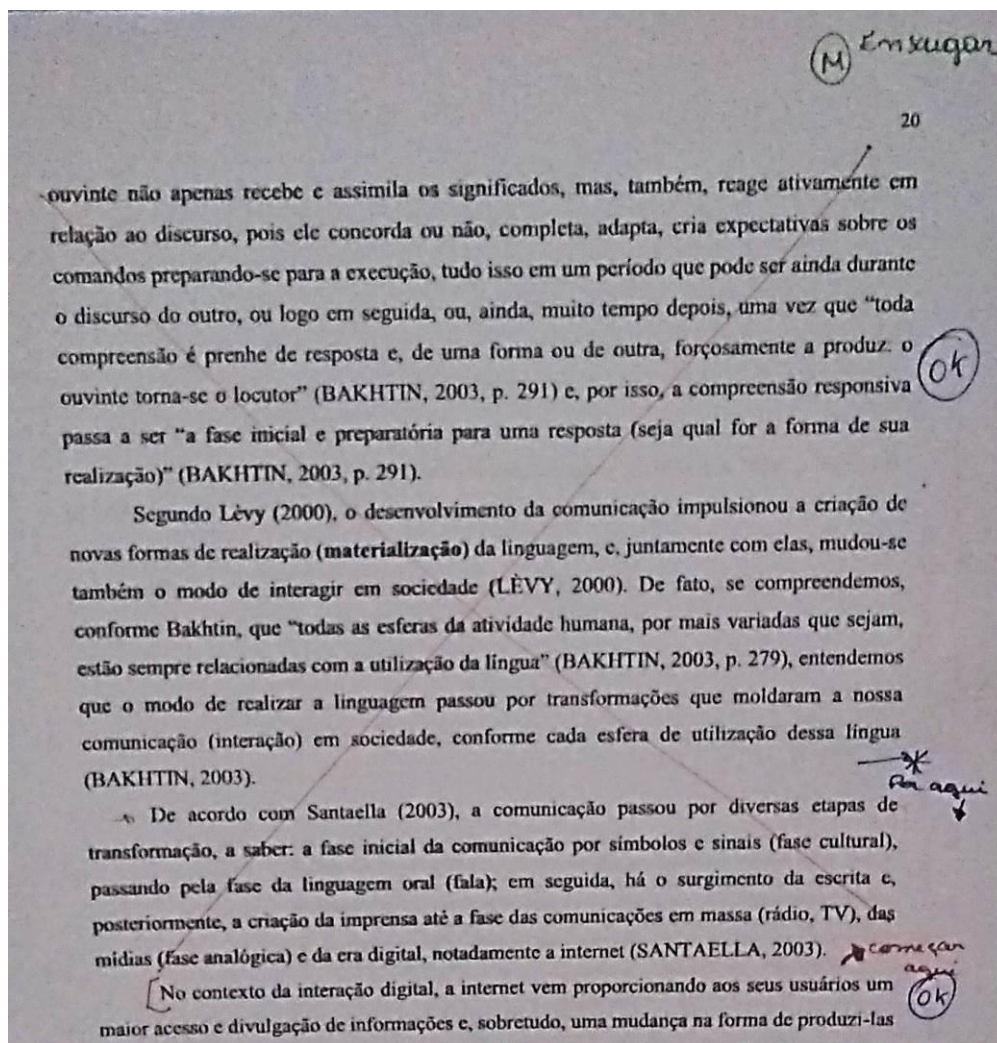
Figura 96 - Prof. 2 qualificação – “mistura de autores”



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse recorte pertence à seção teórica da dissertação, ao apresentar o percurso dos estudos linguísticos e as contribuições do filósofo Mikhail Bakhtin para os estudos da linguagem. Como vimos em nossa análise, o mestrando cita inicialmente Kristeva, Saussure e Bakhtin, na página anterior, em seguida Lèvy, Bakhtin, Santaella e Castells, portanto vozes teóricas que utiliza para contextualizar/fundamentar/dar autoridade à pesquisa. Embora não tenhamos como saber de que modo o professor justificou sua observação, pois o fez oralmente ao arguir o pesquisador, supomos que, em sua perspectiva, tenham sido feitas aproximações, sinteticamente, entre autores não muito próximos, uma vez que Kristeva e Saussure (Linguística Estruturalista), no texto em questão, se distanciam de Castells (Linguagem e Tecnologias da Informação e Comunicação), por exemplo – o que demandaria uma longa exposição teórica, de forma historicizada, para ligá-los. Ao verificarmos o exemplar do mestrando, como ilustra a Figura 97, adiante, vemos que marcou com um “X”, em vermelho, em toda a parte inicial, a fim de “enxugar” o texto; na versão seguinte, destinada à defesa pública da dissertação, vimos que essa parte do texto sofreu grandes modificações, com a supressão do percurso do estudo da linguagem (Kristeva e Saussure) e redefinição do caminho teórico, agora a respeito da linguagem no contexto digital e as contribuições de Bakhtin.

Figura 97 - Exemplar do mestrando – qualificação



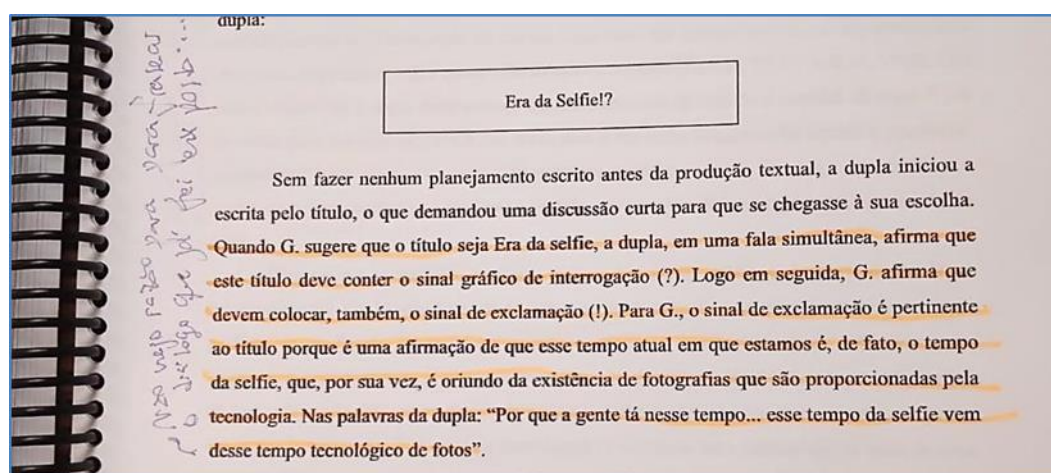
Fonte: Dados da pesquisa.

Salientamos que os profissionais componentes de bancas de qualificação e defesa, com renome e reconhecimento da área de estudo, são responsáveis pela aprovação ou não do trabalho de pesquisa, mas, acima de tudo, pelo fornecimento de relevantes contribuições, sugestões de leituras e de caminhos para a escrita (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017). Considerando, ainda, que a autoria caracteriza-se pela articulação de vozes discursivas no interior do gênero, de maneira adequada, ou seja, em consonância com as exigências do gênero em questão, do domínio discursivo, da situação sociocomunicativa, por meio da citação, na composição de um diálogo (BAKHTIN, 2014, 2018; FARACO, 2009), esta ocorrência na versão avaliada pelo Prof. 2 também nos autoriza a afirmar que os professores da banca, no caso por nós analisado, atuam fortemente sobre a constituição e manifestação da autoria, ao chamar atenção para o modo como é estabelecido e textualizado esse diálogo entre

a voz/intenção discursiva do autor e as vozes discursivas dos autores citados, sendo os interlocutores (orientador, Prof. 1, Prof. 2, revisor) mediadores nesse processo.

Outra questão apontada pelo Prof. 2, mais de uma vez, ao longo da seção de análise da dissertação, como mostra a Figura 98, a seguir, refere-se à descrição dos dados. Segundo as palavras do docente: “Não vejo razão para parafrasear o diálogo que já foi exposto”. O mestrando apresenta, em sua produção, quadros nos quais expõe seus dados (além dos textos produzidos pelos participantes de sua pesquisa, os diálogos entre esses participantes, no processo de escrita). Assim, ao retomar esses diálogos no corpo do texto, torna-os repetitivos.

Figura 98 - Prof. 2 qualificação - paráfrase desnecessária



Fonte: Dados da pesquisa.

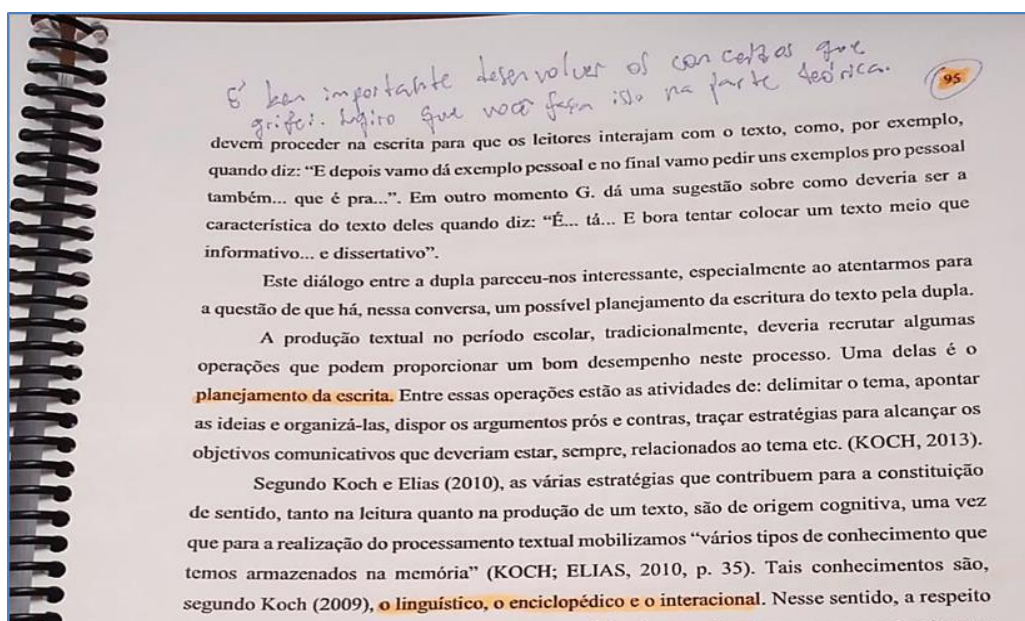
Quanto à paráfrase, em trabalhos acadêmicos, sua ocorrência costuma relacionar-se aos modos de apropriação dos dizeres do outro: explicitamente, por meio de citação direta e/ou indireta, a paráfrase; implicitamente, “quando fica a meio caminho entre a citação e o dizer próprio, e que muitas vezes torna indistinto o plágio e a própria citação” (ALVES FILHO, 2007, p. 91). Nesse segundo caso, de acordo com Alves Filhos (2007), tem-se um dizer que se encontra em uma “zona fronteira e nebulosa”, em que o julgamento da autoria acaba sendo feito pelo leitor, em razão da interpenetração das palavras do autor do texto com as palavras do outro (autores citados), visto que os nossos dizeres estão imbricados com os dizeres dos outros (CORTES, 2009).

Nessa direção, diferentemente da paráfrase em citação, interpretamos que o Prof. 2 possa estar sinalizando para o estudante pesquisador a inadequação da paráfrase dos próprios dados em caso de análise e discussão destes, porque se tornam repetitivos. Essa atitude do componente de banca qualificadora, ainda que não saibamos o que fora dito oralmente na justificativa sobre sua observação, demonstra, a nosso ver, que há uma orientação sobre a

construção do gênero acadêmico, especialmente a seção de análise, na qual apresenta-se o dado, interpreta-se o fenômeno e utiliza-se da teoria para confirmar, refutar, fundamentar os achados da pesquisa. Isto, para nós, é relevante no processo de letramento acadêmico do mestrando, no sentido de apreender o gênero, bem como no processo de constituição da autoria, ao utilizar, com mais segurança e liberdade, o gênero em questão (MARINHO, 2010; FIAD, 2015; BAKHTIN, 2011b).

O Prof. 2, na etapa de qualificação, solicita, ainda, do mestrando o desenvolvimento de conceitos em sua produção, uma vez que os menciona na seção de análise, sem, porém, tratar a seu respeito, tais como “planejamento da escrita” e “conhecimentos linguístico, enciclopédico e interacional”, na Figura 99, realçados na cor laranja, pelo professor. Conforme sua sugestão: “É bem importante desenvolver os conceitos que grifei. Sugiro que você faça isto na parte teórica”⁸¹.

Figura 99 - Prof. 2 qualificação - desenvolvimento de conceitos



Fonte: Dados da pesquisa.

Como dissemos, os componentes de banca devem ser profissionais com conhecimento na área de estudos em que se concentra a pesquisa por eles avaliada (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017), capazes de identificar inconsistências e lacunas teóricas e direcionar soluções, como se comprova, nesta pesquisa, pelas intervenções do Prof. 1 e Prof. 2, além do orientador. Embora o mestrando tenha sido alertado por seu orientador a pensar em seu

⁸¹ Ao cotejar a versão da qualificação e a versão da defesa, observamos que o mestrando realizou a discussão, contemplando a sugestão do Prof. 2.

possível leitor, um leitor imaginado, virtual (VIEIRA; FARACO, 2019; ORLANDI, 2012), ainda assim, em virtude da não transparência da língua e da produção de sentido ocorrer no contato com o texto (MARCUSCHI, 2008), ele não consegue dar conta de todas as possibilidades, algo lhe escapa. Ademais, os professores, sujeitos com os quais o mestrando partilha práticas e rotinas acadêmicas, possuem mais experiência, são mais competentes para dirigir as ações, a fim de que o menos experiente adquira o domínio esperado (LAVE; WENGER, 1991).

Nessa perspectiva, salientamos que o mestrando não aprende sozinho a utilizar as práticas sociocomunicativas do contexto acadêmico, de modo eficiente, mas, sim, na relação com seus pares, indivíduos mais experientes com práticas como orientação em nível de pós-graduação, avaliação de TCCs, dissertações e teses, conhecedores da temática, visto serem profissionais com titulação. Ademais, os gêneros discursivos, na condição de formas comunicativas, são adquiridos nos processos interativos, nas situações de comunicação, com suas estratégias de aprendizado, e não em manuais (OLIVEIRA, 2016; MACHADO, 2018; VIAN JR, 2006; MARCUSCHI, 2008).

Para finalizar esta subseção, na qual analisamos documentos de processo relativos à reunião das seções da dissertação em peça única, para etapa de qualificação, pré-requisito para a continuidade da pesquisa, destacamos que o mestrando, desde o trabalho realizado com o orientador, avançou bastante em seu nível de letramento acadêmico. Nesse percurso, o surgimento da figura do revisor/normalizador contribuiu para a ordenação do texto, no tocante ao estilo de formatação segundo a ABNT, especialmente em relação à menção dos autores citados, colaborando na apreensão do gênero pelo mestrando e, também, na construção da autoria, ao orquestrar as vozes teóricas de maneira adequada. A banca de qualificação, por sua vez, com sua participação institucional, portanto obrigatória, cumpriu o papel de avaliar a pesquisa, a fim de aprová-la, mas, acima de tudo, detectou inconsistências, fragilidades teóricas e sugeriu caminhos a serem seguidos que fossem mais coerentes com o objeto pesquisado, visto serem profissionais com experiência e reconhecimento.

Um detalhe importante a mencionar em relação ao pós-qualificação é que os ajustes propostos pelos professores 1 e 2 foram negociados em interlocução presencial, em encontro entre orientador e orientando, alguns dias após o exame de qualificação, como pode ser constatado na conversa por aplicativo de mensagens exibida na Figura 100, a seguir. Nessa imagem, vemos serem mencionados na conversa os principais interlocutores nesse processo: no início da conversa, nome com tarja rosa, o revisor; no final da conversa, nomes com tarjas laranja e verde, respectivamente, os professores 2 e 1. O professor agenda um encontro

pessoal e solicita ao estudante as cópias do texto para que discutam sobre as ações a serem realizadas, sempre com a participação ativa do orientador.

Figura 100 - Conversa entre orientador e orientando sobre ajustes pós-qualificação

*Conversa do WhatsApp com Aluna Mariana - Bloco de Notas

Arquivo Editar Formatar Exibir Ajuda

28/09/2019 19:33 - [Mariana]: URGENTE: preciso que vc me envie a versão da dissertação que foi para a qualificação, versão final, após correção da [Mariana]. Acabei ficando sem.

28/09/2019 20:32 - [Orientador]: [Mariana], envio assim que puder.

28/09/2019 20:53 - [Mariana]: Tenho duas: uma em pdf, outra em word. A que está em arquivo Word não carrega no e-mail por conta dos anexos. Vou te mandar pelo drive. Te explico como você deve abrir.

28/09/2019 20:58 - [Orientador]: Consegui enviar em Word mesmo. Então, seguem as duas versões.

28/09/2019 21:20 - [Mariana]: [Orientador], consegui baixar.

28/09/2019 21:29 - [Mariana]: Ok.

29/09/2019 15:38 - [Orientador]: [Mariana], para nossa conversa amanhã, leve as 03 versões da dissertação da qualificação que vc tem: sua, a de [Mariana] e a de [Mariana]. Nosso encontro será às 14:00 horas, na sala de pesquisa. Aguardo vc lá.

29/09/2019 16:56 - [Mariana]: Ok.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em suma, para nós, conforme os dados analisados até aqui, verificamos que esses novos interlocutores, no processo de produção da dissertação de mestrado, atuam como mediadores do mestrando na apreensão do gênero, quanto ao seu funcionamento, sua organização, e principalmente, no caso da banca, em direção à apreensão do conhecimento necessário à investigação do fenômeno em questão, em uma relação de interação de forma ativa e na dependência de seus interlocutores. Diante disso, reafirmamos nossa perspectiva de autoria como uma posição discursiva que se sujeita e reage às exigências do domínio discursivo, às conformações do gênero e às expectativas de seus interlocutores, com os quais constrói os sentidos – um *autor (inter)mediado*, em diálogo com seus interlocutores, em um processo que envolve interação, negociação, sendo essa posição de autoria efetivada mediante o selo de aprovação institucional.

Na subseção seguinte, passamos à verificação dos documentos de processo relativos à etapa de defesa pública da dissertação e, também, de revisão textual final, com foco na interação entre autor e interlocutores, uma vez que a instância autoral, no percurso por nós analisado, vem se constituindo na relação com o outro na condição de discurso, bem como o sujeito mestrando vem ampliando seu letramento na relação com o outro – orientador, professores componentes de banca, revisor, autores citados no texto.

6.5 Etapa de defesa pública e realização de revisão textual: exigência institucional para aprovação da dissertação como reconhecimento do pesquisador/autor

Na seção anterior, analisamos trechos da versão pré-qualificação em etapa de revisão e dos exemplares impressos em etapa de qualificação da dissertação de mestrado, após

“montagem” do texto em peça única e vimos que o revisor e os Prof. 1 e 2, por meio das interações estabelecidas com o mestrando, forneceram contribuições relevantes à constituição da autoria no interior do gênero. A pesquisa foi, então, aprovada. Conforme nossas análises e comparações entre a versão da qualificação e a versão pré-defesa, vimos que as observações dos professores, aqui destacadas, sofreram ajustes; é esperado do pesquisador que leve em consideração os conselhos de seus parceiros, dada a pertinência para a pesquisa.

Nessa etapa de produção, o texto, em sua versão para defesa, continha 161 páginas, com sua estrutura completa, ou seja, todas as seções produzidas. Assim como ocorreu na etapa anterior, os professores componentes da banca de defesa, em várias páginas, inseriram grifos, asteriscos, interrogações, circularam trechos com caneta e, em algumas dessas páginas, registraram perguntas e comentários aos quais daremos ênfase, realizando recortes ilustrativos. Lembramos que parte importante dessas sinalizações foi exposta oralmente, na sessão de defesa pública, porém, com base nas sinalizações, podemos supor do que se tratam, em muitos casos. Vale mencionar, ainda, que o Prof. 2, membro interno da instituição assim como o Prof. 1, foi substituído por um membro externo à universidade onde o pesquisador cursava o mestrado, nomeado Prof. 3 defesa, portanto o terceiro professor a compor a banca no processo que acompanhamos nesta investigação.

Anteriormente, afirmamos que a qualificação caracteriza-se como pré-requisito para a defesa, momento em que se verifica seu desenvolvimento e os conhecimentos do candidato, a fim de dar continuidade à pesquisa. A defesa, por seu turno,

É o momento do qual depende, parcial ou integralmente, a conclusão de um curso, a obtenção de um título e passagem para outro grau. Momento único das atividades acadêmicas, diferente das aulas, eventos e avaliações que pontuam a trajetória educacional, é uma *experiência compartilhada*: da graduação ao doutorado, a ideia da banca ronda as vivências de alunas e alunos (MARTINO, 2021, p. 193, destaque nosso).

Luís Mauro Sá Martino, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, discute sobre bancas de defesa considerando aspectos de seu ritual e sugere três importantes passos: 1. Interações iniciais; 2. Apresentação; 3. Celebrações finais. De acordo com o autor, o rito da defesa marca a interação entre indivíduos que compartilham uma experiência; nessa fase, o candidato interage com os docentes, mas, em sua apresentação, dirige-se, também, à comunidade, porém o diálogo é travado com a banca, em linguagem específica (MARTINO, 2021), como membros de uma comunidade que partilham propósitos comunicativos (SWALES, 1990).

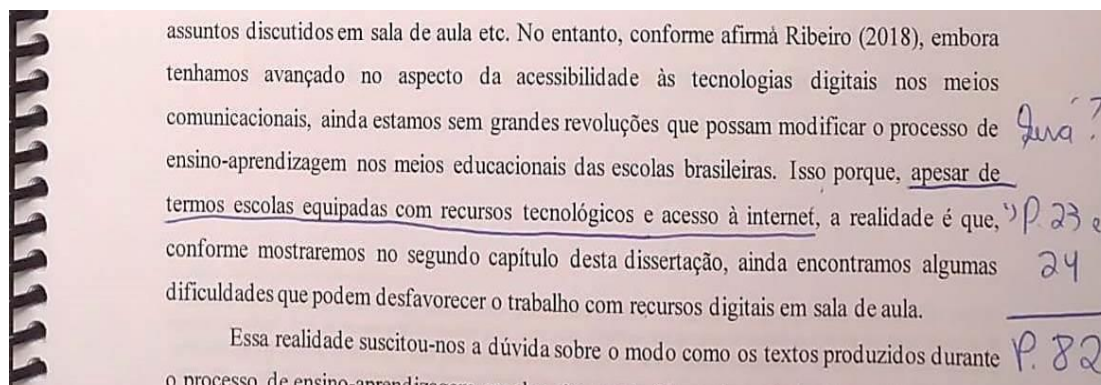
Esse diálogo que envolve a defesa, para nós, constitui-se como uma continuidade do processo iniciado na qualificação, momento em que, de fato, ocorre a entrada dos professores na produção da pesquisa/dissertação, ainda que o ingresso do candidato no curso de mestrado e seu compromisso de desenvolver e registrar sua pesquisa pressuponham a ocorrência das bancas de qualificação e defesa e, portanto, a interação com os docentes. De acordo com Bakhtin (2011c, p. 272),

[...] cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte. Os gêneros da complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão ativamente responsiva de efeito retardado.

Um gênero complexo como a dissertação de mestrado, que versa a respeito de um fenômeno observado na sociedade, torna-se, então, um elo na corrente de outros enunciados, como uma resposta, e demanda outras respostas, pois, após a defesa e publicação, representará uma referência para a produção de novas pesquisas (BAKHTIN, 2011c). Na fase da defesa, os professores componentes da banca avaliam os ajustes realizados pelo mestrando, especialmente no caso do Prof. 1, que participou do exame de qualificação, e a dissertação de modo geral, a fim de aprová-la ou não. Segundo Martino (2021, p. 200), nesse momento, “Seria possível identificar uma expectativa de troca de capital acadêmico no momento da avaliação: diante de uma banca altamente qualificada, o peso da crítica é relativizado, enquanto o elogio ganha importância – não veio de ‘qualquer pessoa’ [...]”.

Nesse sentido, a banca, em geral, tece elogios ao trabalho desenvolvido pelo mestrando junto com seu orientador ou assessorado por este, especialmente por seguir as sugestões dos avaliadores, contudo, na maioria dos casos, apesar da evolução do trabalho, há a necessidade de se refinar o texto, rever possíveis equívocos, preencher lacunas e, também, propor pesquisas futuras, tanto para artigos quanto para uma pesquisa de doutorado (SERRANO, 2011). Nesse sentido, apresentamos, adiante, recortes relativos às observações da banca de defesa, como na Figura 101, por exemplo, com um questionamento do Prof. 1, logo na primeira página da seção introdução.

Figura 101 - Prof. 1 defesa – questionamento



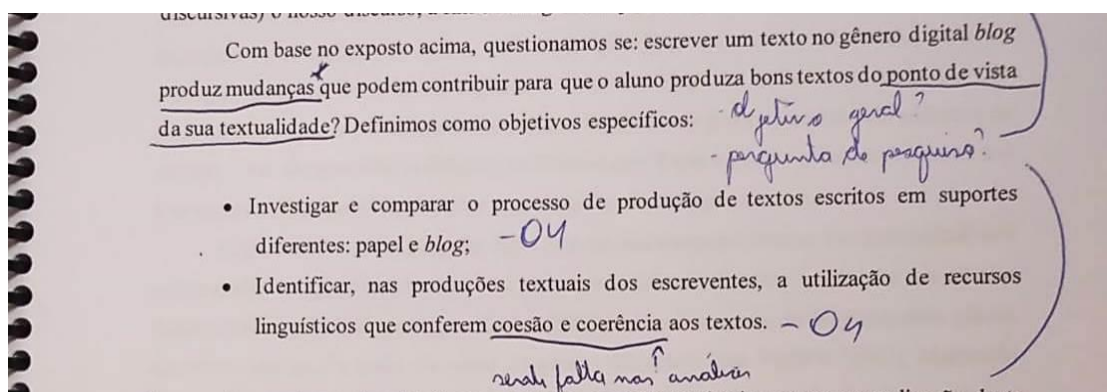
Fonte: Dados da pesquisa.

Vale mencionar, quanto à versão da dissertação para defesa, que as interações estabelecidas entre os interlocutores, mestrando e professores, por meio das anotações, não fogem ao padrão do que fora realizado na etapa de qualificação, ou seja, tecem questionamentos, solicitam informações, fazem sugestões, negociam sentidos enfim (LEMOS, 2017). O dado apresentado na figura anterior possui um aspecto interessante: a identificação, pelo Prof. 1, de contradição no interior do texto. Primeiro o mestrando afirma, no trecho sublinhado, que as escolas são equipadas com recursos tecnológicos e possuem acesso à internet, ao que nos parece, generalizando a questão; entretanto, nas páginas 23-24 e 82, respectivamente, lembra que grande parte das escolas públicas não possui e quando há são deficitários e ainda menciona que na escola pesquisada teve a necessidade de rotear a internet de seu celular para que os alunos executassem a atividade proposta, em razão da baixa conectividade na escola.

Em consonância com Costa Val (1999, 2004), a não contradição, além da continuidade, progressão e articulação, constitui-se como um dos critérios de coesão e coerência do texto, sendo essenciais ao escrevente a fim de concretizar, com domínio, sua produção textual e, principalmente, produzir sentido(s), comunicar-se livremente. Nesse ínterim, como salienta Marcuschi (2008), contrato e conflito fazem parte da comunicação, de forma negociada, de modo que a compreensão resulta não de aspectos gramaticais simplesmente, mas, também, cognitivos e discursivos, nas trocas. Dessa maneira, o leitor, neste caso um profissional com titulação, conhecimentos e experiência na área de estudos, possui expertise suficiente para identificar confusões, construções obscuras, ambiguidades, contradições, lacunas, no intuito de contribuir com a produção da pesquisa, até porque sua participação representa uma exigência institucional para que o candidato conclua o curso, obtenha o título e avance para outro grau de estudos (SERRANO, 2011; MARTINO, 2021).

Nas palavras de Martino, “Em algumas bancas, a passagem das considerações gerais ou elogios para a pontuação [de] críticas é antecedido de uma tentativa de colocar o comentário em perspectiva, evitando a personalização da questão ou uma derivação para além daquele momento” (MARTINO, 2021, p. 204). É fato que toda pesquisa necessita de refinamentos e o candidato deve estar pronto para as críticas e indagações, não no sentido de ofendê-lo ou diminuí-lo pessoalmente, mas como parte do ritual da defesa, tendo em vista a realização de uma pesquisa livre de erros e inadequações que possam colocá-la em xeque, contribuindo, ainda, para a formação do então mestrando e para seu aprendizado. Daí os questionamentos apresentados na Figura 102 (“objetivo geral?”, “pergunta de pesquisa?”, “senti falta nas análises”) serem importantes para a condução coerente de toda a pesquisa, no intuito de dar uma resposta quanto ao fenômeno investigado em consonância com o que fora proposto nos objetivos.

Figura 102 - Prof. 1 defesa – “objetivo geral ou pergunta de pesquisa?”



Fonte: Dados da pesquisa.

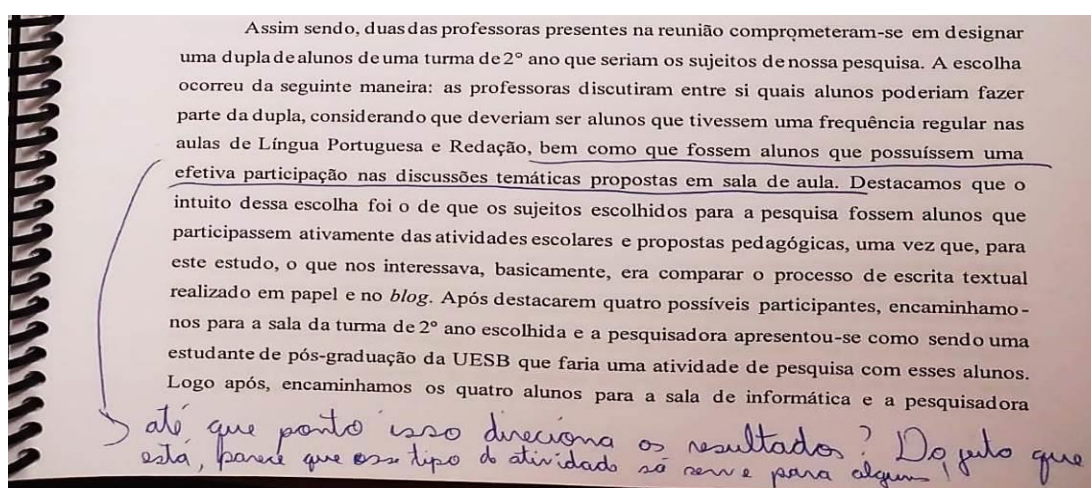
Dessa forma, ressaltamos que na etapa de qualificação, anterior, o Prof. 2 solicitou ajustes nos objetivos, salientando que o objetivo geral não poderia ser respondido e os específicos deveriam ser reduzidos de quatro para dois, além de ser registrada a questão de pesquisa. Já o Prof. 1 não havia feito nenhuma sinalização naquele momento. Dessa vez, de posse do texto completo, especialmente as análises, na etapa de defesa, o Prof. 1, ao verificar os objetivos e sua correspondência no texto, se o pesquisador correspondeu a eles, deseja não só tirar uma dúvida e externar o desejo de que haja menção à coesão e coerência nas análises, mas identifica pontos de fragilidade e aconselha sobre como proceder na “finalização” do texto, de forma adequada metodologicamente.

Ao tratar do gênero acadêmico dissertação de mestrado, observamos que no interior dos Estudos Retóricos de Gênero são definidos três movimentos retóricos: 1. Estabelecer um

território; 2. Estabelecer um nicho; 3. Ocupar o nicho. O terceiro movimento, em especial, refere-se aos seguintes passos: delineamento dos objetivos, apresentação da pesquisa, apresentação dos principais resultados e indicação da estrutura do texto – no caso de seção introdutória de artigo científico, para Swales (1990). Dessa maneira, os passos delineamento dos objetivos e a apresentação dos resultados encontram-se inter-relacionados, ou seja, não se define realizar algo e faz-se outra coisa totalmente diferente nas análises dos dados, pois deve-se respeitar os procedimentos metodológicos. Para nós, esta adequação ao procedimento metodológico, esta observação quanto à realização nas análises do que estava previsto nos objetivos da pesquisa tem relação com a configuração própria do gênero acadêmico, na investigação científica, e os professores da banca, nesse momento do processo de produção, atentam-se para a questão e orientam o pesquisador, contribuindo para a adequação ao gênero produzido, conforme suas exigências e, portanto, sua apreensão. O mestrando, por sua vez, tem a oportunidade de melhorar a qualidade de seu trabalho e obter aprendizados importantes no que tange à realização e escrita de pesquisa acadêmica, o que reverbera na constituição de seu posicionamento discursivo no interior do gênero – a autoria.

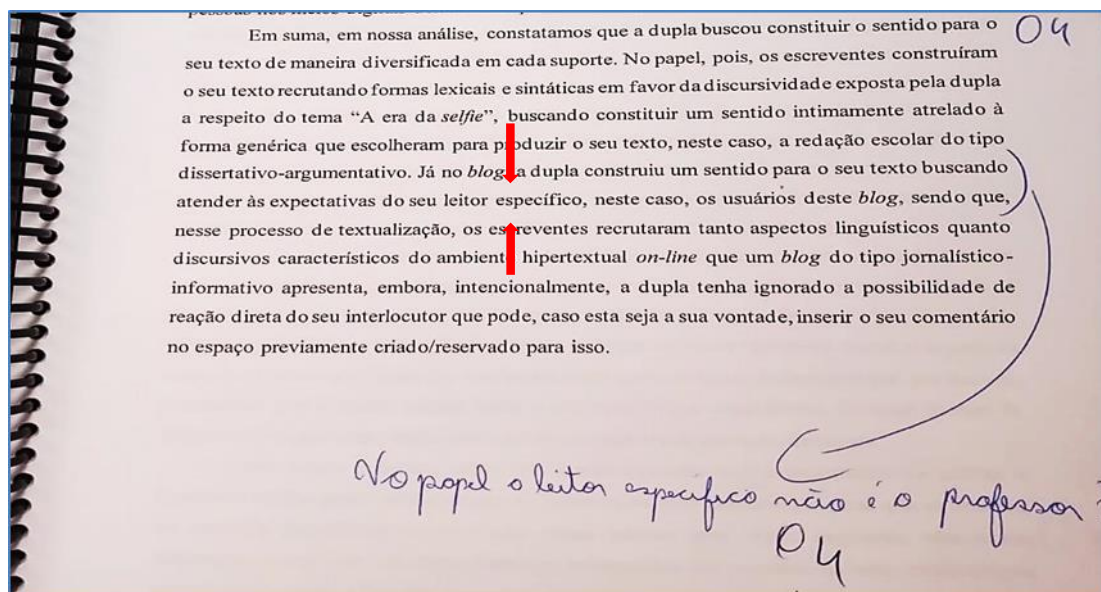
Semelhantemente à etapa de qualificação, os questionamentos do Prof. 1 caracterizam-se pela condução do mestrando à reflexão sobre pontos do texto que demandam a interpretação do fenômeno observado e descrito e, também, pela negociação de sentido(s) do/no texto (LEMOS, 2017), como mostram as Figuras 103 e 104, seguintes.

Figura 103 - Prof. 1 defesa - necessidade de explicação⁸²



Fonte: Dados da pesquisa.

⁸² Transcrição do registro presente na Figura 102: “até que ponto isso direciona os resultados? Do jeito que está, parece que esse tipo de atividade só serve para alguns!” – a respeito do trecho sublinhado: “[...] bem como que fossem alunos que possuísssem uma efetiva participação nas discussões temáticas propostas em sala de aula”.

Figura 104 - Prof. 1 defesa – sobre o leitor do blog⁸³

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nas análises de nossos dados, os documentos representativos do processo de produção da dissertação de mestrado (SALLES, 2008), observamos, quanto à figura 103, que fazia parte dos critérios da pesquisa de mestrado que os alunos selecionados tivessem como característica serem participativos nas aulas, certamente com o intuito de que não ficassem acanhados e se engajassem na realização da atividade proposta pelo pesquisador, ou seja, a produção textual escrita em papel e em ambiente digital, com a criação de um blog. Acreditamos que isso tenha sido esclarecido, oralmente, pelo mestrando ao Prof. 1, no momento da arguição. Na defesa, assim como nas conversas de e-mail, mensagens por aplicativo, nas conversas com o orientador, salientamos que quem fala é o sujeito, não a pessoa identificada por um número de CPF, mas um sujeito sócio-histórico, responsável por seus dizeres, um ser de resposta (BAKHTIN, 2011b; CHARAUDEAU, 2016; MEDEIROS, 2006).

Em relação ao questionamento do Prof. 1 ilustrado pela figura 104, sobre o “leitor específico” do texto produzido no papel, visitamos o exemplar que o mestrando utilizou para fazer suas anotações no momento da defesa e a versão pós-defesa, com ajustes, e vimos que não havia nenhuma sinalização ou modificação da informação. Supomos que a resposta do mestrando e/ou de seu orientador para isto, no momento da arguição, tenha sido a de que o leitor do texto produzido pelos estudantes participantes da pesquisa não coincide com o

⁸³ Transcrição do registro presente na Figura 103: “No papel o leitor específico não é o professor?”. Na imagem, expressão “leitor específico” sinalizado com setas, na cor vermelha.

professor, mas com o pesquisador, principal interlocutor no evento comunicativo em questão, embora, talvez, não estivesse claro para os alunos quem seria esse leitor.

Destacamos a relevância dos questionamentos do professor componente da banca de defesa no sentido de esclarecer essas informações, que eram do conhecimento do candidato somente, sendo importante seu esclarecimento, a fim de colaborar com seus interlocutores. Esse chamamento do Prof. 1 à reflexão, ao fornecimento de explicações, revela o caráter dialógico da linguagem e do próprio gênero em seu processo de produção (BAKHTIN, 2011) e implica, ainda, para nós, a orientação para que assuma um posicionamento, uma opinião que somente o mestrando, do seu lugar de pesquisador daquela situação/realidade investigada, pode fornecer (BAKHTIN, 2011a; BAKHTIN, 2017), além de interpretar o fenômeno com base na teoria, em diálogo com os autores citados, os quais representam vozes teóricas requisitadas para a produção do texto – esse posicionamento operado no interior do gênero acadêmico trata-se, então, da posição autoral, sendo assumida e expressada no campo individual, derivada do letramento acadêmico, mas, acima de tudo, como uma intenção discursiva, propósito comunicativo, produção de sentido que se realiza no encontro com o outro (BAKHTIN, 2014; MARCUSCHI, 2008).

O Prof. 3, membro externo à instituição em que o mestrando cursava o mestrado, não cedeu ao pesquisador um exemplar impresso da dissertação, como ocorrera na qualificação e como foi feito pelo Prof. 1, nessa etapa de defesa pública, pois sua participação ocorreu de forma virtual. Dessa maneira, foi enviado ao pesquisador um arquivo em formato Word. Dentre as cópias impressas cedidas para análise pelo mestrando, havia uma cópia impressa das observações do Prof. 3 – optamos, então, por digitalizar e fazer recortes desse documento. Trata-se de um texto com cinco páginas, como uma espécie de listagem, com indicação da página e da questão a ser discutida na arguição do candidato.

Nesse documento, há uma parte introdutória com identificação da universidade de origem do Prof. 3 e da universidade à qual pertence o candidato, especificação sobre tratar-se de um parecer de defesa em nível de mestrado, agradecimentos pelo convite para compor a banca, seguidos de considerações/elogios à pesquisa/pesquisador e, em seguida, adentra-se na discussão de questões de cunho teórico-metodológico, nos questionamentos, nas sugestões. A Figura 105, a seguir, mostra um dos comentários do Prof. 3 sobre o uso de termo teórico.

Figura 105 - Prof. 3 defesa - questionamento sobre aspecto teórico

A partir da página 18, há o uso de termos como enunciado(s) (p. 19, p.25, p.36) e modos enunciativos (p. 18, p. 47), campos de enunciação (p.27). Digo isso porque a noção de enunciado é claramente discutida por Bakhtin. Minha sugestão é tratar um pouco mais dessa parte, com leitura das obras organizadas por Beth Brait sobre o assunto, bem como as noções sobre enunciado em suas relações com gênero. Então questiono: qual a relação de enunciado com gênero e, respectivamente, com o seu trabalho? OK

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse recorte de comentário do Prof. 3, vemos sua preocupação com o uso adequado de terminologias, especificamente de conceitos relativos aos pressupostos bakhtinianos encontrados nas obras de Mikhail Bakhtin e discutidos por outros autores. Como dissemos anteriormente, os professores componentes de bancas possuem maior experiência com gêneros discursivos acadêmicos, um conhecimento teórico-científico mais amplo em razão de sua maior titulação, mais conhecimentos na área de estudos em questão (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017; MARTINO, 2021; LAVE; WENGER, 1991), por isso suas observações e aconselhamentos são pertinentes e necessários para a construção da pesquisa.

Em nossa perspectiva, quando o professor sugere que o escrevente desenvolva melhor essa parte do texto, baseando-se em obras organizadas por Beth Brait, ele não só permite entrever o caráter dialógico do gênero e da linguagem, mas conduz o estudante-pesquisador, ao sugerir referências bibliográficas, em um aspecto importantíssimo da manifestação autoral: seleção de pesquisas relevantes e citação delas no interior do texto, portanto a administração de vozes teóricas, discursos teóricos relativos ao seu objeto de pesquisa. Nesse sentido, o Prof. 3 – assim como o orientador, os professores 1 e 2, o revisor/normalizador – atua como mediador entre o estudante-pesquisador e o conhecimento relativo à teoria, em direção ao aprendizado, apreensão do gênero, qualificação profissional, em um processo dialógico, responsivo, marcado pela relação com o outro (BAKHTIN, 2011, 2014; CHARAUDEAU, 2016).

A Figura 106, seguinte, refere-se exatamente à necessidade de respostas a perguntas suscitadas no corpo do texto pelo próprio autor. Para o Prof. 3, uma vez que perguntas são feitas, espera-se, em um gênero como a dissertação, que sejam dadas respostas.

Figura 106 - Prof. 3 defesa – respostas para perguntas suscitadas pelo autor da dissertação

P. 23- As questões das páginas 23 e 83 serão respondidas? Por vezes, sinto que a interrogação é um recurso retórico bastante utilizado na dissertação, mas penso que há questões complexas colocadas no seu texto que não cabem ser respondidas ali e avançam a sua proposta, então talvez elas não precisam ser colocadas. Penso que, uma vez que as questões são colocadas no gênero dissertação de mestrado, sugerem resposta.

OK

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme temos destacado, profissionais componentes de bancas possuem experiência, conhecimentos, qualificação, lidam com gêneros acadêmicos, como dissertação de mestrado e tese de doutorado, por exemplo, com maior domínio em razão de seu nível mais amplo de letramento acadêmico, por isso o Prof. 3 entende que no gênero acadêmico em questão não seja adequado levantar questionamentos e não respondê-los e, principalmente, que não possam ser redarguidos. Por questões metodológicas, em geral, apresenta-se, na seção introdutória, uma questão de pesquisa que deverá direcionar toda a reflexão; assim, não apresentar uma resposta, ainda que genérica, provisória, parcial, pode representar uma séria lacuna⁸⁴ (SERRANO, 2011; LEMOS, 2017).

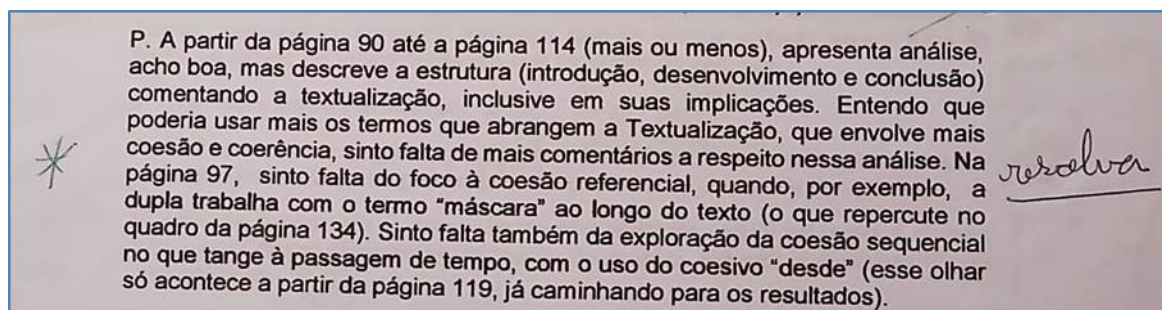
Ao tecer seu comentário, e externá-lo oralmente ao candidato, torna-se possível ao professor negociar os caminhos a serem seguidos no texto, com sugestões e conselhos (LEMOS, 2017), contribuindo para a delimitação e coerência interna da pesquisa, mas, especialmente, colaborando para que o estudante-pesquisador perceba como deve ser sua postura, na condição de autor, isto é, necessita demonstrar que possui o controle de sua produção, como uma espécie de “regente da obra”. O que observamos é que, até aqui, os interlocutores do mestrando guiam-no à apreensão do gênero, em como deve se posicionar tendo em vista dar uma resposta, de modo científico, a um fenômeno social, em interação com seus pares (CORTES, 2009).

O exemplo seguinte (Figura 107) também é bastante ilustrativo, para nós, desse papel do componente de banca, bem como dos outros interlocutores na produção de dissertação de mestrado, em instigar o escrevente a interpretar ele mesmo os dados de sua pesquisa, de maneira crítica e reflexiva, o que reverbera em assumir uma posição autoral, que carrega, então, traços de singularidade; neste caso, trata-se de entender a autoria como uma posição histórica, ideológica, assim o sujeito não é ele mesmo, mas também não se confunde com outro que esteja na mesma posição (POSSENTI, 2001, 2002), pois do seu lugar de

⁸⁴ Quanto à Figura 106, sobre as perguntas lançadas pelo mestrando, na página 23 foi suprimida e na 83 foi mantida, com alguns ajustes.

pesquisador somente ele, um ser social, responsivo e responsável, poderá realizar o seu agir – enunciar (BAKHTIN, 2017; SOBRAL, 2019).

Figura 107 - Prof. 3 defesa – pouca exploração de pontos relevantes



Fonte: Dados da pesquisa.

Chama-nos atenção, ainda, na figura anterior, expressões do Prof. 3, como “Entendo que poderia usar mais os termos”, “sinto falta de mais comentários”, “sinto falta do foco”, “sinto falta também da exploração”, pois remete-nos a momentos de direcionamentos feitos pelo orientador da pesquisa, pelos professores da banca de qualificação e, até mesmo, o revisor, quando informaram que a análise estava apenas descritiva, os dados estavam sendo parafraseados e que havia a necessidade de informar o autor/teoria tomado como base. Entendemos que quando o Prof. 3 sugere usar mais os termos esteja se referindo ao diálogo que deve ser feito com a teoria, com os autores pesquisados, que fundamentam a pesquisa, além de apresentar a leitura e interpretação dos dados, que devem ser melhor explorados. Assim sendo, os interlocutores contribuem para a construção da autoria pelo mestrando, uma *autoria (inter)mediada*, que não se constitui sozinha, mas colaborativamente, na interação, sem se caracterizar, nesse percurso, pela completa passividade e, sim, ativo e autônomo, conforme o sujeito avança em seu processo de letramento.

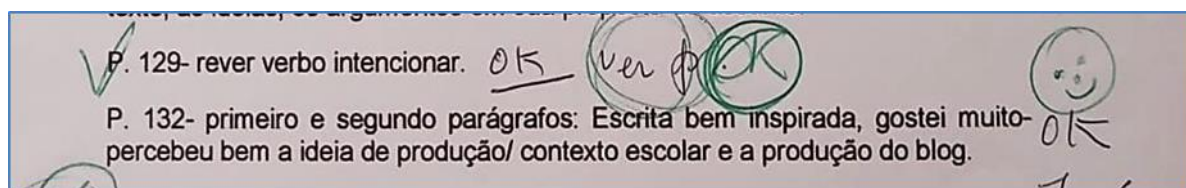
Temos priorizado, em nossas análises, dados que mostram trechos de textos do mestrando e os comentários de seus interlocutores, portanto a interação entre eles, principalmente porque, conforme observamos, desde o início do processo, com a produção do anteprojeto de pesquisa, a escrita do candidato esteve atravessada pela presença de outrem⁸⁵, na condição de discurso, dialogicamente. Embora o sujeito mestrando tenha se mostrado menos maduro em seu nível de letramento, naquele momento, desde o início ressaltamos, também, a presença de uma posição autoral do mestrando, revelada por meio de sua intenção discursiva, da resposta a ser dada quanto ao fenômeno investigado, inicialmente no gênero

⁸⁵ Linha de pesquisa do programa de pós-graduação e projeto temático do orientador.

projeto de pesquisa até o desenvolvimento da dissertação, seja por partes ou no texto completo.

Dessa maneira, no dado a seguir, como mostra a Figura 108, vemos que o Prof. 3 reconhece, segundo nossa interpretação, o posicionamento autoral do mestrando no interior do gênero, ainda que não seja com essas palavras propriamente, ao elogiá-lo: “[...] Escrita bem inspirada, gostei muito- percebeu bem a ideia [...]”.

Figura 108 - Prof. 3 defesa - elogio à escrita



Fonte: Dados da pesquisa.

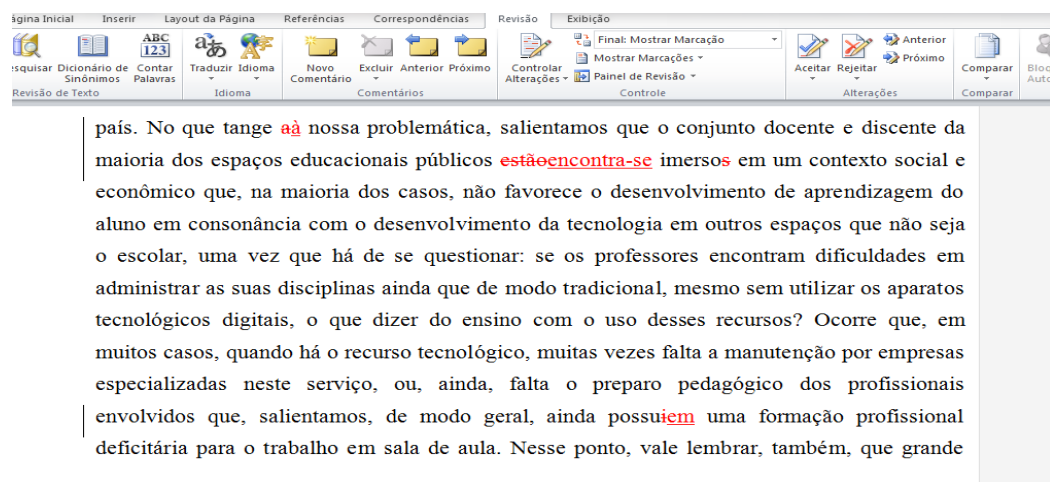
Dessa forma, verificamos ter ocorrido avanço no nível de letramento do mestrando, porquanto, na defesa, apresentou um texto que nos permite afirmar ter apreendido o gênero acadêmico dissertação de mestrado dentro dos moldes esperados: uso da variedade formal da língua, utilização de estilo de formatação adequado, seleção de base bibliográfica e discussão sobre objeto de pesquisa. Em relação ao letramento acadêmico, situamos o sujeito em um *continuum*, de modo que quanto maior fosse seu letramento acadêmico, menos dependente do interlocutor e autônomo em suas ações ele seria; e quanto menor fosse o seu letramento acadêmico, mais dependente seria do interlocutor e menos autônomo em suas ações; o mestrando demonstrou, até aqui, esse avanço, porém, ressaltamos, não sozinho, mas na relação com seus pares, com seus principais interlocutores, ao longo do processo de produção da pesquisa, reverberando, assim, na construção da autoria, uma posição discursiva que se sujeita e que reage às exigências do domínio discursivo, às conformações do gênero e às expectativas de seus interlocutores, situados em ambiente institucional.

Por meio de nossos dados, verificamos que fora realizada uma nova revisão textual e formatação (ABNT) da dissertação de mestrado – a primeira ocorreu antes da qualificação e a segunda depois da defesa. Na primeira, deu-se prioridade à formatação; na segunda, à revisão textual. A revisão do texto não é considerada uma etapa obrigatória, aos moldes da qualificação e da defesa pública, institucionais, exigências para aprovação e titulação do candidato (MARTINO, 2021), porém pode ser sugerida pelo orientador ou pela banca, a fim de dar o “arremate final” ao texto, antes de sua publicação em site do programa de pós-graduação. Com base em nossos dados, como observamos na subseção anterior, a realização

da revisão textual, no caso por nós analisado, representa uma decisão do próprio orientador, diante dos problemas encontrados.

Dissemos, na subseção anterior, que a revisão pode ser caracterizada como atividade profissional realizada em espaços como editoras, revistas e jornais ou em caráter *freelance* – caso da revisão de trabalhos acadêmicos (AVELAR; 2019; LEMOS, 2017; OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO, 2009; YAMAZAKI, 2009; GUEDES, 2013) e/ou como uma etapa comum à própria produção de textos, sendo executada pelo docente ou pelo próprio escrevente, principalmente na atividade pedagógica (MENEGASSI, 2001; MENEGASSI; GASPAROTTO, 2016; MAFRA; BARROS, 2017). Na revisão profissional há quatro tipos de revisão: resolutivo – quando o desvio é identificado e resolvido pelo revisor; indicativo – quando o revisor sinaliza o desvio; classificatório – quando o revisor detalha o desvio; interativo – quando o revisor dialoga com o autor (RIBEIRO, 2009). Na dissertação por nós analisada, vimos que o revisor utilizou o tipo resolutivo, como ilustram as Figuras 109 e 110, seguintes e o tipo interativo, conforme veremos nas Figuras 111 e 112, por conseguinte.

Figura 109 - Revisão textual pós-defesa com correções do revisor



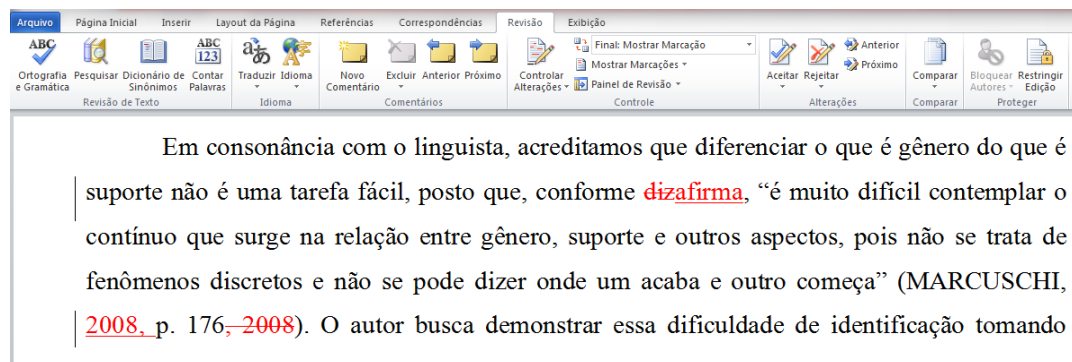
Fonte: Dados da pesquisa.

Embora o profissional tenha realizado a revisão do tipo resolutivo, corrigindo e adequando a redação, em relação ao uso da crase e concordância, na figura 109, ele o fez utilizando a ferramenta do Word “Controlar Alterações”, de modo que suas alterações encontravam-se embutidas, ocultas no arquivo, podendo ser consultadas pelo autor. Vale ressaltar que, embora a revisão textual seja mais do que correção ortográfica e gramatical (LEMOS, 2017; RODRIGUES, 2010), em geral, tendo em vista a avaliação temática e de conteúdo realizada pelo orientador e pelos professores de banca, no caso de trabalhos

acadêmicos, tais como dissertações e teses, a atividade do revisor acaba se concentrando principalmente em resolver desvios gramaticais ou questões de formatação.

Visto tratar-se de um indivíduo com conhecimento na língua vernácula, com experiência no manejo de gêneros acadêmicos, com as normas para formatação de trabalhos acadêmicos, com o estilo de linguagem acadêmica (RODRIGUES, 2010; OLIVEIRA, 2016; LEMOS, 2017), muitas vezes, realiza ajustes⁸⁶ que englobam inserções, supressões de trechos, reescritas de frases ou períodos, substituições de palavras, localização de trechos idênticos em diferentes partes do texto, identificação de pontos ambíguos, obscuros sobre os quais dialoga, dentre outras ações. Na figura 110, adiante, vemos a substituição do termo “diz” por “afirma”, por exemplo, além do ajuste na ordem das informações da autoria citada.

Figura 110 - Revisão textual pós-defesa com ajustes do revisor



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa substituição de verbo de citação (MOTTA-ROTH, HENDGES, 2010), por meio da escolha de outro que seja mais adequado, permite-nos refletir sobre um importante aspecto da autoria, em consonância com Possenti (2001, 2002), ou seja, a atuação do revisor não sobre o *que é* dito, mas sobre o *como*, sobre o modo de dizer. A escolha, aqui, não se trata de algo pessoal, porém uma escolha com base nas opções lexicais que a própria língua oferece, segundo alerta Possenti, em adequação à variedade utilizada em determinado domínio e gênero discursivos.

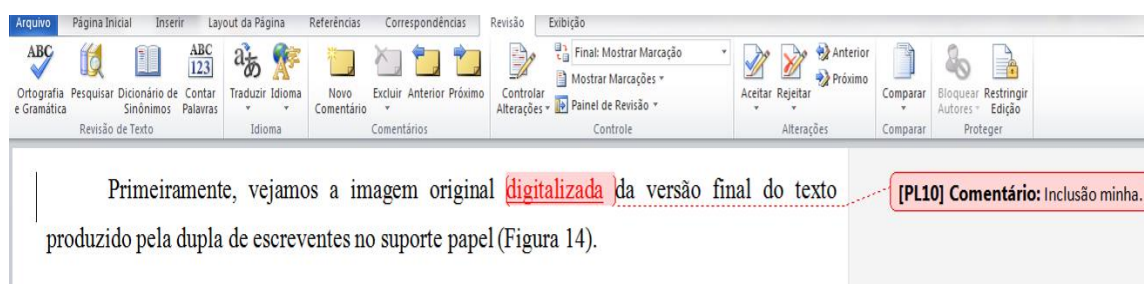
Não podemos dizer, dadas as contribuições do revisor não terem sido tão profundas e não ter fornecido relevantes *insights* à pesquisa, que possa se tratar de um revisor coautor, conforme constatamos no artigo *Produção do gênero sinopse de livro e revisão textual*:

⁸⁶ Em razão de nossos dados serem relativos a uma dissertação concentrada na área de estudos linguísticos e diante do trabalho cuidadoso do orientador, da banca de qualificação e defesa, além de ter sido realizada uma primeira revisão do texto, não foram localizados muitos nem grandes desvios em sua redação.

coautoria ou intervenção no texto de outrem?, em que autor e revisor trabalharam juntos na produção da sinopse (LEMOS; PEREIRA, 2017). Assim como em nossa pesquisa de mestrado, na qual verificamos que os revisores não atuaram como coautores nas teses de doutorado por nós analisadas (LEMOS, 2017), acreditamos que o revisor, aqui, não seja coautor na produção da dissertação, e sim, neste caso em análise, o orientador, no entanto cremos que, assim como os outros parceiros, nesse processo, o profissional revisor representou um importante colaborador em seu papel de leitor profissional (LEMOS, 2017; PINHEIRO, 2011; MARCUSCHI, 2008; SALGADO, 2017).

As duas figuras seguintes, 111 e 112, ilustram a revisão de tipo interativo realizada pelo profissional, por meio da qual dialoga com o autor, a fim de explicar suas intervenções ou para reflexão a respeito de algum ponto do texto que necessite ser revisto. Neste caso, primeiro o revisor informa que a palavra “digitalizada⁸⁷” é uma inclusão sua, sendo esta uma informação relevante para compor a metodologia da pesquisa; em seguida, discute sobre a interpretação de um dado da pesquisa do mestrando, questionando sua pertinência.

Figura 111 - Revisão textual pós-defesa com inserção do revisor



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 112 - Revisão textual pós-defesa com reflexão do revisor

inadequado, semanticamente estabelece sentido no seu emprego neste trecho 4. Já a forma do verbo em “ajudarem”, está inadequadamente flexionada, visto que o sujeito deste verbo é “redes sociais” e, como vemos, está com a flexão de número no plural. Assim, para que a concordância verbal ocorra de maneira correta, o verbo deve ser flexionado conforme o sujeito que o determina, neste caso, a flexionada seria “ajudaram”. Vemos que, no plano gramaticalmente, os escreventes cometeram desvio.

Fonte: Dados da pesquisa.

Comentários



abril 14, 2020

Não sei se a questão é a flexão do plural, mas o modo de conjugação: “ajudarem” expressa o futuro subjuntivo, quando deveriam registrar o pretérito perfeito do indicativo “ajudaram”, pois ajudarem e ajudaram encontra-se no plural. Vejamos.

⁸⁷ Trata-se da produção textual dos estudantes participantes da pesquisa escrita em papel e digitalizada para inclusão na dissertação.

Verificamos, na versão após revisão final, que a inserção de palavra foi mantida, porém o trecho com a observação sobre se tratar de “flexão do plural” ou “modo de conjugação” foi suprimido da produção. Conforme salienta Ribeiro (2016), aceitar ou rejeitar os ajustes/sugestões do revisor é uma decisão que pertence ao autor, mas sabemos que ao requisitar o serviço de um profissional o autor acaba levando em consideração suas observações, principalmente quando há identificação de “[...] problemas que são de ordem discursiva, pois vários equívocos de ordem interacional interferem na funcionalidade do texto” (RODRIGUES, 2010, p. 159). Portanto, como vimos, na condição de interlocutor, de leitor profissional, de colaborador, assim como o orientador e os professores componentes de bancas, o revisor participou do percurso de produção do texto, negociando e construindo sentido(s), uma vez que a etapa de revisão da dissertação constitui-se como um evento comunicativo, dialógico, interacional.

Em suma, nesta seção de análises de nossa pesquisa de doutorado, acompanhamos o processo de construção da autoria em dissertação de mestrado, desde seu nascimento no anteprojeto de pesquisa até sua estabilização na versão da dissertação considerada final. De modo particular, observamos que a construção da autoria esteve intimamente ligada ao desenvolvimento do letramento acadêmico do sujeito pesquisador, que, por sua vez, não aconteceu sozinho, mas na relação com o outro, contribuindo, assim, para a apreensão do gênero discursivo, utilizado com domínio e liberdade, consequentemente, contribuiu para a composição de uma posição discursiva no interior do gênero, isto é, uma *autoria (inter)mediada*, em plena relação dialógica, interação com seus pares, sendo mediado por estes e ativo em seu agir, em direção à articulação de vozes sociais/teóricas, sendo, ao final desse processo, o regente.

A fim de concluir a pesquisa, porém sem esgotar as possibilidades de reflexões e discussões, seguimos para nossas considerações finais esperando ter contribuído, de maneira frutífera, para os estudos da linguagem, com foco especial na figura do autor em domínio acadêmico, ao acompanhar seu processo de constituição. Nessa direção, uma vez que não pretendemos (nem conseguiremos) fechar a questão da autoria, mas atizar as discussões, retomaremos nossos objetivos, a seguir, a fim de estruturar e organizar nossas reflexões e achados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo enunciado – da réplica sucinta (monovocal) do diálogo cotidiano ao grande romance ou tratado científico – tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes do seu início, os enunciados dos outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros [...] (BAKHTIN, 2011c, p. 275).

Diante desta citação do filósofo russo, seguimos para o término deste enunciado, ao encontro com os enunciados responsivos dos outros, nossos interlocutores. O término de um enunciado não significa exaurir as possibilidades de reflexão sobre o objeto pesquisado, mas estabelecer limites, de forma planejada, ao nosso projeto de dizer, que possam dar conta de nossos objetivos, para, assim, passar a palavra ao outro.

Esta tese resulta de interesses derivados de nossa pesquisa de mestrado, entre 2016 e 2017, ao pesquisarmos sobre a relação autor-revisor, no processo de produção do gênero tese de doutorado, especificamente a respeito da construção de sentido(s) na interação entre esses interlocutores, quando nos questionamos, também, sobre a possibilidade de coautoria do revisor. Nosso interesse, então, passou a ser o processo de constituição da autoria no âmbito acadêmico, levando em consideração não só a interlocução com o revisor de textos, mas com outros parceiros essenciais e, de certo modo, exigidos institucionalmente para a produção de um trabalho acadêmico, tal como a dissertação de mestrado, bem como sua aprovação, e a possibilidade de haver coautoria ou não nessa interlocução.

Decidimos trabalhar, portanto, com a dissertação de mestrado, especialmente por acreditarmos que o sujeito pesquisador, nesse nível de ensino, encontra-se mais avançado que o estudante de graduação e menos avançado que o estudante de doutorado, estando “no meio do caminho” em sua experiência acadêmica. Pensando na autoria como uma posição sociodiscursiva fundada em trabalho e não como resultado de talento nato, definimos, assim, nosso problema de pesquisa: como se caracteriza a autoria na produção do gênero acadêmico dissertação de mestrado, levando-se em consideração o caráter processual de ambos – autoria e gênero discursivo – e a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico?

Nossa hipótese, nesta tese de doutorado, é de que a autoria em dissertação de mestrado se desenvolve à medida que o escrevente apreende o gênero acadêmico, mediante seu próprio processo de letramento acadêmico e na interação com seus interlocutores. A linguagem verbal humana, em consonância com o filósofo russo Mikhail Bakhtin, tem como princípio basilar o dialogismo, de modo que a produção de um enunciado não só está carregada das palavras dos

outros, mas também é sempre direcionada para o outro, em um processo interativo. Quanto à dissertação de mestrado, conforme vimos no caso analisado e como costuma acontecer de modo geral, desde o princípio, com o projeto de pesquisa, já ocorre um diálogo entre a investigação que se propõe e a linha temática do professor, também com o programa de pós-graduação e com a instituição de ensino; em seguida, dada a aprovação do candidato, seguem ocasiões de interação com professores componentes de bancas de defesa e qualificação, por vezes com profissional revisor de textos, além dos autores citados na pesquisa.

Nessa perspectiva, nosso principal objetivo foi caracterizar a instância autoral que emerge no processo de produção de uma dissertação de mestrado, produzida no domínio acadêmico, com base na gênese da escrita desse gênero discursivo, levando em consideração as exigências do gênero, a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico e a relação que o autor mantém com o conhecimento, neste caso as produções científicas, orientador, outros professores, revisor de textos etc. Para tanto, estabelecemos alguns objetivos específicos importantes para respondermos ao objetivo geral, quais sejam: refletir sobre o papel do orientador, bem como outros parceiros, no processo de produção da dissertação de mestrado, se se trata de colaboração na escrita ou se tende para um trabalho coautorial; discutir sobre os gêneros do discurso e, em especial, o gênero acadêmico dissertação de mestrado, sob a perspectiva bakhtiniana, buscando algum subsídio, também, nos Estudos Retóricos de Gêneros; analisar versões de um mesmo texto de dissertação de mestrado (documentos de processo) que permitam reconhecer a gênese do texto, mediante os movimentos de sua escritura, dos quais participam, junto com candidato, o orientador, professores que constituem as comissões de qualificação e defesa, revisor de textos, dentre outros – determinantes no processo de constituição da figura autoral.

Como se vê, passamos a considerar, desde o princípio do processo observado, a participação dos interlocutores na constituição da autoria em dissertação de mestrado, porquanto a interação representa um elemento relevante e imprescindível, já que a autoria não constitui um dom ou talento, mas um trabalho feito de trocas. E no trabalho acadêmico-científico o elemento dialógico, a interação, as trocas mostram-se explicitamente nas citações de autores, bem como no reconhecimento de etapas institucionais como a orientação, a qualificação e a defesa, em que ocorrem trocas mais pontuais.

No intuito de efetivar nossa pesquisa, realizamos um trabalho de historicização relativo à figura autoral, conforme a investigação e leitura que fizemos de seu percurso na história civilizacional; ademais, marcamos, por meio de nossa teorização, a filiação desta pesquisa, ou seja, adotamos uma perspectiva de autoria na linha bakhtiniana, porém com

algumas adaptações e releituras, afastando-nos do campo literário e adentrando o âmbito acadêmico e suas particularidades.

Dessa maneira, delimitamos alguns momentos importantes relativos à inexistência, surgimento, estabelecimento, críticas, esmaecimento, “tentativa de assassinato” e “ressurreição” do autor. Assim, na Antiguidade não havia a concepção de autoria (CAVALHEIRO, 2008); entretanto, diante do processo de complexização das sociedades, com a criação da escrita, essa figura passou a ganhar seus primeiros contornos, em razão da necessidade de uma administração organizada de riquezas e seus registros, com consequente especialização da escrita, de seus suportes (CAMARA JR., 1975; HIGOUNET, [1955] 2003; ROBINSON, 2016; FISCHER, 2009). Foi na Renascença e Idade Média que vimos florescer a concepção de autoria, em decorrência de vários fatores: forte desenvolvimento do campo cultural, processo de exaltação da individualidade, artista considerado gênio, criação da prensa gutemberguiana, maior difusão da cultura escrita (literatura e ciência), domínio da Igreja Católica, obras consideradas heréticas, identificação dos hereges para punição, estabelecimento do *copyright* (direito sobre a obra) etc. (HIGOUNET, 2003; FISCHER, 2009; HOBINSON, 2016; CAVALHEIRO; GUERREIRO, 2016; CHARTIER, 2012; AZIZE, 2013). À exaltação do indivíduo soma-se, ainda, o subjetivismo individualista, ligado ao romantismo (por volta do final do século XVIII e durante parte do século XIX), responsável por creditar à intenção do autor o(s) significado(s) do texto, negando, dessa forma, o princípio dialógico da linguagem (VOLÓCHINOV, 2018).

Diante das reflexões e críticas surgidas à época e intensificadas a partir do final do século XIX e início do século XX, principalmente no campo da produção literária, a fim de combater essa noção romântica de autor, como origem do sentido e indivíduo dotado de um “dom” ou talento nato, surgiram correntes, tais como o Formalismo russo, *New Criticism* americano e Estruturalismo francês (COMPAGNON, 2001; GAGLIARDI, 2010). Em síntese, respectivamente, essas correntes tinham em vista tratar dos procedimentos poéticos de constituição da poesia por meio da percepção da articulação e organização linguística (STEMPEL, 1983), estabelecer uma teoria anti-intencionalista (William K. Wimsatt) mediante abolição de abordagens históricas, biográficas e sociológicas (COHEN, 2002) e romper com a centralidade do homem pondo em seu lugar a linguagem, com suas leis (KRISTEVA, 1969). Essas correntes, embora pretendessem fugir à primazia da pessoa do autor e superestimação de sua intenção, acabaram seguindo caminhos bastante extremados, com adoção de posturas radicais, caso da morte do autor proposta por Roland Barthes (1984).

Para Barthes, que se considerava um estruturalista, porém com tendências à consideração de traços de natureza psicológica, sociológica e metafísica em suas interpretações no interior da Crítica Literária (COMPAGNON, 2001), a figura do autor se tratava de uma invenção decorrente da modernidade, alimentada por uma concepção romântica de genialidade e individualidade pujante, desnecessária para considerações a respeito da interpretação de um texto, uma vez que, conforme suas considerações, a linguagem conhece um sujeito não uma pessoa, portanto tem-se um “lugar vazio”. Em suas reflexões, assevera que, no momento da escrita, ganha existência o *escriptor*, que nasce e vive somente nesse momento, de modo que o verdadeiro lugar onde o texto adquire sentido é o leitor, propondo, assim, a morte do autor, seu esquecimento para a compreensão de uma obra.

No entanto, ao refletir sobre a noção de obra, já na segunda metade do século XX, o filósofo francês Michel Foucault questiona se a obra não seria exatamente aquilo que se encontra sob a assinatura de um autor e se a tentativa de apagamento não acabaria pondo novamente em relevo essa figura, em termos transcendentais. Para este, por seu turno, vale mencionar que o Autor é definido com base em algumas características: ao nome de autor deve estar vinculada uma obra e esta, por sua vez, estar em circulação; ademais, outra característica importante é o fato de ser reconhecido, ainda, como fundador de uma discursividade, como, por exemplo, Marx e Freud, os quais possibilitaram o surgimento de novas proposições atreladas àquilo que fundaram (FOUCAULT, [1969] 2002).

Como vemos, diante da discussão realizada até aqui, a questão da autoria não se encontra fechada, resolvida, mas constitui-se como um campo de relevantes reflexões, pertinentes e atuais, a cada retomada. Assim, quisemos discutir sobre a autoria, quicá fornecendo importantes contribuições para seu estudo, para os estudos em texto e para os estudos da linguagem, filiando-nos à perspectiva bakhtiniana de estudo da linguagem, de cunho filosófico. Nesse sentido, selecionamos as principais obras do filósofo em que aborda a questão da autoria, quais sejam: *Para uma filosofia do ato responsável* (2017), *O autor e a personagem na atividade estética* (2011), *Problemas da poética de Dostoiévski* (2018), *O discurso no romance* (2014), *O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas* (2011), além de outros autores. Como verificamos na seção teórica destinada à linha bakhtiniana, essas obras marcam etapas de desenvolvimento de seus postulados e amadurecimento de sua produção, ao longo de um processo.

Em resumo, observamos a autoria atrelada à assinatura, que marca o ato de reconhecer e adotar uma postura, uma opinião, por um sujeito que é social, responsável e responsivo; a distinção entre autor pessoa e autor criador, sendo este o responsável pelo acabamento de uma

obra, aquele que cria não com base em sua interioridade, mas buscando do lado de fora, no outro o material para a personagem e o mundo criados; o autor como uma posição discursiva responsável pela administração de vozes sociais no interior da obra, representadas pelas personagens criadas – o outro não de quem se fala, mas com quem se fala, mantendo o devido distanciamento do texto e levando o diálogo à sua realização plena. Na mesma seção teórica, tratamos, ainda, da autoria com base nas contribuições do professor e pesquisador Sírío Possenti, para o qual a autoria pressupõe alguma individualidade, em razão da manifestação de certas peculiaridades na escrita, estando esta instância inscrita em domínios discursivos, de modo que podemos vislumbrar o aspecto individual e o coletivo. Assim, em alguns momentos, em nossas análises, consideramos as pistas de autoria presentes no texto, com base nesse autor, ou seja, “dar voz ao outro”, “manter a distância” e “evitar a mesmice”, pistas que são da ordem não do *quê*, mas do *como se diz* (POSSENTI, 2001, 2002).

Em seguida, já correspondendo ao nosso segundo objetivo específico – discutir sobre os gêneros do discurso e, em especial, o gênero acadêmico dissertação de mestrado, sob a perspectiva bakhtiniana, buscando algum subsídio, também, nos Estudos Retóricos de Gêneros –, ao tratar sobre a dissertação, salientamos que não é qualquer indivíduo, a qualquer hora e em qualquer lugar que produz esse gênero e sim um sujeito já inserido nas práticas acadêmicas e no ambiente universitário, com respeito às etapas necessárias ao ingresso no curso de mestrado: ter formação acadêmica que lhe permita concorrer à vaga pleiteada; submeter-se a processo seletivo, de modo que siga os seguintes passos, de modo geral, mas que podem variar: inscrição, homologação de inscrição decorrente da apresentação de documentos (dentre estes um projeto/plano de pesquisa), realização de prova de conhecimentos gerais na área, prova de língua estrangeira e entrevista.

Devemos mencionar, a respeito do projeto/plano de pesquisa, que nesse documento, e etapa inicial do processo, é que identificamos a autoria em seu *status nascendi*, ou seja, o percurso inicial em que ocorre a “assunção autoral”, identificada por meio da ideia de pesquisa, de um *insight*, quanto a um fenômeno. Conceber uma proposta de pesquisa e sistematizá-la em um gênero discursivo exige um ato criador por parte do autor-pesquisador. Sendo assim, não nos questionamos se há ou não autoria, pois partimos da constatação de sua existência desde o projeto de pesquisa. Vale mencionar, ainda, que nossa pretensão foi analisar todo o processo de constituição da autoria e na produção do gênero dissertação de mestrado, sendo assim discutiremos sobre ela mais adiante.

Ao tratar sobre a dissertação e sua produção, constatamos que o sujeito pesquisador é o responsável por assumir a tarefa de realizar sua pesquisa e escrevê-la; ele é convocado a isto

de seu lugar, agindo por meio de sua singularidade “irrevogável e obrigatória” (BAKHTIN, 2017, p. 96; AMORIM, 2018). E aqui destacamos: não estamos confundindo a pessoa do mestrando com sua posição autoral no interior do discurso, mas, sim, sinalizando para a não separação entre uma instância e outra, pois a autoria pressupõe a existência de uma pessoa. Para Bakhtin, a separação entre o mundo da cultura e o mundo da vida, em oposição, sem comunicação um com o outro, impede que o ato seja considerado na sua totalidade, refletindo, ainda, uma concepção de sujeito teórico, sem dar conta de duas dimensões do sujeito: coletiva e individual.

Em nossos dados, há momentos, como vimos, em especial nos e-mails, conversas por aplicativo de mensagens e nos comentários interativos, que quem fala não é a instância autoral, mas o sujeito pesquisador, responsável e responsivo, o qual apreende e utiliza o gênero em questão, na interação com o outro, seu interlocutor (BAKHTIN, 2011b; CHARAUDEAU, 2016). Em consonância com Bakhtin, tomamos o gênero dissertação, para efeito de análise, não como um dado a ser pesquisado, porém como um enunciado vivo, integrado a uma atividade discursiva (BEZERRA, 2006), carregado de enunciados anteriores e à espera de respostas posteriores, ou seja, sempre vinculado a outros enunciados, dadas as relações entre os discursos e indivíduos, no interior da sociedade, principalmente porque a língua é dialógica em sua essência (BARROS, 1999; CORTES, 2009; RIBEIRO, 2010; BAKHTIN, 2014; MACHADO, 2018; LEMOS; PEREIRA, 2021b).

E o texto possui caráter repetível (já dito) e reproduzível (atualizado), se observado na condição de dado; na condição de enunciado vivo, possui caráter individual, único e singular, durante o ato – um agir intencional no mundo (SOBRAL, 2019), endereçado a alguém. A intenção, no tocante à autoria, não se refere ao que o indivíduo quis dizer, sua intenção particular, mas ao seu projeto de dizer, no caso da dissertação ao(s) seu(s) objetivo(s) de pesquisa, visto ser um sujeito sócio-historicamente situado (BAKHTIN, 2011b, 2011c, 2017).

Em nossas reflexões sobre o gênero dissertação de mestrado, constatamos que quanto mais flexível é o gênero mais possibilidades há de o sujeito imprimir nele sua marca autoral, e isso passa pelo seu letramento acadêmico, ou seja, sua experiência com as práticas reais de usos sociais da leitura e escrita de gêneros com produção e circulação em ambiente acadêmico, os quais apresentam particularidades e estratégias próprias (FIAD, 2015; FISCHER; PELANDRÉ, 2010; MARINHO, 2010; VIAN JR., 2006). Para nós, o processo de instauração da autoria na dissertação de mestrado tem, portanto, uma relação direta com o processo de letramento do sujeito pesquisador, sendo processos que ocorrem concomitantemente.

Desse modo, acreditamos que quanto maior o nível de letramento do indivíduo, seu domínio do gênero, melhor se posicionará no texto sociodiscursivamente, e quanto menor seu letramento, maior a dificuldade para se posicionar como autor no interior do texto; bem como quanto maior seu letramento mais (in)dependência terá quanto ao(s) seu(s) interlocutor(es), e quanto menor seu nível de letramento mais dependente do seu interlocutor será, especialmente em razão de considerarmos o letramento acadêmico e a constituição da autoria processos extremamente dialógicos. No caso por nós analisado, situamos o mestrando em um *continnum*, passando a adotar as expressões *autor com maior autonomia e independência* e *autor com menor autonomia e independência*, tendo em vista seu avanço no processo de letramento e ampliação da autoria, considerando, também, posições intermediárias, gradientes, nesse processo. No primeiro caso, uma manifestação da autoria por meio da apreensão do gênero (estilo, forma, conteúdo), domínio teórico (utilização de paráfrase, diálogo entre as vozes dos autores, aparição da voz do próprio autor – sua intenção discursiva), com escrita menos propícia a possíveis lacunas evitando maior esforço de seu interlocutor, mais atento à presunção de um “leitor virtual”; no segundo caso, uma manifestação da autoria de forma mais tímida, com dificuldade na apreensão do gênero (estilo, forma, conteúdo), menor domínio teórico (pouca utilização de paráfrase e mais citações diretas por vezes inadequadas, soltas, pouco diálogo entre as vozes dos autores, discreta aparição da voz do próprio autor – sua intenção discursiva), com escrita propícia à presença de lacunas que demandam maior esforço de seu interlocutor (principalmente do orientador), menos atento à presunção de um “leitor virtual”, mas com potencial para avançar, já que consideramos a autoria resultante de trabalho.

Assumimos a autoria, aqui, como uma tomada de posição sociodiscursiva, que deriva da responsabilidade individual, porém não se confunde com o sujeito inscrito sob um número de CPF, e da intenção discursiva de um sujeito responsivo e, portanto, interacional, posição que se sujeita e que reage às exigências do domínio discursivo, às conformações do gênero e às expectativas de seus interlocutores, com os quais constrói os sentidos. Uma *autoria (inter)mediada*, porquanto funda-se na interação, em virtude do caráter dialógico da linguagem, contando com a participação institucionalizada de colaboradores ao longo do processo, sendo ativo, mas também em interação com seus interlocutores principais no processo de produção do texto, estando todos envolvidos numa esfera de interação, diálogo, negociações, marcados pelas exigências de cunho institucional.

Em aspectos metodológicos, tendo em vista o fato de acompanharmos o processo, tanto de produção do gênero dissertação de mestrado quanto de constituição da autoria,

contamos com o auxílio da Crítica Genética, área de estudos pertencente à Crítica Literária que tem como objeto de estudo os manuscritos/documentos de processo referentes ao ato de criação (SALLES, 2008; PEREIRA, 2005). Nossos dados se constituem basicamente de: projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo, versões de um artigo científico, documento com passo a passo para produção de metodologia, versões de seções/subseções produzidas por peças e posteriormente reunidas em uma só peça, versão revisada, versão para qualificação, versão pós-qualificação, versão para defesa, versão pós-defesa, nova versão revisada, versão final, e-mails e conversas por aplicativo de mensagens. Com base na Crítica Genética, seguimos alguns passos para organização e tratamento de nossos dados: Estabelecimento da documentação, Especificação das peças, Classificação genética e Decifração e transcrição (BIASE, 2006). Ademais, de posse do corpus da pesquisa, elaboramos o prototexto, ou seja, um novo texto que, a partir da organização e elaboração crítica do dossiê, conta-nos a história da produção em análise, a dissertação, sendo, portanto, um texto que se forma com base nos materiais organizados.

Em nossas análises, dividimos os dados em cinco subseções, no intuito de estabelecer etapas didaticamente organizadas: etapa inicial - autor e professor trabalharam o gérmen da pesquisa, o projeto; segunda etapa - autor e professor focaram na produção de um artigo, um passo a passo para coleta de dados e quatro subtópicos da seção teórica, em suas várias versões; terceira etapa - ocorreu a sistematização da metodologia da pesquisa e realização da análise dos dados; quarta etapa - houve a montagem do texto em peça única, sua primeira revisão e exame de qualificação; quinta etapa - ocorreu a defesa pública e segunda revisão para depósito do texto e publicação em banco de dados da instituição de ensino superior.

Optamos por fazer “prints” de tela (dos textos digitais e impressos que foram digitalizados), dando preferência a trechos que ilustram a interação entre o autor-pesquisador e seus interlocutores, com, pelo menos, três recortes das versões selecionadas, além de e-mails e trechos de conversas por aplicativo relevantes para sustentar nossos achados. Sendo assim, com nossas análises, buscamos corresponder ao nosso terceiro objetivo específico: analisar versões de um mesmo texto de dissertação de mestrado (documentos de processo) que permitam reconhecer a gênese do texto, mediante os movimentos de sua escritura, dos quais participam, junto com candidato, o orientador, professores que constituem as comissões de qualificação e defesa, revisor de textos, dentre outros – determinantes no processo de constituição da figura autoral.

Assim sendo, na etapa inicial, consideramos que no projeto ocorreu o nascimento, a “assunção autoral”, ao revelar uma ideia de pesquisa e, portanto, um posicionamento relativo

a um fenômeno de ordem social, em interação com a linha de pesquisa do orientador, porém nosso interesse principal era a manifestação da autoria na dissertação e não no projeto, o que envolve outro gênero discursivo, mais complexo e extenso. Com base em nossos dados dessa primeira etapa, em uma pré-análise do professor e produção dos primeiros escritos pelo estudante, vimos que teve início o trabalho de orientação, com questionamentos e direcionamentos ao mestrando, o qual demonstrou alguma familiaridade com textos acadêmicos, porém, também, certa insegurança e pouca desenvoltura no nível da pós-graduação, especialmente por sua dificuldade em adaptar seu projeto ao modelo solicitado em uma disciplina.

Esse comportamento do mestrando, de insegurança e pouca desenvoltura na produção de seu texto, apenas “resolvendo” os problemas apontados, estando submisso ao orientador, provocou a predominância deste, o qual “tomou as rédeas da situação”, cobrando sempre a contrapartida do orientando. Nessa direção, correspondemos ao nosso primeiro objetivo específico – refletir sobre o papel do orientador, bem como outros parceiros, no processo de produção da dissertação de mestrado, se se trata de colaboração na escrita ou se tende para um trabalho coautorial – com nossos achados, nessa primeira etapa de análise. Ou seja, em decorrência da extensão e profundidade das intervenções do orientador, sua participação efetiva, no texto, atuando tanto sobre o *quê* quanto sobre *como se diz* na produção de seu orientando, acaba atuando como coautor, além de orientador e revisor do texto (POSSENTI, 2001, 2002; TARGINO, 2005). Isso comprova, para nós, que quanto menor o nível de letramento do indivíduo maior a dependência de seu interlocutor, pois foi o que observamos nessa etapa inicial do processo em que o mestrando busca ampliar sua posição autoral no interior do texto, mesmo que não tenha consciência de estar fazendo isto.

Na segunda etapa, por nós estabelecida didaticamente, após a passagem de algum período de estudos e produções, verificamos, considerando um sujeito que se encontra em um *continuum* de seu letramento e, portanto, com condições para avançar, mediante a ampliação de sua experiência com a leitura e escrita de textos acadêmicos, que o mestrando tomou consciência de sua pouca maturidade no início do processo, mas também de seu esforço e dedicação, pois trabalhou “com afinco” e esperava “ter evoluído”. Na produção de um artigo científico, o professor chamou atenção para as muitas lacunas no texto, para a necessidade de pensar em seu leitor, para erros de natureza gramatical que devem ser evitados, de modo que continuou exercendo muitos papéis: direcionar a pesquisa, atuar como coautor, revisar/corrigir o texto.

Ao solicitar do aluno que pensasse em seu “seu pobre leitor”, para nós, o professor apontou um importante caminho para a ampliação da autoria pelo escrevente: voltar-se para fora, para o outro e isso pode se refletir no processo autoral, se pensarmos na posição de deslocamento, por meio da qual o autor “deixa” o terreno do *eu* para considerar a opinião do *outro*, como propõe Bakhtin em seus postulados sobre a autoria. Dessa maneira, o orientador ocupa um papel importante, mediando o pesquisador em direção ao caminho que deve seguir em seu posicionamento sociodiscursivo, refletindo, assim, na constituição da autoria do principal produtor do texto.

Embora o processo de letramento acadêmico do mestrando, nesta pesquisa, tenha sido marcado principalmente pelos avanços na apreensão do gênero, houve momentos, na produção da seção teórica, tanto nessa segunda etapa quanto nas outras, em que foram recorrentes os deslizos e desatenção para com o leitor virtual. Isso, para nós, deve-se ao fato de a dissertação como um todo ser uma novidade para esse indivíduo, que, em decorrência de seu nível de letramento e complexidade na produção de algumas seções do texto, acabou oscilando na execução de sua tarefa. Nessa segunda etapa, ao produzir a seção teórica, o *autor (inter)mediado* passou a exercer um posicionamento discursivo mais intenso, no orquestramento de vozes teóricas (BAKHTIN, 2018), sendo acompanhado de perto pelo orientador – uma voz que atravessa o texto, fazendo parte dele.

Nessa segunda etapa, com base em nossos dados, vimos uma evolução do mestrando-autor, ao “pensar” em seu leitor, ao revelar *insights*, ideias que agregam e melhoram a explicação de sua discussão em pontos do texto, sendo reveladora de uma “postura autoral” mais explícita, ou seja, um posicionamento que comporta a adoção de um ponto de vista resultante de um ato responsável individual e de uma intenção discursiva que se traduz na sistematização do gênero.

Embora o mestrando tenha seguido ainda dependente do orientador, seu principal interlocutor, até então, o qual salientou a importância de se pensar no leitor, colocar-se no lugar dele, operando, desse modo, o afastamento do próprio texto, sob um olhar crítico, avaliativo, prevendo e preenchendo possíveis lacunas, por meio de um trabalho interativo e colaborativo para com o leitor, o mestrando apresentou um importante avanço na ampliação de seu letramento acadêmico, apreensão do gênero, conseqüentemente de sua posição de autor do próprio texto, responsável e responsivamente.

Na terceira etapa, em que o mestrando produziu a seção metodológica da pesquisa e a primeira parte da seção de análise, verificamos que o orientador já não escrevia junto, apesar de seu papel de coautor de forma mais incisiva no início do processo. Ao compararmos as

produções das duas seções – metodologia e análise – vimos que o grau de dificuldade foi maior na segunda, até porque, para produzir a metodologia, foi desenvolvido um passo a passo anteriormente. O mestrando começou a demonstrar maior autonomia e menor dependência de seu interlocutor, a incluir comentários interativos no texto com suas ideias e dúvidas lançadas ao orientador, com maior liberdade e domínio do gênero, demonstrando um grande avanço em seu processo de letramento acadêmico e, concomitantemente, a ampliação do posicionamento sociodiscursivo operado no interior do gênero dissertação de mestrado, mediante uma voz teórica principal que representa a intenção discursiva e que conduz a reflexão, em diálogo com outras vozes, nessa etapa de desenvolvimento da pesquisa, a escrita da seção metodológica.

Entretanto, a produção da seção de análise mostrou-se conturbada, visto que o orientador sinalizou que “nem olhando modelos” o mestrando conseguia realizar, satisfatoriamente, a interpretação de seus dados. Com alguma impaciência, o orientador demonstrou não considerar, nesse momento, que não basta o contato com textos da mesma natureza para apreensão do gênero, mas, sim, vivenciar o processo, “aprender a fazer fazendo”, em razão dos gêneros discursivos, na condição de formas comunicativas, serem adquiridos por meio de processos interativos, em situações reais de comunicação, com suas estratégias de aprendizado (MACHADO, 2018; VIAN JR, 2006; MARCUSCHI, 2008).

Nesse momento do percurso analisado, observamos que o orientador apontou um detalhe importante nas análises: apresentavam-se como descrição dos dados apenas, sendo necessário abordar a teoria. O professor pontuou, então, um aspecto muito relevante quanto à manifestação da autoria, isto é, a articulação de vozes teóricas, por meio da citação de autores que dão respaldo à pesquisa, que marca uma forma de interação com nossos pares (CORTES, 2009). Nas versões posteriores à primeira, vimos que o escrevente solucionou os pontos apontados pelo professor como frágeis, de modo que o estudante agiu mais livremente, e o orientador começou a “soltar-lhe a mão”, tecendo até elogios, permitindo que assumisse, com maior independência, seu papel de produtor da pesquisa, responsável por ela.

Na quarta etapa, em que ocorreu a primeira revisão e o exame de qualificação, houve a montagem do texto em peça única, recorrendo, por exigência do orientador, aos serviços do profissional revisor de textos. Este, como revelaram nossos dados, priorizou a formatação do texto (ABNT), em razão do curto prazo para envio à banca tornar inviável a revisão de todo o texto. Suas interações com o autor da dissertação deram conta, principalmente, nessa etapa, da menção à autoria no corpo do texto, no tocante ao risco do cometimento de plágio, de modo que representa um parceiro bastante relevante no processo de produção textual, pois contribui

para a apreensão do gênero pelo mestrando, bem como para a constituição da autoria, no tocante à orquestração, adequada, das vozes discursivas.

Já os professores 1 e 2, profissionais renomados e com conhecimentos na área de estudo, componentes da banca de qualificação, pré-requisito institucional para defesa, tem como objetivo avaliar a maturidade e os conhecimentos científicos do candidato, o estágio em que se encontra a pesquisa, sua adequação à proposta, possibilidade de realização conforme o prazo etc., apresentando, nessa fase, sugestões, observações, correções, direcionamentos essenciais para a conclusão da pesquisa. No caso analisado, constatamos que eles atuaram especialmente na avaliação de aspectos teóricos, metodológicos e, até mesmo, gramaticais, visto que o texto não foi completamente revisado. Assim como o orientador e o revisor, os professores representaram, nesse momento, um “olhar de fora” essencial para a constituição da autoria, pois instigaram um posicionamento no interior do gênero, a voz teórica, a intenção discursiva do autor.

Na quinta etapa, relativa à defesa pública e segunda revisão textual, os professores, agora Prof. 1 e Prof. 3, encontravam-se responsáveis não só pela avaliação da pesquisa naquele estágio, mas por aprovar ou não a pesquisa. Ela foi aprovada, mas com algumas ressalvas, como de costume. Assim como a qualificação, a defesa envolve a leitura do texto pela banca e também a arguição oral, presencial (ou virtual, como em tempos de pandemia da Covid-19), dessa vez com a participação de plateia. Nessa etapa, costuma-se verificar se o pesquisador realizou os ajustes solicitados na qualificação, além da necessidade de refinamento do texto, revisão de possíveis equívocos, preenchimento de lacunas e, também, proposição de pesquisas futuras, tanto para artigos quanto para uma pesquisa de doutorado em alguns casos (SERRANO, 2011).

Essa etapa, bem como a orientação do professor, a qualificação e a revisão textual, foi marcada pela negociação de sentido(s) do/no texto (LEMOS, 2017), com perguntas lançadas pelos interlocutores, a fim de compreender, propor soluções para problemas identificados no texto, esclarecendo dúvidas, mediante a interação entre esses parceiros. O prof. 3, por exemplo, sugeriu a adoção de referências bibliográficas, reverberando em um aspecto importantíssimo da manifestação autoral: seleção de pesquisas relevantes e citação delas no interior do texto, portanto a administração de vozes teóricas, discursos teóricos relativos ao seu objeto de pesquisa. Ainda, assim como o orientador, apontou que a análise estava apenas descritiva, sendo necessário o diálogo com a teoria, contribuindo para a construção da autoria pelo mestrando, uma *autoria (inter)mediada*, que não se constitui sozinha, mas colaborativamente, na interação, sem se caracterizar, nesse percurso, pela completa

passividade e, sim, ativo e autônomo, conforme o sujeito avança em seu processo de letramento.

Vimos, ainda, que a segunda revisão do texto ocorreu por decisão do próprio orientador, diante dos problemas encontrados. Na dissertação por nós analisada, versão pós-defesa, verificamos que o revisor utilizou os tipos resolutivo e interativo, permitindo a apreciação de suas intervenções, que seriam acatadas ou não pelo mestrando, interagindo por meio dos comentários nos balões, negociando e construindo sentido(s), uma vez que a etapa de revisão da dissertação constituiu-se como um evento comunicativo, dialógico, interacional.

Retomamos, por fim, nosso objetivo geral, isto é: caracterizar a instância autoral que emerge no processo de produção de uma dissertação de mestrado, produzida no domínio acadêmico, com base na gênese da escrita desse gênero discursivo, levando em consideração as exigências do gênero, a interação que se estabelece com o ‘outro’ no ambiente acadêmico e a relação que o autor mantém com o conhecimento, neste caso as produções científicas, orientador, outros professores, revisor de textos etc. Portanto, para caracterizar a instância autoral presente em dissertação de mestrado, com base no caso por nós analisado e com algumas generalizações, torna-se imperioso levar em consideração o concomitante desenvolvimento do letramento acadêmico do sujeito mestrando, sua relação com o outro, em especial seus interlocutores mais diretos, tais como orientador, professores componentes de bancas de qualificação e defesa, revisor de textos, em virtude de sua participação ao longo do processo, e do próprio elemento dialógico intrínseco à linguagem.

Conforme nossas observações, sujeito letrado e autoria se constituem juntos, porém, conforme o sujeito avança em seu letramento, utilizando o gênero com domínio e liberdade, ocorre o descolamento da autoria, uma posição discursiva no interior do gênero, isto é, uma *autoria (inter)mediada*, em plena relação dialógica, mediante articulação de vozes sociais/teóricas, sendo, ao final desse processo, o regente – após o orientador “soltar a sua mão” e as vozes dos interlocutores se “fundirem” a sua, sob a sua assinatura. Desse modo, a finalização da pesquisa, com sua defesa e publicação, torna-se, também, determinante para a instauração dessa autoria, pois em caso de desistência do curso, por exemplo, o processo fica incompleto e a autoria não se constitui inteiramente.

Concluimos esta pesquisa com o propósito de termos fornecido contribuições relevantes para os estudos linguísticos, para os estudos em texto, para o fomento das discussões sobre a autoria – questão que ainda desperta intensos debates, porém principalmente no âmbito da produção literária – e, também, para a área educacional, ao descortinar, de certa forma, a relação entre estudante e professor e o processo ensino-

aprendizagem nesse nível de estudo. Por meio desta investigação, quisemos focar a autoria no campo da produção acadêmico-científica, buscando realizar, com alguma originalidade, sua articulação com temáticas como produção textual acadêmica, letramento acadêmico e processo de criação, refletindo, ainda, sobre os aspectos discursivo, social e interacional no interior das práticas acadêmicas, que envolve enunciados vivos e pessoas de carne e osso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023:** 2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, ABNT, 2018.

ÁGOAS, Frederico. História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, abr.-jun. 2017, p. 465-482. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v24n2/0104-5970-hcsm-24-2-0465.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da História Oral como metodologia de pesquisa. IV Semana de História do Pontal, III Encontro de Ensino de História – Política, gênero e mídia na pesquisa e no ensino de História. 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, 2016. ISSN: 2179-2665. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ALVES FILHO, Francisco. **A autoria nas colunas de opinião da Folha de S. Paulo**. 2005. 261f. Orientadora: Ingedore Villaça Koch. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

ALVES FILHO, Francisco. O pé biográfico e a constituição da autoria em artigos de jornal. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 8, p. 335-352, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/QtL3jdVnC88qjK7LsqdcKpN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396/1096>. Acesso em: 05 dez. 2020.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AMORIM, Marília. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. 1. ed. 5ª impressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 17-43.

ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, Número Especial: 4-25, Jan./Jul. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14724:** Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, ABNT, 2011.

AVELAR, Maíra. A atividade de revisão freelance: limites e desafios das intervenções em textos acadêmicos. In: RODRIGUES, Daniella D. I.; ASSIS, Juliana A. **No ritmo do texto:**

questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1. ed. Divinópolis, MG: Artigo A, 2019. p. 149-179.

AZIZE, Rafael Lopes. A falácia do antiintencionalismo. **Cognitio: Revista de Filosofia**, [S.l.], n. 2, p. 18-27, jan. 2013. ISSN 2316-5278. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/view/13479>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. O autor e a personagem na atividade estética. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011a. p. 4-192.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. O problema do texto na Linguística, na Filologia e em outras Ciências Humanas. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011b. p. 307-335.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011c. p. 261-306.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011d. p. 337-357.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Metodologia das ciências humanas. In: **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011e. p. 393-410.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. O discurso no romance. In: **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 71-210.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Para uma filosofia do ato responsável**. [tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017. 160p.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). **Dialogismo, Polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BARROS, José D'Assunção. Heresias na Idade Média: Considerações sobre as fontes e discussão historiográfica. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 6, Fev. 2010 -ISSN 1983-2850. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30307/15896>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, R. **O rumor da língua**. Tradução de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 49-53.

BEARDSLEY, Monroe C.; WIMSATT, William Kurtz. The Intentional Fallacy. **The Sewanee Review**, Vol. 54, No. 3 (Jul. - Sep., 1946), pp. 468-488. Published by: Johns Hopkins University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27537676>. Acesso em: 21 maio 2020.

BEARDSLEY, Monroe C.; WIMSATT, William Kurtz. A falácia intencional. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2. 3 ed. Seleção, introdução e revisão técnica: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 639-656.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. 2006. 243f. orientador: Luiz Antônio Marcuschi; Coorientadora: Angela Paiva Dionísio. Tese (doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 191-200.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BIASI, Pierre-Marc. A crítica genética. In: BERGEZ, Daniel et al. **Métodos críticos para análise literária**. Tradução de Olinda Maria Rodrigues Prata. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 1-43.

BOTELHO, José Mario. Marcuschi e o continuum tipológico. **Anais do XXI Congresso Nacional de Linguística e Filologia: Textos Completos**. Cadernos do CNLF, vol. XXI, n. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxi_cnlf/cnlf/cnlf03/066.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRAGA, José Luiz. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, 10(3), 288-296, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542/40256>. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

BREISACH, Ernst. A escola dos Annales. In: BREISACH, Ernst. **Nova história em perspectiva**. Organização de Fernando Novais e Rogério F. da Silva. Tradução de Bruno Gambarotto. Vol. 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 367-378.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 83-98, jul. 1997. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2038>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAVALCANTE, Camilo. **O Formalismo em Teoria Literária**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012. (Série textos didáticos, v. 18)

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n. 11/2, p. 67-81, dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3042/2585>. Acesso em: 11 out. 2019.

CARINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, Agosto/99. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a05.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n. 11/2, p. 67-81, dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3042/2585>. Acesso em: 11 out. 2019.

CAVALHEIRO, Juciane; GUERREIRO, Anderson. Propriedade e colaboração autoral: de uma perspectiva histórica à era digital. **Revista de Letras Norte@mentos**, Estudos Linguísticos, Sinop, v. 9, n. 19, p. 233-245, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/view/2186/1822>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Tradução Luzmara curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos: EdUFSCar, 2012. 90p.

CHARTIER, Roger. A mão do autor. In: **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 130-151.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COHEN, Keit. O New Criticism nos Estados Unidos. Tradução: Ângela Carneiro; Revisão Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2. 3. ed. Seleção, introdução e revisão técnica: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 549-583.

COMPAGNON, Antoine. O autor. In: COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 47-96.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de

textos de José Arthur Giannotti Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORDEIRO, Franciele Roberta. O conceito de sujeito: possibilidades para pensar com Foucault. **Revista Diálogos**. N. 12, Set./Out., 2014. Disponível em: http://www.revistadiálogos.com.br/Dialogos_12/Ensaio_Sujeito_EC.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento** - Revista do Mestrado em Letras Linguagem, Discurso e Cultura – UNINCOR, V. 05, N. 2, julho-dezembro de 2014, p. 1-18. ISSN 2317-6911. Disponível em: http://periodicos.unincor.br/index.php/memento/article/view/1826/pdf_44. Acesso em: 07 maio 2021.

CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. Dialogismo e Alteridade no Discurso Científico. **Eutomia**, Ano II, Nº 2, Dezembro de 2009, p. 1-11.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Texto e linguagem)

COSTA VAL, Maria da Graça. Texto, textualidade e textualização. In: CECCANTINI, J.L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. **Pedagogia Cidadã**: cadernos de formação: Língua Portuguesa. v. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p. 113-128. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/143600620/COSTA-VAL-Maria-da-Gra%C4%B1a-Texto-textualidade-textualiza%C4%B1%C4%B1o>. Acesso em: 05 mar. 2022.

CRESWELL, John W. O projeto de um estudo qualitativo. In: _____. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: Escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 48-66.

DALLA COSTA, Rosa Maria C. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom** – RBCC, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 187-200, set./dez. 2016.

DOSTOIEVSKI, Fiodor. **Crime e castigo**. Tradução de Natália Nunes e Oscar Mendes. Porto Alegre, RS: L&M, 2008.

ESTEVES, Anderson Martins. Os textos literários antigos e o historiador: desafios e abordagens. **Cadernos do LEPAARQ**, Vol. XII, nº 24, p. 199-210, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/5672/4490>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. Criação ideológica e dialogismo. In: FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 45-97.

FARACO, Carlos Alberto. Um posfácio meio impertinente. In: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. [Tradução aos cuidados de Vlademir Miotello e Carlos Alberto Faraco]. 3. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 147-158.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: Conceitos-chave**. 5. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contextos, 2018. p. 37-60.

FIAD, Raquel Salek. Algumas considerações sobre os letramentos acadêmicos no contexto brasileiro. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 6, p. 23-34, jan. / jun. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/18424/13732>. Acesso em: 10 nov. 2021. DOI: 10.12957/pr.2015.18424

FISCHER, Steven Roger. Dos entalhes às tabuletas. In: **História da Escrita**. Tradução Mirna Pinsky. – São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 13-32.

FISCHER, Steven Roger. A arte que fala. In: **História da Escrita**. Tradução Mirna Pinsky. – São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 33-62.

FISCHER, Adriana; PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. Letramento acadêmico e a construção de sentidos nas leituras de um gênero. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 569-599, jul./dez. 2010. DOI: 10.5007/2175-795X.2010v28n2p569

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **O que é um Autor?** Coleção Passagens, Vega, Lisboa: Passagens, 2002.

FURLANETTO, Maria Marta; RIBEIRO, Vinicius Valença. Índícios de autoria na produção de resenhas de estudantes de ensino médio. **Trab. linguist. apl.** [online]. 2016, vol. 55, n. 3, pp.777-804. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132016000300777&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021. ISSN 2175-764X. <http://dx.doi.org/10.1590/010318134863171881>.

GAGLIARDI, Caio. O problema da *autoria* na teoria literária: apagamentos, retomadas e revisões. **Estudos Avançados**, 24 (69), p. 285-299, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n69/v24n69a18.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

GÓGOL, Nikolai. **O capote e outras histórias**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

GUEDES, Letícia F. **Revisão de textos: conceituação, o papel do revisor textual e perspectivas do profissional do texto**. [2013] 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Português) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7265/1/2013_LeticiaFigueiredoGuedes.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

GUINSBURG, Jacó. Denis Diderot. **Revista da USP**, dez./jan./fev., p. 123-146, 1990.

HAYES, John R.; FLOWER, Linda S. Identifying the organization of writing process. In: GREGG, L. W.; STEINBERG, E. R. (Orgs.). **Cognitive processes in writing**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1980. p. 3-30.

HIGOUNET, Charles. A escrita, expressão gráfica da linguagem. In: **História concisa da escrita**. [tradução da 10. ed. corrigida] Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 9-28.

HOBINSON, Andrew. A escrita e seu surgimento. **Escrita**: uma breve introdução. Tradução Camila Werner. – Porto Alegre-RS: L&PM, 2016. p. 9-25.

HOBINSON, Andrew. O desenvolvimento e a difusão da escrita. **Escrita**: uma breve introdução. Tradução Camila Werner. – Porto Alegre-RS: L&PM, 2016. p. 26-44.

JAKOBSON, Roman. A Dominante. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 1. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 485-491.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: Cefiel - Unicamp; MEC, 2005. 60 p.

KLEIMAN, Ângela B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à Linguística textual**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à Linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

KOMESU, Fabiana; TENANI, Luciana. Considerações sobre o conceito de “internetês” nos estudos da linguagem. **Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 621-643, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/DV6yJCjDWsXq7ZsQKkKZZkm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

KRETSCHMANN, Angela; WIEDEMANN NETO, Ney. Ética na pesquisa científica: plágio involuntário e direito autoral. **Revista da AJURIS**, v. 41, n. 136, dez. 2014.

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

LEMOS, Patrícia Souza. **Escrita acadêmica e revisão textual**: a construção do sentido em teses de doutorado. 2017. 211f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin. Vitória da Conquista, 2017.

LEMOS, Patrícia Souza; PEREIRA, Márcia Helena de Melo. Produção do gênero sinopse de livro e revisão textual: coautoria ou intervenção no texto de outrem? **Revista do SELL**. v. 6, n. 3. ISSN: 1983 – 3873, 2017.

LEMOS, Patrícia Souza; PEREIRA, Márcia Helena de Melo. Escrita acadêmica versus “academês”: variedade linguística ou pedantismo na escrita? XIII Colóquio Nacional e VI

Colóquio Internacional do Museu Pedagógico - UESB: Distopia, Barbárie e Contraofensivas no Mundo Contemporâneo. **Anais...**, Vitória da Conquista-BA, 2019.

LEMOS, Patrícia Souza; PEREIRA, Márcia Helena de Melo. A Figura autoral na produção de dissertação de mestrado sob a perspectiva sociointeracionista de Bakhtin. **I CIESD – Congresso Internacional de Estudos Sociodiscursivos e VI SENAL - Seminário Nacional de Alfabetização e Letramento**. 2021a. No prelo.

LEMOS, Patrícia Souza; PEREIRA, Márcia Helena de Melo. Instauração da autoria na atividade discursiva sob a perspectiva bakhtiniana: a produção de dissertação de mestrado. Estudos do Discurso: interdisciplinaridade, interseccionalidade, relevância social - Anais do VIII Colóquio da ALED-Brasil. **Anais...** Brasília (DF) UnB, 2021b. Disponível em: www.even3.com.br/anais/aledbrasil2020. Acesso em: 26 out. 2021. ISBN: 978-65-5941-346-1 DOI: doi.org/10.29327/138827

LEMOS, Patrícia Souza; PEREIRA, Márcia Helena de Melo. Revisão textual e gênero acadêmico tese de doutorado: a negociação de sentidos como cerne da interação. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, jan./jun. 2021c. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/8218/6076>. Acesso em: 04 mar. 2022.

LIMA, Luiz Costa. Estruturalismo e crítica literária. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 2. 3 ed. Seleção, introdução e revisão técnica: Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 777-815.

LIMA, Sandra Mara Moraes. Sujeito em Bakhtin: autoria e responsabilidade. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 8, n. 19, p. 59–76, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/20305>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LIVROS DE CLARICE LISPECTOR ganham edições especiais. **Livraria da Folha**. 28-04-2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2017/04/1879500-livros-de-clarice-lispector-ganham-edicoes-especiais.shtml>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 151-166.

MAFRA, Gabriela M.; BARROS, Eliana M. D. de. Revisão coletiva, correção do professor e Autoavaliação: atividades mediadoras da aprendizagem da escrita. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 06, n. 01, p. 33-62, jan./jun. 2017.

MAIA, Rodrigo Reis. Os falsos futuristas: os futurismos russos, seus críticos e Marinetti. **XI Congresso Internacional da ABRALIC - Tessituras, Interações, Convergências**. 13 a 17 de julho de 2008a, USP – São Paulo, Brasil. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/036/RODRIGO_MAIA.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

MAIA, Rodrigo Reis. A sociedade russa vista através de seus futuristas: Um estudo de manifestos e obras. **XIII Encontro de História Anpuh-Rio – Identidades**, 2008b. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212710498_ARQUIVO_RodrigoM

aia-Asociadaderussavistaatravesdeseusfuturistas-Umestudodemanifestoseobras.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296p.: - (Educação linguística; 2)

MARINHO, Marildes. A escrita nas práticas de letramento acadêmico. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 363-386, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/447V3NsPPCpdQNBfgGLdd8n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2022.

MARTINO, Luiz Mauro de Sá. Uma banca de defesa: delineamentos de uma performance em guias online para candidatos. **Esferas**, ano 11, vol. 1, nº 20, janeiro-abril de 2021. ISSN 2446-6190

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Estudos do letramento e formação de professores: retomadas, deslocamentos e impactos. **Calidoscópio**, Vol. 7, n. 1, p. 5-10, jan/abr., 2009. DOI: 10.4013/cld.2009.71.01

MÁTTAR NETO, João Augusto. Teorias literárias Pragmatistas: a função do autor. **Cognitio: Revista de Filosofia**. Ano 1, nº 1, 2º sem., 2000 – São Paulo, p. 58-78. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/view/13403>. Acesso em: 08 abr. 2020.

MEDEIROS, Célia Maria de. Sujeito em Bakhtin: autoria e responsabilidade. **Revista da Faculdade de Seridó**, v. 1, n. o, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MENDES, Sueli de Freitas. **Indícios de autoria em texto de opinião de escolares escritos por alunos do 6º ano do ensino fundamental**. 2013. 170f. Dissertação (mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

MENEGASSI, Renilson José. Da revisão a reescrita: operações lingüísticas sugeridas e atendidas na construção do texto. **Mimesis**, Bauru, v. 22, n. 1, p. 49-68, 2001.

MENEGASSI, Renilson José; GASPAROTTO, Denise Moreira. Revisão textual-interativa: aspectos teórico-metodológicos. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, vol. 10, n. 3, jul./set. 2016. ISSN 1980-5799. DOI: 10.14393/DL23-v10n3a2016-13

MIRANDA, Guilhermina Lobato. Limites e possibilidades das TIC na educação. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, 03, pp. 41-50, 2007. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 01 maio 2020.

MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOURA-VIEIRA, Marcos A. O Freudismo: uma crítica à ideologia psiquiátrico-psicanalítica. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin e o Círculo**. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contextos, 2016. p. 49-72.

OLIVEIRA, Kalliane S. de Amorim; QUEIROZ, Maria Eliete de; BARBOSA, Maria do Socorro M. Fernandes. Autoria e responsabilidade enunciativa em diários de leitura. *Bakhtiniana*, São Paulo, 12 (1): pp. 150-168, Jan./Abril, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457327172>

OLIVEIRA, Marcia Lisbôa Costa de. Comunidade de práticas acadêmicas e participação periférica legítima na licenciatura em letras: um estudo de caso. **Anais do VI Congresso Latino-americano de Formação de Professores de Línguas - VI CLAFPL**. 2016, p. 490-506. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/educationproceedings/clafpl2016/039.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, Risoleide R. F. **Revisão de textos**: da prática à teoria. Natal, RN: EDUFRN, 2016. 159p.: PDF. Disponível em: <http://repositorio.efrn.br/jspui>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ORLANDI, Eni P. Nem escritor nem sujeito: apenas autor. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. Campinas-SP: Editora Cortez/Editora Unicamp, 1988. p. 75-82.

ORLANDI, Eni P. Nem escritor nem sujeito: apenas autor. In: ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. 9. ed. Campinas-SP: Editora Cortez/Editora Unicamp, 2012. p. 100-111.

PAIVA, Francisco Jeimes de O.; DUARTE, Antônio Lailton M. Uma análise sociorretórica de seções de conclusão de artigos acadêmicos na perspectiva dos Estudos Linguísticos. **Revista (Entre Parênteses)**, Número 7, Volume 1, 2018, ISSN 2238-4502. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/article/view/777/pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

PEREIRA, Márcia Helena de Melo. **Tinha um gênero no meio do caminho**: a relevância do gênero para a constituição do estilo em textos de escolares. 2005. 276f. Tese (doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2005.

PEREIRA, Márcia Helena de Melo; LEMOS, Patrícia Souza. Revisão textual e produção de dissertação de mestrado: uma reflexão sobre o risco de plágio. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 27, p. 379-397, 2020, e-ISSN 1982-291X | ISSN 2317-3475

PEREIRA, Márcia Helena de Melo; LOPES, Eloísa Maiane Barbosa. Autoria em causos contados por Milton Neves sobre futebol. **ALED** 15 (2), pp. 201-218, 2015.

PEREIRA, Márcia Helena de Melo; PIRES, Jokasta Neves; LEMOS, Patrícia Souza. O gênero discursivo Petição Inicial e seu estilo: a linguagem jurídica e sua relação com o letramento/ensino. In: TENO, Neide Araujo Castilho; DI CAMARGO JUNIOR, Ivo. **Linguagem e Ensino**: da linguística à análise dialógica do texto/discurso. São Paulo: Mentis Abertas, 2021. p. 121-140.

POLON, Paulo Henrique Heitor; POLON, Luana Caroline Künast. Interdisciplinaridade na educação: Ciências Humanas e a formação do sujeito. **Revista Ciências Sociais em**

Perspectiva. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/10>. Acesso em: 30 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5935/rcsp.v16i30.13716>

POSSENTI, Sírio. Enunciação, autoria e estilo. **Revista da FAEBA** / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação. Salvador, nº 15, p. 15-21, jan./jun., 2001. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeba/files/2011/05/numero15.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

POSSENTI, Sírio. Indícios de autoria. **Perspectiva**, Florianópolis, 1-20, n. 01, p. 105-24, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10411/9677>. Acesso em: 20 abr. 2019.

POSSENTI, Sírio. Notas sobre a questão da autoria. **Matraga**, rio de janeiro, v. 20, n. 32, jan./jun. 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Ebook – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Ana Elisa. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Educação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR, p. 4-7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RIBEIRO, Nilsa Brito. Autoria no domínio de gêneros discursivos: paráfrase e estilo. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 83-99, jan./abr. 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/323/345. Acesso em: 23 jan. 2022.

RIBEIRO, Poliana B. Funcionamento do Gênero discursivo. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 54-67, 1º sem. 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/download/3370/2240>. Acesso em: 09 jul. 2021.

RITTI-DIAS, Fernanda G.; BEZERRA, Benedito G. Análise retórica de introduções de artigos científicos da área da saúde pública. **Revista Horizontes De Linguística Aplicada**, 12(1), 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rhla.v12i1.1238>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SALLES, Cecilia Almeida. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística** / Cecilia Almeida Salles. – 3. ed. revista. – São Paulo: EDUC, 2008. 140p. – (Série Trilhas)

SALLES, Cecilia Almeida. Da Crítica Genética à Crítica de Processo: uma linha de pesquisa em expansão. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 20/2, p. 41-52, ago. 2017. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/27384/21315>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SALGADO, Karine; Mello, Rodrigo Antonio Calixto. O conhecimento em Kant (parte I). **Meritum**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 391-410, jul./dez. 2013.

SALGADO, Luciana Salazar. **Quem mexeu no meu texto?** Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. 1ª ed. Divinópolis, MG: Artigo A, 2017. 146 p.

SAMPIERE, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. 2. ed. Mexico, Buenos Aires: McGraw-Hill, 1998.

SANTOS, Jaqueline Feitoza. **O processo de referenciação em TCCs**: um olhar sobre a produção textual científica em cursos de graduação. Orientação: Márcia Helena de Melo Pereira. 2019. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2019.

SANTOS, Janete da Silva dos. A função autor e os indícios de autoria. **Revista Querubim**, Ano 05, 2009, Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais. ISSN 1809-3264.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira de: Isaac Nicolau Salum; [tradução Antonio Chelini, Jose Paulo Paes, Isidoro Blickstein]. - 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no labirinto**: a tese, um desafio possível. Tradução: Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2011. 160 p.

SILVA, Jocelma Boto. **O eu autobiográfico e suas funções**: escrever a vida para que e para quem? 2016. 143f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2016.

SILVA, Sílvia Ribeiro da; RAUBER, Bárbara Battistelli; TELES, Lanilda. A estrutura composicional nos gêneros textuais a escrever: estudo de caso. **SOLETRAS**, Ano VI, Nº 11. São Gonçalo: UERJ, jan./jun.2006.

SILVINO, Alexandre Magno Dias. Epistemologia positivista: qual a sua influência hoje? **Psicol. cienc. prof.**, vol. 27, nº 2, Brasília Jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n2/v27n2a09.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200009>

SIMMEL, Johannes Mario. **Ninguém é uma ilha**. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOBRAL, Adail. A radicalidade da concepção de linguagem e de gênero discursivo do Círculo de Bakhtin: breves comentários. **Eutomia**, v. 1, n. 04, p. 1-14, 2009.

SOBRAL, Adail. **A filosofia primeira de Bakhtin**: roteiro de leitura comentada. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

SOUSA, Emanuel Barbosa de. Gênero projeto de pesquisa: onde esfera acadêmica, comunidade acadêmica e cultura disciplinar se encontram. **Letras em Revista** (ISSN 2318-1788), Teresina, v. 11, n. 01, jan./jun. 2020.170. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/290/158>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SOUZA, Clara Regina R. de; SILVA, Williany M. da. Gênero monografia em contexto de produção acadêmica escrita. **Raído**, 11(27), p. 132-155, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/raido.v11i27.5598>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SOUZA, Solange Jobim e; ALBUQUERQUE, Elaine Deccache Porto e. A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. **Bakhtiniana**, vol. 7, n. 2, São Paulo, July/Dec. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-45732012000200008. Acesso em: 30 mar. 2021.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-45732012000200008>

STEMPEL, Wolf-Dieter. Sobre a teoria formalista da linguagem poética. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. Vol. 1. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983. p. 387-435.

SWALES, John M. **Genre analysis**: English in academic and researching settings. SWALES, John M Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John M. **Research genres**: exploration and applications. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TARGINO, Maria das Graças. Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0277-1.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2019.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. **D.E.L.T.A.**, 29:1, 2013, p. 29-58. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/QJrmPyMcJLqb5mVM6Hn5H5z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2021.

VIAN JR, Orlando. Gêneros discursivos e conhecimento sobre gêneros no planejamento de um curso de português instrumental para ciências contábeis. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 389-411, set./dez. 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/343/364. Acesso em: 21 jan. 2022.

VIEIRA, Eliane A. Pasquotte. O quê, como e de onde “se diz”: reflexões discursivas sobre escritas escolares. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralin**, Curitiba, 2011. pp. 1263-1277.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e

Ekaterina Vólkova Américo; ensaio introdutório de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WATT, Ian. O público leitor e o surgimento do romance. In: WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Tradução hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 34-54.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

YAMAZAKI, Cristina. **Edição de texto na produção editorial de livros**: distinções e definições. [2009] 231f. Dissertação de Mestrado (Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <file:///G:/Textos%20sobre%20revisão/Edição%20de%20textos%20Cristina%20Yamazaki.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2022.